

22



CADERNO CIENTÍFICO UNIFAMAZCIÊNCIA



ISBN n.º
978-65-80144-32-7

Resumo expandidos aprovados no ano de 2022



Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ)

**CADERNO CIENTÍFICO UNIFAMAZCIÊNCIA: resumos
expandidos aprovados no ano de 2022**

UNIFAMAZ

CENTRO UNIVERSITÁRIO



NUPEX

Núcleo de Ensino, Pesquisa/Iniciação Científica e Extensão

GRUPO EDITORIAL

EDITOR-CHEFE

Dr. Gilson Scholl Pires, Editor-Chefe da Caderno Científico UNIFAMAZCIÊNCIA – Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Ma. Adriana Letícia dos Santos Gorayeb, Reitora – Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

Dra. Nahima Castelo de Albuquerque, Pró-Reitora – Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

Dr. Bruna Pedroso Tamegão Lopes Cavalleiro de Macedo, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

REVISORA

Dr. Bruna Pedroso Tamegão Lopes Cavalleiro de Macedo, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

DIAGRAMADOR

Dr. Gilson Scholl Pires, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil
Dr. Bruna Pedroso Tamegão Lopes Cavalleiro de Macedo, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

DESIGNER DA CAPA

Jean da Paixão Gomes, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

BIBLIOTECÁRIO RESPONSÁVEL

Silvério Martins da Silva Júnior, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

Ficha Catalográfica

**Centro Universitário Metropolitano da Amazônia
Biblioteca Prof. João Fecury**

Caderno Científico UNIFAMAZCIÊNCIA: resumos expandidos aprovados no ano de 2022. Belém/PA, Brasil, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), 2022.

**Anual.
Início: 2020**

ISBN: 978-65-80144-32-7

1. Ensino superior. 2. Produção Científica. 3. Ciência– Estudo e ensino – pesquisa. I. Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ).

**CDD: 372.412
CDU: 37:5**

Bibliotecário: Silvério Júnior - CRB2: 1.111

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (**Lei nº 9.610/98**) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

SOBRE O CADERNO	08
CORPO DIRIGENTE	10
CORPO EDITORIAL	11
RESUMOS EXPANDIDOS	12
ADMINISTRAÇÃO	12
A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS MAIS SUSTENTÁVEIS: MOTIVOS QUE LEVAM AS ORGANIZAÇÕES A DESENVOLVEREM UM NEGÓCIO MAIS SUSTENTÁVEL KAROLAE ALENCAR SOUZA; GILSON SCHOLL PIRES	12
LOGÍSTICA REVERSA: UMA NECESSIDADE QUE AS EMPRESAS PRECISAM IMPLEMENTAR HELEN CLICIA DE OLIVEIRA VALENTE; RAYANE MALCHER SANTOS; RENATA DOS SANTOS COHEN; GILSON SCHOLL PIRES	15
ARQUITETURA E URBANISMO	19
PUBLICIDADE EXTERNA NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM: POLUIÇÃO VISUAL NO BAIRRO DA CAMPINA ALINE YUKI OIKAWA SILVA; DAÍSY CATARINA DO SOCORRO VEIGA MATOS; EDGAR FARIAS DA SILVA; CAROLINA DE SOUZA LEÃO MACIEIRA GESTER	19
PUBLICIDADE EXTERNA NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM: BOAS PRÁTICAS NO BAIRRO DA CAMPINA ANA PRYSCILLA SOUZA CARVALHO; ISABELLA DA SILVA BERNARDES; THAMIRES THAIS PANTOJA FERREIRA; CAROLINA DE SOUZA LEÃO MACIEIRA GESTER	22
BIOMEDICINA	25
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA POTÁVEL NA CIDADE DE CASTANHAL/PA DE 2020 A 2021 ATRAVÉS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA MICROBIOLÓGICA GUSTAVO BARRA MATOS; DANIELLE CRISTINNE AZEVEDO FEIO	25
IMPACTO DOS ERROS PRÉ-ANALÍTICOS NO EXAME DE ROTINA DE URINA MARCELLA VITÓRIA BELÉM SOUZA; ALESSANDRA GUIMARÃES FARIAS; DAYSE DA SILVA ALVES; ANA KATHLEEN MONTEIRO PANTOJA; SYMARA RODRIGUES ANTUNES	29
PACIENTES PORTADORES DE HEMOFILIA E O DESENVOLVIMENTO DE INIBIDORES PATRICK GOUVEA GOMES; LARISSA VINAGRE QUEIROZ; EMILY DE ARAUJO BENTO; CARLOS EDUARDO AMARAL; LAINE CELESTINO PINTO	33
PREVALÊNCIA DO HTLV-2 EM CANDIDATOS A DOAÇÃO DE SANGUE NO ESTADO DO PARÁ LUCAS PINHEIRO CORREA; FATYENE DA COSTA FARIAS; KATARINE ANTONIA DOS SANTOS; CARLOS EDUARDO DE MELO AMARAL	36
LINFOMA NÃO HODGKIN DE CÉLULAS B: UMA BREVE REVISÃO HIRLESSON PAIXÃO DE MATOS; ALINE RENATA LIMA FERNANDES; FERNANDA CORRÊA DOS SANTOS; GUSTAVO BARRA MATOS; LÍDIA JAMYLLÉ LOPES DA SILVA; SYMARA RODRIGUES ANTUNES	40
ANÁLISE SOROLÓGICA EM RELAÇÃO A PESQUISA DE RNA/HCV COM O USO KIT ARTUS HCV RG RT-PCR IRLEY KAROLINE SEIXAS PAIVA; CARLOS EDUARDO DE MELO AMARAL	43

SUMÁRIO

DIABETES MELLITUS 1: RELAÇÃO DOS GENES HLA ASSOCIADOS AO DESENVOLVIMENTO DA DOENÇA IVANEIDE DA SILVA FIGUEIREDO; LUANA DA SILVA E SILVA; ISADORA RIBEIRO GUIMARÃES; SYMARA RODRIGUES ANTUNES	45
DETECÇÃO DE CORONAVIRUS CANINO EM CÃES DE UM CANIL PÚBLICO EM BELÉM; PARÁ ISABELA FREITAS SOARES; VALÉRIA LOBATO MACEDO; SYLVIA DE FÁTIMA DOS SANTOS GUERRA	48
A EPIDEMIOLOGIA GLOBAL DO NOROVÍRUS ÉVANY DA COSTA MACHADO; JEAN LUCAS DUARTE MENDONÇA; LAURA PALHETA DE ANDRADE; RAYSSA DE LIMA AMORAS; LAINE CELESTINO PINTO	50
CHAGAS TRANSFUSIONAL COMO UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA EM PAÍSES ENDÊMICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA JADE DIAS VALENTE; NATÁLIA DA SILVA SILVA STHEFANY VASCONCELOS DE SOUSA; LAINE CELESTINO PINTO	53
FREQUÊNCIA DE ALOIMUNIZAÇÃO ERITROCITÁRIA EM PACIENTES COM ANEMIA FALCIFORME ATENDIDOS NA FUNDAÇÃO HEMOPA FATYENE DA COSTA FARIAS; LUCAS PINHEIRO CORREA; KATARINE ANTÔNIA DOS SANTOS BARILLE; JAIRO AMÉRICO DE CASTRO; CARLOS EDUARDO DE MELO AMARAL	56
DIREITO	60
PRESUNÇÃO DO PODER DE POLÍCIA NA COBRANÇA DE TAXAS: UM ESTUDO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A ANÁLISE CRÍTICA DE SUAS CONSEQUÊNCIAS DÉBORA CRISTINA DA CRUZ CORDEIRO; RENATA ALMEIDA DOURADO	60
A GUERRA ÀS DROGAS E O PROCESSO DE DESCRIMINALIZAÇÃO DO USUÁRIO: UMA ANÁLISE NA SOCIEDADE PARAENSE AYLA LANA QUARESMA; VANESSA FARIAS NOGUEIRA	64
A AGENDA 2030 EM BARCARENA/PA: EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL WEBANO BENIUM BARROS CAMPOS; ANA CRISTINA PACHECO FERREIRA; SIDENIR ARAÚJO COSTA; YASMIM BEATRIZ RIBEIRO CARVALHO; CARLA NOURA TEIXEIRA	67
A PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DE EFETIVIDADE DA AGENDA 2030: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA FRENTE AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM BARCARENA/PA ANA CRISTINA PACHECO FERREIRA; SIDENIR ARAÚJO COSTA; WEBANO BENIUM BARROS CAMPOS; YASMIN BEATRIZ RIBEIRO CARVALHO; CARLA NOURA TEIXEIRA	69
IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030: A EXPERIÊNCIA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA FRENTE À EFETIVAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM BARCARENA/PA ANA CRISTINA PACHECO FERREIRA; SIDENIR ARAÚJO COSTA; WEBANO BENIUM BARROS CAMPOS; YASMIN BEATRIZ RIBEIRO CARVALHO; CARLA NOURA TEIXEIRA	72
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 NO PARÁ: O CAMINHO DA PESQUISA EM BARCARENA SIDENIR ARAÚJO COSTA; ANA CRISTINA PACHECO FERREIRA; WEBANO BENIUM BARROS CAMPOS; YASMIM BEATRIZ RIBEIRO CARVALHO; CARLA NOURA TEIXEIRA	75

SUMÁRIO

A UTILIZAÇÃO DO DEPOIMENTO POLICIAL EM DECISÕES POR TRÁFICO DE DROGAS COMO VIOLADOR DE DIREITOS; E REPRODUTOR DO PROCESSO PENAL INQUISITORIAL INGRID VIANA PAMPLONA; MARIA EDUARDA DE CARVALHO CABRAL SILVA; ANA CELINA BENTES HAMO	78
UMA JUSTIÇA ANTIJUDICIÁRIO: O LINCHAMENTO NO BRASIL UMA ANÁLISE REALIZADA A LUZ DO CASO FABIANE MARIA DE JESUS E DANDARA DOS SANTOS; A REALIDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI MARIA EDUARDA DE CARVALHO CABRAL SILVA; INGRID VIANA PAMPLONA; ANA CELINA BENTES HAMO	82
A INEFICÁCIA DA EXTRAFISCALIDADE TRIBUTÁRIA NO ESTADO BRASILEIRO CARLINDO PANTOJA NOGUEIRA JUNIOR	85
ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA	87
DESENVOLVIMENTO DE BIOFILMES COMESTÍVEIS E BIODEGRADÁVES COMO ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL AIDA SERRÃO CALDAS; CARLOS HIDEO KAJITANI; ELANE CRISTINA MELO LEMOS; RENATA DOS SANTOS SOUZA	87
MEDICINA	91
EFEITO DA MEDITAÇÃO NO CONTROLE DA ANSIEDADE ENTRE FAMILIARES DE ALCOÓLICOS DE UM GRUPO DE APOIO EM BELÉM DO PARÁ: ESTUDO ANTES E DEPOIS MARLA CAVALCA PANTOJA; JUAN ALEXANDRE GOMES DE PAULA; MATEUS LUIZ GONÇALVES CALDAS; RICARDO SILVA DE SOUSA TRINDADE; GABRIEL CARVALHO DE OLIVEIRA	91
A RELAÇÃO ENTRE TROMBOSE VENOSA PROFUNDA E A INFECÇÃO PELO COVID-19- REVISÃO DE LITERATURA IZADORA DA SILVA PEREIRA; LEONARDO DEYVID L. VERAS; BEATRIZ C.C. DE SOUZA; ALYNE P. FIGUEIREDO; TEREZINHA R.L. LOBATO; LORENA S.M. DA SILVA	93
A IMPORTÂNCIA DO USO DA ELETROCONVULSIOTERAPIA NA PSIQUIATRIA ATUAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA INGRID DE PAULA COSTA PEREIRA; VANESSA MORAES DE PAIVA; VIVIANE MORAES DE PAIVA	96
A EFICÁCIA DOS TRATAMENTOS ATUAIS EM PACIENTES COM CERATOCONE: UMA REVISÃO DE LITERATURA VANESSA MORAES DE PAIVA; INGRID DE PAULA COSTA PEREIRA; VIVIANE MORAES DE PAIVA	99
CONHECIMENTO E ATITUDES DOS ESTUDANTES DO INTERNATO DE MEDICINA SOBRE VENTILAÇÃO MECÂNICA LARYSSA LIMA DE SANTA RITA; MARIANA BRITO CARDOSO; ALEXANDRE MIGUEL CECIM COELHO; ROBERTA MACIAS DOS SANTOS; BRENO BRITO BARBOSA; BRENDA NAZARÉ GOMES ANDRIOLO	102
A RELAÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO DE MEDICINA; ESTRESSE E TRANSTORNOS DE HUMOR: UMA REVISÃO DA LITERATURA THAMYRES VICTÓRIA DE ALMEIDA BASTOS; JOÃO VICTOR MARTINS PINTO; PAULO ROBERT ANDRADE LIMA; GIORDANNA ABDON COLLARES; ÉRICA SERRA LAGE; LEONARDO DEYVID DE LIMA VERAS	106

SUMÁRIO

PNEUMONIA ADQUIRIDA NA COMUNIDADE COMPLICADA E SUAS REPERCUSSÕES EM PACIENTES PEDIÁTRICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA AMANDA ZAHLOUTH SERIQUE GATO; CAMILA NORONHA DE PINHO; DANIELA SILVA LEITE; LULYAN BEGOT LINO; MARIANA DE CASTRO CASTANHEIRA; JOSÉ FRANCISCO CARVALHO DE PINHO	111
REVISÃO SOBRE ACHADOS CLÍNICOS E DIAGNOSTICO DIFERENCIAL PARA MONKEYPOX ISADORA HELENA FREITAS DA SILVA; MANUEL EDMUNDO TELES NETO; WESLEY WANDER NEGRÃO FONSECA; JOÃO VICTTOR SILVA PANTOJA	114
USO DE ANTIPSICÓTICOS NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS E A OCORRÊNCIA DE SINTOMAS EXTRAPIRAMIDAIS CARLA BEATRIZ JALES DA SILVA; FLÁVIA ALESSANDRA MENDES BARBOSA; JULIANA DA COSTA LIMA; MONIKY ELLEN SALES SAMPAIO	117
REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A FISIOLOGIA DO SISTEMA ENDOCANABINOIDE; ELECANDO SUAS PRINCIPAIS FUNÇÕES E LOCALIZAÇÃO DE ATUAÇÃO LEONARDO DEYVID L. VERAS; BARBARA DE SOUZA MAIA DO NASCIMENTO; MARIA GABRIELA DA ROCHA FLORÊNCIO; GIOVANNA MAY NOGAMI; LEONARDO SALES CORRÊA DO NASCIMENTO; ALICIA PINHEIRO	120
SEPSE E COVID- 19: A RELAÇÃO ENTRE A SEPSE E A COVID-19 DAVI SILVEIRA DE SIQUEIRA; GABRIEL NICOLAS NUNES LEMOS; LETICIA SOUSA JATENE; TIAGO ARAÚJO DE SOUSA; THAINÁ BENTES CELSO	123
ODONTOLOGIA	126
CANDIDÍASE ORAL EM PACIENTES PEDIÁTRICOS: CONDUTAS TERAPÊUTICAS LETICIA EMANUELY BATISTA PEREIRA; LAURA STEFANIE SALGUEIRO BOTELHO; FABIANA SILVA BARROS; VALÉRIA ANUNCIAÇÃO LOURENÇO; SISSY MARIA DOS ANJOS MENDES	126
TRATAMENTO MEDICAMENTOSO PARA CANDIDÍASE ORAL EM PACIENTES PORTADORES DE PRÓTESES DENTÁRIAS ALISON VALENTE MORAES; ANA BEATRIZ FIGUEIREDO FERREIRA SANTOS; GIOVANNA CHRISTINE CORDEIRO DE SOUSA; KETLYN MEIRELES ROTSBURG; JOÃO VICTOR CAMPOS SILVA; FABIOLA PONTES AZEVEDO	129
INSTRUMENTAÇÃO ENDODÔNTICA MANUAL TRADICIONAL VS CONTEMPORÂNEA: EM QUE MOMENTO OS INSTRUMENTAIS CLÁSSICOS DEVEM ENTRAR EM DESUSO? KARINNY AMADOR KZAM; MARCELLA DE ALMEIDA CANTO	132
FOTOBIMODULAÇÃO NO TRATAMENTO DA MUCOSITE ORAL EM PACIENTES ONCOLÓGICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA JULY LOHANNA DA SILVA SOUSA; MARIA EDUARDA SOUSA BRANDÃO DE OLIVEIRA	135
ATIVIDADE PILOTO PROIC – PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA AVALIAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS OCLUSAIS EM PACIENTES INFANTIS DE 4 A 12 ANOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE BUCAL LIBIA DANIELLA CASTRO CARNAÚBA; GEOVANA MERCÊS AMORIM; RENAN TEIXEIRA QUEIROZ; JULLYA DUARTE MENDONÇA; DACTAIANY COSTA; SISSY MARIA DOS ANJOS MENDES	138

SUMÁRIO

PSICOLOGIA	142
EXPOSIÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS E SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO NEOLIBERAL MICHELLE CONCEIÇÃO GUIMARÃES SILVA; MONISE GARCEZ ARTHUR; DANIELA QUARESMA FONSECA FERNANDES; LEONARDO FABIANO SOUSA MALCHER	142
SEXUALIDADE E SAÚDE MENTAL: DEBATES DA SAÚDE COLETIVA COM USUÁRIOS DO CAPS IZANDRA CARDOSO REIS; MICHELLE CONCEIÇÃO GUIMARÃES SILVA; LUCAS DE ALMEIDA MODESTO	146
SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO DE VÍNCULOS TRABALHISTAS: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA RENATO LADISLAU DA COSTA; MICHELLE CONCEIÇÃO GUIMARÃES SILVA; MICHELE TORRES DOS SANTOS DE MELO	148
TRABALHO DOMÉSTICO E SAÚDE MENTAL DA MULHER: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA CAMILA ACÁCIO MOURA; DAYANA ALVES SOARES; LAURA SILVA NUNES; MICHELLE CONCEIÇÃO GUIMARÃES SILVA; SUYÁ CARNEIRO LÓSSIO; ANA CAROLINA SECCO DE ANDRADE MÉLOU	151
A SUBJETIVIDADE E O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NO COTIDIANO DAS MULHERES ANA CLEANE SOUZA GOMES; ANA PAULA SOUZA SILVA; MATEUS AFONSO DA LUZ PINHEIRO; SABRINA NAYANA DE BRITO KIM; LEONARDO FABIANO DE SOUZA MALCHER	154
AS IMPLICAÇÕES DA UBERIZAÇÃO NO QUE TANGE O INDIVÍDUO EMPREENDEDOR EVELIN CRISTINE SANTOS PAIXÃO; LEONARDO FABIANO DE SOUSA MALCHER	158
ENCONTRO COM OUTRO EM UM CAPS III DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO BÁSICO EM SAÚDE THAIANY FEITOSA TORRES; EDUARDA GABRIELA ROSÁRIO VILA NOVA; ALANE AMARA LIMA DA SILVA; ANA GABRIELLY SILVA MACHADO; ADRYENNE ALAYNNE LOBO COSTA	160
RADIOLOGIA	163
PAPEL DO DIAGNÓSTICO POR IMAGEM NO ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS GABRIELLY CAMPELO PINHEIRO; LAINA CRISTINA VIEIRA DE ARAÚJO; MICHELE FERREIRA CASTRO; ANA GRACINDA IGNÁCIO DA SILVA; DIENE CONCEIÇÃO POIARES ARANHA	163
SERVIÇO SOCIAL	167
POLÍTICAS SOBRE ASSÉDIO: A IMPORTÂNCIA DELAS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR; EM ARES DE DECOLONIALIDADES ELI DO SOCORRO GONÇALVES PINHEIRO	167
LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES SOBRE GÊNERO: UMA EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA; EM 2018; PELO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL DO UNIFAMAZ ELI DO SOCORRO GONÇALVES PINHEIRO	170

SOBRE O CADERNO

O Caderno Científico UNIFAMAZCIÊNCIA tem como intuito a divulgação da produção científica desenvolvida, principalmente, no âmbito do UNIFAMAZ, nas diversas áreas ofertadas por esta instituição de ensino; o incentivo ao debate acadêmico para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de conhecimentos; e a busca pela criação de uma ferramenta analítica para expandir as fronteiras do pensamento, dando oportunidade para a comunidade acadêmica (discentes e docentes) divulgar seu trabalho em um formato oficial.

PERIODICIDADE

O Caderno Científico UNIFAMAZCIÊNCIA é uma publicação realizada anualmente em volume único (iniciada a partir de 2020).

PRINCÍPIOS ÉTICOS

Os(As) autores(as) são responsáveis pelos conteúdos desenvolvidos em seus resumos expandidos, assim como pelos direitos autorais de imagens, vídeos e quaisquer outros elementos textuais ou complementares inseridos no resumo expandido.

Os(As) autores(as) devem, obrigatoriamente, assegurar que o texto escrito no resumo expandido é obra original, não podendo submeter o mesmo texto em outros eventos ou revistas.

Caso o resumo expandido resulte de uma pesquisa que envolva seres humanos, é obrigatória a apresentação do parecer proveniente de um Comitê de Ética em Pesquisa.

Os resumos expandidos deste caderno são submetidos à revisão por pares (consultores *ah doc*) pelo método de avaliação duplo-cego, sendo este o processo para obtenção de pareceres sobre os resumos expandidos. Os(As) consultores são peritos nas áreas de atuação.

SOBRE O CADERNO

Os(As) avaliadores(as)/consultores(as) não devem ter conflitos de interesse e sempre declaram isso por escrito em documento interno específico, antes de realizar uma avaliação.

Todos os resumos expandidos que são submetidos são avaliados de forma confidencial e os únicos critérios de avaliação são o mérito acadêmico do texto e o aprimoramento da qualidade do conhecimento, não havendo discriminação aos(as) autores(as), por quaisquer razões.

Este caderno não cobra nenhum tipo de taxa para submissão, avaliação ou publicação.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Este caderno oferece acesso livre ao conteúdo publicado, seguindo o princípio de disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público para poder propiciar a maior democratização dos conhecimentos gerados.

CONTATO

Caderno Científico UNIFAMAZCIÊNCIA

Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ)

Av. Visconde de Souza Franco, 72 - Reduto, Belém - PA, 66053-000

Telefone: (91) 3201-0378

E-mail: ic@famaz.edu.br

CORPO DIRIGENTE

Adriana Letícia dos Santos Gorayeb
Reitora

Nahima Castelo de Albuquerque
Pró-Reitora de Graduação

Carlos Roberto Fecury Ferreira
Diretor Financeiro

Maria de Nazaré Chaves Cavalcante
Diretora Administrativa

Raul Fernando Carvalho Nazareth
Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Raimundo Nonnato M. de Albuquerque
Comitê de Ética Disciplinar

Karine Braga Soares
Ouvidoria

Albene Liz Carvalho Monteiro Both
Assessoria de Desenvolvimento
Institucional (ADI)

Vidas Eleonor Barros de Queiroz
Assessoria de Comunicação (ASCOM)

Paulo Arthur Fecury Castelo Branco
Assessoria Jurídica

Fabiana Ribeiro Pimentel
Núcleo de Apoio Discente e Docente
(NADD)

Gilson Scholl Pires
Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão
Coordenação de Pós-Graduação (NUPEX)

Inácio Leite Gorayeb
Núcleo de Tecnologias Educacionais
(NUTED)

Elias de Souza
Núcleo de Tecnologia em Informática
(NTI)

Thathyanne E. de Oliveira Santos
Secretaria Acadêmica (SECAD) e
Vestibular

Silvério Martins da Silva Junior
Bibliotecário

Isabelle Bianca Silva Barlete
Coordenação de Estágio

Miguel Pontes Ferreira
Coordenação de Egressos

CORPO EDITORIAL

Editor-chefe

Dr. Gilson Scholl Pires, Editor-Chefe da Caderno Científico UNIFAMAZCIÊNCIA – Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

Conselho Editorial

Ma. Adriana Letícia dos Santos Gorayeb, Reitora – Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

Dra. Nahima Castelo de Albuquerque, Pró-Reitora – Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

Dra. Bruna Pedroso Tamegão Lopes Cavalleiro de Macedo, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

Revisor(a)

Dra. Bruna Pedroso Tamegão Lopes Cavalleiro de Macedo, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

Diagramador(es)

Dra. Bruna Pedroso Tamegão Lopes Cavalleiro de Macedo, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

Dr. Gilson Scholl Pires, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

Designer de capa

Jean da Paixão Gomes, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil

Bibliotecário(a)

Silvério Martins da Silva Júnior, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Brasil



RESUMOS EXPANDIDOS: ADMINISTRAÇÃO

A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS MAIS SUSTENTÁVEIS: motivos que levam as organizações a desenvolverem um negócio mais sustentável

Karolae Alencar Souza¹; Gilson Scholl Pires²

¹Graduanda em Administração pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ),

²Doutor em Administração pela UNAMA e Professor do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ)

Introdução

A sustentabilidade nos negócios vem ganhando mais espaço nas empresas. Isso porque a vantagem competitiva está ainda mais relacionada com as ações sustentáveis desenvolvidas dentro das organizações. Ser sustentável requer iniciativas pela ética e pelo respeito ao ambiente, e que pode ter como resultado uma organização mais fortalecida em princípios de responsabilidade social, ambiental e econômico.

A busca pelo desenvolvimento de negócios mais sustentáveis é movida por diversos motivos, tais como: impacto econômico, social, lucratividade, além de um futuro mais provisor e assertivo. Desta forma, este trabalho tem como objetivo destacar os principais motivos que levam as organizações a desenvolverem um negócio mais sustentável e a entender as razões pelas quais elas adotam esses processos, além de contribuir para futuros estudos dentro dessa linha de pesquisa.

Material e métodos

Neste estudo, foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, que teve como abordagem uma pesquisa qualitativa e descritiva, sobre a temática: a busca pelo desenvolvimento de negócios mais sustentáveis. Para tanto, foi realizado uma busca aprofundada em artigos que pautavam sobre a economia circular como base para negócios mais sustentáveis e voltados para a responsabilidade social. Na busca pelas bibliografias foi utilizado a expressão “como tornar os negócios mais sustentáveis”, a fim de identificar artigos com informações plausíveis sobre o tema. Bem como as palavras chaves utilizadas: economia circular; sustentabilidade; negócios sustentáveis; e responsabilidade ambiental.

Após a leitura e levantamento destes artigos, foi filtrado os que mais abordavam o assunto pelo ano mais recente, estabelecido entre 2011 e 2021, para então identificar dados mais precisos quanto ao crescimento de negócios que desenvolveram ou buscam desenvolver a responsabilidade sustentável.

Resultados e discussão

A sustentabilidade, nada mais é, do que uma busca pelo equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos naturais e a forma como estes são explorados pela sociedade. Ou seja, visa equilibrar a preservação do meio ambiente, bem como trazer benefícios ligados a qualidade de vida para a população. Embora o conceito de sustentabilidade seja muito amplo, foi estabelecido a junção desses três fatores: econômicos, ambientais e sociais, por meio do tripé da sustentabilidade, ou também conhecido (cont.)

(cont.)

em inglês como triple bottom line. “O tripé da sustentabilidade é empregado para estabelecer valores e processos que as empresas devem adquirir com o intuito de reduzir impactos causados nas três esferas: social, ambiental e econômica” (ETHOS; UNIETHOS, 2008, p.127).

Muito se fala em sustentabilidade, mas poucas são as estratégias utilizadas pelas empresas para aplicá-las na prática. Para Decker (2021), os negócios sustentáveis já são considerados prioridades no mercado global. Portanto, incluir a sustentabilidade no dia a dia das organizações já não é mais visto como algo inovador, mas sim algo com precisão para melhorar o alcance do público consumidor e destacar-se na sociedade de forma saudável. A importância de aderir a projetos e ações sustentáveis nos negócios geram um aumento gradativamente na economia pelo mundo e reflete diretamente no crescimento das empresas. Contudo, é importante ressaltar que este crescimento não deve ser somente por parte dos proprietários, mas igualmente pelos consumidores e demais pessoas envolvidas na produção e desenvolvimento interno das organizações (DECKER, 2021).

As práticas a serem adotadas, muito das vezes ocorre pela sua cadeia de produção, não somente fornecer produtos sustentáveis, mas também fazer o descarte correto de materiais, reduzir embalagens plásticas, implementar ações que visem o comprometimento com o meio ambiente no dia a dia da empresa, desenvolver palestras e workshops que reforcem a importância de tais medidas para a melhoria de qualidade de vida dos colaboradores e do ambiente externo e, tentar ao máximo, fazer com que todas as questões que envolvam a cadeia de produção da empresa se interliguem de forma que a política da mesma seja priorizar os recursos naturais renováveis e reciclados, o bem estar da população e, principalmente, do consumidor final (PIRES, 2021; MARTINS, 2021).

Ademais, a gestão ambiental empresarial está essencialmente voltada para organizações, ou seja, companhias, corporações, firmas, empresas ou instituições e pode ser definida como um conjunto de políticas, programas e práticas administrativas e operacionais que levam em conta a saúde e a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente, através da eliminação ou minimização de impactos e danos ambientais decorrentes do planejamento, implantação, operação, ampliação, realocação ou desativação de empreendimentos ou atividades, incluindo todo ciclo de vida de um produto, desde a matéria-prima à eliminação (MARQUES, 2008).

As razões pelas quais as empresas devem adotar processos mais sustentáveis, como já mencionado, estão voltadas para as vantagens competitivas que tendem a gerar no mercado. Essas vantagens se submetem em: diferencial no mercado, acesso a incentivos e financiamentos governamentais, inovação que atendem as solicitações dos consumidores, melhor posicionamento da empresa em relação aos concorrentes, redução de custos/produção, maior atratividade para captação de clientes, auxílio no desenvolvimento sustentável social, utilizar de meios que preserve o ambiente e auxilie no desenvolvimento social, agregam muito mais valor ao produto, entre tantos outros benefícios.

Para se ter um produto que seja aceitável ao público na qual se deseja alcançar, por exemplo, é necessário primeiro identificar e conscientizar a população consumidora da importância e qualidade dele possuir esse diferencial. Atualmente muito dos consumidores já possuem maiores preocupações com a proteção ambiental, o que aumentou o engajamento das empresas frente a esse raciocínio.

Tendo em vista isso, é notório que cada vez mais empresas passam a aderir essas mudanças, a começar pela gestão até chegar no alvo principal, que é o consumidor consciente da sua compra ou produto/serviço realizado de maneira eficiente e que gere resultados positivos para o meio ambiente.

(cont.)

(cont.)

Conclusão

Os melhores negócios são aqueles que se adaptam melhor as mudanças externas. E é visando essas mudanças que a sustentabilidade se alocou no mundo empresarial, para que, cada vez mais, empreendimentos e pessoas tenham o interesse em práticas voltadas para fins sustentáveis e, assim, possam tê-las como um estilo de vida.

Portanto, este resumo teve como objetivo principal, reforçar a importância do desenvolvimento de negócios mais sustentáveis, a fim de alertar as organizações a buscarem meios de desenvolver possíveis mudanças e se adaptarem a um modelo de negócio que seja benéfico economicamente e que possa gerar um diferencial competitivo. Buscou-se também destacar, que um modelo de negócio sustentável é uma oportunidade para que as empresas obtenham retornos positivos e no repensar dos processos e dos produtos, de maneira a ajudar a preservar o meio ambiente.

Desta forma, o intuito desta pesquisa não foi o aprofundamento da temática acerca de negócios sustentáveis, mas sim, uma análise que permitisse alertar e orientar as empresas sobre a necessidade de gerir seus processos, tendo em vista às práticas sustentáveis e ações que visem promover a melhoria contínua delas.

Referências

- DECKER, Katie. O Investimento das empresas em sustentabilidade. Exame Invest. Belo Horizonte, 2021.
- PIRES, Gilson Scholl; MARTINS, Cyntia. Economia circular e os avanços da temática: um estudo bibliográfico. In: XI CODS Colóquio de Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade, Belém, 2021.
- MARQUES, Wagner Luiz. Diário de um empreendedor: a real informação para os gestores de sucesso. 1 ed. 2008.
- INSTITUTO ETHOS; UNIETHOS. Relatório de sustentabilidade. São Paulo: Instituto Ethos e UNIETHOS, 2008.

LOGÍSTICA REVERSA: uma necessidade que as empresas precisam implementar

Helen Clícia de Oliveira Valente¹; Rayane Malcher Santos¹; Renata dos Santos Cohen¹; Gilson Scholl Pires²

¹Graduanda em Administração pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ);

²Doutor em Administração pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e docente do Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

Introdução

As grandes revoluções industriais provocaram mudanças significativas no mundo, desenvolvendo em larga escala setores que, hoje, proporcionam uma melhor qualidade de vida a todos. Contudo, é inegável a problemática surgida a partir destas, posto que a produção em larga escala obviamente aumentou a quantidade de insumos extraídos da natureza e de resíduos lançados no meio ambiente, como também a busca pelo uso de materiais mais práticos e baratos, mas não necessariamente mais sustentáveis, como o plástico (GANZALA, 2018).

Com o passar dos anos, o descarte indevido e até desnecessário desses resíduos, se tornaram grande preocupação das organizações científicas, alertando sobre os prejuízos ao meio ambiente e propondo soluções necessárias para a contenção e mitigação de danos. A partir dos alertas propostos pela comunidade científica, as organizações políticas discutiram obrigações mínimas dos Estados e empresas, buscando uma cooperação para a tentativa de gerarem negócios mais sustentáveis (GANZALA, 2018).

Dentre as determinações expostas, há a necessidade da aplicação da logística reversa. Esse procedimento nada mais é do que a lógica inversa à distribuição normal de produtos ao cliente. Enquanto o fluxo normal ocorre passando por fornecedores, indústria, distribuidores, comerciante e consumidores, a logística reversa se propõe a reinserir os resíduos, gerados no pós-consumo e no pós-venda, em novos ciclos produtivos. Portanto, o presente resumo teve como objetivo discutir a importância da logística reversa para a melhora dos procedimentos internos das organizações e seus resultados.

Material e métodos

A metodologia utilizada foi a teórico-conceitual, por meio de pesquisa de materiais já publicados. Segundo Marconi e Lakatos (1996), sobre a temática estudada a fim de analisar o contexto e a problemática que envolve o tema e compreender as dificuldades para efeito do estudo, foi desenvolvida uma análise baseada em pesquisa bibliográfica sobre os seguintes temas e palavras-chaves: logística reversa, pós-venda e pós consumo, redução de custos e sistemas de logística.

Resultados e discussão

Lima e Andrade (2018) argumentam que diante da redução do ciclo de vida útil dos produtos causados pela obsolescência programada, a quantidade de produtos e resíduos gerados no processo aumentaram significativamente. Estratégias precisam ser adotadas, como redistribuição ou recolhimento para reaproveitamento de produto e reavaliação dos seus períodos de vida útil para que, assim, as empresas consigam possuir maior controle dos danos gerados pela produção. Para Leite (2003), as empresas e seus processos industriais são responsáveis pelos impactos ambientais gerados na produção, mas também devem ser as responsáveis pelos produtos, inclusive após a venda destes produtos. (cont.)

(cont.)

Conforme dito na introdução, organizações políticas mundiais produzem debates acerca da preservação do meio ambiente e de obter formas de exploração menos danosas. Dentre estas discussões, se faz necessário a internalização da ideia de que os recursos naturais são finitos e precisam ser preservados para que se evite a sua escassez ou até mesmo a sua extinção (LIMA; ANDRADE, 2018).

A partir disso, foram elaborados determinações, metas e objetivos de desenvolvimento sustentável a serem cumpridas, dessa forma, a sustentabilidade deixou de ser obrigação moral e se tornou uma obrigação legal. É uma estratégia que as organizações podem inserir em seus processos internos é a adoção da logística reversa.

Embora se utilize dos mesmos elementos básicos da logística regular, “a maioria dos autores acreditam que as equipes responsáveis pela logística tradicional e pela logística reversa devem ser independentes, já que as características dos fluxos com os quais elas lidam são bastante diferentes” (DAHER; SILVA; FONSECA, 2006, p. 8).

Para Lacerda (2002), quando bem utilizada, a logística reversa possibilita a redução de custos nos processos produtivos. Podendo assim economizar em matéria prima, através da reutilização desse material pós consumo, trazido de volta na logística reversa, para uma reciclagem e possibilidade de manufaturar, dando condições de aumentar sua produção, e de economizar na matéria prima, conseqüentemente, terá uma redução no custo de produção do produto, podendo diminuir o valor de venda ao consumidor final, tornando-o ainda mais competitivo e crescendo o volume de vendas e de seu faturamento ou, simplesmente, aumentando a margem de lucro da empresa.

Além da possibilidade de instituir acréscimos nos produtos, transformando em um produto com valor agregado, por meio do marketing da sustentabilidade, e na imagem da empresa pela sustentabilidade aplicada, conforme ocorre com empresas líderes nos seus nichos (LEITE, 2003).

Outra importante razão para a implementação da logística reversa é o benefício à imagem da empresa, já que os consumidores estão mais conscientes e entendem o papel das corporações para com o meio ambiente. Desta forma, procuram adquirir produtos recicláveis, reutilizados ou mais sustentáveis, além de consumirem de empresas que possuem compromisso com o meio ambiente, fazendo assim, uma fidelização de clientes.

A imagem verde para produtos e empresas tornou-se um elemento importante no marketing organizacional, além de torna-se uma vantagem competitiva (COUTO; LANGE, 2017). Como exemplo, em 2018, foi realizada uma pesquisa que comprovou o crescimento das vendas em uma empresa de refrigerantes que adotou a logística reversa e incentivou, através de um cupom de desconto, os consumidores a retornarem as garrafas *pets* vazias. Percebeu-se, entre o antes e o depois da aplicação da logística reversa, um crescimento significativo em relação à quantidade de garrafas recolhidas, bem como na produção e venda do produto (ALVES et al, 2019). Demonstrado em números, “do primeiro mês do primeiro semestre para o primeiro do segundo semestre houve um crescimento de 12,5% na quantidade produzida, 10,3% na quantidade vendida e 41,1% na quantidade recolhida” (ALVES et al, 2019, p. 13).

Os autores citados acima suggestionaram, diante da repercussão positiva da ação comercial, a celebração de parcerias ou convênios com indústrias têxteis - podendo gerar lucros com venda de inservíveis - e desenvolver oficinas em conjunto com organizações não governamentais e, assim, promover um marketing ecologicamente responsável e utilizando destas ações como estratégia para a geração de extra de receitas, o que pode impactar diretamente nos resultados empresariais (ALVES et al, 2019). (cont.)

(cont.)

Porém, implementar uma logística reversa, requer além dos estudos de viabilidade, para alguns segmentos, também das pesquisas de impacto na qualidade do material gerado para essa reutilização da fabricação do produto, a fim de não ter perdas qualitativas. Outros segmentos, terão que dispor de maquinários específicos para a reciclagem e transformação em matéria prima novamente, para então voltar ao ciclo de fabricação do produto, dependendo do processo e do tratamento necessitado para esse reaproveitamento do material a ser reciclado. Esta é a dificuldade das empresas em precisar os custos dessa implementação, diante do retorno financeiro, ou seja, o custo e benefício para elas. Outra dificuldade é de que na logística reversa, o consumidor tem um papel fundamental, pois encabeça o ciclo reverso do resíduo a ser reaproveitado, até o seu fabricante, precisando assim de um trabalho de conscientização, bem como, de um incentivo a fim de que os consumidores participem massivamente, pois, a demanda de resíduo precisa ser contínua, para não prejudicar na capacidade produtiva da empresa.

Conforme demonstrado, a implementação da logística reversa é de suma importância para o meio ambiente e para as empresas. Argumentos que sustentem a ideia de que a logística reversa aumenta os custos das empresas não tem mais base diante de vários estudos e cases que provam o contrário (ALVES, 2019). A crescente conscientização da sociedade quanto à preservação do meio ambiente como fator necessário para qualidade de vida e até sobrevivência provoca rupturas no ciclo de industrialização popularizado séculos atrás, no qual a fumaça era sinônimo de crescimento (OLIVEIRA, 2015) e abre espaço para empresas, cada vez, mais verdes e conscientes.

Conclusão

As empresas têm se adaptado a cada novas necessidades de seus consumidores, de condições adversas como a pandemia da Covid-19, mas agora é uma necessidade do meio ambiente, para que novas gerações não sofram com as escassezes de recursos naturais, com as altas de temperaturas pelas mudanças climáticas que esta geração está sentindo, e não só isso, por uma questão de saúde pública também.

A logística reversa vem se apresentando não só válida, e obrigatória, através de leis e regulamentações, mas muito necessária para a sustentabilidade e se mostrado uma solução viável e até atrativa para muitas empresas que já as praticam, inclusive economicamente.

Já não se tem dúvidas que esta prática, da logística reversa é essencial para uma gestão de resíduos eficiente, porém pela variedade de produtos produzidos que está diretamente atrelado a demanda, por tanto, se produz cada vez mais em quantidade e, por conseguinte, se torna uma grande dificuldade de estabelecer normas e regras para implementação de uma logística reversa perspicaz e que atenda todos os setores.

Coletar, transportar, armazenar, processar, selecionar e destinar de forma adequada os materiais requer soluções que ultrapassem algumas barreiras como o conflito de interesses, por parte de empresas que produzem matéria-prima para os fabricantes, não são favoráveis ao reuso proporcionado por este tipo de logística, pois reduziria sua demanda, outra barreira é a comunicação, ainda tímida na propagação da informação sobre este assunto, não há uma divulgação ampla sobre a lei, de maneira que o consumidor final que é o início da cadeia de suprimentos da gestão de resíduos, não tem se quer conhecimento da existência, quanto mais de saber como proceder e que seu papel é fundamental para início do processo deste tipo de logística, então há uma necessidade que este assunto seja muito debatido, divulgado de forma mais contundente, ensinado nas escolas para que novas gerações já adquiram o hábito de retornar o pós-consumo ou pós-venda. (cont.)

(cont.)

Apesar dos custos de reaproveitamento sejam compensatórios ao final do processo reverso, garantir que ele comece pode, dependendo do setor, gerar valores muito alto, sem uma certeza de retorno positivo. Levando em consideração ainda que o problema de transporte ou modal no país é deficiente, sendo 60% por rodovias, o que dificulta e encarece bastante o processo da logística comum, e transcenderia para a reversa, e como esta não agrega valor financeiro relevante para empresa, acaba por ser uma desmotivação para as empresas. Incentivos fiscais do governo, barateamento do transporte, mão de obra qualificada e tecnologias apropriadas, já começaria deixar a Logística Reversa mais atraente e uma opção viável de sustentabilidade para as empresas implementarem.

Referências

- ALVES, Jesimar da Cruz et al. Logística Reversa como Estratégia de Redução de Custos e Impacto Ambiental: análise de uma indústria de refrigerantes. In: XVI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2019.
- COUTO, Maria Claudia Lima; LANGE, Liséte Celina. Análise dos Sistemas de Logística Re-versa no Brasil. Eng Saint Ambient. v. 22, n. 5, set/out 2017, p. 889-89.
- DAHER, C. E; SILVA, Edwin Pinto; FONSECA, Adelaida Pallavicini. Logística reversa: oportunidade para redução de custos através do gerenciamento da cadeia integrada de valor. v. 3, n. 1, p 58-73, Vitória/ES, 2006.
- GANZALA, Gabryelly Godois. A industrialização, impactos ambientais e a necessidade de desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis no século XXI. Centro Universitário Internacional Uninter. Escola De Gestão Pública, Política, Jurídica E Segurança. Curitiba/Pr. 2018.
- GUIMARÃES, Eloísa Helena Rodrigues; MINOVES, Jorge Sala; AFONSO, Tarcísio; JEUNON, Ester Elias. Logística Direta e Logística reversa na produção do aço. Estudo de caso em uma empresa Siderúrgica, do III SINGEP e II S2IS – São Paulo, 2014.
- LACERDA, L. Logística Reversa: uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas operacionais, Revista Tecnológica, p. 46–50, jan. 2002.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1996.
- LEITE, P. R. Logística reversa: meio ambiente e competitividade. 1. ed. São Paulo, Prentice Hall, 2003.
- LIMA, Gabriela Eulalio de; ANDRADE, Sinara Lacerda. A logística reversa e o enfrentamento do fenômeno da obsolescência programada. Revista de Direito da Cidade, v. 10, n. 2, p. 1236-1255, 20 abr. 2018.
- MENDES, Henrique Manoel Riani, Análise de Experiências Internacionais com a logística reversa de eletroeletrônicos: Comparação com a realidade brasileira. Tese de mestrado, UNINOVE. São Paulo, 2017.

RESUMOS EXPANDIDOS: ARQUITETURA E URBANISMO



PUBLICIDADE EXTERNA NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM: poluição visual no bairro da Campina

Aline Yuki Oikawa Silva¹; Daísy Catarina do Socorro Veiga Matos¹; Edgar Farias da Silva¹; Carolina de Souza Leão Macieira Gester²

¹Graduando(a) em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

² Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Introdução

Segundo o artigo 216º da Constituição Federal de 1998, o patrimônio cultural engloba um conjunto de bens materiais e imateriais portadores de identidade, ação e memória dos grupos que constituem a sociedade, do qual se faz necessária à sua preservação. Nesse sentido, cabe a sociedade ter uma reflexão, uma consciência a respeito da conservação de seus bens culturais imóveis a fim de exibi-lo como forma de orgulho e conhecimento da origem de sua história. Infelizmente, observa-se que no Centro Histórico de Belém (CHB) a publicidade não está conciliada com essa missão, e o que é observado frequentemente, é a disputa por mais espaço diante dos olhos do usuário e com isso substitui-se as belas vistas das fachadas históricas dos casarões por painéis publicitários em que muitas vezes são dispostos irregularmente segundo os anexos da Lei Ordinária Nº 8106/01, os quais mostram a melhor disposição dos suportes publicitários na fachada de modo a não causar grandes interferências na edificação.

Sendo assim, serão tecidas considerações sobre a temática da publicidade e do patrimônio histórico, tendo como o ponto central o bairro da Campina em Belém do Pará, objetivando fazer uma análise da poluição visual a partir da presença de publicidade irregular nos imóveis de interesse a preservação no bairro da Campina.

Material e métodos

Os objetos de estudo foram as fachadas de interesse a preservação localizadas no bairro da Campina, Belém. Para isso, foi utilizado o inventário de imóveis de interesse a preservação, resultado do projeto de iniciação científica iniciado em 2021 pelo grupo, realizado com base no inventário de mesmo nome feito no Município de Belém, em 1994.

Com base nas informações e fotografias documentadas no inventário, foi feita a observação dos elementos publicitários praticados nas fachadas dos imóveis localizados no bairro da Campina, em suas vias, entornos e praças, destacando comparações entre a realidade das publicidades externas e a Lei Municipal número 8.106 de 08 de dezembro de 2001.

Resultados e discussão

A partir dessa análise, percebeu-se que a relação arquitetura-publicidade nas edificações históricas voltadas ao uso comercial no bairro, apresentam-se irregulares dada a condição em que se encontram (cont.)

(cont.) instaladas nos imóveis, as quais são consequência, em grande parte, do processo de urbanização desenfreado de Belém ocasionado pela 1ª Léguas Patrimonial em 1960 a 1980, visto que houve o favorecimento da concentração de habitantes e o desenvolvimento do comércio, pois era a área mais alta do relevo belenense e esse espaço reunia a maior quantidade de monumentos destinados ao período da Belle Époque.

Posto isso, e com base nas informações presentes no Inventário de Bens Imóveis de Interesse à Preservação do Bairro da Campina, foi identificado que dos 384 imóveis analisados, 181 apresentam instalações de anúncios publicitários, nos quais muitos estão em desacordo com a lei municipal 8.106, a qual baliza a instalação desses elementos nas fachadas de edifícios históricos.

A Lei Ordinária N° 8106/01 do município de Belém, menciona no capítulo II no Art.13º, que no Centro Histórico de Belém só será permitida a fixação de equipamentos publicitários do tipo letreiro ou placa, pintura publicitária e relógio e termômetro, desde que o equipamento publicitário fixado não poderá encobrir total ou parcialmente os elementos decorativos das fachadas dos imóveis e ainda deverá obedecer aos seguintes parâmetros dos anexos pertencentes a essa lei (Capítulo II, Art.14) e o licenciamento às instalações de equipamentos publicitários dentro dessa área dependerá do parecer da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) fundamentada nesta lei e nas complementares em vigor (Art.15º, 16º e anexos).

Além do mais, o Capítulo II do Art.14º; orienta como deve ser realizada a instalação dos anúncios publicitários nas fachadas de edificações históricas como pode-se visualizar na figura 1 (A), porém o que se é encontrado nas ruas do bairro da Campina é o não cumprimento desta legislação, por parte do responsável da edificação. Um dos exemplos é observado na figura 1 (B), com a presença da publicidade que chega a encobrir metade da edificação, impossibilitando a visualização de suas características arquitetônicas e bloqueando a iluminação e a ventilação natural.



Nesse sentido, pôde-se notar que o acúmulo exagerado dos anúncios voltados a publicidade está estabelecido nas áreas onde há a função do uso comercial do bairro, tendo como exemplo a figura 2 (A, B e C), localizado na Rua Conselheiro João Alfredo. Nesta rua, é quase impossível a visualização completa das edificações por conta da quantidade de publicidade fixadas nas fachadas e de “barracas” dos vendedores informais ocupadas nos passeios, os quais montam suas estruturas em frente a esses imóveis figura 1 (B), restando a estes comerciantes, implantarem seus anúncios em tamanhos exagerados à cima dos limites estabelecidos figura 2 (A e B), a fim de vencerem esta competição com os comerciantes concorrentes. Além do mais, essa disputa aparentemente sem regras, transforma um espaço que era pra ser de contemplação em algo completamente diferente do que foi idealizado com o tombamento do Centro Histórico de Belém pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN em 2012, o qual visava dar o devido valor histórico-cultural que esses bens representam a sociedade. Por fim, nas vias onde não ocorre o conflito mencionado, os imóveis com anúncios tendem a

(cont.)

(cont.) estarem mais regulares no que diz respeito a diretriz municipal de publicidade, como mostra a figura 2 (C).



Além da legislação vigente, as cartas patrimoniais representam também uma medida de preservação teórica, com recomendações que decorrem da discussão entre diversos atores sobre determinado aspecto relacionado ao patrimônio e que contribui na ampliação do conhecimento a respeito dos procedimentos e metodologias para a proteção dos bens culturais. A Carta de Atenas (1931) tem o papel da educação e o respeito aos monumentos, mencionando sobre a Valorização dos Monumentos, o qual se recomenda a supressão de toda publicidade e de toda indústria ruidosa, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos, de arte ou de história, como forma de garantir a conservação de monumentos e obras de arte, intencionando o respeito e o interesse dos próprios povos levando a consideração de que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização.

Conclusão

Assim sendo, é importante haver uma fiscalização do órgão responsável, FUMBEL, aos imóveis tombados e protegidos, tendo como referência a Lei Ordinária N.º 8.106 e seus anexos, incluindo o embasamento teórico das cartas patrimoniais, como forma de minimizar a poluição visual nessas áreas, as quais são de grande significado cultural e histórico para a sociedade. A relação da publicidade com o patrimônio imóvel de interesse a preservação, com função comercial e de serviço, não pode ser ignorada. Ao mesmo tempo que se compreende as necessidades da função econômica da visibilidade das marcas, também é destacada a importância da educação patrimonial para um melhor entendimento das responsabilidades dos proprietários de imóveis de interesse a preservação.

Agradecimentos

Obrigado ao Centro Universitário Metropolitano da Amazônia, pelo fomento e apoio para realização da pesquisa de iniciação científica que se desdobrou neste resumo expandido.

Referências

Sociedade das Nações. Carta de Atenas, Atenas: Outubro de 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 21 de Ago. 2022.

BELÉM. Lei Ordinária N.º 8.106, Art.13º à 21º e anexos. 28 de dezembro 2001. Dispõe sobre a exploração de publicidade e propaganda ao ar livre no Município de Belém e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, [2001]. Disponível em: <https://cmbelem.jusbrasil.com.br/legislacao/576756/lei-8106-01>. Acesso em: 22 de Ago. 2022. (cont.)

PUBLICIDADE EXTERNA NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM: boas práticas no bairro da Campina

Ana Priscilla Souza Carvalho¹; Isabella da Silva Bernardes¹; Thamires Thais Pantoja Ferreira¹; Carolina de Souza Leão Macieira Gester²

¹Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

²Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Introdução

O bairro da Campina possui significativa importância para o entendimento das transformações culturais da cidade, haja vista se tratar do segundo bairro mais antigo de Belém, portanto vem se transformando e se adaptando às necessidades hoje presentes neste espaço, que com o passar do tempo ficou popularmente conhecido como o bairro do comércio. A partir disso, é verificada uma paisagem heterogênea, com ênfase nos edifícios de uso misto, comercial e de serviço que fazem uso de elementos publicitários contrastantes.

Por se tratar de um bairro majoritariamente composto por edificações voltadas ao comércio, observa-se que a dinâmica de publicidade encontrada no local destoava do que seria o ideal para a paisagem urbana, sobretudo para uma região formada por edificações históricas protegidas pela lei municipal 7.709/1994 instaurada pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) e com sua região tombada em 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Apesar do notável problema de poluição visual, na cidade e no bairro, em 2001 foi sancionada a lei municipal número 8.106 que dispõe sobre a exploração de publicidade e propaganda ao ar livre no município de Belém. O capítulo II da referida lei, aborda o que seria o ideal para propagandas e publicidades no centro histórico, sendo obrigatório que as instalações previstas para as fachadas passem por licenciamento junto à FUMBEL. Há também o embasamento na constituição de 1988, onde no artigo 216, no inciso 1º consta que a salvaguarda de um patrimônio deve ser feita em conjunto pelo poder público com auxílio da comunidade, por meio de ferramentas como inventário, registros, tombamentos e outros fatores.

Este trabalho possui o objetivo de analisar a aplicação da lei municipal nº8.106 de 8 de dezembro de 2001, destacando exemplos que se enquadram adequadamente nesta lei.

Material e métodos

Para alcançar o objetivo proposto, foram feitas análises das edificações que se enquadram na categoria de interesse a preservação, localizadas no bairro da Campina. Foi utilizado o inventário de imóveis de interesse a preservação, resultado do projeto de iniciação científica iniciado em 2020 pelo grupo, o qual foi desenvolvido com base no inventário de mesmo nome realizado pela Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL, no ano de 1994.

A partir deste inventário de 2021, foi feita a análise dos elementos publicitários presentes nas 181 fachadas dos imóveis localizados no bairro da Campina, destacando as que estão de acordo com a Lei Municipal número 8.106 de 08 de dezembro de 2001.

Resultados e discussão

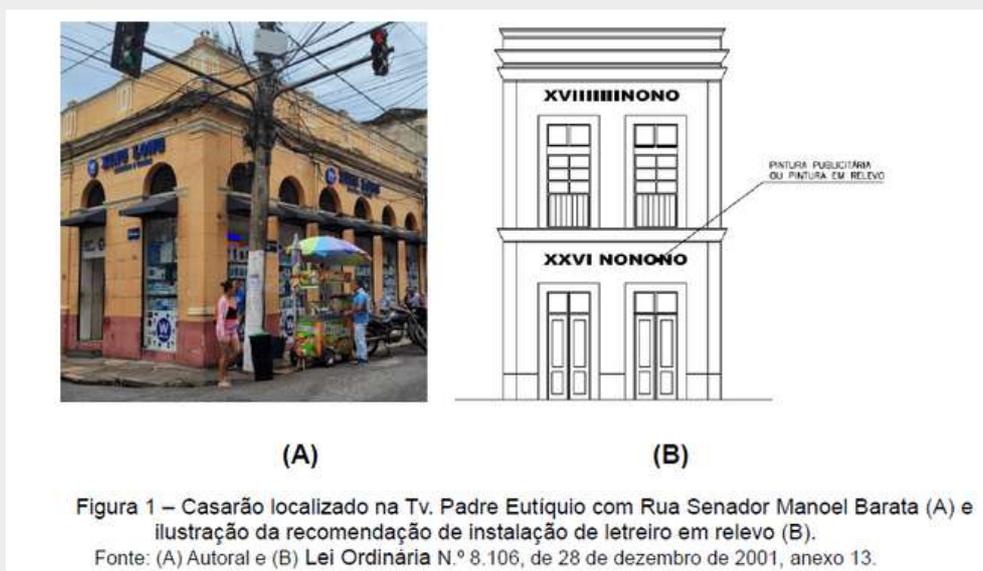
No âmbito municipal, a lei n. 8.106 de 2001, é a única regulamentação que institui normas de proteção e inserção de materiais publicitários no centro histórico de Belém e que tem como “objetivo organizar, controlar e orientar o uso de propaganda ao ar livre de qualquer natureza [...]” (BELÉM, 2001).

(cont.)

(cont.)

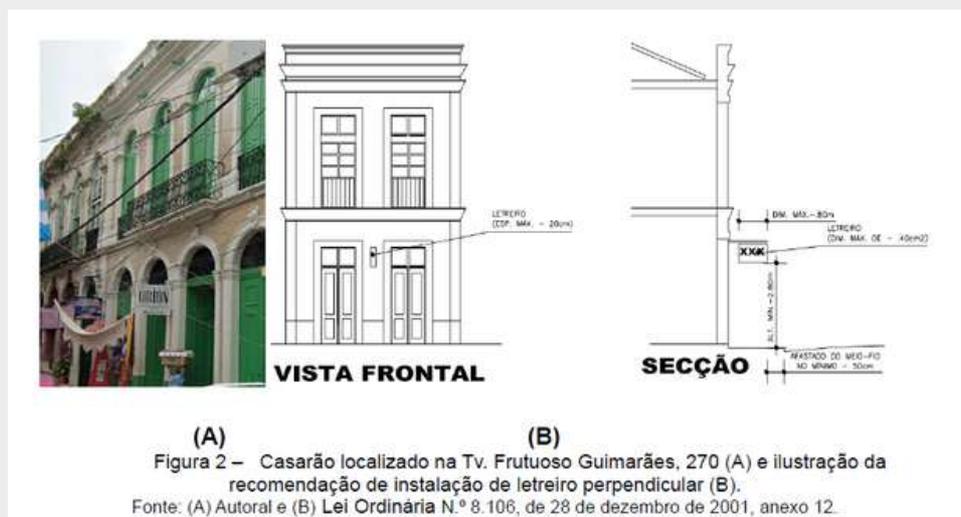
A lei destaca em seu capítulo II os tipos de publicidade permitidas no centro histórico de Belém, sendo estas: afixação de equipamentos publicitários dos tipos letreiro ou placa, pintura publicitária e relógio e termômetro. Onde todas as formas devem seguir modelos e padronização de fabricação e instalação indicados nos anexos da lei.

Apesar da legislação existente, o centro histórico possui uma forma desordenada de diferentes tipos de propagandas espalhadas, havendo poucos exemplos de boas práticas dos usos da publicidade no local, como a figura 01 - (A) casarão localizado na Tv. Padre Eutíquio com a Rua Senador Manoel Barata, o qual possui um letreiro em relevo, seguindo o padrão estabelecido (B) no anexo 13 da lei n. 8.106.



Conforme a figura 02, o casarão localizado na Tv. Frutuoso Guimarães nº 270 (A) de uso comercial, o qual faz uso de uma publicidade perpendicular à fachada, segue as considerações de modelo estabelecido no anexo 12 da lei (B), sendo fixado no pavimento térreo, com afastamento da fachada; mantendo uma boa altura livre e sem encobrimento da fachada, possibilitando a visualização do conjunto arquitetônico do imóvel.

Nos exemplos apresentados neste trabalho e nas demais edificações com publicidade externa adequada registradas no inventário, é possível notar como a forma correta de instalação da publicidade possibilita uma leitura clara sem afetar a arquitetura e os elementos arquitetônicos característicos dos imóveis históricos. O cumprimento da lei também atende recomendações internacionais como as cartas patrimoniais, sendo possível a introdução de elementos contemporâneos que não perturbam a harmonia do conjunto urbano e que podem contribuir para o seu enriquecimento (ICOMOS, 1986).



(cont.)

(cont.)

Conclusão

A partir disso, na análise do cumprimento da legislação de publicidade no bairro da Campina, foi possível observar que é possível identificar edificações que estão de acordo com as exigências municipais, mesmo que em minoria. Esses exemplos devem ser destacados positivamente e usados como referência para trabalhos de conscientização e educação patrimonial para empresários que atuam no Centro Histórico de Belém, promovendo a valorização do comércio de rua adequado ao patrimônio cultural.

Agradecimentos

Obrigada ao Centro Universitário Metropolitano da Amazônia e ao Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), pelo fomento e apoio para realização da pesquisa de iniciação científica que se desdobrou neste resumo expandido.

Referências

ICOMOS. Carta de Washington. Washington: 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Lei de Publicidade e propaganda ao ar livre. Lei Ordinária N° 8.106, de 28 de dezembro de 2001.

RESUMOS EXPANDIDOS: BIOMEDICINA



AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA POTÁVEL NA CIDADE DE CASTANHAL/PA DE 2020 A 2021 ATRAVÉS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA MICROBIOLÓGICA

Gustavo Barra Matos¹; Danielle Cristinne Azevedo Feio²

¹Graduando em Biomedicina pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

²Doutora em Neurociências e Biologia Celular pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução

O acesso adequado a água em quantidade e qualidade é tido como condição imperativa à dignidade e sobrevivência do ser humano. Atualmente, a preocupação está voltada para a qualidade da água para consumo humano por conta do aumento da poluição e degradação dos recursos hídricos (JUNIOR et al, 2019). Com essa massiva deterioração e poluição dos corpos d'água, doenças de veiculação hídrica ganham destaque, pois ocasionam inúmeros transtornos sociais e repercussões epidemiológicas e que podem estar conexas a condições higiênico-sanitárias e de saneamento básico precárias (SANTANA et al., 2021).

Portanto, para monitorar as etapas de captação, abastecimento e distribuição de água potável, em 2007, consolidou-se o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água Potável para Consumo Humano (SISAGUA), cujo foi desenvolvido com intuito de fazer a vigilância da água que abastece os municípios do Brasil, logo visa garantir a saúde e a prevenção de diversos riscos de veiculados hidricamente (JUNIOR et al, 2019). Dito isso, é necessário realizar rotineiramente a avaliação do sistema de vigilância da qualidade da água potável distribuída, e das informações registradas nele, para aferir se as ações estipuladas por lei pelo Ministério da Saúde, para a garantia de distribuição de água de qualidade e manutenção da saúde pública estão sendo cumpridas, além de determinar se os direitos de acesso a água potável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) estão vigentes no local.

Desta forma, o objetivo deste estudo foi fazer a avaliação (pautada na Portaria GM/MS N° 888, de 4 de maio de 2021) da qualidade da água potável distribuída para a população da cidade de Castanhal no Pará, nos anos de 2020 e 2021 com base nos dados da vigilância microbiológica registrados no SISAGUA.

Material e métodos

Foi realizado um estudo retrospectivo, fundamentado na exploração, quantificação e avaliação dos registros e informações de análises microbiológicas da água potável da rede de distribuição da cidade de Castanhal-PA, entre os anos de 2020 e 2021. Para isso, as informações sobre os parâmetros microbiológicos foram obtidas na forma de planilhas no Portal Brasileiro de Dados Abertos do Ministério da Saúde (MS), que estão disponíveis em (<https://dados.gov.br/dataset?tags=SISAGUA>), as planilhas selecionadas são intituladas "SISAGUA – Vigilância (Parâmetros Básicos)". (cont.)

(cont.) Dessa forma, a avaliação das informações foi realizada em concordância com a Portaria GM/MS n.º 888, de 4 de maio de 2021 e para quantificar do número de coletas de amostras de água necessárias, foi utilizada a estimativa populacional de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referente a cidade de Castanhal-PA, disponível em (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/castanhal/panorama>).

Resultados e discussão

Dito isso, durante o período investigado, no município de Castanhal-PA, foi possível constatar que não houve o cumprimento das diretrizes e protocolos referentes a vigilância microbiológica da qualidade da água, descritos na Portaria GM/MS n.º 888, de 4 de maio de 2021. Pois, não houve um fornecimento adequado de informações para a plataforma do SISAGUA, logo, várias lacunas foram identificadas na base de dados, sendo estas mais evidentes no ano de 2021, onde não houve cadastramento de informações sobre os parâmetros microbiológicos da água.

Portanto, é deduzível que as ações de monitoramento microbiológico da água potável distribuída não foram realizadas eficientemente. Esta deficiência configura uma séria precariedade no sistema de vigilância da água, pois a água é um dos meios de veiculação e proliferação para diversos microrganismos patogênicos e também é capaz de transportar substâncias químicas nocivas à saúde (FARIA et al., 2021).

Além, disso, observou-se que houve uma baixa cobertura do respectivo sistema de vigilância na cidade, apenas 16,12% do total de bairros que compõem o município foram identificados na plataforma do SISAGUA (Tabela 1). Além do mais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cidade de Castanhal apresenta apenas 24,87% de cobertura de água potável (IBGE, 2021). Dito isso, grande parte dos habitantes encontram-se sem acesso a água potável e sem ações de atenção básica referente a vigilância da qualidade da água. Esta situação sugere que houve/há problemas no sistema de abastecimento da cidade, problemas estes que comprometem as melhorias e expansão na cobertura de distribuição água potável.

Tais problemas prejudicam a manutenção da saúde e bem estar da população afetada, além de impactar no desenvolvimento socioeconômico local, visto que, de acordo com Araújo et al. (2022), o desenvolvimento e melhorias adequadas nas etapas de captação, abastecimento e distribuição de água potável são necessárias, pois possuem influência direta nas condições de saúde e de bem-estar dos habitantes, uma vez que envolve o controle e prevenção de doenças disseminadas pela água, prática de hábitos higiênicos e aumento da expectativa de vida e produtividade econômica (ARAÚJO, et al., 2022).

Tabela 1- Percentual de bairros com registros de parâmetros microbiológicos no SISAGUA. Castanhal/PA, 2020-2021

Variáveis	Total	%
Bairros	31	100
Bairros registrados	5	16,12

Fonte: Autores, 2022.

Dessa forma, a ausência de informações na plataforma do SISAGUA é reflexo da má execução das ações de vigilância da água potável, principalmente se tratando das coletas de amostras de água, pois elas dão origem aos registros no sistema do programa de monitoramento da água. Diante do exposto, evidenciou-se que o número anual mínimo de coletas de amostras de água para análises microbiológicas não foi cumprido. Esse déficit foi mais evidente no ano de 2021, pois não houve nenhum registro de amostragem de água durante o ano inteiro (Tabela 2). (cont.)

(cont.)

Tabela 2- Números anuais de coletas de água realizadas e preconizadas para a análise microbiológica em Castanhal/PA, 2020/2021

Variáveis	2020	2021
Número de coletas realizadas	79	140
Número de coletas preconizadas	480	480

Fonte: Autores, 2022.

Esta situação revelada viola os protocolos redigidos no Plano Nacional de Amostragem da Água Potável e o Art. 44, ambos descritos na Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021, onde o plano estabelece o número mínimo obrigatório de amostragens da água de acordo como o número de habitantes do local e artigo supracitado estabelece que se deve manter a uniformidade das coletas de água durante o ano (BRASIL, 2021).

Além disso, vale ressaltar que todas as amostras de água coletadas em Castanhal foram exclusivamente de origem urbana, configurando uma exclusão das zonas rurais da cidade, das ações de vigilância e saúde da água distribuída. Tal ocorrência gera uma preocupação grave com a saúde dos habitantes das zonas afastadas da cidade, pois, de acordo com Soares e Carneiro (2015), na zona rural, a água ainda pode veicular vários patógenos e compostos químicos nocivos, além disso, regiões afastadas dos centros urbanos não contam com um sistema de tratamento de esgoto, dessa forma a água está suscetível a contaminação química e microbiológica (SOARES; CORDEIRO, 2015).

Dito isso, Coutinho et al (2021), corrobora com a premissa de Soares e Cordeiro (2015), visto que seu estudo identificou coliformes totais e fermentadores de lactose, com perfil fenotípico indicativo de *Klebsiella pneumoniae* e ainda notou a presença de um microrganismo produtor de H₂S na água que abastece a comunidade rural de Santana do Arari, no município de Ponta de Pedras localizado no Arquipélago do Marajó-PA.

Portanto, referente as análises microbiológicas da água, notou-se que no ano de 2021 não houveram avaliações microbiológicas na água, dito isso, um número pequeno de pesquisas de coliformes totais e *Escherichia coli* foi visualizado em 2020, isto é reflexo do índice extremamente reduzido de coletas de amostras de água, além do mais, percebeu-se que não houve regularidade nas avaliações microbiológicas, fato comprovado observando o quantitativo de análises, e atrelado a isto, não foram observados registros referentes a avaliação de bactérias heterotróficas, violando mais uma vez o estabelecido pelo Ministério da Saúde (Tabela 3).

Tabela 3- Quantificação de amostras positivas e negativas nos das análises microbiológica em Castanhal/PA, 2020

Parâmetros microbiológicos	Número de análises em 2020 (%)
Coliformes totais	
Ausente em 100 ml	15 (71,5)
Presente em 100 ml	6 (28,5)
<i>Escherichia coli</i>	
Ausente em 100 ml	21 (84)
Presente em 100 ml	4 (16)

Fonte: Autores, 2022.

(cont.)

(cont.)

Dessa forma, foi evidenciado um percentual considerável de amostras positivas para a presença bacteriana na água distribuída para a população de Castanhal, dito isso, a portaria supracitada preconiza a ausência de coliformes totais em 100 ml de água em 95% das amostras examinadas, e estabelece do mesmo modo a ausência total de *E. coli* em 100 ml de água das amostras do sistema de distribuição.

Conclusão

A partir da análise dos resultados, pode-se afirmar que nos anos de 2020 e 2021 não houve o cumprimento das diretrizes vigentes na Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021, referentes ao padrão de potabilidade microbiológica da água distribuída para a população da cidade de Castanhal no estado do Pará. Desta forma, ressalta-se a importância de intensificar e implementar novas estratégias de vigilância e tratamento para a água distribuída, bem como notificar a população acerca dos resultados analíticos precários.

Agradecimentos

A professora doutora Danielle Cristinne Azevedo Feio por ter orientado a produção deste trabalho e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade. E agradecimentos ao Núcleo de Ensino, Pesquisa/Iniciação Científica e Extensão do UNIFAMAZ.

Referências

- ARAUJO, F. L. et al. Análise da cobertura de abastecimento e da qualidade da água distribuída em diferentes regiões do Brasil no ano de 2019. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 7, p. 2935-2947, 2022.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Brasil/Pará/Castanhal. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/castanhal/panorama>> Acesso em 22 ago. 2022.
- BRASIL, Ministério da Saúde (2022). Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt0888_07_05_2021.html> Acesso em 22 ago. 2022.
- COUTINHO, A. F. et al. Avaliação microbiológica da água para consumo humano em uma comunidade do arquipélago do marajó, Pará, Brasil. *Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente*, v. 8, n. 3, p. 409-421, 2021.
- FARIA, P. C. et al. Avaliação do sistema de vigilância da qualidade da água potável na região metropolitana do Rio de Janeiro. *J. Saúde da Água*, v. 19, n. 2, p. 306-321, 2021.
- JÚNIOR, O. A. et al. Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua): Características, evolução e aplicabilidade. *Perfil das Bases de Dados Nacionais de Saúde*, v. 28, n. 1, 2019.
- SANTANA, C. B. A. Análise de dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para consumo humano (Sisagua) no estado do Amazonas, 2016-2020. *Rev. Visa em Debate*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 25-34, 2021.
- SOARES, S. E.; CORDEIRO, M. A. M. Análise da água em assentamentos rurais: um diálogo da universidade com a sociedade. *Congr. Ext. Univ. UNESP*, v. 8, p. 1-6, 2015.

IMPACTO DOS ERROS PRÉ-ANALÍTICOS NO EXAME DE ROTINA DE URINA

Marcella Vitória Belém Souza¹; Alessandra Guimarães Farias¹; Dayse da Silva Alves²; Ana Kathleen Monteiro Pantoja²; Symara Rodrigues Antunes³

¹Graduanda em Biomedicina pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

²Bacharela em Biomedicina pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

³Doutora em Neurociências e Biologia Celular pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução

O exame de urina rotina ou de urina tipo 1 é umas das rotinas mais comuns em um laboratório, auxiliando tanto no diagnóstico de diversas doenças, bem como na avaliação do tratamento. Desse modo, a fase pré-analítica apresenta um grande impacto nessa amostra biológica, visto a capacidade de influenciar diretamente e indiretamente na qualidade da amostra e conseqüentemente em sua análise e resultado (SARAMELA; FERNANDES, 2021; SILVA et al., 2021).

Diante dessa perspectiva, os erros mais frequentes nessa etapa estão relacionados com o fato de ser considerada uma fase extra laboratorial, ou seja, que implica no menor controle das variáveis, visto ser interprofissional que abrange desde a orientação para o exame até a chegada e armazenamento da amostra no laboratório (RAMOS; OLIVEIRA; SOUZA, 2020).

Nesse contexto, os erros pré-analíticos se fazem comum na rotina do laboratório. Dessa forma, por meio da revisão bibliográfica busca-se entender quais razões influenciam na ocorrência desses erros, os principais erros e quais seriam suas implicações nas seguintes fases do processo do exame laboratorial. Sendo assim, possível buscar soluções para diminuir a ocorrência desses erros e minimizar seus impactos laboratoriais.

Material e métodos

Na confecção desse resumo, foi utilizado como metodologia a revisão bibliográfica, disponível nos bancos de dados do Scielo e Google Acadêmico de artigos, revistas e periódicos científicos, pesquisados em agosto de 2022, que abordassem o tema e que respeitassem os critérios de inclusão: artigos em língua portuguesa e/ou língua inglesa, publicados entre os anos de 2017 e 2021, contendo pelo menos um descritor de saúde usado na pesquisa: análises clínicas, exame de urina, fase pré-analítica e urinálise, e resumo e discussão atendendo ao proposto pelo objetivo desse resumo. Dessa forma, foram encontrados 160 artigos e após serem excluídos os duplicados e feito a análise do título, resumo e texto completo, foram selecionados para compor esse resumo seis artigos, todos em língua portuguesa, sendo um artigo do Scielo e cinco artigos do Google acadêmico.

Resultados e discussão

O exame laboratorial é uma das formas de diagnóstico de doenças, bem como de acompanhamento de tratamento. Esse exame passa por três processos, são eles: a fase pré-analítica, fase analítica e pós-analítica. Em que é obtidos os resultados e a partir de sua interpretação é possível fornecer o estado de saúde do paciente. Desse modo, é imprescindível a qualidade desse processo (RAMOS; OLIVEIRA; SOUZA, 2020).

Contudo, a fase pré-analítica, que compreende desde a solicitação do exame, passando pelas instruções, cadastro, coleta, manejo, transporte e armazenamento da amostra biológica no laboratório, alberga a maior quantidade de erros em um laboratório clínico, e esses erros pré-analíticos impactam nas fases seguintes, analítica e pós analítica, ocasionando um resultado e interpretação não fidedigna do estado de saúde do paciente (NÓBREGA et al., 2019; SARAMELA; FERNANDES, 2021).

(cont.)

(cont.)

O Exame de Rotina de Urina (ERU) ou urina tipo 1, é um dos exames mais comuns da prática laboratorial. Este corresponde um exame de triagem para doenças relacionadas ao sistema urinário, bem como metabólica. O ERU consiste em uma análise física, química e morfológica dos sedimentos e elementos encontrados na análise microscópica. Ressalta-se que é a partir da análise conjunta desses aspectos que se possui o auxílio no diagnóstico e no acompanhamento terapêutico do paciente (NÓBREGA et al., 2019).

Para uma boa qualidade do material, há três tipos de amostras utilizadas para o exame, sendo a amostra coletada da primeira urina da manhã o tipo de amostra mais usado, visto possuir a maior concentração de analitos e, portanto, proporcionar resultados mais fies em relação ao estado clínico do paciente. Após a coleta, a amostra é armazenada em temperatura ambiente e deve ser analisada em até 3 horas após a coleta. Se não for possível, a amostra deve ser refrigerada a 4°C e analisada em até 12 horas (DE SOUSA, 2019; PEDROSA et al., 2021).

Os erros pré-analíticos frequentes com essa amostra biológica envolvem em sua maior parte a coleta inadequada desse material, bem como problemas de identificação e preenchimento do cadastrado, devido à falta de informações médicas, condições inadequadas de transporte e armazenamento da amostra e contaminação. São erros que levam a rejeição da amostra e a necessidade de uma nova coleta causando um inconveniente para o paciente e o laboratório, além de custos adicionais como gasto de insumos, tempo, funcionários e o risco de ocorrer a perda de credibilidade, confiança e segurança do paciente com o laboratório (SARAMELA; FERNANDES, 2021).

Com a facilidade e praticidade da coleta sendo realizada pelo próprio paciente, a atenção às instruções a cerca de como deve ser realizada essa coleta são imprescindíveis para uma amostra de qualidade qualitativa e quantitativa para a análise laboratorial. Entretanto, mesmo com as orientações prévias sobre o exame, diversas questões profissionais e sociais impactam no conhecimento da técnica de coleta adequada, que abrange desde as orientações muito técnicas ou pela falta delas, como também pela não assimilação das instruções e vergonha de esclarecer as dúvidas (DE SOUZA CAMPOS; DUARTE; JUNIOR, 2018; PEDROSA et al., 2021).

Em relação aos erros pré-analíticos mais comuns, a coleta inadequada do espécime biológico é predominante entre os outros erros. Esta coleta inadequada se refere ao material insuficiente, ou seja, volume inferior a exigência do laboratório, bem como engloba a contaminação da amostra pela higienização indevida e perpassa pelo acondicionamento inadequado e a avaliação do tempo da coleta, desde a saída do posto de coleta até chegar ao laboratório para a análise. São erros que contribuem para a rejeição da amostra, bem como para uma análise e resultado equivocado, devido a esses erros proporcionarem uma amostra sem qualidade e confiabilidade, ocasionando atraso a liberação do exame e consequentemente interferência ao esclarecimento do diagnóstico ou acompanhamento clínico. Tendo essas alterações e consequências melhor exemplificadas na tabela 1 (DE SOUSA, 2019; SARAMELA; FERNANDES, 2021).

Ademais, observa-se que em erros relacionados a essa etapa inicial de instruções ao paciente e de conduta extra laboratorial apresentam uma relação direta entre a qualidade das instruções e da amostra recebida. Diante disso, há necessidade de capacitação e treinamento dos profissionais de saúde para uma orientação mais dinâmica sobre o passo a passo da coleta, utilizando-se de uma linguagem mais clara e de fácil entendimento, afim de minimizar a ocorrência desses erros pré-analíticos (PEDROSA et al., 2021).

(cont.)

(cont.)

Tabela 1- Correlação entre os erros pré-analíticos mais relevantes, a causa e a consequência para o processo analítico

ERRO	CAUSA	CONSEQUENCIA
Amostra insuficiente.	Volume inadequado (menor que a exigência do laboratório).	Dificuldade na realização das pesquisas químicas e exame dos elementos figurados, com boa representatividade.
Amostra contaminada.	Assepsia inadequada, presença de sujeira evidentes no exterior e interior do frasco.	Proliferação de bactérias.
Amostra com armazenamento inadequado.	Armazenamento inadequado (sem refrigeração) ou amostra congelada.	Proliferação de bactérias, e diminuição de certos <u>analitos</u> e precipitação de outros.
Amostra com perda de integridade.	Amostra com tempo de coleta que ultrapassa o recomendado para análise, tanto para amostras em temperatura ambiente como refrigeradas.	Proliferação de bactérias, e diminuição de certos <u>analitos</u> e precipitação de outros.
Amostras com identificação incorreta.	Identificação incorreta tanto no frasco ou cadastro do exame.	Rejeição da amostra.

Fonte: Autoria própria.

Conclusão

Em suma, devido a importância do exame de rotina de urina (ERU) e capacidade de interferência dos erros pré-analíticos influenciarem nos resultados laboratoriais, se faz necessário entender a importância de uma boa coleta e qualidade do material e como a má qualidade da mesma influencia nas demais fases do processo de exame, impactando na análise e liberação de resultados. Desse modo, com a estrita relação entre uma boa orientação prévia sobre a realização do exame de rotina de urina, e uma boa assimilação e entendimento do paciente, que irá coletar a amostra, verifica-se ser um dos mecanismos para a minimização desses erros, bem como evitando prejuízos para as demais fases do processo de exame, fase analítica e pós-analítica. Além de permitir a representação mais fidedigna do estado de saúde do paciente em questão.

Referências

- DE SOUSA, Ana Caroline Moura. Interferências pré-analíticas relacionadas a qualidade do EAS. 2019. TCC (graduação de bacharel em Biomedicina). Palmas-TO. Disponível em: <<https://ulbrato.br/bibliotecadigital/uploads/document5df13a3e16aaa.pdf>> Acesso em 08 ago 2022.
- DE SOUZA CAMPOS, Ingrid G.; DUARTE, Phaloma B. F.; JUNIOR, Eduardo R. A. Alterações laboratoriais no Exame de Urina Rotina causadas pela má higienização em um Hospital Público da cidade de Várzea Grande-MT. TCC-Biomedicina, 2020.
- NÓBREGA, Bruna Pessoa et al. A importância da análise sedimentoscópica diante dos achados físico-químicos normais no exame de urina. RBAC, v. 51, n. 1, p. 58-64, 2019.
- PEDROSA, Suzana Carvalho de Sousa et al. Condutas que podem interferir na fase pré-analítica do exame sumário de urina. Cogitare Enfermagem, [S.l.], v. 26, maio 2021.
- RAMOS, Ludimila R.; OLIVEIRA, Márcio V.; SOUZA, Cláudio L. Pre-analytical variables evaluation in laboratory tests of patients attended at the Vitória da Conquista Central laboratory, Bahia, Brazil. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial* [online]. 2020, v. 56. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/1676-2444.20200009>>. Acesso em 8 ago 2022.
- SARAMELA, Mariana M.; FERNANDES, Talma R. L. Evaluation of urinalysis pre-analytical phase in a private laboratory of Maringá city, Paraná, Brazil. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial* [online]. 2021, v. 57, e2512021. Disponível em:<<https://doi.org/10.5935/1676-2444.20210013>>. Acesso em 8 ago 2022.

(cont.)

(cont.)

SILVA, Victor M. L. da; et al. A urinálise como um dos exames laboratoriais mais relevantes na nefrologia e na clínica médica. Revista Científica Integrada [online]. 2021, v. 5, e. 1. Disponível em <<https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-5-edicao-1-agosto-2021/4261-rci-urinalise-04-2021/file>> Acesso em 8 ago. 2022.

PACIENTES PORTADORES DE HEMOFILIA E O DESENVOLVIMENTO DE INIBIDORES

Patrick Gouvea Gomes¹; Larissa Vinagre Queiroz²; Emily de Araujo Bento²; Carlos Eduardo Amaral⁴; Laine Celestino Pinto⁵

¹Graduando em Biomedicina do UNIFAMAZ

²Graduanda em Biomedicina do UNIFAMAZ

⁴Doutor em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Pará

⁵ Doutora em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Pará

Introdução

A Hemofilia e o desenvolvimento de inibidores é um dos principais distúrbios de coagulação existentes, fazendo necessária sua abordagem para uma maior divulgação informacional. A hemofilia é uma doença genética que está ligada ao sexo e que pode ser proveniente de mutações que codificam fatores VIII ,no caso da hemofilia A ,e fator IX no caso da hemofilia B ,que são fatores de coagulação ,sendo que esses dois fatores participam dessa via intrínseca de coagulação , na maioria dos casos a transmissão se dá pela mãe que é portadora da doença ,as manifestações acontecem principalmente na forma muscular e hemartrose ,que e quando afetam as articulações do joelho e ombro ,por exemplo ,pode evoluir para artropatia hemofílica quando esses acontecimentos forem com frequência e causam sequelas motoras (FEIJO et al, 2021).

Em relação ao tratamento ,apesar da maioria das pessoas realizarem a infusão do concentrado com o fator deficiente ,existem casos em que o organismo cria anticorpos contra esses fatores de coagulação que não são específicos ,conhecidos como inibidores ,e com o desenvolvimento de inibidores se tem uma falta da resposta do tratamento ou aumento da gravidade e frequência dos sangramentos, sendo que esses inibidores se desenvolvem em aproximadamente 25-30% dos casos para quem tem hemofilia A e 3-5% dos que tem hemofilia B .Alternativa presente para tratar essa situação é a colocação de agentes by-pass que melhora ao parada de sangramento nesses casos .Portanto sendo necessário um maior acompanhamento dessas pessoas para evitar esses casos (CARVALHO et al, 2016).

Portanto, o presente resumo visa demonstrar as causas da hemofilia e o desenvolvimento de inibidores que estão presentes nos casos mais graves da doença ,bem como ressaltar a necessidade de acompanhamento e rastreio da doença para evitar o desenvolvimento de quadros de patologia mais graves e as possíveis complicações que são resultados dessa evolução (GONÇALVES et al, 2022).

Material e métodos

Trata-se de uma revisão de literatura com pesquisa bibliográfica no banco de dados Scientific Electronic Library Online(SCIELO),onde foram encontrados 33 artigos e no PUBMED onde foram encontrados 10 artigos, utilizando os descritores HEMOFILIA e AUTOANTICORPOS. Foram selecionados artigos em inglês e português publicados nos últimos 6 anos, e foram excluídos artigos que não contemplavam o objetivo do estudo. A população dos estudos incluíam portadores de hemofilia entre 0 e 60 anos que possuem hemofilia e apresentam inibidores.

Resultados e discussão

O presente mostra que o número médio de pessoas que foram encontradas nos artigos, abrangendo uma população de 0 anos até acima de 50. Número pessoas entre 0-18 anos com hemofilia são 67,sendo que 57 possuem hemofilia A e 7 com inibidores, enquanto que 10 tem hemofilia b 10 (CASURIAGA et al,2016).da população média de adultos 191 tem hemofilia A ,na qual 133 são a e 57 B (CARVALHO et al,2021). População acima de 50,3 apresentavam hemofilia A em que 1 desenvolveu inibidor e nenhuma desenvolveu inibidor tipo B .

(cont.)

(cont.)

Tabela 1 - Grupos de maior prevalência inicialmente

	Tem hemofilia	Tem hemofilia A	Tem hemofilia B	Tem hemofilia com A com inibidor	Tem hemofilia B com inibidor
Pessoas entre 0 e 18 anos	67	80-85%	20-15%	10-12%	0-1%
Pessoas entre 28 e 50 anos	191	70-75%	30-25%	20-30%	0-5%
Pessoas acima de 50 anos	5	25-30%	10-15%	15-20%	0-5%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com base nos dados da tabela é possível identificar os grupos de maior prevalência inicialmente, posteriormente é possível notar o desenvolvimento de inibidores associados a faixa etária.

Conclusão

A partir da análise de dados do presente resumo, é possível observar a necessidade de um tratamento efetivo e de uma divulgação informacional sobre essa doença, uma vez que é relevante e necessita de cuidados especiais para evitar a complicação de cada pessoa e evolução para casos graves.

Referências

- FEIJÓ, Aline Machado et al. Adaptando para (con) viver: experiência de homens com a hemofilia no sul do Brasil. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 42, 2021.
- CARVALHO, Rosineide A.; SILVA, Paulo Henrique da; HENNEBERG, Railson. Incidence of factor VIII inhibitory antibodies in patients with hemophilia A seen at HEMOCE, Ceará, Brazil. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial*, v. 52, p. 382-386, 2016.
- ARAÚJO, Yasmin Gonçalves et al. Quality of clinical studies present in the package inserts of coagulation factors used in the treatment of hemophilia. *Einstein (São Paulo)*, v. 20, 2022.
- CASURIAGA, Ana et al. Características epidemiológicas y clínicas de los menores de 18 años con hemofilia asistidos en el Centro Hospitalario Pereira Rossell. 2016-2018. *Archivos de Pediatría del Uruguay*, v. 92, n. 1, 2021.

PREVALÊNCIA DO HTLV-2 EM CANDIDATOS A DOAÇÃO DE SANGUE NO ESTADO DO PARÁ

Lucas Pinheiro Correa¹; Fatyene da Costa Farias¹; Katarine Antonia dos Santos²; Carlos Eduardo de Melo Amaral³

¹Graduando em Biomedicina do UNIFAMAZ

²Graduanda em Biomedicina do UNIFAMAZ

³Doutorado em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários pela UFPA

⁴Doutora em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Pará

Introdução

O Vírus Linfotrópico T Humano 2 (HTLV-2), descoberto em 1982, é um retrovírus pertencente à família Retroviridae e ao gênero Deltaretrovirus. Atualmente já foram descritos quatro HTLV, o HTLV-1, HTLV-2, HTLV-3 e HTLV-4, dentre esses, os tipos mais presentes na população são o HTLV-1, que é associado a Paraparesia Espástica Tropical/Mielopatia Associada ao HTLV-1 (PET/MAH) e Leucemia/Linfoma de Células T do Adulto (LLCTA); e o HTLV-2 que não é comumente ligado a nenhuma doença, porém, já foi associado a paraparesias, neuropatias e distúrbios de bexiga (FUTSCH; MAHIEUX; DUTARTRE, 2017; GONZÁLEZ-ALCAIDE, 2016; MARTINEZ; AL-SALEEM; GREEN, 2019; SCHIERHOUT et al., 2020).

São vias de transmissão pelo HTLV a rota vertical que é a rota mais frequente de transmissão, se dá principalmente pela amamentação; a rota sexual, pelo contato genital sem proteção; e a rota parenteral, que é a rota mais eficiente de transmissão, pela contaminação por transfusão de sangue e o uso compartilhado ou reutilização de agulhas entre usuários de drogas injetáveis. (EUSEBIO-PONCE et al., 2019; MORAIS et al., 2017; NGOMA et al., 2019; PERCHER et al., 2016)

É estimado que 15 a 20 milhões de pessoas pelo mundo estejam infectadas pelo HTLV, dessas, é previsto que entre 670.000 e 890.000 pessoas estejam infectadas pelo HTLV-2 mundialmente (STUFANO et al., 2014). Os números específicos de pessoas infectadas com HTLV-2 no Brasil ainda são desconhecidos, mas é aceito que cerca de 2,5 milhões de pessoas estão infectadas por HTLV-1 e HTLV-2 com uma variação dependendo de área socio-demográfica (MEDEIROS et al., 2017; ARAÚJO et al., 2021). Sendo áreas endêmicas para o HTLV-2 as comunidades de pigmeus encontradas na África, comunidades indígenas da América do Norte, Central e do Sul, e usuários de drogas intravenosas nas Américas (PONTES et al., 2021; BRAÇO et al. 2019; VALLINOTO; ISHAK 2017).

Casos de HTLV-2 são mais prevalentes em populações indígenas da América, e consequentemente, do Brasil, populações como: Kayapo, Munduruku, Tyrio, Arara do laranjal e Kraho já foram identificadas como prevalentes para HTLV-2 (HALL, 1996; MALONEY; BIGGAR, 1992; BLACK; BIGGAR; MALONEY, 1994), e tendo em vista a alta descendência indígena da população do Norte do país (SOUZA et al., 2019).

Assim, tendo em vista as características do perfil de prevalência do HTLV-2, em conjunto com as características da população no Norte, e a eficiência na transmissão por elementos sanguíneos, o estudo atual tem o objetivo de descrever a prevalência de casos e descrever o perfil de amostras que foram confirmadas com HTLV-2 dentre os candidatos a doação de sangue no estado do Pará.

Material e métodos

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – UNIFAMAZ, sob número de CAAE: 55535222.4.0000.5701. E foi conduzida na Fundação centro de hemoterapia e hematologia do Pará. Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo e transversal, que será realizado a partir da análise de dados sorológicos e moleculares de amostras de doadores considerados, na etapa de triagem sorológica, inaptos para a doação de sangue por apresentarem resultados reagentes ou inconclusivos no teste sorológico (cont.)

(cont.) para HTLV e que foram encaminhadas para teste confirmatório por PCR em tempo real, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021.

Os dados de interesse da pesquisa, coletados e analisados, foram provenientes dos sistemas de banco de sangue SBS e Progress, utilizados na Fundação HEMOPA. Não foram utilizados dados sobre identificação nominal, bem como o número de registro de doação presentes nesses sistemas, foram selecionados os dados relativos aos resultados dos testes sorológicos de triagem (Quimioluminescência e Eletroquimioluminescência), resultado de biologia molecular (PCR em Tempo Real) confirmatório.

Resultados e discussão

Um total de 665.568 doações de sangue foram realizadas e posteriormente testadas sorologicamente no estado do Pará entre janeiro de 2015 e dezembro de 2021. Dentre essas, 1.884 (0,28%) foram consideradas inaptas devido a detecção sorológica de HTLV por quimioluminescência e eletroquimioluminescência, destas amostras, 1043 foram submetidas a um teste confirmatório por PCR em tempo real para a detecção de DNA pró-viral de HTLV-1 e HTLV 2. Um total de 176 amostras foram omitidas da contabilização de dados por não se enquadrar nos critérios de inclusões de amostras do estudo ou por informações epidemiológicas insuficientes no sistema de dados. Os dados de 867 amostras foram analisados, das quais 705/867 (81,3%) não possuíam DNA pró-viral detectável e 162/867 (18,7%) apresentaram a detecção para HTLV. O DNA pró-viral de HTLV-2 foi detectado em 36/162 (22,2%) dessas amostras enquanto que o HTLV-1 foi detectado em 126/162 (77,8%), desta forma, a prevalência do HTLV-2 em candidatos a doação de sangue é de 0,005%, ou 1 caso de HTLV-2 para cada 18.488 doações.

Tabela 1- Prevalência de casos de HTLV-1 e HTLV-2 detectados por PCR em tempo real no período estudado em relação ao total de amostras consideradas inaptas

Resultado qPCR	N	%
HTLV-1	126	14,5
HTLV-2	36	4,2
Indetectável	705	81,3
Total	867	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Pesquisas relacionadas a real prevalência, tanto do povo brasileiro quanto da população paraense ainda tem de ser realizadas, até o momento, apenas prevalências de grupos específicos já foram relatadas, como dos já citados povos indígenas, doadores de sangue, (MANESCHY et al., 2021, MANESCHY et al., 2022., GOMES; JÚNIOR, 2011; SANTOS et al., 2009) e mulheres grávidas (SEQUEIRA et al., 2012; MEDEIROS et al., 2017), assim, deixando apenas para a estimativa da presença do HTLV-1 e HTLV-2 entre a população como um todo além das bolhas já estudadas.

Em um estudo feito por GOMES (2011), a prevalência sorológica encontrada de HTLV-2 foi de 0,006, com o método de Western Blot (W.b 2.4) utilizando o kit Genelabs Diagnostics (Cingapura - Malásia), apresentou uma prevalência semelhante a encontrada no estudo atual, de 0,005%, sendo que de todas as amostras positivas, 7 foram identificadas como coinfeção entre HTLV-1 e HTLV-2, resultado não obtido no atual estudo, muito provavelmente pela diferença de metodologias utilizadas e da natureza interpretativa do teste confirmatório Western Blott. apesar de metodologias diferentes estarem sendo utilizadas, a população utilizada no estudo foi a mesma, com os doadores de sangue inaptos do hemocentro do Ceará (HEMOCE). (cont.)

(cont.)

No Pará, estudos sobre o HTLV já foram realizados principalmente em comunidades indígenas, e doadores de sangue, dentre esses, um estudo feito na fundação HEMOPA sobre o perfil epidemiológico do HTLV-1 e HTLV-2 analisando dados de 5 anos de doações, com um total de 453.626 doações, utilizando a metodologia da quimioluminescência utilizando a plataforma ARCHITECH rHTLV-I/II com sensibilidade de 100% e especificidade de 99,95%. Obtendo uma soroprevalência do HTLV-1 e HTLV-2 entre os doadores do Pará de 0,3%, e uma prevalência molecular específica de HTLV-2 de 0,006%, valor semelhante ao encontrado no estudo atual de 0,005% (MANESCHY et al., 2021). Demonstrando a diferença entre soroprevalência e prevalência molecular, a semelhança de resultados pode ser explicada pela semelhança entre os métodos aplicados em ambos os estudos.

Porém, pesquisas relacionadas a real prevalência, tanto da população brasileira quanto da população paraense ainda tem de ser realizadas, até o momento, apenas prevalências de grupos específicos já foram relatadas, como povos indígenas (ISHAK et al., 2003; BRAÇO et al., 2019; ABREU et al., 2022), doadores de sangue, (MANESCHY et al., 2021, MANESCHY et al., 2022., GOMES; JÚNIOR, 2011; SANTOS et al., 2009; MURPHY et al., 2022; LIU et al., 2000.) , mulheres grávidas (SEQUEIRA et al., 2012; MEDEIROS et al., 2017) e usuário de drogas intravenosas (EHLICH et al., 1989; ZUNT et al., 2006), assim, deixando apenas para a estimativa da presença do HTLV-2 entre a população como um todo além das bolhas já estudadas.

Conclusão

A prevalência encontrada no presente estudo é semelhante a estudos já realizados, mesmo que com metodologias de confirmação diferentes, indicando padrões de prevalência em populações específicas estudadas, porém, no estado atual, o HTLV é um vírus negligenciado e sem o incentivo nem a informação necessária para que essas informações sejam mais claras e definitivas sobre a atual situação do HTLV no país, assim, estudos como o presente são necessários para contribuir para a definição e construção de perfil regionais, e ações profiláticas efetivas sobre a infecção no país e estado do Pará.

Referências

- Black FL, Biggar RJ, Neel JV, Maloney EM, Waters DJ. Endemic transmission of HTLV type II among Kayapo Indians. *AIDS Res Hum Retroviruses* 1994.
- CATALAN-SOARES, Bernadette; CARNEIRO-PROIETTI, Anna Bárbara de F.; PROIETTI, Fernando Augusto. Heterogeneous geographic distribution of human T-cell lymphotropic viruses I and II (HTLV-I/II): serological screening prevalence rates in blood donors from large urban areas in Brazil. *Caderno da Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 926-931, june. 2005.
- EUSEBIO-PONCE, Emiliana et al. HTLV-1 infection: an emerging risk. pathogenesis, epidemiology, diagnosis and associated diseases. *Revista Española de Quimioterapia*, v. 32, n. 6, p. 485-496, oct. 2019.
- FUTSCH, Nicolas; MAHIEUX, Renaud; DUTARTRE, Hélène. HTLV-1, the other pathogenic yet neglected human Retrovirus: from transmission to therapeutic treatment. *Viruses*, v. 10, n. 1, p.1-25, dec. 2017.
- GOMES, Francisca V.B.A Ferreira; JUNIOR, José Eleutério. HTLV II em doadores de sangue na Hemorrede do Ceará – HEMOCE. *Revista Associação Medica Brasileira*, jun. 2011.
- GONZÁLEZ-ALCAIDE, Gregorio et al. HUMAN T-LYMPHOTROPIC VIRUS 1 (HTLV-1) AND HUMAN T-LYMPHOTROPIC VIRUS 2 (HTLV-2): GEOGRAPHICAL RESEARCH TRENDS AND COLLABORATION NETWORKS (1989-2012). *Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo [online]*, v. 58. 2016

(cont.)

(cont.)

HALL, William W.; Ishak, Ricardo; Zhu, Shi Wei; Novoa, Patricia*; Eiraku, Nobutaka; Takahashi, Hidehiro§; da Costa Ferreira, Marizete*; Azevedo, Vania † ; Ishak, Marluisa O. G. † ; da Costa Ferreira, Orlando*; Monken, Claude ‡ ; Kurata, Takeshi§ Human T Lymphotropic Virus Type II (HTLV-II): Epidemiology, Molecular Properties, and Clinical Features of Infection, *Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes and Human Retrovirology: Volume 13 - Issue - p S204-S214*, 1 jan. 1996

MARTINEZ, Michael P.; AL-SALEEM, Jacob; GREEN, Patrick L. Comparative virology of HTLV-1 and HTLV-2. *Retrovirology*, v. 21, n. 16, p. 1-12, ago. 2019.

Maloney EM, Biggar RJ, Neel JV, et al. Endemic human T cell lymphotropic virus type II infection among isolated Brazilian Amerindians. *The Journal of Infectious Diseases*, 1992.

MORAIS, Márcia Poinho Encarnação de et al. Prevalence of Human T-lymphotropic virus type 1 and 2 among blood donors in Manaus, Amazonas State, Brazil. *Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo*, v. 59, n. 80, p. 1-5, dec. 2017.

NGOMA, Alain M. et al. Seroprevalence of human T-lymphotropic virus (HTLV) in blood donors in sub-Saharan Africa: a systematic review and meta-analysis. *Vox Sanguinis*, v. 114, n. 5, p. 413- 425, apr. 2019.

PERCHER, Florent et al. Mother-to-child transmission of HTLV-1 epidemiological aspects, mechanisms and determinants of mother-to-child Transmission. *Viruses*, v. 8, n. 2, p. 40-49, feb. 2016.

SCHIERHOUT, Gill et al. Association between HTLV-1 infection and adverse health outcomes: a systematic review and meta-analysis of epidemiological studies. *The Lancet Infectious Diseases*, v. 20, n. 1, p. 133-143, jan. 2020.

SOUZA, Aracele Maria et al. A systematic scoping review of the genetic ancestry of the Brazilian population. *Genetics and Molecular Biology*. 2019.

VALLINOTO, Antonio Carlos Rosário; ISHAK, Ricardo. HTLV-2: uma infecção antiga entre os povos indígenas da Amazônia brasileira. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, v. 8, n. 2, p. 7-9, jun. 2017.

LINFOMA NÃO HODGKIN DE CÉLULAS B: Uma breve revisão

Hirlesson Paixão de Matos¹; Aline Renata Lima Fernandes²; Fernanda Corrêa Dos Santos²; Gustavo Barra Matos¹; Lídia Jamylle Lopes Da Silva¹; Symara Rodrigues Antunes³

¹Graduando em Biomedicina do UNIFAMAZ

²Graduanda em Biomedicina do UNIFAMAZ

³Doutorado em Neurociências e Biologia Celular pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução

Os linfomas podem ser definidos como um grupo heterogêneo de neoplasias malignas de células B ou linfócitos T, que normalmente acometem o tecido linfático (SATOU; BENNANI; FELDMAN, 2020). De acordo com sua histologia, os linfomas podem ser divididos em linfoma de Hodgkin (LH) e linfoma não Hodgkin (LNH), sendo a característica do LH a presença linfócitos anormais denominado de células de Reed-Stenrberg em um fundo inflamatório (FRIZZO; SILVA; SILVA, 2016). Os LNH's correspondem a todos os linfomas que não estão classificados como LH. (PRATAP; SCORDINO, 2019).

No mundo ocidental, o tipo de LNH mais comum é o de células B (LNH-B), correspondendo à cerca de 85% dos casos de LNH's, enquanto somente 15% correspondem aos linfomas de células T (PRATAP; SCORDINO, 2019). A etiologia do LNH-B, assim como a maioria dos linfomas permanece em grande parte obscura, apesar dos avanços nos últimos anos, visto que, a doença possui heterogeneidade clínica e morfológica e, diversos fatores de risco envolvidos. (BISPO; PINHEIRO; KOBETZ, 2020). Com isso, ainda há muitos obstáculos para fornecer o diagnóstico precoce que possui suma importância para o prognóstico e tratamento do paciente.

Diante do exposto, vale salientar aos profissionais de saúde e a população sobre os principais aspectos envolvidos na doença, como a clínica, o diagnóstico e os fatores de riscos envolvidos. Este tipo de trabalho, pode acentuar a atenção para esses aspectos e assim favorecer o rápido diagnóstico e a definição do prognóstico, que influencia diretamente no tratamento e na melhora de sobrevida do paciente. Este trabalho possui como objetivos destacar os principais aspectos do LNH-B como: os aspectos clínicos e diagnóstico do LNH-B; os fatores de risco LNH-B; os principais grupos de riscos acometidos pelo LNH-B.

Material e métodos

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica narrativa abordando sobre os principais aspectos epidemiológicos, clínicos e diagnósticos dos LNH-B. As plataformas utilizadas para obtenção dos artigos foram GOOGLE ACADÊMICO e PUBMED. Os critérios para seleção dos artigos, levou em consideração a delimitação do tema, a relevância, e que a data de publicação estivesse dentro dos últimos 7 anos. Foram selecionados 7 artigos do GOOGLE ACADÊMICO, 5 do PUBMED, totalizando 12 artigos que foram publicados entre o período de 2015 a 2022.

As palavras chaves (ou termos) utilizadas para a pesquisa foram derivados de dois idiomas, termos em inglês que respectivamente foram traduzidos para o português-Br (Brasil), os quais foram: Lymphoma, B cell Non-Hodgkin Lymphoma, Non-Hodgkin Lymphoma, clinical and diagnostic.

Resultados e discussão

Segundo as estimativas do Instituto Nacional do Câncer (INCA 2020), o quantitativo de casos novos esperados para o LNH, para cada ano do triênio 2020-2022 no Brasil será de 6.580 para o sexo masculino e de 5.450 para o feminino. Valores que representam uma estimativa de risco de 6,31 casos novos a cada 100 mil homens e de 5,07 para cada 100 mil mulheres.

(cont.)

(cont.)

Dentre os fatores de risco relacionados aos LNH temos o envelhecimento (INCA 2020), doenças autoimunes, imunossupressão e infecção patógenos como o herpes vírus humano 8, a bactéria *Helicobacter pylori*, a hepatite C (HCV), o vírus Epstein-Barr e portadores do HIV ou AIDS, sendo nesta última, a população onde o LNH é a segunda malignidade mais frequente (BISPO; PINHEIRO; KOBETZ, 2020). Parentes de 1º grau de pacientes diagnosticados com câncer hematológico aparentam ter maior chance de serem acometidos pelo LNH (BEN-ELI et al., 2019). A exposição a químicos como benzeno e a tratamentos como a radioterapia e quimioterapia, também estão relacionados ao aumento do risco de desenvolver LNH (FARMANFARMA et al., 2020.)

Os LNH possuem a apresentação clínica bastante variável de acordo com seu subtipo e área envolvida, quando há ocorrência de manifestações nos casos de LNH-B, há predominância de alterações malignas nos linfonodos sendo chamado de acometimento nodal, porém uma parcela dessas malignidades pode surgir em outros tecidos e órgãos apresentando-se de forma extranodal, ou ainda, podendo ter o envolvimento simultâneo de ambas as formas (PÉREZ-ZÚÑIGA et al., 2018). Dentre os sintomas que são mais relatados estão linfadenopatia indolor, sudorese noturna intensa, perda de peso inexplicável e febre persistente (ANSELL, 2015).

Em grande parte dos pacientes com LNH os exames de sangue de rotina não possuem anormalidades, podem ocorrer alterações nos testes de função renal e hepática caso haja comprometimento dos mesmos pelo linfoma. Em linfomas agressivos a lactato desidrogenase costuma estar alta, porém o teste não é específico. Nos casos em que há comprometimento da medula óssea pode ocorrer anemia, neutropenia e trombocitopenia (AL-NAEED et al., 2018).

O diagnóstico dos linfomas ocorre através da biopsia excisional ou incisional dos linfonodos, sendo a primeira mais recomendada pois um nódulo íntegro é necessário para a avaliação histológica, imunológica, biológica molecular e para a classificação por um especialista (SAPKOTA; SHAIKH, 2022). Os exames de imagem como tomografia computadorizada, ressonância magnética e a tomografia computadorizada por emissão de prótons possuem como função principal avaliar a extensão do envolvimento do linfoma no paciente, no entanto, podem auxiliar no diagnóstico (MCCARTEN et al., 2020).

Ainda que a análise histológica seja o fator principal para o diagnóstico dos linfomas a detecção de anormalidades citogenéticas e genética moleculares são de suma importância para o prognóstico e para tomada de decisão, visto que, auxiliam no manejo do paciente e na seleção de terapia apropriada. Outro fator de relevância para a tomada de decisão quanto ao tratamento é a velocidade progressão da doença, que é a base para uma sub-classificação que divide os linfomas em indolentes e agressivos (PRATAP; SCORDINO, 2019).

Devido a ampla variedade de subtipos de LNH-B, houve impossibilidade de avaliar os achados clínicos mais específicos a respeito dos mesmos.

Conclusão

A clínica dos LNH -B é bastante variável, no entanto há alguns sintomas e sinais inespecíficos que são recorrentes e devem ser investigados principalmente se ocorrerem em conjunto. A atenção deve ser especial aos grupos que possuem maior associação ao desenvolvimento dos linfomas, o qual inclui, idosos, portadores de doenças autoimunes, imunossuprimidos, acometidos por certos patógenos como HIV e HCV, e expostos ocupacionalmente a químicos como benzeno.

(cont.)

(cont.)

Referências

- AL-NAEED, Anna Bowzyk et al. Non Hodgkin lymphoma. *Bmj* , v. 362, 2018.
- ANSELL, Stephen M. Non-Hodgkin lymphoma: diagnosis and treatment. In: *Mayo Clinic Proceedings*. Elsevier, 2015. p. 1152-1163.
- BEN-ELI, Hadas et al. Shared medical and environmental risk factors in dry eye syndrome, Sjogren's syndrome, and B-cell non-hodgkin lymphoma: a case-control study. *Journal of Immunology Research*, v. 2019, 2019.
- BISPO, Jordan A. Baeker; PINHEIRO, Paulo S.; KOBETZ, Erin K. Epidemiology and etiology of leukemia and lymphoma. *Cold Spring Harbor perspectives in medicine*, v. 10, n. 6, p. a034819, 2020.
- FARMANFARMA, K. Kalan et al. Non-Hodgkin's lymphoma in the world: an epidemiological review. *World Cancer Research Journal*, v. 7, p. 1-6, 2020.
- FRIZZO, M. N.; SILVA, F. C.; SILVA, A. L. Neoplasias hematológicas no idoso: uma revisão. *Rev Sau Int*, v. 8, p. 15-6, 2016.
- INCA, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Estimativa 2020: Incidência de Câncer no Brasil.
- MCCARTEN, Kathleen M. et al. Imaging for diagnosis, staging and response assessment of Hodgkin lymphoma and non-Hodgkin lymphoma. *Pediatric radiology*, v. 49, n. 11, p. 1545-1564, 2019.
- PÉREZ-ZÚÑIGA, Juan Manuel et al. Generalidades sobre linfomas. *Revista de Hematología*, v. 19, n. 4, p. 174-188, 2018.
- PRATAP, Suraj; SCORDINO, Teresa S. Molecular and cellular genetics of non-Hodgkin lymphoma: Diagnostic and prognostic implications. *Experimental and Molecular Pathology*, v. 106, p. 44-51, 2019.
- SAPKOTA, Sumina; SHAIKH, Hira. Non-Hodgkin Lymphoma. *StatPearls* [Internet], 2022.
- SATOU, Akira; BENNANI, N. Nora; FELDMAN, Andrew L. Update on the classification of T-cell lymphomas, Hodgkin lymphomas, and histiocytic/dendritic cell neoplasms. *Expert review of hematology*, v. 12, n. 10, p. 833-843, 2019.

ANÁLISE SOROLÓGICA EM RELAÇÃO A PESQUISA DE RNA/HCV COM O USO KIT ARTUS HCV RG RT-PCR

Irley Karoline Seixas Paiva¹; Carlos Eduardo De Melo Amaral²

¹Graduanda em Biomedicina do UNIFAMAZ

²Doutor em Biologia Molecular pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução

O Vírus da hepatite C (HCV) é o maior causador de hepatite e é responsável pelo maior número de mortes devido a complicações hepáticas. A utilização de testes moleculares atualmente é de fundamental importância e vêm sendo inserida no diagnóstico de várias doenças e em diversos setores laboratoriais, bem como, os bancos de sangue que utilizam o Teste de Ácido Nucleico (Nucleic Acid Test – NAT) para detecção de Vírus da imunodeficiência humana (HIV), Vírus da hepatite C (HCV) e Vírus da hepatite B (HBV) na triagem de doadores. O diagnóstico da infecção por HCV se dá pela detecção de anticorpos anti-HCV em soro ou plasma humano, realizado através de testes sorológicos como o teste ELISA, imunoenaios com metodologia quimioluminescente (ARCHITECT anti-HCV assay – Abbott Diagnostics, Wiesbaden, Alemanha) e teste moleculares. Na Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Pará (Hemopa), o Laboratório da Gerência de Biologia Celular e Molecular, realiza a técnica de RT-PCR para detecção de HCV em amostras de pacientes. O objetivo desta pesquisa é determinar a faixa de valor de leitura da amostra/valor do “cut off” (S/CO) associada a presença de RNA viral do HCV. Com isso, este estudo tem como justificativa comparar o desempenho do kit Artus HCV RG RT-PCR frente a outros métodos disponíveis na Fundação Hemopa e assim elaborar um algoritmo de melhor conduta para a detecção de infecção por HCV em amostras de pacientes para o Laboratório da Gerência de Biologia Celular e Molecular.

Material e métodos

Trata-se de um estudo descritivo, transversal e retrospectivo, que foi realizado a partir da análise de dados secundários sorológicos (resultados do ARCHITECT anti-HCV - valor de leitura da amostra/ valor do “cut off” [S/CO] > 0,8) e moleculares (resultados do artus HCV RG RT-PCR). Foram incluídos no estudo os resultados de 182 amostras que foram processadas no período de março de 2014 a dezembro de 2017. Para determinar o melhor ponto de corte sorológico associado a pesquisa de RNA/HCV, foi determinado a área sob uma curva Receiver Operating Characteristic (ROC).

Resultados e discussão

Para determinar a faixa S/CO associada a presença de RNA viral do HCV realizou-se uma comparação dos resultados S/CO de 182 amostras anti-HCV reagentes (Architect antiHCV) com pesquisa de RNA/HCV (kit artus HCV RG RT-PCR). Das 182 amostras reagentes para anti-HCV, 17,58% (32/182) apresentaram resultado sorológico inconclusivo (0,8-1,2) e 82,42% (150/182) apresentaram resultados sorológicos positivo (> 1,2). A totalidade das amostras anti-HCV inconclusivo foram indetectáveis para a pesquisa de RNA/HCV. Das amostras com anti-HCV positivo, 40% (60/150) foram detectáveis e 60% (90/150) foram indetectáveis. Para avaliar a concordância entre esses resultados foi utilizado o teste de McNemar que revelou existir significativa discordância ($p < 0,05$) a qual, foi confirmada pelo teste Kappa que classificou a concordância como fraca (coeficiente Kappa = 0,1899, $p < 0,05$).

(cont.)

(cont.)

Para determinar o melhor ponto de corte sorológico associado a pesquisa de RNA/HCV, foi determinado a área sob uma curva Receiver Operating Characteristic (ROC) que também fornece dados de sensibilidade, especificidade, valores preditivos positivos e negativos e acurácia de resultado S/Co do teste Architect anti-HCV tomando como teste padrão os resultados de presença de RNA viral do HCV pelo kit artus HCV RG RT-PCR. Nesse caso o melhor ponto de corte foi 8,0.

Ao analisar os resultados gerados pela curva ROC, verificou-se que amostras sorológicas reagentes com razão S/CO maior que 8,0 eram em sua maioria detectáveis na PCR com 76% (59/78) e as amostras sorológicas com razão S/CO menor que 8,0 eram 99% (103/104) indetectáveis, estes resultados foram submetidos ao teste de McNemar que revelou Ponto de corte 8,0 (Tabela 1).

Tabela 1 - Totalidade das amostras com resultado sorológico abaixo e acima do ponto de corte

Quimioluminescência (Architect anti-HCV)	n° de amostras	PCR – artus HCV RG RT- PCR	
		Indetectáveis n° (%)	Detectáveis n° (%)
S/CO > 8	78	19 (24%)	59 (76%)
S/CO < 8	104	103 (99%)	1 (1%)
Total	182	122	60

Teste de McNemar (p -valor $\leq 0,05$)

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Vários estudos têm abordado o estabelecimento de razões S/CO entre testes sorológicos, buscando definir o melhor ponto de corte com o objetivo de melhorar a qualidade dos resultados, diminuindo a ocorrência de falsos positivos (MORETTI et al., 2012; ZHANG et al., 2015; PEREIRA et al., 2010). Em nosso estudo, através da curva ROC, estabelece o S/CO 8,0 como sendo o mais adequado, pois, observamos que 59 (76%) das amostras com S/CO > 8,0 foram detectáveis na pesquisa de RNA/HCV. A presença de RNA/HCV pelo kit Artus HCV RG RT- PCR e o teste de quimioluminescência ARCHITECT Anti-HCV (coeficiente Kappa = 0,7690, $p < 0,05$). Em relação as 19 (24%) amostras que apresentaram S/CO > 8,0 e ausência de RNA/HCV pelo teste Artus HCV RG RT-PCR. Zhang et al estabelece que a melhor razão S/CO é 8 por discriminar uma melhor viremia e exposição ao HCV em amostras anti-HCV positivas, corroborando com nosso estudo, onde foi estabelecido que o S/CO 8,0 apresentou-se como melhor ponto de corte. Em relação as amostras com S/CO < 8,0, 99% foram indetectáveis na pesquisa de RNA/HCV e somente 1% foi detectável, tratando-se de uma co-infecção por HIV (teste sorológico e molecular detectáveis), indicando uma possível interferência na produção de anticorpos específicos (sororeversão), tornando o resultado sorológico abaixo do ponto de corte estabelecido, concordando com Lanotte et al. Para a confirmação da infecção por HCV em doadores de sangue, utiliza-se o teste NAT, sendo considerado padrão ouro na detecção de HCV também utilizado em nosso estudo para realizar a comparação com os resultados do kit artus HCV RG RT-PCR, havendo concordância de 100% entre os resultados.

Conclusão

De acordo com os resultados obtidos neste estudo, permitiu melhorar a conduta para a detecção de infecção por HCV em amostras de pacientes, bem como, auxiliou na melhor interpretação de resultados discrepantes (S/CO < 8,0 e PCR detectável; S/CO > 8,0 e PCR indetectável), diminuindo a ocorrência de resultados falso positivos. Além disso, a elaboração do algoritmo de conduta para detecção de RNA/HCV. (cont.)

(cont.)

Agradecimentos

Agradeço a Fundação Hemopa que forneceu o estudo e dados para construção desse resumo e a todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

Referências

DE OLIVEIRA AYALA, Ione Gualandi; PORTELA, Margareth Crisostomo; DE AGUIAR PEREIRA, Claudia Cristina. Testes moleculares para confirmação diagnóstica do vírus da hepatite C: uma abordagem acerca dos custos para o sistema de saúde brasileiro. *Acta Biomedica Brasiliensia*, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 21-30, 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde. O teste de amplificação de ácidos nucleicos (NAT) e as demais estratégias para detecção dos vírus hiv-1 e hcv na triagem de sangue doado*. 3. ed. Ministério da Saúde, 2007.

DE OLIVEIRA, Aurélia Gonçalves et al. A importância da tecnologia de amplificação de ácidos nucleicos para a detecção do vírus da hepatite C em bancos de sangue. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 313-328, 2012.

DIABETES MELLITUS 1: relação dos genes HLA associados ao desenvolvimento da doença

Ivaneide da Silva Figueiredo¹; Luana da Silva e Silva¹; Isadora Ribeiro Guimarães¹; Symara Rodrigues Antunes²

¹Graduanda em Biomedicina do UNIFAMAZ

²Doutorado em neurociências e biologia celular pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução

O diabetes mellitus 1 (DM1) é uma doença heterogênea crônica, que pode surgir da combinação de fatores genéticos ou ambientais. Na maioria das vezes surge ainda na infância, ou no período da adolescência. O diabetes 1 é caracterizado por uma hiperglicemia, ou seja, um excesso de glicose intravascular. Uma das causas que leva ao desenvolvimento de DM1, é o processo de autoimunidade, aonde há uma falha na autotolerância de antígenos próprios, fazendo com que células do sistema imune desenvolvam resposta imunológica contra o tecido pancreático. Dessa forma acabam destruindo as células beta, que produzem o hormônio insulina, este que é imprescindível para regulação da glicemia sanguínea.

Existem vários fatores de riscos que podem contribuir para o desenvolvimento de DM1, dentre esses destaca-se a predisposição genética. A relação genética no diabetes mellitus 1, está na maioria das vezes ligada ao polimorfismo dos genes HLA (Antígeno Leucocitário Humano). O antígeno leucocitário humano constitui-se de um grupo de genes localizados no braço curto do cromossomo 6, região altamente polimórfica. Esses genes são responsáveis pela codificação de proteínas do MHC, estas proteínas por sua vez, tem o papel importante no reconhecimento de antígenos por células do sistema imune.

Os genes do MHC humano são classificados como; HLA-I, HLA-II, e HLA-III porém o risco para diabetes mellitus 1, tem maior associação ao HLA-I e HLA-II. Grande parte desse polimorfismo está relacionado a sequência de aminoácidos encontrados no local de ligação de peptídeos, essas ligações irão definir quais tipos de peptídeos serão apresentados às células T do sistema imune. Alelos específicos para a diabetes tipo 1, podem determinar autoimunidades das ilhotas pancreáticas, isto por que esses alelos estão diretamente ligados a apresentação de autoantígenos para o sistema imune.

O objetivo deste trabalho é compreender a relação dos genes HLA-I e HLA-II, como um dos principais fatores no desenvolvimento do diabetes mellitus 1.

Material e métodos

Para realização deste trabalho optou-se por uma pesquisa de revisão sistemática, utilizando os bancos de dados pubmed e Google acadêmico, foram selecionados artigos aplicando filtro dos últimos cinco anos, utilizando os seguintes descritores em conjunto; “hla”, “diabetes” e “type1”. Apenas foram incluídos os artigos que faziam relação da moléculas de HLA com a doença em questão, artigos disponíveis na íntegra, e artigos gratuitos. Foram excluídos artigos pagos, que não estavam disponíveis na íntegra.

Resultados e discussão

A hiperglicemia crônica no diabetes mellitus 1, pode levar a consequentes danos a longo prazo, como falência de órgãos, especialmente olhos, rins, coração e vasos sanguíneos. Tais complicações metabólicas podem até mesmo levar o indivíduo a óbito, se não tratado corretamente. Por isso, a busca por conhecimento a respeito do curso da doença, e como ela se desenvolve, incluindo os aspectos genéticos e epidemiológicos, tem aumentado cada vez mais nos últimos anos. A etiologia do diabetes autoimune está associada a mutações em genéticas em genes que tem funções específicas (cont.)

(cont.) nas respostas imunes. Nos estudos foram mostrados que tanto o HLA-I, quanto o HLA-II são ainda os mais bem caracterizados como determinantes para a doença em questão, responsáveis por 50% da agregação familiar no DM1, sendo o HLA-II com a maior associação ao risco.

Foi descrito também que o processo da doença está altamente relacionado com o conjunto de alelos do MHC denominados haplótipos, HL DR e HL DQ, especialmente os haplótipos HLA-DRB1, HLA-DQ1 e HLA-DQB1. Foi observado que, de acordo com os haplótipos e seus efeitos, o risco pode variar dependendo da etnia, principalmente em populações miscigenada como é o caso do Brasil. Nos estudos observou-se que autoanticorpos podem estar presentes antes mesmo da fase clínica da doença, onde através de exames específicos podem detectar autoanticorpos de insulina, o que indica a probabilidade de desenvolvimento da doença.

Conclusão

Sendo o diabetes mellitus 1, um problema de saúde pública bastante prevalente na sociedade, observa-se que ainda há grandes lacunas em torno da compreensão da doença, e uma dificuldade de padronizar o atendimento clínico e diminuir suas complicações. Desta forma, torna-se imprescindível compreender os mecanismos genéticos, sabendo que isto pode ajudar a prever o DM1, antes mesmo dos pacientes apresentarem disglucemia ou sintomas clínicos surgirem, contribuindo para um diagnóstico precoce através da detecção dos autoanticorpos. Além disso, entender esse distúrbio metabólico poderá através da tecnologia, criar terapias modernas mais acessíveis, visto que, muitos pacientes com diabetes mellitus 1, encontram dificuldade em ter acesso a certas terapias de controle glicêmico.

Referências

- Ilonen J, Lempainen J, Veijola R. The heterogeneous pathogenesis of type 1 diabetes mellitus. *Nat Rev Endocrinol*. 2019 Nov;15.
- Redondo MJ, Steck AK, Pugliese A. Genetics of type 1 diabetes. *Pediatr Diabetes*. 2018 May;19.
- Wyatt, RC, Lanzoni, G., Russell, MA et al. O que o HLA-II—Clássico e não-clássico HLA Classe I e seus papéis potenciais no diabetes 1. *Curr Diab Rep* 19 , 159 (2019).

DETECÇÃO DE CORONAVIRUS CANINO EM CÃES DE UM CANIL PÚBLICO EM BELÉM, PARÁ

Isabela Freitas Soares¹; Valéria Lobato Macedo²; Sylvia de Fátima dos Santos Guerra³

¹Graduanda em Biomedicina pelo UNIFAMAZ

²Mestranda em Virologia pelo Instituto Evandro Chagas IEC

³ Doutora em Doenças Tropicais pelo Núcleo de Medicina Tropical pela UFPA

Introdução

O coronavírus canino (CCoV) é um dos principais agentes causadores de gastroenterite aguda (GA) em cães, sendo este um vírus da família Coronaviridae, pertencente a espécie Alphacoronavirus 1 (BUONAVOGLIA et al., 2006; CARSTENS, 2010). As apresentações dos sintomas tornam-se mais frequentes e graves quando a infecção ocorre em cães jovens (até 12 meses), devido ao estado de imaturidade imunológica dos animais nessa faixa etária (KLEIN et al., 2014; BUONAVOGLIA et al., 2006).

O CCoV é um agente altamente contagioso e, por conta disso, está constantemente associado a casos de surtos em abrigos e canis públicos, devido a facilidade de aglomeração dos animais em tais locais (STAVISKY et al., 2012; DUIJVESTIJN et al., 2016; SQUIRES, 2018). Diante disso, torna-se de suma importância a realização da busca de dados referente à circulação de CCoV na população canina. Embora haja o conhecimento de que o CCoV está altamente difundido na população canina mundial, ainda é notória a escassez de estudos referente à circulação de CCoV no Brasil (COSTA et al., 2014; HOSSAIN et al., 2021; RADFORD et al., 2021). Diante disso, o presente estudo buscou detectar CCoV em amostras fecais caninas provenientes de um canil público, localizado na cidade de Belém-Pará e relacionar a positividade do vírus com a idade dos cães.

Material e métodos

O presente estudo é uma pesquisa epidemiológica descritiva, que utilizou amostras fecais oriundas do Canil do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) em Belém, Pará, somando 63 amostras fecais de cães com quadro clínico diarreico, coletadas (swab retal) entre abril de 2019 e março de 2020. Tais espécimes estavam depositadas no Biobanco da Seção de Virologia/Instituto Evandro Chagas (IEC), armazenadas à temperatura de -20 °C. A extração viral foi realizada por método descrito por Boom et al. (1990) e seu produto foi submetido a reação de RT-PCR para amplificação da porção do genoma viral (gene M), resultando na detecção de um amplicon de 409 pares de base (pb) (HERREWEGH et al., 1998; PRATELLI et al., 1999). Os amplicons foram visualizados em gel de agarose à concentração de 1,5%, sendo posteriormente observado em fotodocumentador.

Os resultados obtidos foram tabelados no Microsoft Office Excel® (2019) a fim de determinar a frequência relativa de detecção de CCoV nas amostras. Para análise estatística de dados foi utilizado o programa Jamovi versão 2.3.16. A análise estatística foi realizada com a variável idade, sendo considerado a subdivisão em dois grupos: cães com até 12 meses de idade e cães com idade maior que 12 meses. Esses dois grupos foram relacionados com a presença ou ausência de CCoV nas fezes dos cães, de acordo com os resultados da RT-PCR. Para isso, adotou-se as seguintes hipóteses: H0 - A idade dos cães não está relacionada com a detecção de CCoV; H1 - A detecção de CCoV está relacionada com a idade dos cães. A análise da correlação da faixa etária de idade dos cães com a presença de RNA viral de CCoV, foi realizado o teste Qui-quadrado (X^2), com intervalo de confiança de 95% (p-valor menor ou igual a 0,05).

Resultados e discussão

A positividade encontrada para CCoV nas amostras pesquisadas foi de 33,3% (21/63), e 66,6% (cont.)

(cont.) das amostras foram negativas (42/63). Das 63 amostras coletadas, 92,0% (58/63) apresentavam dados sobre a idade dos cães, sendo 7,9% (5/63) sem dados referentes a idade. Vale ressaltar, que dos 7,9%, apenas 1 amostra foi positiva. A correlação entre a faixa etária de idade dos cães com a presença de RNA viral de CCoV nas amostras fecais (Tabela 1), se demonstrou estatisticamente muito significativa, resultando no p-valor = 0,003 (Teste X^2). Com isso, foi possível rejeitar a H_0 , concluindo dessa forma que a detecção de CCoV está relacionada com a idade dos cães.

Tabela 1- Correlação entre a faixa etária de idade dos cães com a presença de RNA viral de CCoV

IDADE	RT-PCR CCoV		TOTAL
	NEGATIVO	POSITIVO	
>12 meses	46,6 % (27)	10,3 % (6)	56,9 % (33)
Até 12 meses	19,0 % (11)	24,1 % (14)	43,1 % (25)
Total	65,5 % (38)	34,5 % (20)	100 % (58)

Teste X^2 (p-valor < 0,005)

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O presente estudo demonstrou uma prevalência semelhante à descrita por Grelletti et al. (2014) com 20,3% de positividade em um criadouro de cães, e Duijvestijn et al. (2016) em dois canis de resgate animal, com 13,8-33,3%. Em 2014, Gizzi e colaboradores também conduziram um estudo na cidade de Curitiba-PR (Brasil), onde foi encontrado uma prevalência menor (11,5%), porém tal estudo utilizou amostras de um hospital veterinário privado. Canis apresentam aglomeração entre os animais, sendo esta condição proporcional a disseminação de CCoV, dado que, os cães assintomáticos também podem excretar partículas virais, de forma a manter a circulação do vírus no ambiente e consequentemente aumentando os casos de infecção (ALVES et al., 2018; NGUYEN et al. 2017).

Em relação a idade, o número de amostras detectáveis para CCoV foi maior em cães com até 1 ano de idade, tais dados corroboram com achados de Soma et al. (2011) e Gizzi et al. (2014), onde os mesmos relacionaram maiores as taxas de prevalência do CCoV em cães da mesma idade. Espera-se que os cães jovens sejam mais suscetíveis a infecção por CCoV, porquê até 1 ano de vida, o sistema imunológico encontra-se incapacitado para combater uma infecção de forma eficiente (EVERMANN, WILLS, 2011; KLEIN et al, 2014; ROSSI et al. 2021). A infecção por CCoV, em cães maiores de 1 ano, pode ser justificada pela persistência do agente no meio ambiente em que o cão vive e/ou pela configuração do período neonatal vivenciado, pois tal período é de grande importância para a concepção de uma imunidade protetora. Portanto, é de importância que os cães passem corretamente pelo processo de amamentação, visto que essa é uma forma de imunidade passiva. Vale ressaltar que o desprovisionamento do colostro (primeira amamentação), pode torna-los suscetíveis a diversas infecções ao longo da vida (ROSSI et al. 2021; STAVISKY et al. 2010).

Conclusão

O CCoV apresentou uma prevalência alta entre os cães estudados e a relação entre positividade e idade do animal se mostrou significativa, tais dados são esperados levando em consideração os demais estudos na literatura. Entretanto, foi possível observar que a escassez de pesquisas sobre o CCoV na região, dificulta o manejo clínico e isolamento correto de cães infectados, proporcionando dessa forma o aumento na prevalência da infecção em canis.

Referências

ALVES, C.D.B.T.; GRANADOS, O.F.O; BUDASZEWSKI, R.F. et al. Identification of enteric viruses circulating in a dog population with low vaccine coverage. Brazilian journal of microbiology, v. 49, p. 790-794, 2018. (cont.)

(cont.)

- BOOM, R. et al. Rapid and Simple Method for Purification of Nucleic Acids. *Journal Of Clinical Microbiology*, v. 28, n. 3, p. 495-503, 1990.
- BUONAVOGLIA, C.; DECARO, N.; MARTELLA, V. et al. Canine coronavirus highly pathogenic for dogs. *Emerging Infectious Diseases*, v. 12, n. 3, p. 492-494, 2006.
- CARSTENS, E.B. Ratification vote on taxonomic proposals to the International Committee on Taxonomy of Viruses (2009). *Archives of Virology*, V. 155, p. 133-146, 2010.
- COSTA, E.M.; CASTRO, T.X.; BOTTINO, F.O. et al. Molecular characterization of canine coronavirus strains circulating in Brazil. *Veterinary Microbiology*, v. 168, n. 1, p. 8-15, 2014.
- DUIJVESTIJN, M.; MUGHINI-GRAS, L.; SCHUURMAN, N. et al. Enteropathogen infections in canine puppies: (Co-)occurrence, clinical relevance and risk factors. *Veterinary Microbiology*, v. 195, p. 115-122, 2016.
- EVERMANN, J.F.; WILLS, T.B. Immunologic Development and Immunization. *Small Animal Pediatrics*, p. 104-112, 2011.
- GIZZI, A.B.R.; OLIVEIRA, S.T.; LEUTENEGGER, C.M. et al. Presence of infectious agentes and co-infections in diarrheic dogs determined with a real-time polymerase chain reaction based panel. *BMC Veterinary Research*, v. 10, n. 23, 2014.
- GRELLET, A.; CHASTANT-MAILLARD, S.; ROBIN, C. et al. Risk factors of weaning diarrhea in puppies housed in breeding kennels. *Preventive Veterinary Medicine*, v. 117, n.1 p. 260-265, 2014.
- HERREWEGH, A.A.; SMEENK, I.; HORZINEK, M.C. et al. Feline coronavirus type II strains 79-1683 and 79-1146 originate from a double recombination between feline coronavirus type I and canine coronavirus. *Journal of Virology*, v. 72, n. 5, 1998.
- HOSSAIN, M.E.; ISLAM, A.; ISLAM, S. et al. Detection and Molecular Characterization of Canine Alphacoronavirus in Free-Roaming Dogs, Bangladesh. *Viruses*, v. 14, n. 1, 2021.
- KLEIN, R.P.; LOURENÇO, M.L.G.; MOUTINHO, F.Q. et al. Imunidade celular em caninos neonatos – do nascimento ao 45° dia de idade. *Medicina Veterinária*, v. 66, n. 3, 2014.
- NGUYEN, D.; TERADA, Y.; MINAMI, S. et al. Characterization of canine coronavirus spread among domestic dogs in Vietnam. *Journal of veterinary medical science*, v. 79, n.2, p. 343-349, 2017.
- PRATELLI, A.; TEMPESTA, M.; GRECO, G. et al. Development of a nested PCR assay for the detection of canine coronavirus. *Journal of Virological Methods*, v. 80, p. 11-15, 1999.
- RADFORD, A.D.; SINGLETON, D.A.; JEWELL, C. et al. Outbreak of Severe Vomiting in Dogs Associated with a Canine Enteric Coronavirus. *Emerging Infectious Diseases*, Reino Unido, v. 27, n. 2, p. 517-528, 2021.
- ROSSI, L.; LUMBRERAS, A.E.V.; VAGNI, S. et al. Nutritional and Functional Properties of Colostrum in Puppies and Kittens. *Animals*, v. 11, n. 11, 2021.
- SOMA, T.; OHONATA, T.; ISHII, H. et al. Detection and genotyping of canine coronavirus RNA in diarrheic dogs in Japan. *Research in Veterinary Science*, v. 90, n.2, p. 205-207, 2011.
- SQUIRES, R. A. Vaccines in shelters and group settings. *The Veterinary clinics of North America. Small animal practice*, v. 48, n. 2, p. 291-300, 2018.
- STAVISKY, J.; PINCHBECK, G.L.; GERMAN, A.J. et al. Prevalence of canine enteric coronavirus in a cross-sectional survey of dogs presenting at veterinary practices. *Veterinary Microbiology*, v.140, n. 1-2, p. 18-24, 2010.

A EPIDEMIOLOGIA GLOBAL DO NOROVÍRUS

Évany da Costa Machado¹; Jean Lucas Duarte Mendonça²; Laura Palheta de Andrade¹; Rayssa de Lima Amoras¹, Laine Celestino Pinto³

¹Graduanda em Biomedicina pelo UNIFAMAZ

²Graduando em Biomedicina pelo UNIFAMAZ

³Doutora em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Pará

Introdução

Os norovírus (NoVs) são vírus não envelopados com um genoma de RNA de fita simples que pertence a família Caliciviridae, o qual tem como características em um grupo geneticamente diverso de vírus que infectam uma ampla gama de espécies hospedeiras de mamíferos (CHHABRA et al., 2019), esse vírus está associado em casos de mais de 95% das gastroenterites não bacterianas epidêmicas em todo o mundo, com alguns casos letais. Esses agentes virais afetam pessoas de todas as idades, no entanto, crianças menores de 5 anos e idosos são os grupos de maior risco, sendo acometidos com a maior taxa de hospitalizações e casos de morbidade (CAMPILLAY-VÉLIZ et al., 2020). Os NoVs estão classificados em 10 genogrupos (GI-GX) e 49 genótipos, devido as mutações que ocorre pela pressão seletiva e aos outros fatores em que o vírus está submetido (CHHABRA et al., 2019), devido a sua grande variação, o vírus apresenta facilidade em causar epidemias globais, principalmente vírus do genótipo GI.4, causaram 70-80% de todos os surtos nos últimos 13 anos (GRAFF et al., 2016).

A principal forma de transmissão ocorre pela via fecal-oral, por meio dos alimentos, água e ambiente contaminado, pode ser transmitido pelas partículas virais que estão contidas no vômito e pelo contato com indivíduos infectados, no entanto, cada genótipos de NoVs possui características particulares de transmissão. A transmissão alimentar é uma via importante para a disseminação global de norovírus e pode ocorrer quando manipuladores de alimentos contaminam os alimentos no local ou durante as etapas iniciais da produção de alimentos (GRAFF et al., 2016). Os principais lugares que ocorrem os surtos de NoVs são nas creches, hospitais, enfermarias e lares de idosos, por existir uma variedade de subtipos do vírus faz com que haja uma dificuldade no desenvolvimento de vacinas e terapias. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre os aspectos epidemiológicos do norovírus.

Material e métodos

A realização do estudo da epidemiologia global do Norovírus teve como abordagem uma revisão bibliográfica de artigos científicos em inglês no "pubmed", utilizados entre os períodos recentes, tendo descrição o "norovírus" e "epidemiology Norovírus", tratando do estudo de diferentes fatores dos aspectos epidemiológicos da doença gastroenterite causado pelo norovírus, sua frequência e seu modo de distribuição em países, forma de pesquisa quantitativa da sua distribuição de fenômenos condicionados pelo norovírus nas populações, sendo seus grupos genéticos de pesquisa fundamental. Foram excluídos os artigos pagos e casos clínicos.

Resultados e discussão

Assim, depois de aplicar os critérios de inclusão foram encontrados 864 artigos sobre a epidemiologia do norovírus, mas apenas 8 foram relevantes para a pesquisa no banco de dados. A detecção do NoV foi mais recorrente em países em desenvolvimento (China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia e, Argentina) que estão relacionados com a falta de saneamento básico. As faixas etárias mais comumente acometidas foram os indivíduos mais jovens (menores de cinco anos) e idosos (acima de 65 anos), (HUGHES et al., 2021), pois devido ao sistema imunológico mais deficiente de ambos as idades se tornam mais propensas a desenvolver casos de risco. (cont.)

(cont.)

Tendo seus maiores surtos em estações frias e, lugares fechados, (CAO et al., 2021) as temperaturas mais baixas, e a grande circulação de pessoas é propício à proliferação acentuada. Os norovírus são divididos geneticamente em dez tipos diferentes de grupos Geno, nomeadamente GI, GII, GIII, GIV, GV, GVI, GVII, GVIII, GIX, e GX que são ainda classificados em diferentes agrupamentos genéticos ou genótipos, por exemplo, o grupo Geno II, é o grupo humano mais prevalente para casos de gastroenterite, contém atualmente 19 genótipos. Entre os genogrupos I, II e IV infectam humanos, já o genogrupo III infecta espécies bovinas e o genogrupo V foi isolado de camundongos, (KHAN et al., 2021). O GII.4 foi o genótipo predominante em todos os cenários (BURKE et al., 2019; KHAN et al., 2021; MANS, 2019; WEI et al., 2021), que é ligado aos casos mais graves da doença devidos estar relacionado com os sintomas de vômitos e diarreia que podem levar a desidratação, e até a morte dos pacientes, seguido de GII.2 mais acometido em menores de 5 anos, as crianças pequenas desrespeitam medidas de prevenção a todo o momento, e essa cepa é muito resistente as superfícies que tiveram contato com pessoas infectadas tornando mais suscetíveis a se auto contaminar e GII.3 que causa frequentes casos assintomáticos da doença em todas as faixas etárias.

Conclusão

Com base nas pesquisas, o norovírus é facilmente transmitido pela via fecal-oral, sendo crianças e idosos os grupos mais vulneráveis, desse modo, ambientes como hospitais e creches tendem a ser propícios a contaminação, visto que a presença desses grupos de risco são quase que constantes nesses locais; além de que, o norovírus, por ser resistente, permanece em superfícies em que o indivíduo contaminado teve contato. Além disso, situações precárias de saneamento básico e má higiene, tornam a contaminação cada vez mais fácil para o vírus. Em relação ao contato com os genótipos, o grupo Geno II é o que mais prevalece, o genótipo GII.4 está presente na maioria dos casos de surtos e em todos os casos de contaminação, tornando-se o mais perigoso, devido estar relacionado aos casos mais graves, seguido de GII.2 e GII.3; somado a isso, é importante ressaltar que genogrupos I, II e IV são os que realmente apresentam relevância em termos de risco aos humanos. Sendo assim, tendo em vista as informações apresentadas, torna-se relevante a importância de realizar mais estudos acerca do assunto, com a finalidade de esclarecer o cenário epidemiológico da doença, que tem crescente importância.

Referências

- BURKE, Rachel M.; SHAH, Minesh P.; WIKSWO, Mary E.; BARCLAY, Leslie; KAMBHAMPATI, Anita; MARSH, Zachary; CANNON, Jennifer L.; PARASHAR, Umesh D.; VINJÉ, Jan; HALL, Aron J. . The Norovirus Epidemiologic Triad: Predictors of Severe Outcomes in US Norovirus Outbreaks, 2009-2016. *The Journal of Infectious Diseases*, 2019. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jid/article/219/9/1364/5128364?login=false>> Acesso em: 02 nov. 2022.
- CAMPILLAY-VÉLIZ, Claudia; CARVAJAL, Jonatan; AVELLANEDA, Andrea; ESCOBAR, Darling; COVIÁN, Camila; KALERGIS, Alexis; LAY, Margarita. Human Norovirus Proteins: Implications in the Replicative Cycle, Pathogenesis, and the Host Immune Response. *Front Immunol*, 2020. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fimmu.2020.00961/full>> Acesso em: 04 nov. 2022.
- CAO, R. R.; MA, X. Z.; LI, W. Y.; WANG, B. N.; YANG, Yuan; WANG, H. R.; KUANG, Yu; YOU, J. Z.; ZHAO, Z. Y.; REN, Min; ZHOU, L. L.; LI, M. Y. . Epidemiology of Norovirus Gastroenteritis in Hospitalized Children Under Five Years Old in Western China, 2015-2019. *Journal of Microbiology, Immunology, and Infection*, 2021. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1684118221000153?via%3Dihub>> Acesso em: 02 nov. 2022.

(cont.)

(cont.)

CHHABRA, Preeti; GRAAF, Miranda; PARRA, Gabriel; CHAN, Martin; GREEN, Kim; MARTELLA, Vito; WANG, Quihong; WHITE, Peter; KATAYAMA, Kazuhiko; VENNEMA, Harry; KOOPMANS, Marion; VINJÉ, Jan. Updated Classification of Norovirus Genogroups and Genotypes. *The Journal of general virology*, 2019. Disponível em:

<<https://www.microbiologyresearch.org/content/journal/jgv/10.1099/jgv.0.001318>> Acesso em: 04 nov. 2022.

GRAAF, Miranda; BEEK-VAN, Janko; KOOPMANS, Marion. Human Norovirus Transmission and Evolution in a Changing World. *Nature reviews. Microbiology*, 2016. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/nrmicro.2016.48>> Acesso em: 04 out. 2022.

HUGHES, Stephanie L.; GREER, Amy L.; ELLIOT, Alex J.; MCEWEN, Scott A.; YOUNG, Ian; PAPADOPOULOS, Andrew. Epidemiology of Norovirus and Viral Gastroenteritis in Ontario, Canada, 2009-2014. *Canada Communicable Disease Report*, 2021. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8525908/>> Acesso em: 02 nov. 2022.

KHAN, M. K.; ALAM, M. M. . Norovirus Gastroenteritis Outbreaks, Genomic Diversity and Evolution: Na Overview. *Mymensingh Medical Journal*, 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34226482/>> Acesso em: 02 nov. 2022.

LIAN-YU, Fang; WEI, Wang; PING, Wang; YU, Zhao; QIANG-TONG, Zhang; XUAN, Li; MENG-CHAO, Fan; XIANG-SHU, Lin. Molecular Epidemiology of Norovirus in Children With Acute Gastroenteritis in Tianjin, China. *Chinese Journal of Contemporary Pediatrics*, 2019. Disponível em: <<http://www.zgddek.com/CN/10.7499/j.issn.1008-8830.2019.02.006>> Acesso em: 02 nov. 2022.

MANS, Janet. Norovirus infections and Disease in Lower-Middle and Low-Income Countries, 1997-2018. *Viruses*, 2019. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1999-4915/11/4/341>> Acesso em: 02 nov. 2022.

WEI, Na; GE, Jun; TAN, Changyao; SONG, Yunlong; WANG, Shiwei; BAO, Mengru; LI, Jianqiang. Epidemiology and Evolution of Norovirus in China. *Human Vaccines & Immunotherapeutics*, 2021. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21645515.2021.1961465>> Acesso em: 02 nov. 2022.

CHAGAS TRANSFUSIONAL COMO UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA EM PAÍSES ENDÊMICOS: uma revisão de literatura

Jade Dias Valente¹; Natália da Silva Silva¹; Sthefany Vasconcelos de Sousa¹; Laine Celestino Pinto²

¹Graduanda em Biomedicina pelo UNIFAMAZ

²Doutora em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Pará

Introdução

A doença de Chagas (DC), também conhecida como tripanossomíase americana, é uma enfermidade potencialmente fatal causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*. A estimativa compreende cerca de 6 a 7 milhões de pessoas infectadas por esse parasito ao redor do mundo, que acomete principalmente áreas endêmicas de 21 países da América Latina (WHO, 2021).

A transmissão da DC ocorre por diversas vias, dentre elas vetorial, oral, acidental, vertical, sexual, por transplante de órgãos e transfusional (ROSENTHAL et al., 2020). Esta passou a ter uma importância epidemiológica significativa para a saúde, visto que foi estabelecida a prática de transfusões por toda a América Latina em 1940, favorecendo mais a incidência da DC no Brasil. Além disso, a possibilidade de imigrantes assintomáticos infectados de zonas endêmicas tornarem-se doadores de sangue, acendeu o alerta para o potencial de transmissão da DC (COSTA et al., 2020; GUARNER, 2019).

Dessa forma, este estudo teve como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre o cenário epidemiológico da infecção por *T. cruzi* entre doadores de sangue no mundo nos últimos cinco anos.

Material e métodos

Trata-se de uma revisão de literatura referente a soroprevalência de infecção chagásica em doadores de sangue em diferentes regiões do mundo. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de artigos científicos indexados em banco de dados eletrônicos da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e National Library of Medicine (PubMed). A busca foi efetuada durante os meses de agosto e setembro de 2022, utilizando os descritores: “*Trypanosoma cruzi*” e “blood donors” e aplicando o filtro artigos publicados nos últimos 5 anos. Os critérios de inclusão foram artigos completos, disponíveis on-line e gratuitamente, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola e artigos que abordassem como tema principal a prevalência da infecção por Chagas em doadores de sangue. Foram excluídos artigos de revisão, relatos de caso e de experiência.

Os dados coletados foram: período de estudo, área geográfica coberta pelo estudo, quantidade total da população estudada e quantidade de doadores positivos.

Resultados e discussão

A busca de dados resultou em 25 artigos na plataforma LILACS e 58 artigos no PubMed, totalizando 83 artigos. Entre estes, 28 foram inicialmente selecionados pelo título e informações contidas nos resumos. Posteriormente, cada um foi lido na íntegra para aplicação dos critérios de inclusão e apenas 13 artigos foram incluídos no estudo por corresponder ao objetivo proposto.

Os estudos avaliaram um total de 1.953.801 doadores e revelaram uma prevalência de sorologia reagente para *T. cruzi* variando entre 0,08% em um estudo realizado na região Sul do Brasil (RIL et al., 2017) e 2,76% em um estudo realizado no Peru (YUPANQUI et al., 2021) com uma prevalência média de 0,6%. A maioria dos estudos 92,3% (12/13) foram realizados em países da América Latina (Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela), refletindo a situação epidemiológica da DC nesses países que ainda são considerados endêmicos (WHO, 2021).

(cont.)

(cont.)

Dentre os estudos incluídos, 53,8% (7/13) foram realizados no Brasil, sendo 57,1% (4/7) na região Nordeste, 28,6% (2/7) na região Sul e 14,3% (1/7) na região Sudeste. Apenas 7,7% (1/13) dos estudos foi realizado na Europa. Além disso, o recorte temporal dos estudos variou entre 1 ano e 10 anos, podendo ser um fator determinante na estimativa de prevalência da DC.

Os estudos realizados no Nordeste, em Alagoas (ABREU; SANTOS; DAMASCENO, 2021), Bahia (MIRANDA et al., 2019) e Ceará (COSTA et al., 2019) apresentaram prevalência para *T. cruzi* entre doadores <1%, embora os dois primeiros estudos tenham maior recorte temporal (10 anos), sugerindo um controle epidemiológico da infecção. Por outro lado, no Piauí foi obtida uma prevalência de 1% no período de 2004 a 2013 (SANTANA; SANTOS; ALMEIDA, 2018), assim como os estudos realizados no Peru (2,76%) (YUPANQUI et al., 2021) e Venezuela (1,25%) (CARMEN; ALBERTO; MARÍA, 2019).

Na região Sul, os estudos indicaram uma prevalência de sorologia reagente para *T. cruzi* nos bancos de sangue inferior a 0,1%, embora o recorte temporal tenha sido diferente. Em Caxias do Sul entre 2010 e 2015 (RIL et al., 2017), a prevalência de doadores positivos foi de 0,08%, a menor encontrada entre os estudos. Enquanto em um estudo realizado em Pelotas de 2010 a 2019 (BIANCHI et al., 2019) foi encontrado um dado semelhante, em que 0,09% de doadores positivaram.

Na região Sudeste, houve apenas um estudo realizado entre 2014 a 2021 em Ribeirão Preto (SLAVOV et al., 2017) que indicou uma prevalência de 0,15% na triagem sorológica. Esses dados corroboram com a prevalência de DC nessas regiões.

Na Colômbia, os três estudos realizados em diferentes regiões do país com recortes temporais de 2 anos (CARRERO et al., 2021), 5 anos (DURÁN et al., 2017) e 7 anos (CAIJAO et al., 2020) apresentaram uma prevalência <1% corroborando com os dados de prevalência de DC no país.

Na Europa, apenas um estudo foi realizado na Itália 2016 a 2018 (MANGANO et al., 2020), com dados de doadores de área de risco, em que foi descrito 0,5% de doadores positivados, uma prevalência que pode ser considerada baixa em comparação a outros estudos.

Conclusão

Assim, os resultados encontrados demonstram que os dados de prevalência são variáveis, indicando menor prevalência no Sul e Sudeste do Brasil. Em países da América Latina observou-se algumas taxas de prevalência semelhantes às do Brasil, com exceção do Peru, acendendo-se um alerta com uma taxa considerada alta comparada a outros países da região. Além disso, no único país do continente europeu a prevalência também pôde ser considerada baixa em relação a outros estudos. Com isso, ressalta-se a importância da realização de testes confiáveis na triagem sorológica de doadores de sangue e do desenvolvimento de estudos que abordem essa temática em países não endêmicos.

Referências

BELTRÁN-DURÁN, M. et al. Detección de anticuerpos para *Trypanosoma cruzi* en donantes de sangre. Caquetá, 1995 a 2010. revista de salud pública, bogotá, v. 19, n. 3, p. 355-361, fev./2017.

BIANCHI, T. F. et al. Soroprevalência da infecção pelo *Trypanosoma cruzi* em doadores de sangue no extremo sul do Brasil. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Uberaba, v. 55, n. 599, p. 1-5, mar./2022.

CARMEN, B. M. D; ALBERTO, González Carlos; MARÍA, Bolívar Ana. *Trypanosoma cruzi* en donantes que acudenal banco de sangre "Dr. Julio García Álvarez" blood bank of the Dr. Luis Razetti, in the Barinas city, Venezuela. KASMER, zulia, v. 47, n. 2, p. 102-107, jun./2019.

COSTA, A. C. et al. Prevalência da Infecção pelo *Trypanosoma cruzi* em Doadores de Sangue. Sociedade Brasileira de Cardiologia, São Paulo, v. 115, n. 6, p. 1082-1091, nov./2019.

(cont.)

(cont.)

GARCÍA, N. M. et al. Prevalencia de infección por *Trypanosoma cruzi* en donantes de um banco de sangue de Boyacá, Colombia. *Revista médica Risaralda, Pereira*, v. 27, n. 1, p. 28-34, jun./2021.

GUARNER, Jeannette. Chagas disease as example of reemerging parasite. *Seminars in Diagnostic Pathology, Amsterdã*, v. 36, n. 3, p. 164-169, mai./2019.

MANGANO, V. D. et al. Screening of at-risk blood donors for Chagas disease in non-endemic countries: lessons from a 2-year experience in Tuscany, Italy. *Wiley Online Library, Pisa*, v. 31, n. 1, p. 63-68, nov./2020.

MIRANDA, D. L. P. et al. Soroprevalence of *Trypanosoma cruzi* infection among blood donors in the state of Bahia, Brazil. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Uberaba*, v. 52, n. 20190146, p. 1-7, mai./2019.

MORE-YUPANQUI, M. D. et al. Prevalência de marcadores de infecção e fatores associados em doadores de banco de sangue peruano. *Revista Peruana de Medicina Experimental, Lima*, v. 38, n. 4, p. 627-633, dez./2021.

RIL, H. et al. Prevalência de inelegibilidade sorológica entre sangue doadores de um Centro de Hemoterapia em Caxias do Sul, sul do Brasil. *Clinical e biomedical research, Porto Alegre*, v. 42, n. 2, p. 11-17, jul./2022.

ROSENTHAL, L. D. et al. Conhecimentos sobre a doença de Chagas e seus vetores em habitantes de área endêmica do Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva, Pelotas-RS*, v. 28, n. 3, p. 345-352, out/2020.

SANTANA, M. P.; SANTOS, R. S.; ALMEIDA, A. S. Prevalência da doença de Chagas entre doadores de sangue do Estado do Piauí, Brasil, no período de 2004 a 2013. *Cadernos de saúde Pública, Piauí*, v. 34, n. 2, p. 2-13, jun./2018.

SLAVOV, S. N. et al. Prevalência de anticorpos contra *Trypanosoma cruzi* em doadores de sangue da cidade de São Estado de Paulo, Brasil, entre 2012 e 2014. *The journal of infection in developing countries, Sassari*, v. 11, n. 3, p. 277-281, jun./2018.

TELLO-CAIJAJO, M. E. et al. Trends of seroprevalence of chagas diseases in healthy blood donors, solid organ donors and heart transplant recipients: experience of a single health care centre in colombia. *epidemiology and infection, Cali*, v. 148, n. 277, p. 1-6, out./2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Doença de Chagas (também conhecida como tripanossomíase americana). Disponível em: [https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/chagas-disease-\(american-trypanosomiasis\)](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/chagas-disease-(american-trypanosomiasis)). Acesso em: 24 ago. 2022.

FREQUÊNCIA DE ALOIMUNIZAÇÃO ERITROCITÁRIA EM PACIENTES COM ANEMIA FALCIFORME ATENDIDOS NA FUNDAÇÃO HEMOPA

Fatyene da Costa Farias¹; Lucas Pinheiro Correa¹; Katarine Antônia dos Santos Barille²; Jairo Américo de Castro³; Carlos Eduardo de Melo Amaral⁴

¹Graduando em Biomedicina pelo UNIFAMAZ

²Doutorado em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitário pela UFPA

³Mestrado em Virologia pelo Instituto Evandro Chagas

⁴Doutorado em Genética e Biologia Molecular pela UFPA

Introdução

A anemia falciforme (AF) é uma hemoglobinopatia genética de caráter hereditária muito frequente no mundo, principalmente em povos africanos, mas também é encontrada por toda a Europa e Ásia. No Brasil, ela é a doença hereditária mais comum, com a estimativa de que 3,5 mil crianças nascem com anemia falciforme a cada ano, com maior prevalência nas Regiões Norte e Nordeste.

Pacientes acometidos pela AF podem apresentar episódios de crises vaso oclusivas e crises dolorosas, síndrome torácica aguda, entre outros que podem ser melhoradas através da terapia transfusional, porém, as transfusões possuem riscos inerentes, sendo um dos maiores, o risco da aloimunização eritrocitária.

Pacientes aloimunizados ou com fenótipos raros possuem maiores dificuldades para encontrar hemocomponentes compatíveis, por conta disso, é de grande importância que seja realizada a fenotipagem eritrocitária precoce destes e a pesquisa por anticorpos irregulares, para que o risco de aloimunizações futuras sejam diminuídos. Portanto, o estudo tem como objetivo descrever a frequência de aloimunização eritrocitária encontrada em pacientes com anemia falciforme (HbSS) atendidos na Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA) de 2001 a 2021, bem como, descrever os aloanticorpos encontrados, a fim de fornecer informações que ajudem na rotina hemoterápica dos pacientes para garantir a segurança e eficácia transfusional nesse grupo de indivíduos.

Material e métodos

O presente estudo foi realizado na Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA), na Gerência de Biologia Molecular e Celular (GEBIM). Trata-se de um estudo retrospectivo, transversal e descritivo, realizado através da coleta de dados secundários de pacientes com anemia falciforme atendidos de agosto de 2001 a agosto de 2021 na Fundação HEMOPA, sendo o número amostral representado pela série histórica de pacientes atendidos durante o período do estudo.

Como critérios de inclusão, foram considerados pacientes com anemia falciforme atendidos na Fundação HEMOPA no período mencionado anteriormente, com fenotipagem eritrocitária estendida e Pesquisa de Anticorpos Irregulares (PAI). Como critérios de exclusão, pacientes com anemia falciforme sem Pesquisa de Anticorpos Irregulares (PAI) e sem fenotipagem estendida ou sem os dados completos no sistema.

A coleta de dados foi feita por meio de um instrumento de coleta de dados desenvolvida pelos pesquisadores, com dados provenientes do Sistema SBS Web e confirmados pelos sistemas LABMASTER e SBS PROGRESS. Os dados obtidos foram digitalizados para a formação de um banco de dados no programa StatisticalPackage for Social Sciences (SPSS), versão 20. Foi utilizada a estatística descritiva, para as variáveis qualitativas foram determinadas as frequências absolutas e percentuais. Sendo, portanto, apresentados na forma de gráficos e tabelas.

(cont.)

(cont.)

O projeto foi submetido à plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ) sob o parecer de número 5.398.263. De igual modo foi aprovado para realização na Fundação HEMOPA através do Aceite Institucional da Fundação HEMOPA a Projetos de Pesquisa em 22 de dezembro de 2021.

Resultados e discussão

Neste estudo foram coletados dados de 184 pacientes com anemia falciforme atendidos na Fundação HEMOPA no dado período da pesquisa. Dentre estes indivíduos, 33 apresentaram Pesquisa de Anticorpos Irregulares positiva, representando uma taxa de aloimunização de 18%, sendo uma frequência compatível com a literatura. Taxas de 12% até 50% podem ser observadas em algumas pesquisas (AMEEN, 2009; FABRON, 2001). Peron e Sell (2020) também descreveram frequência de aloimunização semelhante, em um estudo que avaliava a aloimunização e perfil fenotípico eritrocitário em pacientes com anemia falciforme atendidos no Hemonúcleo de Paranavaí, sendo que de 32 pacientes com anemia falciforme, 18,75% foram aloimunizados.

Destes, 14 (42,4%) eram do sexo masculino e 19 (57,6%) do sexo feminino. Padovani e Roversi (2016) expuseram resultados semelhantes ao presente estudo, quando realizaram uma pesquisa com dados de 78 pacientes atendidos em um Hemonúcleo, onde 60,8% dos anticorpos irregulares encontrados pertenciam a indivíduos do sexo feminino, e 39,2% ao sexo masculino, esta relação de maior quantidade de anticorpos no sexo feminino pode ser dar devido este sexo estar mais suscetível a aloimunização devido à gravidez, podendo ser um fator de risco considerável a sensibilização.

Quanto a raça autorreferida, foram identificados 02 brancos (6%), 27 pardos (82%) e 04 negros (12%). A maior frequência entre indivíduos pardos e negros confirma o que é descrito na literatura, que diz que existe uma prevalência maior nas regiões Norte e Nordeste, pois são regiões que apresentam grande número de indivíduos negros e pardos, sendo essa população mais acometida pela AF devido os fatores genéticos e miscigenação, atingindo cerca de 0,1% a 0,3% dessa população (TRINDADE et al., 2019).

As idades dos pacientes avaliados variaram de 10 a 52 anos, sendo que a maioria (33%) dos pacientes tinham idade entre 20 e 29 anos e os maiores percentuais de anticorpos irregulares encontrados ocorreu em pacientes de 10 a 29 anos (55%), o que vai de contra com o que é encontrado na bibliografia, em que a maior taxa de aloimunização é encontrada em pacientes acima de 30 anos, como nos estudos de Martins et al (2008) e Martins , Oliveira e Honda (2017) que encontraram uma frequência maior de aloanticorpos em pacientes com idade acima de 30 anos, equivalente a 70% e 76% respectivamente. Um fator que poderia explicar o motivo desta diferença, poderia ser por conta da maior procura por tratamento hematológico no Hemocentro, por pessoas com idade menor a 30 anos.

Os anticorpos encontrados foram: 08 Anti-C (16%), 07 Anti-K (14%), 07 Anti- Dia (14%), 06 Anti-E (12%), 04 Anti-D (8%), 02 Anti-M (4%), 02 Anti-S (4%), 02 Anti-Lea (4%), 02 Anti-Jkb (4%) 01 Anti-c (2%), 01 Anti Cw (2%), 01 Anti Fya (2%), 01 Anti-Lua (2%) e 05 Aloanticorpos que não puderam ter sua especificidade determinada, representando 10% dos aloanticorpos registrados na pesquisa, estes dados podem ser observados na Tabela 1.

A maior frequência de aloanticorpos foi contra os antígenos dos sistemas Rh e Kell, fato que concorda com a literatura, pois ambos sistemas são considerados altamente imunogênicos (FABRON, 2001; AMEEN, 2009). Porém, o antígeno Dia do Sistema Diego também apresentou grande frequência (14%) no presente estudo, o que pode ser justificado devido a fenotipagem eritrocitária desse antígeno não ser obrigatória, diferente dos antígenos dos sistemas Rh e Kell (BRASIL, 2017). Na literatura pode-se achar uma frequência semelhante descrita por Koury (2018) em um estudo com doadores de sangue de

(cont.)

(cont.) um instituto de Hemoterapia e Hematologia Paranaense, que observou a frequência do anticorpo irregular Anti-Dia em 11,7% dos doadores, sendo essa frequência maior em doadores do sexo masculino.

O antígeno Anti-C do sistema Rh correspondeu ao anticorpo mais prevalente (16%), de acordo com a literatura que possui grande variação de autor para autor, indo de 9% a 25% (BENEDETTI et al., 2020; MELO et al., 2018).

Tabela 1- Distribuição dos Anticorpos irregulares identificados nos pacientes com anemia falciforme aloimunizados atendidos na Fundação HEMOPA

Especificidade do Aloanticorpo	Nº	%
Sistema Rh		
Anti-C	8	16
Anti-c	1	2
Anti-D	4	8
Anti-E	6	12
Anti-C ^w	1	2
Sistema Kell		
Anti-K	7	14
Sistema MNS		
Anti-M	2	4
Anti-S	2	4
Sistema Duffy		
Anti-Fy ^a	1	2
Sistema Kidd		
Anti-Jk ^b	2	4
Sistema Lewis		
Anti-Le ^a	2	4
Sistema Lutheran		
Anti-Lu ^a	1	2
Sistema Diego		
Anti-Di ^a	7	14
Indeterminados	5	10
Total	49	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Conclusão

Os resultados encontrados no estudo se revidenciaram relevantes acerca da implantação de protocolos de fenotipagem obrigatória para outros sistemas de antígenos eritrocitários, como o Sistema Diego que apresentou grande frequência de sensibilização pelos pacientes avaliados, protocolos que minimizem os riscos de aloimunizações inerentes às transfusões, principalmente em pacientes portadores de hemoglobinopatias, tal qual a anemia falciforme.

Com mais estudos a cerca deste tema, pode-se começar a entender como os aloanticorpos mais frequentes entre a população de pacientes com AF, podem fornecer subsídios para garantir uma transfusão de hemocomponentes mais segura e com menores chances de uma alosensibilização posterior, buscando de igual modo, reduzir a ocorrência de reações transfusionais tardias e uma maior facilidade na busca por bolsas fenotipicamente compatíveis

Agradecimentos

Agradeço a Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará que permitiu que esse estudo acontecesse e forneceu os subsídios necessários para o tal.

(cont.)

(cont.)

Referências

- AMEEN R.; SHEMMARI S.A.L.; AL-BASHIR A. Red blood cell alloimmunization among sickle cell Kuwaiti Arab patients who received red blood cell transfusion. *Transfusion*. 49(8):1649-1654. 2009.
- BRASIL, 2017. Ministério da Saúde – Portaria de Consolidação Nº5/2017. Anexo IV de 24.09.2017
- BENEDITTI, V.P et al. Frequência De Anticorpos Irregulares Identificados Em Pacientes Atendidos Em Um Hemonúcleo No Sudoeste Do Paraná No Ano De 2017. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*. v. 24, n. 3, p. 133-138, set./dez. 2020
- BORDIN J.O. Aloimunização após transfusão de concentrado de hemácias em pacientes atendidos em um serviço de emergência. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia*. 29(4):339-340. 2007.
- FABRON A. Estudo da significância clínica de aloanticorpos eritrocitários em pacientes com anemia falciforme. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia*. 23(2):121-122. 2001.
- MARTINS, J. T. N.; OLIVEIRA, K. R.; HONDA, K. R. Frequência de anticorpos irregulares em pacientes transfundidos no Hemocentro Regional de Araguaína - TO (HEMARA-TO), 2009 a 2015. *Journal of Orofacial Investigation*, v. 4, n. 1, p. 41-48, 2017.
- MARTINS, P. R. J. et al. Frequência de anticorpos irregulares em politransfundidos no Hemocentro Regional de Uberaba-MG, de 1997 a 2005. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia*, v. 30, n. 4, p. 272-276, 2008.
- MELLO, W.E.S. Aloimunização Eritrocitária Em Pacientes Com Anemia Falciforme Atendidos No Hemocentro De Caruaru, Pernambuco, Brasil. *Acta Biomedica Brasiliensia*. V.9. nº 1. 2018.
- PERON, M.L.D.F; SELL, A.M. Aloimunização E Perfil Fenotípico Eritrocitário Em Pacientes Com Anemia Falciforme Atendidos No Hemonúcleo De Paranaíba. *Hematology, Transfusion and Cell Therapy*. Vol. 42. P 334-335. 2020
- PADOVANI, P. N.; ROVERSI, F. M. Análise do perfil de aloimunização eritrocitária em pacientes receptores de transfusão sanguínea atendidos no Hemonúcleo do Hospital Universitário de Bragança Paulista. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biomedicina) – Universidade São Francisco, São Paulo, 2016.
- TRINDADE, Eliane Leite et al. Distribuição por mesorregião dos casos de anemia e traço falciforme que realizaram a triagem neonatal no Estado do Pará, Brasil no período de 2013 a 2017. *Brazilian Journal of health Review*, Curitiba, v.2, n.6, p. 5477-5487, nov./dez. 2019.



RESUMOS EXPANDIDOS: DIREITO

A PRESUNÇÃO DO PODER DE POLÍCIA NA COBRANÇA DE TAXAS: Um estudo da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a análise crítica de suas consequências

Débora Cristina da Cruz Cordeiro¹; Renata Almeida Dourado¹

¹Graduanda em Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

Introdução

A presente pesquisa tem como finalidade analisar as taxas de fiscalização que são cobradas por meio do exercício do poder de polícia, presumido por decisão do Supremo Tribunal Federal, bem como expor as consequências que essa presunção pode causar ao contribuinte e ao interesse público. Sendo assim, é válido destacar que a Constituição Federal, por meio do seu artigo 145, inciso II, atribuiu competência aos entes federativos para instituírem taxas, sendo estas de caráter retributivo e cobradas, independente da vontade do contribuinte, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

Ocorre que, o plenário do Supremo Tribunal Federal, por meio do Recurso Extraordinário nº 588.322, julgado no dia 16/06/2010, ratificou o entendimento e estabeleceu que os entes federativos poderão cobrar taxas em razão do exercício do poder de polícia, a partir da presunção deste exercício em favor da Administração Pública.

É evidente que a tributação possui um objetivo fundamental na arrecadação de recursos para os cofres públicos brasileiros, porém a finalidade principal das taxas não é a arrecadação, mas a contraprestação dos serviços que foram realizados pela Administração Pública, o que materializa a sua natureza jurídica sinalagmática. Acontece que, a permissão dada pelas turmas e plenário do Supremo Tribunal Federal, no que se refere à presunção do exercício do poder de polícia na cobrança de taxas, resultou em um incentivo aos Estados e Municípios instituírem taxas sem, de fato, efetivar a fiscalização, dando a elas um objetivo arrecadatário, o que gerou revolta nos contribuintes, além da sensação de insegurança jurídica. Posto isto, o presente estudo analisou-se criticamente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a fim de perquirir e apresentar as consequências concretas dessas decisões.

Assim, esta pesquisa possui como objetivo principal, analisar quais os desdobramentos que a decisão do STF, no que se refere à presunção do exercício do poder de polícia na cobrança de taxas, poderá gerar ao contribuinte e à coletividade.

Material e métodos

Para alcançar os objetivos almejados, empregou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental. Primeiramente, se fez um levantamento do material necessário para a compreensão do assunto, os quais são artigos científicos e doutrinas, no âmbito administrativo, constitucional e tributário, assim como o Código Tributário Nacional, a Constituição Federal e jurisprudências do Supremo Tribunal Federal. (cont.)

(cont.)

E, utilizou-se o método dedutivo, pois analisou-se os julgamentos da maior instância do poder judiciário brasileiro, a fim de verificar quais as consequências que tais decisões terão perante a sociedade, consequências essas que serão demonstradas por meio de casos concretos recentes.

Resultados e discussão

A Constituição Federal, por meio de seu artigo 145, inciso II, confere a todos os entes federativos a competência para instituir taxas. No que se refere a isso, o artigo 77, do Código Tributário Nacional, dispõe que todos os entes federativos podem cobrar taxas que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, sendo tal poder aquele que limita ou disciplina um direito, em prol do interesse público. Assim, é em virtude de tais competências atribuídas pela Constituição Federal que muitos entes federativos acabam por criar taxas de fiscalização, baseadas no exercício do poder de polícia estatal e que tem a sua legitimidade criticada por muitos contribuintes, chegando à análise do Supremo Tribunal Federal. Nessas ações judiciais o que se questiona perante o guardião da Constituição é a legitimidade de taxas, as quais, para os contribuintes, possuem caráter meramente arrecadatório.

O Código Tributário Nacional e a Constituição Federal, em seus artigos 77 e 145, respectivamente, deixam claro que as taxas possuem natureza jurídica contraprestacional, devendo ser cobradas apenas se houver gastos pela Administração Pública na realização de atividades baseadas no poder de polícia. Portanto, apenas aqueles contribuintes que, de fato, foram fiscalizados e geraram despesas para o erário deveriam pagar taxas, na medida dos custos realizados.

Isto posto, é importante salientar que o contribuinte da taxa é aquele que gera gastos para a Administração Pública, os quais provém das fiscalizações e limitações de direitos e liberdades dos contribuintes, ou seja, “o contribuinte paga ao Estado em razão de (por causa de) sua atuação em função daquele” (FILHO; NETO; SANTOS, 2016, p. 200).

Todavia, o plenário do Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário 588.322/RO – Rondônia, julgado no dia 16/06/2010, decidiu, com repercussão geral reconhecida, que a fiscalização realizada pela Administração Pública será presumida, se existir órgão administrativo constituído para realizá-la (BRASIL, Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno), Recurso Extraordinário 588.322 do Município de Rondônia, Relator: Min. Gilmar Mendes, Data de Julgamento: 16/06/2010, Data de publicação: 03/09/2010).

Consequentemente, com a decisão do guardião da Constituição, favoreceu-se a criação de taxas que deverão ser pagas ainda que nenhuma fiscalização tenha sido realizada, não gerando, portanto, despesas para a Administração Pública e contrariando claramente a natureza jurídica sinalagmática das taxas.

Como exemplo, podemos citar o Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 861.701 de Minas Gerais, que teve como relator o Ministro Dias Toffoli e foi julgado no dia 02 de dezembro de 2016, no qual o Município de Belo Horizonte, agravante, fundamentando-se na decisão do plenário do STF, argumentou ser legítima a cobrança e a renovação anual da Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento (TFLF), já que o mesmo tinha estrutura administrativa de fiscalização constituída no Município, o que, segundo ele, seria suficiente para legitimar a cobrança da taxa, sendo impossível comprovar o exercício da fiscalização caso a caso. Porém, o referido Município cobrava a TFLF, mesmo quando a empresa que realizava as fiscalizações dos estabelecimentos estava inativa durante todo o ano de 1998 (BRASIL, Supremo Tribunal Federal, AG. REG. no Agravo de Instrumento 861.701/MG, Relator: Min. Dias Toffoli, Data de julgamento: 02/12/2016, data de publicação: 15/02/2017).

(cont.)

(cont.)

É certo que tais decisões afetam diretamente o direito dos contribuintes, pois, legal e constitucionalmente, estes são obrigados a pagar taxas apenas se, de fato, houverem sido fiscalizados. O Código Tributário é claro sobre a natureza jurídica comutativa da taxa, não deixando margem para interpretações diversas, seja pelos entes federativos ou pelo Poder Judiciário. Em relação a isso, não se pode olvidar que o Supremo Tribunal Federal também cria norma, por meio da interpretação dada aos dispositivos constitucionais, porém o que se questiona é a legitimidade de tais decisões, as quais não estão de acordo com o disposto na Constituição Federativa e no Código Tributário Nacional.

Dessa forma, com a decisão do Supremo Tribunal Federal, margens foram abertas para que os entes federados instituíam taxas com o intuito meramente arrecadatório, bastando que se crie um órgão fiscalizatório em um determinado local, para que os contribuintes sejam obrigados a pagar por um serviço que não lhes foi prestado.

É certo que a falta ou precária fiscalização pela Administração Pública causa prejuízos não apenas para o indivíduo contribuinte da taxa, mas para toda a coletividade, como ocorreu, por exemplo, no rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, Minas Gerais, no dia 05 de novembro de 2015, bem como no incêndio ocorrido na Boate Kiss, em Santa Maria, no Município do Rio Grande do Sul, em 2013.

Assim, a atuação irregular dos entes federativos, por meio de fiscalizações precárias, afeta o principal objetivo de toda a atividade Administrativa, isto é, o interesse público.

Destarte, analisando a decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal, a qual teve repercussão geral reconhecida, deduz-se que presumir que o poder de polícia está sendo exercido pode gerar gravame para toda a sociedade, pois os entes federativos criam taxas objetivando apenas a arrecadação e não fiscalizam os estabelecimentos, utilizando a decisão do STF para fundamentar as suas ações irregulares, o que, cedo ou tarde, prejudica o interesse coletivo.

Conclusão

Após a análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, verificou-se que o guardião da Constituição aprovou a instituição de taxas sem a necessidade da comprovação do efetivo exercício do poder de polícia, contrariando o artigo 77, do CTN, o que causou descontentamento aos contribuintes e insegurança jurídica.

Restou evidente que os entes federativos, aproveitando-se da competência constitucional e material a eles atribuídas, em virtude da inexistência de Lei Complementar que crie normas gerais para delimitar a instituição das taxas, bem como da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, iniciaram a cobrança deste tributo sem realizar a efetiva fiscalização, atribuindo, assim, um caráter meramente arrecadatório para elas, o que, nitidamente, viola o mandamento constitucional e infralegal.

Em razão disso, é notório que os contribuintes estão sendo lesados, pois pagam taxas para a Administração Pública, a fim de serem fiscalizados, o que não ocorre, já que esta prioriza os interesses econômicos, a fim de apenas arrecadar recursos, como constatou-se nos casos mencionados.

Portanto, depreende-se que o preventivo exercício do poder de polícia, é essencial para que a Administração Pública efetive o seu dever perante a sociedade, para que desastres como o de Mariana e Boate Kiss sejam evitados.

(cont.)

(cont.)

Referências

BORGES, F.G; MERLIN, L.V; Taxas: Equivalência e Igualdade. OBSERVATÓRIO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, Brasília, ano 7, n.02, 2014, p. 126-139. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/observatorio/article/view/993>>. Acesso em: 24 de abril de 2022.

FILHO, F.S; NETO, J.S; SANTOS, L.H. Taxas de polícia e base de cálculo: o caso da TFRH. REVISTA DIREITO TRIBUTÁRIO ATUAL, n. 36, 2016, p. 198-221. Disponível em: <<https://ibdt.org.br/RDTA/wp-content/uploads/2017/05/Francisco-Mileo-Joao-Alho-e-Lucas-Monte-Santo.pdf>>. Acesso em: 24 de abril de 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). Recurso Extraordinário 588.322 do Município de Rondônia. Recorrente: Associação Comercial de Rondônia – ACR. Recorrido: Município de Porto Velho. Relator: Min. Gilmar Mendes. Brasília, 16 de junho de 2010. Publicado no DJU em 03/09/2010. Disponível em:<<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur181652/false>>. Acesso em: 16/05/2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AG. REG. No Agravo de Instrumento 861.701/MG. Agravante: Município de Belo Horizonte. Agravado: Plaza Distribuidora LTDA e outros. Relator: Min. Dias Toffoli. Brasília, 02/12/2016. Publicado no DJU em 15/02/2017. Disponível em: <<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur363255/false>>. Acesso em: 16/05/2022.

A GUERRA ÀS DROGAS E O PROCESSO DE DESCRIMINALIZAÇÃO DO USUÁRIO: uma análise na sociedade paraense

Ayla Lana Quaresma¹; Vanessa Farias Nogueira¹

¹Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ)

Introdução

O presente trabalho busca analisar o enfrentamento atual no combate às drogas à luz da Lei 11.343/06 e sua concepção moral, cultural e histórica nas terras paraenses, em específico nas regiões metropolitanas de Belém. Tendo como principal objetivo apresentar a necessidade de distinção entre usuário e traficante de drogas e como essa fusão impacta as prisões e fomenta a seletividade penal. Por fim, explanar e elucidar o impasse a respeito da descriminalização do usuário no contexto da “Guerra às Drogas”, bem como verificar, até que ponto, a política de enfrentamento às drogas atinge os mais vulneráveis.

Material e métodos

O método aplicado a pesquisa será de análise documental e dados secundários, divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), pelos dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP) e do Relatório do Fórum Nacional de Segurança Pública; utilizaram-se as técnicas de investigação de pesquisa bibliográfica fundamentadas no referencial teórico de autores como Vera Malaguti Batista, Nilo Batista e Luís Carlos Valois; a natureza da pesquisa é qualitativa indutiva como forma de alcançar os resultados pretendidos.

Resultados e discussão

Há, no Brasil, discussões pertinentes a respeito do tráfico de drogas e como isto influencia na chamada “Guerra às Drogas”. De acordo com os levantamentos realizados a partir das pesquisas supracitadas, no ano de 2021, foi possível constatar altos índices de Tráfico de Drogas no Estado do Pará, sobretudo nas regiões de Belém e Ananindeua, com um total de 5.029 apreensões. Para se entender a dimensão desse índice, é necessário compreender, não somente o entendimento da droga enquanto jurisprudência a Lei 11.343/2006, mas, também, a crítica determinada pelo senso comum, sob um olhar preconceituoso e criminalizador da droga e do usuário. Sendo assim, há de se destacar o agir das organizações criminosas, as quais agem em evidência nas regiões centrais e periféricas de Belém, como consequência da correlação entre traficante e usuário, indivíduos subjetivados quanto a separação daquele que é dependente químico e do traficante de drogas, estreitamente ligado ao tratamento econômico-proibicionista da droga.

Acerca disso, o artigo 33 da referida lei evidencia essa união supramencionada. É possível afirmar, nesse sentido, que a lei e o sistema penal brasileiro ainda possuem lacunas no que diz respeito ao usuário de entorpecentes, tendo em vista o artigo 28, §2º da Lei 11.343/2006 (Brasil, 2006), em que o juiz analisará se a droga se destinava a consumo pessoal, atendendo à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como, à conduta e aos antecedentes.

Desse modo, é possível afirmar que não há previsão legal para uma quantidade determinada de drogas para distinguir usuário de traficante, o que pode resultar em injustiças gravíssimas e encarceramento de pessoas inocentes, perpetuando o preconceito enraizado socialmente, no entendimento não científico da droga. Ademais, outro ponto essencial é a guerra às drogas no Brasil e como o país enfrenta essa situação.

(cont.)

(cont.)

Nesse ínterim, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), o tráfico de drogas está entre os crimes em que mais encarceram no Brasil, marcando 32,39% dos presos. Em consonância a isto, como a lei não prevê a diferença entre usuário e traficante, é possível afirmar, considerando o racismo estrutural existente no Brasil, que muitos presos indiciados por tráfico de drogas são baseados em critérios preconceituosos, como cor da pele, situação econômica e/ou local onde reside. Por fim, é visível que há um modelo de vítimas encarceradas por “venderem drogas”, e, também, a seletividade, hoje concentradas em negros e pobres.

No estado do Pará, a realidade não se diferencia do âmbito nacional, haja vista que de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciária (INFOPEN), no período de janeiro a junho de 2020, 21,21% dos presos foram indiciados por Tráfico de Drogas. Além disso, Cardoso (2020) afirma, a partir das sentenças condenatórias da Vara de Combate ao Crime Organizado de Belém-PA, é perceptível que a formação da criminalidade nos crimes de tráfico de drogas ocorre a partir da atuação da polícia, ou seja, é notória a seletividade tanto dos agentes policiais, quanto do Poder Judiciário que age de maneira inquisitória, baseando-se em provas pertencentes aos autos do inquérito, reafirmando a ideia de Malaguti (2003) que o “inimigo do estado” é o mais vulnerável.

Ainda nessa perspectiva, Valois (2019) afirma que a apresentação de um Estado de Direito é substituída por um Estado Policial, onde o verdadeiro juiz é o policial e as questões sociais e econômicas são consideravelmente mais relevantes para o encarceramento dos ditos “suspeitos”. Batista (1990, p. 95) afirma que “a repressão policial sem freios jurídicos tende a transformar-se num poder autônomo e incontestável, como demonstra a experiência histórica, sendo inevitáveis os abusos.” Dessa forma, a utilização de provas apenas produzidas pelo inquérito policial fomenta a ideia de desigualdades, haja vista que a instituição policial não possui preparo para tratar sobre o assunto, fazendo com que a “guerra às drogas” se torne uma guerra aos mais vulneráveis. Ademais, segundo a revista Brasileira de Segurança Pública (2020), tendo em vista as sentenças condenatórias da Vara de Combate ao Crime Organizado de Belém (PA) no ano de 2017, foi observado que as razões das abordagens policiais se deram principalmente pelas denúncias anônimas e por atitudes suspeitas, totalizando 65,82% e 23,16% respectivamente.

Dessa forma, obteve-se os seguintes resultados em relação ao Tráfico de Drogas no Estado do Pará durante os 12 meses do ano de 2021, no quadro em amostra apresentando os meses com maiores índices de apreensões por tráfico.

5 cidades com maiores índices de apreensões por Tráfico de Drogas	Meses com maiores índices de apreensões por Tráfico de Drogas		Número total de apreensões no ano de 2021
Belém (Capital)	Fevereiro	Março	1.107
Ananideua	Fevereiro	Março	324
Santarém	Março	Abril	248
Parauapebas	Janeiro	Março	193
Castanhal	Maio	Agosto	176

Conclusão

Infere-se, portanto, que a seletividade presente no sistema criminal paraense, ocorre principalmente em virtude da imprevisão e subjetividade legal ou estudos científicos que conceituem o termo “atitude suspeita”, trazendo o questionamento se as autoridades policiais agem realmente de maneira igualitária ou com arbitrariedade nas abordagens. Desse modo, tendo em vista os argumentos supracitados, é possível afirmar que o sistema político e social da denominada “guerra às drogas” é um

(cont.)

(cont.) sistema excludente e discriminatório, tanto no âmbito nacional quanto no estadual, uma vez que essa política é direcionada exclusivamente para o acirramento das discriminações no sistema criminal. Além disso, a criminalização do usuário de drogas é um viés que precisa ser combatido, tendo em vista que medidas visando à saúde desses cidadãos seriam mais eficazes e diminuiriam o encarceramento em massa e o preconceito enraizado na sociedade. Dessa forma, a política de repressão ao tráfico e a criminalização do usuário de drogas precisa ser repensada com urgência, uma vez que não estão surtindo efeitos e sim fomentando a exclusão das classes mais vulneráveis e violando direitos essenciais dessas pessoas.

Agradecimento

Agradecemos ao Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – UNIFAMAZ, o qual abriu caminho para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao grupo de pesquisa “Criminologia e Subjetividade”, e aos autores das obras que serviram de base para este estudo, bem como as instituições das quais foram retirados os dados para esta pesquisa.

Referências

- BATISTA, Nilo. Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- BATISTA, Vera Malaguti. Dífceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- CARDOSO, Renata Valéria Pinto. Caracterização do crime de tráfico de drogas a partir das sentenças condenatórias da Vara de combate ao crime organizado de Belém-PA. *Research, Society and Development*, v.9, n. 11, pag. 1-18, novembro 2020. Acesso em 7 de agosto de 2022.
- LISBOA, Renata; RAMOS, Edson; GOMES, Marcus; RAMOS, Maély. Caracterização das sentenças condenatórias do crime de tráfico de drogas em Belém, Pará, Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 14, n. 2, 146-161, ago/set 2020. Acesso em 8 de agosto de 2022.
- LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS, Período de Janeiro a Junho de 2020. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMTVlMWRiOWYtNDVknj00N2NhLTk1MGEtM2FiYjJmMmlwMDNmliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>> Acesso em: 10 de julho de 2022.
- VALOIS, Luís Carlos. O direito penal da guerra às drogas -- 3. ed. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.
- Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal - SIAC / SEGUP-PA. Tráfico 2021. Disponível em: <http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/trafico-2021/>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

A AGENDA 2030 EM BARCARENA/PA: em busca do desenvolvimento sustentável

Webano Benium Barros Campos¹; Ana Cristina Pacheco Ferreira²; Sidenir Araújo Costa¹; Yasmim Beatriz Ribeiro Carvalho²; Carla Noura Teixeira³

¹Graduando em Bacharelado em Direito pelo UNIFAMAZ

²Graduanda em Bacharelado em Direito pelo UNIFAMAZ

³Doutora em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Introdução

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi apresentada na Assembleia Geral das Nações, em Nova York, em setembro de 2015, ocasião em que os 193 Estados-membros adotaram um plano global para construção de um mundo melhor para a geração presente e futuras, estabelecendo, assim, 17 objetivos de desenvolvimento sustentável – também conhecidos como ODS – e suas 169 metas derivadas da interpretação e exequibilidade dos objetivos (ONU, 2015).

Quanto a noção de desenvolvimento sustentável, esta surge a partir das ideias difundidas pelo relatório Os Limites do Crescimento, lançado pelo Clube de Roma em 1972 – que serviu como subsídio para a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de 1972 e como referência para a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992. Raeder e Menezes (2020), prelecionam que desenvolvimento sustentável é o equilíbrio entre as esferas econômica, social e ambiental, a fim de assegurar às gerações futuras o acesso aos recursos naturais .

No contexto de implementação da Agenda 2030, com ênfase a sustentabilidade, passamos à análise da experiência do município Barcarena-PA, sendo o ponto de partida da problematização o conhecimento pela sociedade barcarenense da implementação dos ODS e, por via de consequência, da sustentabilidade, haja vista o destaque em nível nacional e internacional que o município tem tido por vincular seus planos, projetos e ações à Agenda 2030 (MENEZES, 2019).

O presente resumo expandido tem por objetivo apresentar a Agenda 2030 da ONU com ênfase à sustentabilidade, entendendo que a compreensão do conceito de sustentabilidade na Agenda 2020 é imprescindível para mensuração dos possíveis e reais impactos da implantação da agenda global na população barcarenense e, por conseguinte, o compartilhamento dos resultados obtidos com a comunidade em geral.

Material e métodos

Para esta etapa, o presente estudo lançou da obra “Como Elaborar Projetos de Pesquisa”, 7ª Edição, de Antonio Carlos Gil (2018), onde inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica de estudos científicos já publicados, notadamente, relativos à concepção de desenvolvimento sustentável bem como as bases formadoras da Agenda 2030.

Em seguida foi realizado questionário qualitativo para pesquisa de campo, aplicado diretamente aos atores sociais de Barcarena, a fim de se obter informações gerais da população de Barcarena a cerca da implementação da Agenda 2030 e, por conseguinte, através da comparação dos dados coletados a bibliografia utilizada tecer consideração sobre a sustentabilidade do ente federativo.

Resultados e discussão

A noção de desenvolvimento sustentável surge a partir das ideias difundidas pelo relatório Os Limites do Crescimento (RAEDER & MENEZES, 2020). Não obstante, de acordo com Lima (2008), a concretização e a difusão em escala mundial do conceito de sustentabilidade ocorreram na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD através do Relatório Brundtland (1987) ou Nosso Futuro Comum. De acordo com o referido relatório:

(cont.)

(cont.) Em essência, desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção do investimento, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias aspirações (Relatório Brundtland, 1987, p. 49).

Verifica-se ainda do Relatório Brundtland que a ideia de desenvolvimento sustentável é consubstanciada por três componentes fundamentais: crescimento econômico, equidade social e proteção ambiental. Esses componentes, na Agenda 2030, representam as três dimensões do desenvolvimento, a saber, econômica, social e ambiental (ONU, 2015).

A partir do contexto apresentado, por meio da coleta de dados in loco, com a aplicação de questionário qualitativo direcionado aos atores sociais de Barcarena, observou-se ausência de conhecimento por parte da população acerca da institucionalização da Agenda 2030 no município, de modo que a noção de desenvolvimento sustentável tanto sob o ponto de vista teórico como prático presume-se não ter sido percebida pela comunidade.

Diante disso, após mensurar os possíveis impactos da implantação da agenda global em Barcarena sob o prisma da sustentabilidade, as reflexões apontam que, mesmo vinculando seus planos, projetos e ações à Agenda 2030, os caminhos do desenvolvimento sustentável ainda são um grande desafio a ser enfrentado no referido ente federativo, a começar pela falta de conhecimentos gerais da população sobre a agenda global, o que impossibilita um diagnóstico mais profundo da questão.

Conclusão

Para entender o conceito de sustentabilidade é preciso observar seu desenvolvimento e importância na história para, assim, compreender a dimensão desse conceito na Agenda 2030. Não obstante, é necessário entender como esse conceito abstrato é materializado efetivamente na vida das pessoas.

Nessa perspectiva, lançar mão de instrumentos metodológicos capazes de mensurar os possíveis reais impactos da implantação da agenda global à luz da sustentabilidade, é medida que se impõe. Assim sendo, a partir da problematização da institucionalização da Agenda 2030 no município de Barcarena com ênfase à sustentabilidade, será possível entender de que forma e em que medida suas dimensões – econômica, social e ambiental - são concebidas na prática e qual o grau de envolvimento dos atores sociais.

Destarte, é necessário observar se de fato existe um desenvolvimento para a sustentabilidade no município paraense, haja vista a importância que o tema apresenta para a geração presente e futuras.

Referências

BRUNDTLAND, G. H. O Nosso futuro comum. 2ª Edição. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991 [1987], p. 49.

DE LIMA, Sérgio Ferraz. Introdução ao conceito de sustentabilidade aplicabilidade e limites. Cadernos da Escola de Negócios, v. 1, n. 4, 2006.

Gil, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 05 Nov 2022

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf> > Acesso em: 26 ago. de 2021.

RAEDER, Sávio Túlio Oselieri; MENEZES, Patrícia Miranda. A relação entre interdisciplinaridade e a implementação da Agenda 2030. Parcerias Estratégicas, v. 24, n. 49, p. 09-28, 2020.

A PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DE EFETIVIDADE DA AGENDA 2030: uma análise da atuação administrativa frente aos objetivos de desenvolvimento sustentável em Barcarena/PA

Ana Cristina Pacheco Ferreira¹; Sidenir Araújo Costa²; Webano Benium Barros Campos²; Yasmin Beatriz Ribeiro Carvalho¹; Carla Noura Teixeira³

¹Graduanda em Bacharelado em Direito pelo UNIFAMAZ

²Graduando em Bacharelado em Direito pelo UNIFAMAZ

³Doutora em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Introdução

Com o objetivo de amenizar os impactos ambientais negativos na terra, líderes mundiais juntamente com a Organização das Nações Unidas formalizaram a Agenda 2030 no ano de 2015, e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse contexto, o município de Barcarena, interior do Estado do Pará, em 2016 buscou institucionalizar a Agenda por meio da Lei Complementar Municipal nº 49/2016 e do Decreto nº 436/2017, e dessa forma, trazer para o âmbito municipal os impactos positivos aos quais os ODS prometem causar no futuro das cidades.

Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar como tem ocorrido a participação democrática da população barcarenense na busca de efetivação da Agenda 2030, uma vez que é primordial a participação popular na construção de efetividade dos 17 Objetivos e suas 169 metas, bem como é ressaltado pelos seguintes autores: “a democracia é o único meio para tornar possível a autonomia do indivíduo-ator em vista de um governo da soberania popular que tenha por finalidade reprimir privilégios e desigualdades para favorecer o contrato social. É esse exercício de autonomia que configura a cidadania plena” (BERTOLDI; ROSA, 2019).

Destarte, objetiva-se assim, chegar a uma reflexão acerca da participação da população em tal projeto que se inicia a partir da iniciativa da administração pública local, a qual se propõe no art. 6º, IV do Decreto Municipal nº 436/2017 fomentar a colaboração social: “Art. 6º- A política de gestão e desenvolvimento territorial de Barcarena observará os seguintes princípios fundamentais: IV - Gestão democrática por meio da participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento e gestão”.

Desta maneira, cabe evidenciar que a gestão municipal ao promulgar o referido Decreto se comprometeu a fazer valer a participação da sociedade civil junto a todas as etapas de implementação da Agenda 2030 na cidade e assim, efetivar e influenciar positivamente o futuro das gerações e a qualidade de vida dos cidadãos.

Material e métodos

O percurso metodológico centra-se primeiramente na coleta e análise de dados bibliográficos, a partir da literatura atinente ao tema em questão, baseando-se nos ensinamentos metodológicos de Antônio Carlos Gil (2018).

Para consecução dos objetivos propostos no projeto de pesquisa, lançar-se-á mão do método participante, que permite a coleta de dados técnicos de modo empírico a serem mapeados primeiramente no sentido organizacional, essencialmente sobre quais as percepções gerais (ciência/conhecimento da Agenda 2030) a serem implementadas sobre a comunicação, a partir da experiência dos gestores públicos.

Para tanto, se elaborará questionário qualitativo a ser aplicado in loco em Barcarena a fim de se extrair o grau de envolvimento dos atores sociais daquele município em relação à institucionalização dos ODS, assim como, a percepção que esses atores sociais têm sobre os possíveis impactos ou mudança ocorrida na vida dos barcarenenses a partir da implementação da agenda global. (cont.)

(cont.) Espera-se, ao final, refletir em que medida a democracia participativa foi levada em consideração frente à efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Barcarena.

Resultados e discussão

Ainda de forma embrionária, e no curso da pesquisa, pode-se evidenciar aspectos preocupantes da democracia participativa dentro do gerenciamento da Agenda 2030 no município paraense. Em pesquisa in loco no município, oportunizou-se o contato com a secretaria de meio ambiente localizada na sub-prefeitura de Barcarena/PA. Na ocasião, por meio de entrevista, questionou-se acerca das formas pelas quais ocorreria a divulgação das ações e políticas adotadas para a implementação dos ODS, sendo assim, observou-se um déficit no que tange a democratização de informações uma vez que não há um esclarecimento para que todos os moradores venham a contribuir com o alcance dos objetivos.

Neste ditame, sabe-se que a Agenda 2030 ainda não é um tema democratizado na sociedade brasileira, apesar de ela ter sido lançada em setembro de 2015. Da mesma forma, essa coletivização ainda não atinge o contingente barcarenense, além de que, cabe suscitar a importância contida na informatização de um projeto que tanto influenciará na subsistência do indivíduo, e que desde a assinatura do Decreto Municipal supramencionado foi um compromisso firmado pela gestão municipal, que deve ser cumprido com base no princípio da legalidade e eficiência da administração pública.

Sendo assim, é mister evidenciar que para fomentar a democratização da Agenda 2030 é primordial que haja uma ampla divulgação tanto para os atores sociais como aos agentes públicos para que estes ativamente busquem a efetivação dos 17 objetivos e suas 169 metas, conforme o art. 6º, IV do Decreto Municipal n.º 436/2017 supramencionado.

Conclusão

Diante de todo o exposto, pode-se concluir que diante da oportunidade de contato preliminar com a secretaria de Meio Ambiente na Sub-prefeitura de Barcarena-PA é notório os aspectos preocupantes do déficit da não participação da população no desenvolvimento e aplicação dos ODS. Portanto, é possível visualizar que implica diretamente no cerne principal do tema do presente Resumo Expandido, que nada mais é: a experiência da democracia participativa.

Há um fraco impulsionamento da administração pública local em atingir, demonstrar e esclarecer à população de como participar e contribuir no alcance dos objetivos. Observou-se ainda que de maneira unilateral a administração pública local concentra toda a autonomia do plano global em segmentos subdivididos à efetivação da maneira em que o gestor achar cabível, portanto, não tendo como base o princípio da legalidade e eficiência da administração pública, mas sim num protocolo administrativo que mascara uma eficiência, de uma democracia não participativa de um lado extremamente importante: o povo.

Agradecimentos

Agradecemos ao NUPEX, grande incentivador à pesquisa acadêmica no âmbito do UNIFAMAZ que deste o início apoiou os discentes para o manejo do conhecimento agregador.

Referências

BERTOLDI, M. R.; ROSA, R. G. A concretização do direito à informação ambiental: o acesso à informação para a efetividade da cidadania socioambiental brasileira. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, v. 10, p. 233-257, 2019.

(cont.)

CARLOS, G. A. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. Disponível em:<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 25 de agosto. 2022.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Editora Vozes, 2009.

IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030: a experiência da democracia participativa frente à efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Barcarena/PA

Ana Cristina Pacheco Ferreira¹; Sidenir Araújo Costa²; Webano Benium Barros Campos²; Yasmin Beatriz Ribeiro Carvalho¹; Carla Noura Teixeira³

¹Graduanda em Bacharelado em Direito pelo UNIFAMAZ

²Graduando em Bacharelado em Direito pelo UNIFAMAZ

³Doutora em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Introdução

Com o objetivo de amenizar os impactos ambientais negativos na terra, líderes mundiais juntamente com a Organização das Nações Unidas formalizaram a Agenda 2030 no ano de 2015, e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse contexto, o município de Barcarena, interior do Estado do Pará, em 2016 buscou institucionalizar a Agenda por meio da Lei Complementar Municipal nº 49/2016 e do Decreto nº 436/2017, e dessa forma, trazer para o âmbito municipal os impactos positivos aos quais os ODS prometem causar no futuro das cidades.

Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar como tem ocorrido a participação democrática da população barcarenense na busca de efetivação da Agenda 2030, uma vez que é primordial a participação popular na construção de efetividade dos 17 Objetivos e suas 169 metas, bem como é ressaltado pelos seguintes autores: “a democracia é o único meio para tornar possível a autonomia do indivíduo-ator em vista de um governo da soberania popular que tenha por finalidade reprimir privilégios e desigualdades para favorecer o contrato social. É esse exercício de autonomia que configura a cidadania plena” (BERTOLDI; ROSA, 2019).

Destarte, objetiva-se assim, chegar a uma reflexão acerca da participação da população em tal projeto que se inicia a partir da iniciativa da administração pública local, a qual se propõe no art. 6º, IV do Decreto Municipal n.º 436/2017 fomentar a colaboração social: “Art. 6º- A política de gestão e desenvolvimento territorial de Barcarena observará os seguintes princípios fundamentais: IV - Gestão democrática por meio da participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento e gestão”.

Desta maneira, cabe evidenciar que a gestão municipal ao promulgar o referido Decreto se comprometeu a fazer valer a participação da sociedade civil junto a todas as etapas de implementação da Agenda 2030 na cidade e assim, efetivar e influenciar positivamente o futuro das gerações e a qualidade de vida dos cidadãos.

Material e métodos

O percurso metodológico centra-se primeiramente na coleta e análise de dados bibliográficos, a partir da literatura atinente ao tema em questão, baseando-se nos ensinamentos metodológicos de Antônio Carlos Gil (2018).

Para consecução dos objetivos propostos no projeto de pesquisa, lançar-se-á mão do método participante, que permite a coleta de dados técnicos de modo empírico a serem mapeados primeiramente no sentido organizacional, essencialmente sobre quais as percepções gerais (ciência/conhecimento da Agenda 2030) a serem implementadas sobre a comunicação, a partir da experiência dos gestores públicos.

Para tanto, se elaborará questionário qualitativo a ser aplicado in loco em Barcarena a fim de se extrair o grau de envolvimento dos atores sociais daquele município em relação à institucionalização dos ODS, assim como, a percepção que esses atores sociais têm sobre os possíveis impactos ou mudança ocorrida na vida dos barcarenenses a partir da implementação da agenda global.

(cont.)

(cont.) Espera-se, ao final, refletir em que medida a democracia participativa foi levada em consideração frente à efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Barcarena.

Resultados e discussão

Ainda de forma embrionária, e no curso da pesquisa, pode-se evidenciar aspectos preocupantes da democracia participativa dentro do gerenciamento da Agenda 2030 no município paraense. Em pesquisa in loco no município, oportunizou-se o contato com a secretaria de meio ambiente localizada na sub-prefeitura de Barcarena/PA. Na ocasião, por meio de entrevista, questionou-se acerca das formas pelas quais ocorreria a divulgação das ações e políticas adotadas para a implementação dos ODS, sendo assim, observou-se um déficit no que tange a democratização de informações uma vez que não há um esclarecimento para que todos os moradores venham a contribuir com o alcance dos objetivos.

Neste ditame, sabe-se que a Agenda 2030 ainda não é um tema democratizado na sociedade brasileira, apesar de ela ter sido lançada em setembro de 2015. Da mesma forma, essa coletivização ainda não atinge o contingente barcarenense, além de que, cabe suscitar a importância contida na informatização de um projeto que tanto influenciará na subsistência do indivíduo, e que desde a assinatura do Decreto Municipal supramencionado foi um compromisso firmado pela gestão municipal, que deve ser cumprido com base no princípio da legalidade e eficiência da administração pública.

Sendo assim, é mister evidenciar que para fomentar a democratização da Agenda 2030 é primordial que haja uma ampla divulgação tanto para os atores sociais como aos agentes públicos para que estes ativamente busquem a efetivação dos 17 objetivos e suas 169 metas, conforme o art. 6º, IV do Decreto Municipal n.º 436/2017 supramencionado.

Conclusão

Diante de todo o exposto, pode-se concluir que diante da oportunidade de contato preliminar com a secretaria de Meio Ambiente na Sub-prefeitura de Barcarena-PA é notório os aspectos preocupantes do déficit da não participação da população no desenvolvimento e aplicação dos ODS. Portanto, é possível visualizar que implica diretamente no cerne principal do tema do presente Resumo Expandido, que nada mais é: a experiência da democracia participativa.

Há um fraco impulsionamento da administração pública local em atingir, demonstrar e esclarecer à população de como participar e contribuir no alcance dos objetivos. Observou-se ainda que de maneira unilateral a administração pública local concentra toda a autonomia do plano global em segmentos subdivididos à efetivação da maneira em que o gestor achar cabível, portanto, não tendo como base o princípio da legalidade e eficiência da administração pública, mas sim num protocolo administrativo que mascara uma eficiência, de uma democracia não participativa de um lado extremamente importante: o povo.

Agradecimentos

Agradecemos ao NUPEX, grande incentivador à pesquisa acadêmica no âmbito do UNIFAMAZ que deste o início apoiou os discentes para o manejo do conhecimento agregador.

Referências

BERTOLDI, M. R.; ROSA, R. G. A concretização do direito à informação ambiental: o acesso à informação para a efetividade da cidadania socioambiental brasileira. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, v. 10, p. 233-257, 2019.

(cont.)

(cont.)

CARLOS, G. A. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. Disponível em:<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 25 de agosto. 2022.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Editora Vozes, 2009.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 NO PARÁ: o caminho da pesquisa em Barcarena

Sidenir Araújo Costa¹; Ana Cristina Pacheco Ferreira²; Webano Benium Barros Campos¹; Yasmim Beatriz Ribeiro Carvalho²; Carla Noura Teixeira³

¹Graduando em Bacharelado em Direito pelo UNIFAMAZ

²Graduanda em Bacharelado em Direito pelo UNIFAMAZ

³Doutora em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Introdução

Em setembro de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou para o mundo a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, com seus 17 objetivos e suas 169 metas, derivadas dos objetivos. Por meio dessa agenda global, os chefes das nações de todo planeta comprometeram-se com o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – até o ano de 2030 (ONU, 2015). Nessa perspectiva, Barcarena-PA tem tido destaque em nível nacional e internacional por vincular seus planos, projetos e ações à Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável (MENEZES, 2019).

Frente ao contexto apresentado, no âmbito do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia-Unifamaz, foi instituído o Projeto de Iniciação Científica (PROIC) intitulado “Mapeamento da Institucionalização da Agenda 2030 no Pará: a experiência de Barcarena à luz da democracia participativa, gestão pública e sustentabilidade”. O PROIC, em andamento, busca verificar em que medida a implementação dos ODS impacta a vida da população barcarenense bem como o grau de envolvimento dos atores sociais nessa implementação.

O objetivo do presente trabalho é apresentar à comunidade acadêmica e público interessado uma das etapas de desenvolvimento do Projeto de Pesquisa acima referido, que consiste em compartilhar o “caminho” percorrido pelo PROIC com os dados coletados preliminarmente, oferecendo apontamentos sobre a efetividade ou não da implementação da Agenda 2030 em Barcarena, haja vista o destaque que tem recebido.

Desse modo, o presente trabalho é motivado pela possibilidade de troca de conhecimentos sobre os aspectos deontológicos da administração pública ante a adoção da Agenda 2030, especialmente pela interdisciplinaridade do tema, corroborando com o intercâmbio de conhecimentos entre o Direito, meio ambiente e sustentabilidade a partir dos dados quantitativos e qualitativos colhidos com a pesquisa.

Material e métodos

Para essa etapa, utilizou-se obra “Como Elaborar Projeto de Pesquisa”, 6ª Edição, de Antonio Carlos Gil (2018) para descrever de forma sucinta a maneira como o presente trabalho está sendo conduzido de modo a garantir o atingimento de seus objetivos.

Nos primeiros três meses, foram coletados dados bibliográficos e elaborado questionário qualitativo para mensuração dos meios de implementação da Agenda 2030 no município de Barcarena.

O método participante permitiu a coleta de dados técnicos de modo empírico, mapeados primeiramente no sentido organizacional, essencialmente sobre quais as percepções gerais (ciência/conhecimento da Agenda 2030) a serem implementadas sobre a comunicação, a partir da experiência dos gestores públicos.

Em relação à óptica quantitativa do levantamento dos dados, aplica-se a lógica hipotético-dedutiva de forma a se desenhar o perfil macro a ser analisado.

No tocante aos dados empíricos sobre as ODS em destaque no município de Barcarena, elas serão analisadas à luz da lógica indutiva, de maneira a se extrair uma perspectiva sobre as políticas públicas existentes e o grau de envolvimento dos atores sociais. (cont.)

(cont.)

Resultados e discussão

Considerando o caminho percorrido pelo PROIC nos primeiros meses de pesquisa, pretende-se descrever de forma sucinta os frutos obtidos com vista a demonstrar sua importância para a comunidade acadêmica e população em geral.

Os primeiros passos da pesquisa possibilitou verificar a forma como se deu a institucionalização dos ODS em Barcarena, a começar pela Lei Complementar Municipal nº 49/2016:

Art. 64 - A política Ambiental, articulada com a Política de Gestão e Desenvolvimento Territorial de Barcarena terá os seguintes objetivos:

XIV -Buscar a efetivação da cidadania, da melhoria da qualidade de vida e do equilíbrio ecológico incentivando a elaboração e implementação de programas, projetos e ações em educação ambiental e de patrimônio cultural, em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental, com as diretrizes municipais de educação ambiental, com a Agenda 21 local e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, para orientar os usos estabelecidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Barcarena

Em seguida, foi possível verificar que a partir do Decreto n.º 436/2017 todos os órgãos da Administração Pública passaram a ser vinculados aos planos, programas, projetos e ações da Agenda 2030. Além disso, os materiais de campanha publicitária de ações do município passaram a adotar ícones da Agenda 2030 e da Rede ODS Brasil, da qual Barcarena é um dos entes fundadores (BARCARENA, 2017).

Esse contexto, dentre outras questões, demonstrou o potencial do projeto de pesquisa em questão. Em razão disso, o PROIC foi avaliado e aprovado para exposição por meio de pôster no V Encontro Virtual do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI, em 14/06/2022, sendo considerado um tema atual e inédito, com proposta apta a contribuir com a evolução do desenvolvimento do Direito no Brasil.

Depois disso, em busca de mais resultados para a pesquisa, no dia 03/08/2022, procedeu-se à visita técnica para entrevista in loco com 03 (três) servidores de secretarias diversas da prefeitura do município de Barcarena/PA, a fim de mensurar, de maneira preliminar, os conhecimentos dos gestores públicos acerca da implementação da Agenda 2030 naquele município.

Convém mencionar que dos três gestores entrevistados, 01 (um) não fazia ideia do que é Agenda 2030; entre os 02 (dois) gestores que souberam responder o que é Agenda 2030 e como ocorreu sua implementação no município, 01 (um) não sabia dizer se havia alguma forma de fiscalização da implantação da agenda global. Deste modo, os dados coletados demonstraram, a priori, que o entendimento sobre Agenda 2030 por parte dos gestores públicos de Barcarena/PA não é homogêneo, mesmo quando se trata de um município com destaque em nível nacional e internacional por vincular seus planos, projetos e ações à agenda global de desenvolvimento sustentável.

Já com os primeiros resultados obtidos pela entrevista, o trabalho foi exposto de forma oral na III Semana Acadêmica do Curso de Direito do UNIFAMAZ, em 11/08/2022, ocasião em que foi apresentado à comunidade acadêmica o contexto em que se insere o PROIC em questão, o problema de pesquisa, seus objetivos, a metodologia utilizada, as etapas percorridas e os frutos da pesquisa em 2022, bem como os desafios enfrentados na consecução de suas metas.

Posteriormente, no dia 31/08/2022, procedeu-se à entrevista da servidora pública idealizadora da implementação da Agenda 2030 em Barcarena. Foram feitas 05 (cinco) perguntas consideradas relevantes à consecução dos objetivos e metas da presente pesquisa. A servidora pôde responder como conheceu a Agenda 2030, a escolha de Barcarena para implementação, a metodologia utilizada (cont.)

(cont.) para a apresentação do projeto aos gestores públicos, as estratégias de eleição entre os 17 ODS e os instrumentos de aferição de implantação e monitoramento dos ODS em Barcarena. A entrevista ocorreu através da plataforma Microsoft Teams, com duração de 55 minutos, sendo expressamente autorizada sua gravação, bem como o uso de imagem e voz da entrevistada para divulgação com o público em geral.

Conclusão

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm sido desenvolvidos no Brasil, e de modo especial o município de Barcarena vem ganhando grande destaque em razão da institucionalização dos ODS.

Com vistas a entender em que medida se deu essa institucionalização bem como o grau de participação dos atores sociais, o Projeto de Iniciação Científica (PROIC) “Mapeamento da Institucionalização da Agenda 2030 no Pará: a experiência de Barcarena à luz da democracia participativa, gestão pública e sustentabilidade” demonstrou o potencial do projeto de pesquisa a contribuir com a evolução do desenvolvimento do Direito no Brasil e, por conseguinte, com outras áreas de conhecimento.

Deste modo, expor à comunidade os caminhos da pesquisa e os resultados alcançados até o presente momento é de extrema relevância na medida em que compartilha com toda a comunidade os conhecimentos e reconhecimento obtidos a cerca de um tema de interesse global e que, ao mesmo tempo, está tão próximo da realidade paraense.

Referências

BARCARENA (PARÁ). LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2016, de 17 de agosto de 2016. Aprova a Política de Gestão e Desenvolvimento Territorial e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Barcarena - PDDU e revoga a Lei Complementar Municipal nº 23/2006. [S. l.], 2016.

BARCARENA(PARÁ). DECRETO LEI Nº 0436, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2017. [S. l.], 8 fev. 2017.

BARCARENA. PATRÍCIA M. MENEZES (org.). Institucionalização das Agendas de Desenvolvimento da ONU: manual de procedimentos. Barcarena, 2019. 42 p. Disponível em:< https://issuu.com/agenda2030barcarena/docs/manual_de_procedimentos> . Acesso em: 24 ago. 2021.

CARLOS, G. A. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. 9788597012934. Disponível em:<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 31 oct. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em: 26 ago. de 2021.

A UTILIZAÇÃO DO DEPOIMENTO POLICIAL EM DECISÕES POR TRÁFICO DE DROGAS COMO VIOLADOR DE DIREITOS, E REPRODUTOR DO PROCESSO PENAL INQUISITORIAL

Ingrid Viana Pamplona¹; Maria Eduarda de Carvalho Cabral Silva¹; Ana Celina Bentes Hamo²

¹Graduanda em Bacharelado em Direito pelo UNIFAMAZ

²Professora do UNIFAMAZ

Introdução

São muitas as discussões acerca do crime de tráfico de drogas, principalmente na questão comprobatória da conduta criminosa, uma vez que, conforme se verá adiante, a prova testemunhal disposta pelos agentes de segurança pública são, em muitos casos, o único meio probatório. Nesse sentido, considerando que um dos princípios basilares do Direito como um todo é o da presunção de inocência, assegurado na CRFB/88, em seu art. 5º, LVII, pretende-se discutir de que maneira o isolamento do depoimento policial como único meio de prova fere tal princípio, bem corrobora com um Direito Penal Inquisitorial, marcado por uma grande disparidade entre acusação e defesa, e uma instrução tendenciosa.

Material e métodos

O método utilizado na pesquisa foi o quantitativo. Outrossim, debruçou-se sobre um julgado do TJPA referente ao crime do tráfico de drogas, além de referencial bibliográfico, o qual embasou-se em Aury Lopes Jr.

Resultados e Discussão

A priori, é fulcral mencionar as condutas no que tange o crime de tráfico de drogas, suas condutas estão dispostas no art. 33 da Lei nº 11.343, averbando o CPP, em seu art. 155 que o magistrado formará sua convicção pela apreciação da prova produzida em contraditório judicial, dentre essas provas, se tem a testemunhal.

A prova testemunhal, consoante Aury Lopes, é o principal meio de prova do processo criminal, embora seja detentora de tamanha fragilidade, e pouca credibilidade, acaba sendo base da imensa maioria das sentenças condenatórias ou absolutórias proferidas (LOPES JR, p.550, 2019), e, diga-se de passagem, principalmente nos casos de crime de tráfico de drogas, que, neste cenário, tem como principal testemunha o agente de segurança pública. Nesta perspectiva, o próprio CPP explicita em seu art.250 que: “Toda pessoa poderá ser testemunha”, por esta razão, segundo Aury Lopes, não há restrição ao depoimento dos policiais, no entanto, continua o autor, tais depoimentos naturalmente estão contaminados pela atuação que tiveram tanto na repressão, não esquecendo dos fatores psicológicos associados à atividade que desenvolvem, de forma que a condenação se dá, muitas vezes em razão do depoimento contaminado de seus agentes, natural e profissionalmente comprometidos com o resultado por eles apontado (LOPES JR, p.556, 2019).

Toda essa conjuntura corrobora para um processo penal inquisitorial, o qual, conforme coloca Aury Lopes, tem como essência a aglutinação de funções na mão do juiz, o qual detém função instrutória e julgadora, não havendo paridade entre acusação e defesa (LOPES JR, p. 45, 2019). Assim, é indubitável que em um processo que se baseia no sistema inquisitorial, o principal direito violado será o da presunção de inocência, o qual, segundo Aury Lopes, vincula-se à exigência de que a prova completa da culpabilidade do fato é cargo da acusação, de forma que, deverá o acusado ser absolvido se esta culpabilidade não for suficiente demonstrada (LOPES JR, p.107, 2019). A partir disso, analisar-se-á o seguinte julgado do TJPA que colabora com tal discussão, ei-lo:

(cont.)

(cont.)

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E CRIME DE POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006 E ART. 12 DA LEI Nº 10.826/2003. 1. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE POSSE PARA CONSUMO PRÓPRIO: IMPOSSIBILIDADE. [...] 3. OS DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS DOS POLICIAIS ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO, DESDE QUE HARMÔNICOS COM O CONTEXTO PROBATÓRIO E NÃO MACULADOS POR INTERESSES PARTICULARES, SÃO IDÔNEOS PARA EMBASAR A CONDENAÇÃO, COMO OCORRE NA HIPÓTESE.2 [...]. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, NA ESTEIRA DO RESPEITÁVEL PARECER MINISTERIAL. UNANIMIDADE. TJPA - Apelação criminal (417) - 0001788-82.2019.8.14.0013. Relatora: Rosi Maria Gomes de Farias, data do julgamento: 30/08/2021, 1ª Turma de Direito Penal, Data da publicação: 16/09/2021).

Em que, a relatora, ao tratar-se do pedido da defesa de desclassificação de posse para consumo próprio, levantou o seguinte argumento: “A autoria delitiva, por sua vez, estaria evidenciada por meio da prova testemunhal, a qual, de forma harmoniosa com as demais provas constantes dos autos, corroborando com o édito condenatório, sendo os depoimentos das testemunhas uníssonas em apontar o apelante como autor da prática delituosa”. Neste caso, a prova testemunhal que evidenciou a autoria delitiva foi o depoimento dos agentes de segurança pública.

Conclusão

Em que pese permitidos, e pacificados na jurisprudência como com valor probatório os depoimentos dos policiais, verifica-se um peso exorbitante quando colocados nos casos do crime de tráfico de drogas. Esta situação entrelaça-se com o pensamento de Aury Lopes ao referir-se ao princípio da presunção de Inocência na Idade Média, em que a insuficiência de provas equivaleria a uma semiprova, gerando uma semicondenação, sendo, na verdade, uma presunção de culpabilidade (LOPES JR, 2019). Assim, o isolamento da depoimento policial como único meio de prova nos casos da acusação do crime de tráfico de drogas, fere o princípio da presunção de inocência, e colabora para um processo inquisitorial, manchado pela falta de paridades entre acusação e defesa, e em uma instrução tendenciosa.

Agradecimento

Agradeço aos meus pais por me ensinarem que a educação muda o mundo, ao meu irmão Bruno Pamplona, por ter aberto as portas para à Universidade em nossa família, à minha sobrinha Beatriz Pamplona por ser a luz da minha vida, e minha maior motivação, ao PROUNI por possibilitar que jovens como eu possam ter acesso à Universidade, e por meio dela, à pesquisa acadêmica. Ademais, agradeço à minha querida orientadora, Celina Hamoy, por se fazer presente sempre, à minha melhor amiga, e parceira de pesquisa, Maria Eduarda por topar as atividades acadêmicas sem pensar duas vezes, e por fim, ao Victor André Pereira, por permanecer ao meu lado, e demonstrar total apoio a tudo que proponho-me a fazer.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: . Acesso em: 11 de setembro de 2022.

(cont.)

(cont.)

BRASIL. LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Disponível: . Acesso em 11 de setembro de 2022.

LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. 16ª Edição. São Paulo. Saraiva Educação, 2019.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Acórdão. Apelação Criminal, (417) - 0001788-82.2019.8.14.0013. 1ª Turma de Direito Penal. Apelante: Pedro Fabrício Aires da Silva. Apelado: Justiça Pública. Relatora: ROSI MARIA GOMES DE FARIAS. Julgamento: 30/08/2021. Publicação: 16/09/2021 Disponível em . Acesso em 11 de setembro de 2022.

UMA JUSTIÇA ANTIJUDICIÁRIO: o linchamento no Brasil uma análise realizada a luz do caso Fabiane Maria de Jesus e Dandara dos Santos, a realidade brasileira no século XXI

Maria Eduarda de Carvalho Cabral Silva¹; Ingrid Viana Pamplona¹; Ana Celina Bentes Hamo²

¹Graduanda em Bacharelado em Direito pelo UNIFAMAZ

²Professora do UNIFAMAZ

Introdução

É conspícuo o significado de linchamento apontado pelo mini dicionário da língua portuguesa (FERREIRA, 2010, p.67) no qual o conceitua como a “justiça sumariamente, sem qualquer espécie de julgamento legal”, assim uma justiça com violência e sem medida, consumada por ser uma “prática socialmente aceita”, como um ato de justicamento como dispõe Martins em sua obra as condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil, no qual assevera ser o linchamento “Um tipo de justicamento cuja lógica está subjacente ao acontecimento em si e raramente pode ser explicado de modo racional pelos participantes” (MARTINS, 1995, p. 25).

Assim um ato repentino e impensado, estimulado sem que possa ser explicado, crescendo quase como uma lógica de “aplicação violenta da moral”. Destarte, está pesquisa vem analisar de que forma o linchamento tem se consumando, uma análise realizada a luz do linchamento em praça pública de Fabiane Maria De Jesus e Dandara dos Santos, mulheres com histórias diferentes, mortas face seus linchamentos.

Material e métodos

O método utilizado na presente pesquisa será o indutivo, com análise de dois casos particulares ocorridos nos anos de 2014 e 2017, comparados a realidade descrita e expostas pelos indicadores da violência. Ademais, fora utilizada a análise da Lei de Execução Penal e a Constituição Federal da República. Por fim, com referencial teórico pautado em José de Souza Martins.

Resultados e Discussão

Um discurso de justicamento já trazido e arraigado anteriormente ao século XXI, visto terem surgido formas de linchamento na mesopotâmia 1700 A.C, descritos no Código de Hamurabi quando homens poderiam fazer justiça com suas próprias mãos. Outrossim, vê-se que o termo apenas se originou em 1782 através de Charles Lynch no qual durante a revolução americana perseguia e punia de forma privada sem a utilização do sistema de justiça o que entendia como “criminosos” como assevera Benevides (1982, p. 96) “a palavra linchamento remete a Charles Lynch, [...] que durante a Revolução Americana, liderou uma organização privada para a punição de criminosos”.

Destarte, em alusão ao século atual no qual se denomina como a era da informação, o linchamento nomeado por Charles Lynch no século XVIII, tem-se tornado uma problemática agora estimulada por um discurso conservador de aplicação da justiça, como já asseverava Martins na década de 80. (1989, p. 21-27) em sua obra o lado sombrio da mente conservadora, “o que move a multidão à prática do linchamento é a motivação conservadora, a tentativa de impor castigo exemplar e radical a quem tenha, intencionalmente ou não”.

Outrossim, observa-se que este pensamento pode-se encontrar em contraste aos discursos do atual presidente Jair Bolsonaro no qual já dispôs quando ainda era Deputado Federal, pelo Rio de Janeiro, em voto público na câmara pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff “Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”, frase dita no ano de 2016 elogiando assim um dos comandantes e torturadores durante a Ditadura militar da ex-presidente (ESTADÃO, 2019).

(cont.)

(cont.)

Desse modo, tendo como precedente o representante do país e sua influência sobre seus seguidores, um ideal de justiça popular que não pertence à sociedade, mas apenas ao judiciário como dispõe Melo. (MELO, 2003, p. 34)

A função jurisdicional é a função que o Estado, e somente ele, exerce por via de decisões que resolvem controvérsias com força de coisa julgada, atributo este que corresponde à decisão proferida em última instância pelo Judiciário.

Desse modo, um discurso de vigilância e violência utilizado pela sociedade que pode ser observada nas pesquisas do autor José de Souza Martins no qual em sua obra linchamentos: justiça popular no Brasil, no qual estudou 60 anos sobre linchamentos e apontou, 2.579 pessoas alcançadas por linchamento consumados e tentativas sendo o número de apenas 1.150 (44,6%) de pessoas salvas. Outras 1.221 (47,3%) foram capturadas pela população sendo espancadas, feridas e atacadas, posteriormente em casos extremos castradas e tendo seus olhos extraídos. Demonstrando assim os índices de violência. (MARTINS, 2015, p. 11-12).

Ademais, em consequente ao supracitado, dessas pessoas linchadas, 782 foram mortas, o que demonstra um equivalente a 64%, sendo de pessoas apenas feridas 439 que equivalem a 36%, e apenas um pequeno grupo de 17% de vítimas salvas pela chegada policial. Destarte, podendo ser vistos de forma mais explícita nos linchamentos em praça pública de Fabiane Maria De Jesus e Dandara dos Santos, ambas linchadas por motivos diferentes, mas da mesma forma violenta. (MARTINS, 2015, p. 11-12).

Fabiane Maria De Jesus tinha duas filhas e morava no município de Guarujá em São Paulo, quando no dia 03 de maio de 2014 foi espancada até a morte por moradores, depois de Fake News serem disseminadas através das redes sociais, Fabiane foi vítima da vigilância equivocada da sociedade, ao ser confundida com outra mulher que “raptava crianças” assim como uma forma de justificar o ato, os moradores espancaram a dona de casa, passando até mesmo com bicicletas sobre sua cabeça.

Outrossim, o caso de Dandara dos Santos demonstra a violência de gênero. Dandara uma mulher trans, na data de 15 de fevereiro de 2017 aos 42 anos foi acusada infundadamente de ter praticado um roubo no bairro bom jardim no Estado de Fortaleza, Dandara foi agredida pelos moradores com pauladas, chutes e tapas, e assim como Maria de Jesus, demonstrando o que José de Souza Martins trás em suas pesquisas. Dandara não foi socorrida e não foi morta pela gravidade de seus ferimentos e lesões, mas foi morta com dois tiros de arma de fogo em sua cabeça.

Vale ressaltar que se obteve informações das violências sofridas pelas duas mulheres violências essas gravadas e postadas em redes sociais, demonstrando o que assim diz Martins (1989, p. 28) quando dispõe sobre a exposição do ato de linchar:

Dimensão ritual que se manifesta no empenho em assegurar que a comunidade das vítimas possa testemunhar a putrefação do corpo coberto de moscas, possuído lentamente pela morte, transfigurando-se de pessoa em cadáver.

Assim, demonstrando a violência explícita do raciocínio do linchamento social apoiado por uma influência política, violando assim com este ritual de tortura explícita o art. 5º da Constituição Federal da República de proteção a intimidade e privacidade a honra e imagem, no entanto não violando apenas esse direito, mas violando direitos essenciais, como nos casos de Fabiane e Dandara violando o direito à vida e a dignidade da pessoa humana e da vedação a tortura e ao tratamento desumano como assevera (RODRIGUES, 2017, p.220).

(cont.)

(cont.)

A violência empregada com o fito de pôr fim à vida de outra pessoa vai de encontro a qualquer noção básica de direitos humanos, mesmo que praticada por aqueles que não têm o poder estatal, de modo que esses direitos poderiam ser invocados como trunfos para reclamar do Estado a tutela da segurança pública e a proteção do direito à vida daqueles que estão sob sua guarda.

Por fim, vê-se que a análise da violação de direitos pode ser vista ainda de forma ampliada na órbita digital, do que se trata o linchamento virtual agora presente no século XXI. Outrossim, vê-se que os resultados da presente pesquisa ainda se demonstram em andamento.

Agradecimentos

Agradeço a minha melhor amiga e parceira de pesquisa Ingrid Pamplona no qual sempre aceita qualquer produção em conjunto comigo e nesta produção me auxiliou e produziu. Ademais, agradecemos em conjunto ao programa PROUNI do Governo Federal criado em 2004 em um governo ao qual pensava na educação e na pesquisa e a partir deste ato proporcionou para que pudéssemos estar dentro de uma Universidade, agradecemos a nossa orientadora Celina Hamoy no qual desde 2019 tem com garra assumido o papel de orientadora e mãe. Por fim agradeço ao Engenheiro Gustavo Conrado no qual desde a criação do tema vem lendo de forma árdua para auxiliar na produção.

Referências

BENEVIDES, M. V. Linchamentos no Brasil: violência e justiça popular. In: Robertoda Matta (Org.). Violência Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982, v., p. 93-117.

CASTRO, Lana Weruska Silva. Autotutela do século XXI: o linchamento de Fabiane Maria de Jesus, Jusbrasil. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/569150377/autotutela-do-seculo-xxi-o-linchamento-de-fabiane-maria-de-jesus>. Acesso em 11/09/2022.

ESTADÃO, Bolsonaro Exalta Ustra na Votação do Impeachment em 2016, YouTube, 08 Agosto de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>. Acesso em: 07/10/2022

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio - o Dicionário da Língua Portuguesa. editora Positivo, 2010.

JÚNIOR, Humberto Ribeiro. VELOSO, Felipe Machado. A Justiça nas Mãos do Povo: Um Estudo sobre a História, Etimologia e a Motivação do Linchamento. Revista de Teorias e Filosofias do Estado, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 1. Disponível em: <file:///C:/Users/theji/Downloads/667-2847-1-PB.pdf>. Acesso em 11/09/2022.

MARTINS, José de Souza. Linchamentos – A Justiça Popular no Brasil. 1ª ed. São Paulo. Editora Contexto. 01 de fev. 2015.

MARTINS, José de Souza. As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil, Revista Estudos Avançados, n.9, v.25. 1995. Disponível em: file:///C:/Users/theji/Downloads/As_condicoes_do_estudo_sociologico_dos_linchamento.pdf. Acesso em 11/09/2022.

MARTINS, José de Souza. LINCHAMNETO: O lado Sombrio da mente conservadora. Revista Tempo Social- USP, São Paulo, Out, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86293/88957>. Acesso em 11/09/2022.

(cont.)

(cont.)

MELO, George Souza. O caso de Dandara dos Santos: sobre a violência e o corpo dissidente, Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, n.10, v. 1, abr. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/thegi/Downloads/27751-Texto%20do%20Artigo-102332-1-10-20181218.pdf>. Acesso em 11/09/2022.

OBALDIA, Bruna Andrade. FINGER, Anays. O Discurso Conservador do Governo Bolsonaro à Política de Drogas no País enquanto violador de Direitos Humanos: Entre Fake News, Preconceitos e Saúde Pública. Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 9, p. 437, Out, 2021. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/2497/1789>. Acesso em 11/09/2022.

RODRIGUES, José Welhington Cavalcante. A Difícil Tarefa de Consolidação dos Direitos Humanos Diante da Problemática do Linchamento na Redemocratização do Brasil. Revista Direitos Humanos e Democracia, Rio Grande do Sul, v.05, n. 10. (RODRIGUES, 2017, p.220), dez, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/download/6121/5525>. Acesso em 11/09/2022.

A INEFICÁCIA DA EXTRAFISCALIDADE TRIBUTÁRIA NO ESTADO BRASILEIRO

Carlindo Pantoja Nogueira Junior¹

¹Graduando em Bacharelado em Direito pelo UNIFAMAZ

Introdução

A presente obra aborda uma análise crítica acerca da ineficácia da extrafiscalidade no Estado brasileiro no âmbito da tributação de consumo. A extrafiscalidade é um dos meios pelo qual é realizada a manutenção e estabilidade econômica do Estado, de modo que, os tributos são efetivamente a principal receita que o Estado pode ter. Diante disso, a Constituição Federal estabelece que os impostos e tributos tenham como função principal a arrecadação de recursos aos cofres políticos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), para tanto, tal meio arrecadatório tem sido realizado de forma ineficaz. Sendo assim, será abordado ao longo do texto quais os seus impactos e como o Estado poderia gerenciar os seus arrecadatórios de uma forma eficaz e menos custosa aos cofres públicos.

Material e métodos

O estudo apresentado consiste em um método de pesquisa documental e bibliográfica, em que foram realizadas pesquisas em doutrinas, artigos e sites. Por sua vez, a pesquisa é voltada com o objetivo de aprofundar e compreender o debate sobre ineficácia da extrafiscalidade no Estado brasileiro.

Resultados e Discussão

Assim sendo, o Estado no uso de suas atribuições utiliza-se de instrumentos de políticas econômicas ou sociais, aos sujeitos a quem os tributos são destinados como contribuintes (todos nós), de forma a desestimular o consumo de determinado produto ou de estimular o seu consumo, aplicando assim um aumento nos preços ou a “diminuição dos impostos”, que, conseqüentemente, há uma “redução dos preços” nas prateleiras de consumo, tornando alguns produtos economicamente mais atrativos aparentemente para aqueles que o consomem, dessa forma, são denominados as fiscalidades e as extrafiscalidades na tributação estatal como meio regulatório do Estado para o “bem comum” da sociedade.

Consoante a isso, a fiscalidade segundo Jossias Miguel, “é um processo pelo qual há arrecadação de receitas por parte do estado tendo em vista a satisfação das necessidades dos cidadãos”, ou seja, a fiscalidade nada mais é o meio pelo qual o Estado utiliza para atender as necessidades de uma determinada sociedade. Contudo, essa utilização de fiscalidade deve está pautada nos termos da Constituição Federal e seus princípios constitucionais, visando assegurar os direitos fundamentais e o bem comum dos indivíduos que estão inseridos no Estado democrático de Direito, sem violações do princípio da dignidade da pessoa humana como bem maior.

Para tanto, tem-se a extrafiscalidade, que diz respeito a uma política pública que o Estado se manifesta com o intuito de executar valores constitucionais na sociedade, tendendo a desestimular consumos e condutas consideradas prejudiciais ou com o intuito de estimular condutas de indivíduos. Por outro lado, o Estado não estaria violando os próprios princípios constitucionais regulando a liberdade de consumo da sociedade?

O Estado promove “políticas públicas” que não atinge seu destino principal, mas um destino “extra daquele da sua essência”. Dessa maneira, a extrafiscalidade nada mais é o meio pelo qual o Estado promove o seu poder estatal em restringir a liberdade de consumo e até mesmo condutas em uma sociedade.

(cont.)

(cont.)

Assim, na prática tal estímulo ou desestímulo está intrinsecamente sujeito somente ao Estado, o que, percebe-se que tais estímulos são ineficazes em muitas esferas da sociedade. Pois, o que legitimaria o Estado a realizar essas restrições de consumo?

Podemos trazer como exemplo o desenvolvimento da prevenção do meio ambiente sustentável, o que nesse caso, há uma ineficiência por parte do Estado, como único competente para tal fomentação de sustentabilidade na sociedade, a qual é fundamental para o bem social dos contribuintes. A extrafiscalidade nessa esfera socioambiental seria um divisor de águas para o benefício ambiental e para a sociedade, como uma forma de fomentar os cidadãos nas praticas de sustentabilidade, como exemplo de tal estímulo tributário, pode-se se falar no uso das garrafas retornáveis e etc.

Mas porque o estado se preocupa em regular mais o consumo dos indivíduos do que a sustentabilidade? Ora, porque a sustentabilidade ambiental não gera lucro aos cofres públicos em curto prazo como gera regular a liberdade de consumo dos indivíduos. O que, conseqüentemente gera uma grande dificuldade extrafiscal, no sentido da sustentabilidade do meio ambiente como estímulo primordial para o bem comum da sociedade, que é claro um ineficiente estímulo por parte do Estado na tributação, atingindo apenas o seu fim principal que é o arrecadatório para o crescimento demasiado do Estado em sua essencialidade.

Conclusão

Diante de todo o exposto, é bem claro que não há uma boa efetivação da extrafiscalidade do Estado na manutenção dos cofres públicos e há clara violação da liberdade dos indivíduos, bem como, não se tem qualquer plano para a conscientização do uso sustentável dos mantimentos que são colocados nas prateleiras dos supermercados.

Referências:

- ATALIBA, Geraldo. Sistema constitucional tributário brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.
- BOMFIM, Diego. Extrafiscalidade: identificação, fundamentação, limitação e controle. São Paulo: Noeses, 2015.
- BALEIRO, Aliomar. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. 7ª ed. Atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- GOUVÊA, Marcus de Freitas. A extrafiscalidade no Direito Tributário e suas classificações. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11 , n. 1226, 9 nov. 2006 . Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9151>. Acesso em: 10 set. 2022.
- VIOL, Andréa Lemgruber. O Fenômeno da Competição Tributária: Aspectos Teóricos e uma Análise do Caso Brasileiro. Monografia vencedora em 1º Lugar no IV Prêmio de Monografia do Tesouro Nacional, Brasília, ESAF, 1999, p. 5. Disponível em: Acesso em 23.06.2013.

RESUMOS EXPANDIDOS: ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA



DESENVOLVIMENTO DE BIOFILMES COMESTÍVEIS E BIODEGRADÁVES COMO ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Aida Serrão Caldas¹; Carlos Hideo Kajitani¹; Elane Cristina Melo Lemos²; Renata dos Santos Souza²

¹Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia

² Docente do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia

Introdução

Com o desenvolvimento urbano e crescimento econômico, novos padrões de produção e consumo se consolidaram, demandando cada vez mais recursos da natureza, e assim, destacando a importância de repensar as práticas de consumo da sociedade na esfera ambiental, ecológica e social (RODRIGUES, 2015).

Outrossim, por ser um tema de destaque ambiental, a realização de pesquisas vem com a necessidade de encontrar uma utilidade para esses resíduos descartados, além de criar um produto que irá substituir o polímero poliestireno expandido, a fim de diminuir o impacto causado por embalagens convencionais. Diante disso, a questão da pesquisa que deverá ser respondida está acerca de: A produção de filmes biodegradáveis a partir de amidos de mandioca (*Manihot esculenta*) e batata (*Solanum tuberosum*) poderão ser uma boa alternativa para a substituição de embalagens de alimentos?

Os hidrocoloides (gomas xantana, guar e gracilaria), oriundo de recursos naturais, são utilizados em produtos à base de amido visando a obtenção de características mecânicas. Assim, os biofilmes poderão apresentar inúmeras vantagens como características renováveis, facilidade no processo de decomposição, boas características mecânicas, que aumentam a flexibilidade e resistência, além da capacidade de embalar alimentos para a comercialização, oferecendo contribuições importantes na redução dos impactos ambientais (PESSANHA, 2016).

Neste contexto e na ênfase pela contribuição para o desenvolvimento sustentável e a melhoria na qualidade de vida das gerações futuras, este trabalho tem como objetivo geral, apresentar protocolo de produção de biofilmes comestíveis, a partir de carboidratos naturais, como alternativa para sustentabilidade ambiental, e objetivos específicos, comparar o tempo de durabilidade desses alimentos, com e sem biofilmes, através da perda de massa pelo tempo.

(cont.)

(cont.)

Material e métodos

A abordagem metodológica do referido artigo consiste na pesquisa exploratória de cunho quantitativo e pesquisa experimental realizada no laboratório de Materiais do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ). Para o desenvolvimento do biofilme sólido e líquido, inicialmente foi realizada a extração do amido através da metodologia adaptada de Almeida et al. (2020).

Produção de Biofilmes

Etapa Extração do Amido

Para extração do amido, a metodologia foi adaptada dos autores Almeida et al. (2020), assim utilizou-se cascas de 5 batatas e 1 talo de mandioca, sendo triturada por um liquidificador, obtendo uma mistura heterogênea. A mistura processada anteriormente foi peneirada e decantada em dois béqueres por um período de uma hora, facilitando a retirada da água, espumas submersa e extração do amido do fundo dos béqueres.

Produção do Biofilme Líquido com Gelatina

A produção do biofilme em estado líquido com gelatina, baseou-se no experimento de Oliveira et al. (2015), com adaptações. Dessa forma preparou-se a solução com amido extraído, água e gelatina incolor, sendo aquecido a temperatura 60 °C necessária para que ocorresse a gelatinização da solução aquosa. Assim, a mistura homogênea obtida foi transferida para um recipiente de vidro. Com a solução em temperatura ambiente, foi imerso no biofilme líquido, por 5 min, 1 banana prata (*Musa acuminata* Cavendish). Assim, foi realizada a experiência da perda de massa pelo tempo, na qual a cada dois dias eram feitas as pesagens das amostras.

Produção do Biofilme Líquido com Gomas Xantana, Guar e Gracilária

Para produção do biofilme com as gomas xantana (GX), guar (GG) e gracilária (GR), seguiu-se as mesmas etapas de desenvolvimento do tópico 2.1.3, com adaptações. Dessa forma, foi realizado o experimento em duplicata, utilizando o amido extraído e alterando-se a massa do plastificante a cada batelada entre 6g e 3g, e aquecendo a mistura até que a solução ficasse semitransparente e atingisse 60°C, temperatura necessária para que ocorresse a gelatinização da solução aquosa.

Com a solução em temperatura ambiente, foram imersas 3 bananas pratas (*Musa acuminata* Cavendish), em cada um dos biofilmes produzidos com os plastificantes GX, GG e GR. Assim, foi realizada a experiência da perda de massa pelo tempo, onde a cada dois dias eram feitas as pesagens das amostras.

Resultados e Discussão

Eficiência do Biofilme com Gelatina na Conservação de Frutas

Realizou-se o teste da eficiência do biofilme, utilizando 2 bananas pratas, sendo 1 protegida com biofilme líquido feito a partir da gelatina em condições ambientes, e a outra sem revestimento, em condições ambientes, levando em consideração o tempo de conservação e a perda de massa de cada uma, sofrendo ações de insetos (mosquitos, formigas) que aceleram o processo de decomposição. O biofilme líquido produzido com gelatina fixou na casca, atribuindo uma camada brilhosa ao redor das frutas.

(cont.)

(cont.)

A camada brilhosa obtida pelo biofilme durou até o 4º dia, pois no 5º dia, observou-se uma camada semitransparente ao redor da fruta, que pode ser facilmente retirada. No 5º dia, a coloração da casca da banana sem revestimento (biofilme) oxidou (escureceu), enquanto a banana com biofilme foi protegida pela camada semitransparente, reduzindo o contato da casca com o ar, assim somente no 10º dia que a casca da banana com biofilme líquido oxidou, mostrando que o prolongamento da vida útil da fruta aumentou em relação a banana in natura, sem biofilme.

De acordo com Davanço et al. (2007), biofilmes elaborados a partir de proteínas são boas barreiras ao oxigênio (O₂) e gás carbônico (CO₂) em ambientes com umidade relativa.

Eficiência do Biofilme Líquido com Gomas Xantana (gx), Guar (gg) e Gracilaria (gr) na Conservação de Frutas

Na primeira batelada, foram utilizadas 4 bananas pratas, sendo 1 banana sem biofilme e 3 protegidas com biofilme xantana (GX), guar (GG) e gracilária (GR), respectivamente, em condições ambientes, levando em consideração o tempo de conservação e a perda de massa de cada uma, sofrendo ações de insetos (mosquitos, formigas) que aceleram o processo de decomposição. Os biofilmes líquidos produzidos com GX, GG e GR, fixaram nas cascas, atribuindo uma camada brilhosa ao redor das frutas no 1º dia (figura 2). A imagem a seguir apresenta a comparação entre o primeiro e último dia das respectivas bananas.

Figura 1: 1º dia



Fonte: Autoria própria.

No 19º dia (figura 3), a banana com GX, encontrava-se liberando mau odor e em processo de decomposição. No 22º dia, as cascas das bananas com GG e GR estavam oxidadas, mostrando uma eficiência triplicada na conservação das bananas em comparação a banana sem revestimento (biofilme).

Figura 2: 19º dia



Fonte: Autoria própria.

Segundo os autores Leite et al. (2015), produziram revestimento comestível à base de goma xantana, que proporcionou redução da perda de massa, manutenção da firmeza, cor, pH, acidez, sólidos solúveis (cont.)

(cont.) totais, antocianinas e não estimulou o crescimento fúngico. Desta forma, esta goma apresenta potencial para aplicação em revestimento de frutas, visando maximizar a vida útil dos alimentos.

Conclusão

A produção de biofilmes formados a partir dos amidos extraídos da mandioca e batata, mostraram-se ser uma alternativa eficiente no desenvolvimento dos biofilmes, pois se trata de uma matéria-prima oriunda de fonte renovável e biodegradável. O biofilme líquido mostrou ser eficiente na conservação das bananas, principalmente o revestimento produzido com a goma gracilária, pois conservou a coloração da casca por 22 dias e manteve maior massa no final do experimento. Entretanto, ao comparar o custo de cada plastificante, é preferível utilizar o GG, devido ter eficiência similar em comparação com GR, além de possuir menor custo.

Agradecimentos

Agradecemos ao Centro Universitário Metropolitano da Amazônia por disponibilizar substâncias e o laboratório de materiais para realização das experiências, assim como a docente Elane Cristina Melo Lemos por contribuir nas correções e normas da ABNT.

Referências

- ALMEIDA, A. A. et al. Produção de bioplástico feito a partir de resíduos orgânicos. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 3, p. 12471–12478, 2020.
- DAVANÇO, T. et al. Filmes compostos de gelatina, triacetina, ácido esteárico ou capróico: efeito do pH e da adição de surfactantes sobre a funcionalidade dos filmes. *Campinas, Ciência Tecnologia Alimentos*, v.27. p.408-416, 2007.
- LEITE, B. S. F; et al. REVESTIMENTO COMESTÍVEL À BASE DE GOMA XANTANA, COMPOSTOS LIPOFÍLICOS E/OU CLORETO DE CÁLCIO NA CONSERVAÇÃO DE MORANGOS. (2015). Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbf/a/fG6NHxJhxSzFYyH9KVjm_zjQ/?lang=pt. Acessado em: 15/08/2021.
- PESSANHA, K. L. F. Polímeros Biodegradáveis Adicionados de Nanopartículas como Embalagem para alimentos. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, junho de 2016.
- RODRIGUES, D. C. PROPOSIÇÃO DE UM PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CASAN (CIOM). UFSC, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160198>. Acessado em: 20/09/2021.

RESUMOS EXPANDIDOS: MEDICINA



EFEITO DA MEDITAÇÃO NO CONTROLE DA ANSIEDADE ENTRE FAMILIARES DE ALCOÓLICOS DE UM GRUPO DE APOIO EM BELÉM DO PARÁ: estudo antes e depois

Marla Cavalca Pantoja¹; Juan Alexandre Gomes de Paula¹; Mateus Luiz Gonçalves Caldas¹; Ricardo Silva de Sousa Trindade¹; Gabriel Carvalho de Oliveira¹

¹Graduandos de Medicina pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ)

Introdução

Atualmente, no Brasil, aproximadamente 11% da população é dependente de álcool. Os transtornos por uso de álcool são altamente incapacitantes e associados à comorbidades físicas e psíquicas (GRANT, 2015). Além dos impactos na saúde, as atitudes apresentadas pelo usuário refletem na vida particular e social de seus familiares, causando um grande sofrimento e ansiedade para a família, o que os torna “co-dependentes” (MACIEL, 2018).

Portanto, o Ministério da Saúde destaca a relevância de grupos de autoajuda que prestam o apoio necessário aos envolvidos, um exemplo é o grupo Al-anon encontrado em diversas cidades do País (AL-ANON, 2019).

Para avaliar o grau de ansiedade de uma pessoa e auxiliar em seu tratamento, utiliza-se a “Escala de Hamilton”, criada na década de 1960 sendo eficaz desde então. Além do grupo de autoajuda citado, hoje em dia, sabe-se que a meditação tem sido comprovada como uma técnica que pode acelerar nos processos de recuperação sejam eles quais forem. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo avaliar a efetividade da meditação no controle da ansiedade e consequente melhoria da qualidade de vida entre familiares de alcoólicos (FREIRE, 2014).

Material e Métodos

Trata-se de um estudo de intervenção o qual utilizou a escala de Hamilton para avaliar o grau de ansiedade dos membros de um grupo de familiares de alcoólicos em Belém-PA antes e depois de 21 dias de meditação.

Resultados e discussão

Os resultados mostram a coleta de dados referente aos 18 questionários analisados. Antes da pesquisa, a ansiedade somática, os pensamentos suicidas, a dificuldade para iniciar o sono (insônia inicial) e a perda de prazer pelo trabalho e lazer obtiveram 69 pontos na escala e após o estudo passaram a ter 25 pontos. Segundo Maciel (2018) o sexo feminino é mais propenso a desenvolver transtorno psíquico devido a taxa de alcoolismo ser predominante no sexo masculino, sendo assim, o papel de cuidador geralmente é designado às mulheres, tanto filhas, como esposas. Conforme De Souza (2017) afirma em seu estudo, a meditação tem auxiliado na melhora da qualidade de vida dos que praticam, melhorando a saúde física e mental do indivíduo e sendo, portanto, comprovada como uma técnica que (cont.)

(cont.) acelera os processos de recuperação de pessoas ansiosas. No presente estudo, 50% dos participantes se enquadravam em ligeiramente ansiosos, 33,3% em moderadamente e 5,6% em gravemente. Ao final da intervenção, os valores baixaram para, respectivamente, 44,4%, 5,6% e 0%. Sendo assim, a meditação de forma regular melhora a ansiedade e conseqüente qualidade de vida.

Referências

- AL-ANON. Al-Anon do Brasil para familiares e amigos de alcoólicos. Disponível em: <<https://al-anon.org.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- FREIRE, M. Á. et al. Escala Hamilton: estudo das características psicométricas em uma amostra do sul do Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 63, n. 4, p. 281–289, dez. 2014.
- GRANT, B. F. et al. Epidemiology of DSM-5 Alcohol Use Disorder. *JAMA Psychiatry*, v. 72, n. 8, p. 757, 1 ago. 2015.
- MACIEL, S. C. et al. Cuidadoras de Dependentes Químicos: Um Estudo sobre a Sobrecarga Familiar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 34, n. 0, 29 nov. 2018.

A RELAÇÃO ENTRE TROMBOSE VENOSA PROFUNDA E A INFECÇÃO PELO COVID-19- REVISÃO DE LITERATURA

Izadora da Silva Pereira¹; Leonardo Deyvid L. Veras¹; Beatriz C.C. de Souza¹; Alyne P. Figueiredo¹; Terezinha R.L. Lobato¹; Lorena S.M. da Silva¹

¹Graduandos de Medicina no Centro Universitário Metropolitano da Amazônia

Introdução

No final do ano de 2019 um vírus com alta transmissibilidade, se alojou no ser humano e imediatamente causou danos que por muitas vezes, não eram reversíveis, o COVID-19. Atacou, principalmente, as vias respiratórias e ocasionou a morte de mais de 15 milhões de pessoas por todo o planeta (BBC NEWS,2022) e, concomitante a isso, muitas vezes, deixou sequelas nos indivíduos sobreviventes. Desse modo, governantes juntamente com profissionais da saúde e cientistas conseguiram adaptar uma vacina que diminuísse a agressividade do vírus no organismo, com tempo recorde de aprovação e desenvolvimento.

Outrossim, após quase 2 anos, com um controle maior da doença, foi possível perceber que as sequelas deixadas pela infecção não se limitavam apenas aos canais e órgãos respiratórios. Nesse sentido, notou-se que a sequela mais comum era o tromboembolismo venoso (TEV) sendo acompanhado por embolia pulmonar, contudo, posteriormente, pesquisas apontam que uma grande relação entre a infecção pelo COVID-19 e o aparecimento de trombose venosa profunda (TVP),na qual acomete, principalmente, os membros inferiores (FIGUEIREDO; PAULA,2022).

A TVP é uma complicação que interfere na coagulação sanguínea, gerando um coágulo em veias profundas. Os pacientes internados em estado grave pelo COVID, são mais propícios a desenvolver a TVP devido ao fato do vírus SARS-CoV-2 interferir na expressividade da enzima angiotensina 2 (ECA2) que está presente no endotélio dos vasos sanguíneos e por se ligar a ela, na qual funciona como receptora, ou seja, a porta de entrada nos tecidos dos órgãos, causando desequilíbrio do fluxo membranoso das células e como consequência a TVP (SEDLACZEK, 2021). Além disso, a idade, o tempo de inutilidade dos membros e a tendência a desenvolver a tromboembolia são indicadores que implicam no surgimento de tal patologia. (TAVARES; ORTIS, 2021)

Com o aumento do número de caso de sequelas pós-infecção, especificamente, a trombose venosa profunda, nota-se a importância de estudos que demonstrem e expliquem a relação que existe entre os dois fatores em questão, com o intuito de proporcionar melhores técnicas de tratamentos e de reduções de possíveis sequelas. Desse modo o objetivo deste trabalho é esclarecer os pontos de relação entre a infecção pelo COVID-19 e o aumento de coágulos sanguíneos em membros inferiores, revisando estudos que mostram o quanto o vírus pode afetar não só o sistema respiratório como outros sistemas do corpo humano.

Material e métodos

O presente estudo é do tipo qualitativo, exploratório, descritivo e bibliográfico, com uma revisão de dados presentes em artigos previamente selecionados. Sendo assim, foi utilizado como base de dados o PUBMED e o SCIELO. Como tipo de estudo foram eleitos: avaliação, incidência e revisão sistemática. Assim, foram escolhidos artigos dos últimos 3 anos que possuem como assunto principal: sequelas pós-infecção por COVID-19, Trombose Venosa Profunda, fisiopatologia da trombose e correlação entre trombose e COVID-19. Como métodos de inclusão e exclusão, foram escolhidos aqueles que tratava, principalmente, a íntima relação entre a TVP decorrida da infecção pelo vírus SARS-COV2, com os descritores de saúde: COVID-19, infecção por SARS-CoV2 e trombose venosa. Ademais, foram excluídos aqueles que não abordavam o assunto ou foram publicados em um tempo maior que 3 anos. (cont.)

(cont.) Desse modo, foram selecionados 6 artigos, no qual, a partir deles será construído uma tabela que relacione cada autor ao seu respectivo argumento para a interação entre a TVP e o COVID-19. Além disso, será feito uma análise sobre a quantidade de pacientes que apresentaram a seqüela pós-infecção e, também, os principais fatores que levam ao aparecimento de TVP.

Resultados e discussão

Nos relatos de caso de pacientes com diagnóstico de COVID-19 que desenvolveram TVP, observou-se que indivíduos de ambos os sexos, com comorbidades preexistentes (como hipertensão arterial sistêmica e diabetes), bem como uso da ventilação mecânica, apresentaram-se como importante grupo de risco para o desenvolvimento de TEV (NAUKA, 2020). Além disso, um estudo de corte transversal demonstrou que a maior incidência de TVP está relacionada com indivíduos que haviam procurado o serviço médico em estágios mais avançados (MACARI, 2022).

AUTORES / TÍTULO/ RELAÇÃO ENTRE TVP X COVID 19

FIGUEIREDO(2022): Incidence of venous thromboembolic events in patients diagnosed with COVID-19. Nessa revisão bibliográfica é possível observar a incidência de eventos tromboembólicos venosos em pacientes diagnosticados com Covid 19.

TAVARES; ORTIS (2021): Desenvolvimento da trombose em pacientes com e sem infecção pelo SARS-Cov-2 - revisão de literatura. Segundo o texto, os estudos encontrados sobre a trombose na COVID-19, demonstram que nem sempre essa patologia vai se desenvolver secundária à infecção, porém, pacientes que possuem fatores de risco para o desenvolvimento da trombose precisam de uma atenção redobrada e medidas de profilaxia adequadas.

KOLLIAS et al. (2021): Venous thromboembolism in COVID-19: A systematic review and meta-analysis. De acordo com o texto, mesmo em uso de trombopprofilaxia, pacientes infectados podem evoluir com TVP, principalmente grupos com alta probabilidade para predisposição de trombos.

RAMOS (2020): Trombose e anticoagulação na COVID-19. Os autores recomendam maior vigilância para fatores de risco adicionais, como trombose, como no uso de ventilação mecânica em pacientes com COVID 19.

KLOK (2020): Incidence of thrombotic complications in critically ill ICU patients with COVID-19. A incidência de 31% de complicações trombóticas em pacientes de UTI com infecções por COVID-19 é notavelmente alta, segundo os autores. O texto também, reforçar a recomendação de aplicar rigorosamente a profilaxia farmacológica da trombose em todos os pacientes com COVID-19 admitidos na UTI.

CUNHA et al. (2021): A systematic review and meta-analysis of incidence, prognosis, and laboratory indicators of venous thromboembolism in hospitalized patients with coronavirus disease 2019. Segundo o texto, pacientes com COVID-19 grave e TVP tiveram maior mortalidade em comparação com pacientes semelhantes sem TVP.

A partir dos artigos discutidos na tabela, demonstrou-se que em todos os estudos de prevalência foi possível verificar que indivíduos afetados pelo novo coronavírus possuem um risco aumentado de trombose, devido alto potencial de desordens vasculares desencadeadas por uma resposta aumentada a inflamação, distúrbios de coagulação, aumento da atividade de citocinas pró inflamatórias, sendo a elevação dos níveis de dímero D um importante marcador de desfechos desfavoráveis. Os testes laboratoriais de pacientes que contraíram o SARS-CoV-2 forneceram indícios sugestivos de dímero D elevado, fibrinogênio reduzido nos grupos que sofreram TVP (TAVARES; ORTIZ, 2021). Os estudos de coorte retrospectivo mostraram também que dentre pacientes acometidos pela COVID-19 houve (cont.)

(cont.) trombose venosa profunda, majoritariamente em membros inferiores, evidenciando a associação entre a virose e distúrbios de coagulação.

Analisando tais dados, associação de casos de COVID-19 e trombose venosa profunda se apresenta cada vez mais recorrente em enfermos internados em UTI, sobretudo em casos que evoluem para o estado mais grave da doença. Conveniente à alta prevalência de trombose nestes pacientes as diretrizes respaldadas em evidências recomendam o uso de anticoagulantes parenterais em baixa dosagens para enfermos internados e com alto risco de tromboembolismo.

Conclusão

Este trabalho trouxe como ênfase os distúrbios hematológicos e de coagulação, a partir da infecção por Sars-Cov2. A alta incidência de 31% de complicações trombóticas em pacientes em UTI com infecção por Covid-19 mostrou-se uma estatística alarmante para taxa de mortalidade. Além disso, a infecção pelo vírus Sars-Cov2 e a trombose venosa profunda é considerada uma correlação complexa diante dos pesquisadores e estudos pouco elucidativos. Portanto, é necessário a busca de evidências científicas elucidativas para a redução do índice de sequelas e de óbitos promovidos pela integração da desordem vascular e infecção por covid.

Referencias

- CUNHA, M. J. S. et al. Incidence, diagnosis, treatment methods, and outcomes of clinically suspected venous thromboembolic disease in patients with COVID-19 in a quaternary hospital in Brazil. *Jornal Vascular Brasileiro*, v. 20, p. 1–7, 2021.
- FIGUEIREDO, S. A.; PAULA, F. B. DE A. Incidence of venous thromboembolic events in patients diagnosed with COVID-19 e. v. 2022, p. 62–67, 2022.
- KLOK, F. A. et al. Incidence of thrombotic complications in critically ill ICU patients with COVID-19. *Thrombosis Research*, v. 191, n. April, p. 145–147, 2020.
- KOLLIAS, A. et al. Venous thromboembolism in COVID-19: A systematic review and meta-analysis. *Vascular Medicine (United Kingdom)*, v. 26, n. 4, p. 415–425, 2021.
- MACARI, Barbara. Et al. Incidência de eventos tromboembólicos venosos em pacientes com diagnóstico de COVID-19: Uma revisão bibliográfica. *Research, Society and Development*, [s. l.], 26 mar. 2022. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28273>. Acesso em: 7 nov. 2022.
- NAUKA PC, Oran E, Chekuri S. Deep venous thrombosis in a non-critically ill patient with novel COVID-19 infection. *Thrombosis Res.* 2020 Aug;192:27–8.
- RAMOS, R. P. Trombose e anticoagulação na COVID-19. v. 46, n. 4, p. 11–12, 2020.
- SEDLACZEK, O.; WAGNER, W.; DEMPFLER, C. E. COVID-19-induced coagulopathy and thrombosis manifestations. *Radiologe*, v. 61, n. 10, p. 909–914, 2021.
- TAVARES, L. DA S.; ORTIZ, J. V. Desenvolvimento da trombose em pacientes com e sem infecção pelo SARS-Cov-2 - revisão de literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 15, p. e410101522959, 2021.
- TAVARES , Luciana; ORTIZ, Jessica. Desenvolvimento da trombose em pacientes com e sem infecção pelo SARS-Cov-2 - revisão de literatura. *Research, Society and Development*, [s. l.], 16 nov. 2021.

A IMPORTÂNCIA DO USO DA ELETROCONVULSIOTERAPIA NA PSIQUIATRIA ATUAL: uma revisão de literatura

Ingrid de Paula Costa Pereira¹; Vanessa Moraes de Paiva¹; Viviane Moraes de Paiva¹

¹Graduandas em Medicina pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

Introdução

A eletroconvulsoterapia (ECT) é um procedimento que carrega um visãõ distorcida pelos descasos históricos, no qual não se tinham os protocolos seguros, técnica controlada, eficácia comprovada pelas bases em evidências científicas, com indicações específicas aos quais, na atualidade, tem-se comprovado e aplicado, associado a esse aperfeiçoamento técnico, estão as condutas éticas empreendidas e regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina através da resolução CFM no 2057/2013, devendo ser realizada somente sob anestesia (CFM, 2012; JOSÉ; CRUZ, 2020;). A eficácia desta terapia o torna padrão-ouro no tratamento de patologias de cunho psiquiátrico, tendo como a principal, no tratamento da depressão refratária à terapêutica oral (PANDYA; POZUELO; MALONE, 2007). A ECT produz uma corrente elétrica afim de induzir uma crise convulsiva controlada sob efeito de anestesia geral(JESUS, 2015).

A ECT sempre esteve envolta por estigmas que assolam esta terapia, até os tempos da atualidade, seja pela falta de informação da população assim como dentre os próprios profissionais de saúde (ÁVILA, 2010). Esta pauta provém desde a luta manicomial, onde a mídia distorceu algumas informações e se somaram aos relatos de experiências sofridas por pessoas que foram submetidas a terapia de verossímil semelhança no passado, sob condições que se considera, hoje, como proscrita(AVILA 2010). Portanto, é necessário, uma divulgação dos avanços que a psiquiatria e a ECT percorreram ao logo da história, trazendo em pauta, como é realizada, pois muito se relaciona a dor da tortura e colocando em ênfase os seus respectivos benefícios para uma qualidade de vida e saúde mental no tratamento de algumas desordens (SHIOZAWA et al., 2014; SILVA; CALDAS, 2008).

Portanto, este trabalho tem como objetivo revisar a literatura com relação a realização do procedimento e seu mecanismo de ação no transtorno depressivo refratária, a fim de esclarecer a comunidade científica a importância para o seguimento do tratamento assim como a segurança gerada pela técnica executada.

Material e métodos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo como critério de inclusão serem dissertações, teses e publicações obtidas nas bases de dados BVS, Medline e Scielo, que foram mais relevantes dos anos de 2007-2022, utilizando os descritores: eletroconvulsoterapia, reforma psiquiátrica, psiquiatria, terapêutica, depressão. Os fatores de exclusão foram os demais artigos que não contemplava o critério de inclusão. Os operadores booleanos usados foram: “eletroconvulsoterapia AND depressão”, “eletroconvulsoterapia AND reforma psiquiátrica”, “terapêutica da depressão AND eletroconvulsoterapia”.

Resultados e discussão

A pesquisa elencou inicialmente 30 trabalhos que se conseguiu obter o texto completo. Após remoção de duplicata e exclusão dos não que não compreenderam os critérios de inclusão, pela análise de título e resumo, excluindo pesquisa realizada em animais e priorizando os estudos de revisões sistemáticas devido a maior relevância, restaram quatro metanálises selecionadas.

(cont.)

(cont.)

Tabela 1- Avaliando segurança e eficácia na depressão.

Trabalhos (autores)	Tipo de trabalho	Número de trabalhos	Quantidade de pacientes	Segurança da técnica	Eficácia em qual doença
Song, G <i>et al.</i>	Metanálise	17	1098	Comprovada	Depressão refratária
Jesus GN	Metanálise	12	409	Comprovada	Depressão maior
Chen, M., Yang, X., Liu, C. <i>et al.</i>	Metanálise	10	285	Garantida	Depressão refratária
Zeiler, F.A. <i>et al.</i>	Metanálise	14	19	Garantida	Status epiléptico refratário (SER)

Fonte: Dados da pesquisa.

Na pesquisa de Song et al. (2015), demonstrou uma meta-análise de comparação indireta para avaliar o potencial de ECT mais antidepressivo versus ECT sozinho, foram analisadas as características clínicas e a metodologia desses ensaios incluídos na meta-análise de comparação direta e não foi detectada intransitividade. Até agora, 8 estudos elegíveis em ECT combinado com antidepressivo versus grupo antidepressivo e em ECT versus grupo antidepressivo foram selecionados para realizar uma meta-análise de comparação indireta sobre a taxa de cura com base na duração de tratamento de 4 semanas. O resultado sugeriu que nenhuma diferença significativa foi detectada entre ECT mais antidepressivo e ECT sozinho (RR, 0,81; IC 95%, 0,52 – 1,52) (GUO-MIN et al., 2015).

Segundo Jesus (2015), a efetividade e segurança do procedimento depende de uma estreita relação entre o anestesista e o psiquiatra que irá realizar o procedimento, principalmente pela obrigatoriedade a realização da eletroconvulsoterapia sob anestesia geral, a partir da Resolução número 1640, do Conselho Federal de Medicina de 2002. Isso é um grande avanço para a expansão da utilização desse procedimento já que este sempre foi estigmatizado devido a efeitos colaterais como fratura vertebral e dentes quebrados, devido a uma prática inadequada deste tratamento. Jesus (2015), também salientou a melhora na primeira semana de tratamento no grupo que usava a associação tiopental e cetamina, com ausência da diminuição no déficit cognitivo e identificou o efeito aditivo no contexto do ECT ser controverso nos estudos.

Chen; Yang e Liu (2021), obtiveram os resultados positivos no tratamento da depressão refratária e constataram a sua segurança, entretanto foi encontrado alterações cognitivas residual nos pacientes, a fim de contornar este efeito colateral compararam a terapia de convulsão magnética (MST) sugerindo ser uma alternativa eficaz para a depressão com efeito semelhante à ECT. Além disso, o comprometimento da função cognitiva é significativamente menor do que a ECT (CHEN; YANG; LIU, 2008).

Por fim, Zeiler (2016), constatou segurança na terapia assim como eficácia no tratamento depressivo e, além disso, sugeriu uma melhora no controle de convulsões com a aplicação de ECT. O uso rotineiro de ECT não podendo ser recomendado neste momento, e sugere mais estudos prospectivos dessa terapia a fim de determinar sua eficácia nesse cenário, com base nos artigos originais incluídos na revisão final, todos atendem a evidência Oxford nível 4, GRAU D para sugerir um impacto potencial da ECT no controle de convulsões no cenário de status epiléptico refratário.

(cont.)

(cont.)

Conclusão

Com base nas evidências localizadas, pode-se concluir que a ECT é superior à medicação antidepressiva e é um método seguro. Portanto, a ECT pode ser considerada uma opção terapêutica para o tratamento da depressão refratária. Além disso, houve uma falta de consenso nos estudos sobre os critérios utilizados para estabelecer o diagnóstico de depressão refratária. Sobretudo, foi analisado um viés gerado em um dos trabalhos sobre o comprometimento da ECT na cognição a longo prazo, cabendo como sugestão de trabalhos futuros.

Referências

ÁVILA, MD. Eletroconvulsoterapia: da origem à aplicação modificada [monografia]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2010.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 2.057. Consolida as diversas resoluções da área da Psiquiatria e reitera os princípios universais de proteção ao ser humano, à defesa do ato médico privativo de psiquiatras e aos critérios mínimos de segurança para os estabelecimentos hospitalares ou de assistência psiquiátrica de quaisquer naturezas. Brasília; Diário Oficial da República Federativa do Brasil; 2013.

CHEN, M., YANG, X., LIU, C. Comparative efficacy and cognitive function of magnetic seizure therapy vs. electroconvulsive therapy for major depressive disorder: a systematic review and meta-analysis. *Transl Psychiatry* 11, 437 (2021). <https://doi.org/10.1038/s41398-021-01560-y>.

JESUS, GN. Anestésicos e eficácia da eletroconvulsoterapia em pacientes com depressão maior: revisão sistemática. Monografia do Curso de Medicina. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2015.

JOSÉ, B. B.; CRUZ, M. C. C. da. Eletroconvulsoterapia como prática psiquiátrica: revisão de literatura. *Archives Of Health Investigation*, [S. L.], v. 8, n. 10, 2020. DOI: 10.21270/archi.v8i10.3609. Disponível em: <https://www.archhealthinvestigation.com.br/ArchI/article/view/3609>. Acesso em: 9 set. 2022.

SILVA, MLB, CALDAS, MT. Revisitando a técnica de eletroconvulsoterapia no contexto da reforma psiquiatria brasileira. *Psicol cienc.* 2008;28(2):344-61.

SHIOZAWA P, NETTO GTM, CORDEIRO Q, RIBEIRO RB. Eletroconvulsoterapia para o tratamento de depressão psicótica refratária em paciente com desnutrição grave: estamos esquecendo a ECT? *Rev Debates Psiquiatr.* 2014;6-10.

SONG GM, TIAN X, SHUAI T, YI LJ, ZENG Z, LIU S, ZHOU JG, WANG Y. Treatment of Adults With Treatment-Resistant Depression: Electroconvulsive Therapy Plus Antidepressant or Electroconvulsive Therapy Alone? Evidence From an Indirect Comparison Meta-Analysis (Baltimore). 2015, 94(26): 57-61. DOI: 10.1097/MD.0000000000001052. PMID:26131818; PMCID: PMC4504538.

PANDYA M; POZUELO L, MALONE D. Electroconvulsive therapy: what the internist needs to know. *Cleve Clin J Med.* 2007;74(9):679-85.

ZEILER, F.A. et al. Electroconvulsive therapy for refractory status epilepticus: A systematic review. *Seizure - European Journal of Epilepsy*, Volume 35, 23 – 32, 2016.

A EFICÁCIA DOS TRATAMENTOS ATUAIS EM PACIENTES COM CERATOCONE: uma revisão de literatura

Vanessa Moraes de Paiva¹; Ingrid de Paula Costa Pereira¹; Viviane Moraes de Paiva¹

¹Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário da Amazônia

Introdução

O Ceratocone é uma patologia oftalmológica degenerativa e não inflamatória que atinge a córnea central e paracentral, fazendo com que ela fique em formato cônico. O afinamento progressivo, protrusão e cicatrização central estromal resultam em astigmatismo regular ou irregular, que causam diminuição da acuidade visual. Há geralmente envolvimento bilateral e assimétrico.

A doença se manifesta na adolescência progredindo no decorrer da vida. Apesar do mecanismo de desenvolvimento e progressão do ceratocone não ser totalmente elucidado, é comprovado o envolvimento de fatores genéticos, ambientais e a observação de alterações bioquímicas e moleculares em todas as camadas da córnea, exceto no endotélio. Como consequência dessa variedade de etiologias, há também uma gama de tratamentos atuais que são pontuados de acordo com o estágio individual de cada paciente, a exemplo está o uso de lentes, a implantação de anel intraestromal e cross-linking. Todos têm como o objetivo comum melhorar a acuidade visual, lentificar a progressão da doença e evitar a ceratoplastia. Portanto, este trabalho tem como objetivo revisar a literatura com relação a eficácia dos procedimentos atuais em pacientes com ceratocone, afim de esclarecer a comunidade científica a importância para o seguimento dos tratamentos adequados disponíveis.

Material e métodos

Foram seguidos os seguintes passos para a montagem da revisão integrativa da literatura: identificação do problema (definindo assim o objetivo a ser alcançado na revisão), busca de estudos (com limitação das palavras chaves e aplicação dos critérios de seleção para os artigos), avaliação e análise dos dados obtidos. Os artigos utilizados foram de 2000 a 2022, utilizando os bancos de dados SciELO, PubMed e BvS.

Resultados e discussão

Trabalhos (autores) / Eficácia / Segurança da técnica

FERRARA, Paulo: Sim - Sim (anel Intraestromal)

JUNIOR, Sergey: Sim - Sim (cross-linking)

MÁRQUEZ, Roseane: Sim - Sim (lentes de contato)

Lentes de contato

Tratando-se de lentes de contato, a mais usada atualmente são as lentes rígidas, em que foi constatado regularização da curvatura da córnea, corrigindo os problemas sofridos pelos raios luminosos. A correção foi observada tanto em curvas-base elevadas quanto em grandes diferenças ceratométricas. Sendo esse método usado em pacientes com a patologia não avançada, o que facilita que a lente rígida consiga fazer a correção dos raios luminosos sem grandes complicações. No entanto, como o ceratocone é uma patologia com progressão lenta e o uso de lentes de contato não é um meio efetivo para lentificar o avanço, o uso das lentes rígidas vai ser futuramente trocado por outra intervenção (JÚNIOR et al, 2005).

(cont.)

(cont.)

Cross-linking

Tratando-se de Cross-linking (CXL), – que é o processo de formação de ligações covalentes intra e intermoléculas do colágeno do estroma corneano – há melhora significativa na AV no primeiro mês pós-operatório e permanece por todo o período pós-cirúrgico, sendo que a espessura corneana é mantida mesmo após o procedimento o que é fundamental para o sucesso do tratamento (MARQUEZ et al., 2019). Além disso, de acordo com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO, 2015), o procedimento do Cross-linking não altera o endotélio, portanto, a contagem das células não é alterada. Em ceratocone pouco avançado, pesquisas utilizando o exame da paquimetria, foi notado que quando o volume e a espessura da córnea são maiores os resultados são significativamente melhores no que diz respeito à melhora da AV no período de um ano. (MARQUEZ et al. 2019)

E as indicações para o procedimento são os tratamentos de ectasias corneanas primárias ou secundárias, podendo ser em pacientes portadores ou não de anel intraestromal, quando o olho a ser tratado preencher o critério do Grupo I e nenhum dos critérios do Grupo II. (CBO, 2015) Sendo um método pouco invasivo comparado com as lentes de contato, que é um método não invasivo.

Grupo I

Ectasia corneana em evolução pela topografia com aumento maior ou igual a 0,75 dioptrias na ceratometria apical máxima dentro do prazo de seis meses ou aumento maior ou igual a 1 (uma) dioptria dentro do período de acompanhamento topográfico de 1 ano (progressão topográfica).

Grupo II

- a) Acuidade visual com correção pré-operatória melhor que 20/25;
- b) Espessura corneana menor que 400 micrômetros;
- c) Infecção concomitante;
- d) Cicatriz corneana grave ou opacificação corneana;
- e) Doença de superfície ocular grave;
- f) Doença autoimune

Anel intraestromal

O Anel intraestromal, ou mais popularmente conhecido como Anel de Ferrara, foi originalmente proposto para a correção da miopia e astigmatismo, porém, os bons resultados obtidos durante os últimos 10 anos encorajaram a experimentação desta técnica em casos mais difíceis como o ceratocone, ectasia corneana pós excimer laser, astigmatismo irregular pós ceratoplastia penetrante e outros. A conclusão é de que a inserção do Anel de Ferrara a uma profundidade de 60% no estroma corneano produz resultados refracionais, ceratométricos e visuais satisfatórios em olhos com ceratocone. Em semelhança à ideia, outro estudo demonstrou melhora dos parâmetros da acuidade visual com correção do segmento anterior em casos equivalentes a degeneração marginal pelúcida (PMD) com a implantação de um segmento de anel intraestromal de 140° de arco (FERRARA, 2003). Neste, deixa claro que casos selecionados de ceratocone com astigmatismo podem se beneficiar, tendo uma melhora significativa tanto na topografia, quanto na ceratometria e asfericidade. Sendo assim, a implantação do Anel de Ferrara, trás resultados mais satisfatórios e pode ser realizado em todos os graus do ceratocone. Além das taxas de complicações serem quase nulas. (FERRARA, 2003) Considerado um método invasivo em comparação com os demais métodos e escolhido em casos avançados (FERRARA, 2003).

(cont.)

(cont.)

Conclusão

Após avaliar os estudos sobre os tipos de tratamento elencados nesta revisão, pode-se afirmar que houve uma evolução significativa no tratamento do ceratocone e com o surgimento de novos métodos, a indicação de procedimentos invasivos com altos riscos de complicações podem ser postergados, e que cada procedimento atual tem sua indicação adequada para cada caso específico. Avaliados os resultados, o anel de ferrara, Cross-linking e lentes de contato rígidas, são as melhores alternativas de lentificar a progressão da patologia, já que além de serem métodos com baixas taxas de complicação, eles entregam resultados satisfatórios na AV e prognóstico do paciente.

Referências

- CBO. Parecer acerca das indicações de Cross-linking de colágeno corneano. São Paulo, 2015.
- FERRARA, Paulo; ALVES, Eduardo; SILVA, Frederico; CUNHA, Guilherme. Estudo das modificações oculares induzidas pelo implante estromal do Anel de Ferrara em portadores de ceratocone. Belo Horizonte, 2003.
- JUNOR, Sergey; FILIPPINI, Tatiana. Reporte de caso: Ceratocone e adaptação de lentes rígidas de contato. São Paulo, 2021.
- LOPES, Ana; PINO, Anderson; SOUSA, Benedito. Ceratocone: Uma revisão. Brasília, 2015.
- MÁRQUEZ, Roseane; BUENO, Lara; SILVA, Rodrigo, et al. Análise da eficácia do Cross-linking transepitelial em pacientes portadores de ceratocone. Brasília, 2019.
- MATTOS, Hellen; SILVA, Adriana; ANDRADE, Danielle, et al. Ceratocone e suas terapêuticas. 2017.

CONHECIMENTO E ATITUDES DOS ESTUDANTES DO INTERNATO DE MEDICINA SOBRE VENTILAÇÃO MECÂNICA

Laryssa Lima de Santa Rita¹; Mariana Brito Cardoso¹; Alexandre Miguel Cecim Coelho¹; Roberta Macias dos Santos¹; Breno Brito Barbosa¹; Brenda Nazaré Gomes Andriolo²

¹Graduandos em Medicina pelo Centro Universitário da Amazônia

² Pós-doutora, Doutora e Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação Saúde Baseada em Evidências da Universidade Federal de São Paulo (UFSP)

Introdução

A ventilação mecânica (VM) é um método de suporte a vida, amplamente utilizado em UTI, que está indicada na insuficiência respiratória aguda ou crônica agudizada (MELO; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2014). Esse recurso, consiste na utilização de máquinas que atuam efetuando, de forma total ou parcial, a atividade ventilatória do paciente, proporcionando melhora das trocas gasosas ao diminuir o trabalho da musculatura respiratória e a demanda de oxigênio (ROCHA; OLIVEIRA; LEMES, 2018; RODRIGUES et al., 2012). Pode ser invasiva (VI), onde são usados tubos endotraqueais ou cânula de traqueostomia, e não invasiva (VNI) quando há interface, mais frequentemente, ocorre por meio da máscara facial.

A insuficiência respiratória, por ser uma condição frequente, faz com que o emprego do suporte ventilatório seja comumente necessário. Em virtude de, em muitos casos, ser um instrumento mantenedor da vida, a ventilação mecânica representa um avanço no suporte respiratório de pacientes em tratamento intensivo ou anestesia e seu uso está relacionado às diversas vantagens e desvantagens. Assim, o emprego desse recurso propicia relativo acréscimo nas chances de sobrevivência de indivíduos que possuem insuficiência respiratória ou, como exemplo, na necessidade de grandes procedimentos cirúrgicos que usam anestesia geral (MELO; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2014; NAUE et al., 2019).

Logo, o elevado número de pacientes internados em UTI que necessitam de ventilação mecânica e as repercussões negativas referentes ao seu uso, associam-se principalmente ao insatisfatório conhecimento dos conceitos básicos e da utilização prática desse recurso pelos médicos. Dessa forma, o objetivo do presente estudo é avaliar o autoconhecimento dos estudantes de medicina da UNIFAMAZ sobre a ventilação mecânica, visto que para que atuação médica esteja atrelada a uma prestação de cuidado de qualidade, é necessário que esses profissionais tenham habilidades e competências relacionadas às estratégias de ventilação e todos os cuidados relacionados ao suporte ventilatório.

Material e métodos

Foi realizado um estudo do tipo transversal analítico, o qual foi realizado através da aplicação de um questionário pré-estruturado para a avaliação do conhecimento sobre ventilação mecânica com 20 estudantes do internato da UNIFAMAZ, na cidade de Belém, Pará. O questionário foi composto por 21 questões, sendo três referentes a identificação do participante, composto por gênero, graduação anterior e período do curso vigente, e as demais avaliaram o conhecimento sobre os diversos aspectos da ventilação mecânica.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FAMAZ, sob o sob o CAAE 33570620.9.0000.5701, com assinatura previa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para análise dos dados, foram utilizados os softwares Microsoft Word e Excel 2016, e de acordo com a natureza da variável, foram usadas análises estatísticas descritivas, sendo informados valores absolutos e relativos dos achados analisados.

Resultados e discussão

Os participantes que responderam todas as assertivas do questionário totalizaram um valor de 20 indivíduos, sendo a maioria do sexo feminino 14 (70%) sem graduação (cont.)

(cont.) anterior 15 (75%) e que cursavam o décimo segundo período da faculdade de Medicina, 11 (55%). Além disso, nenhum estudante que estavam cursando o décimo primeiro período participou do presente estudo. Acreditou-se que a estratégia de divulgação da resposta ao formulário eletrônico pelo representante de turma e a falta de contato dos alunos desta turma, em virtude da pandemia, possa ter influenciado na ausência de respostas da mesma.

Vale ressaltar que 20 (95%) das questões foram formuladas de modo que o participante só pudesse assinalar as assertivas sim ou não e apenas uma questão (5%), refere-se ao uso do volume corrente em situação clínica hipoteticamente sugerida.

Com relação a pergunta que avaliava a existência da suficiência de informações sobre ventilação mecânica durante o treinamento médico, 18 (90%) dos discentes participantes da pesquisa avaliaram as informações como insuficientes para gerenciar um paciente com ventilação mecânica e apenas 2 (10%) apontam como suficientes para gerenciar o procedimento.

Da mesma forma, um estudo semelhante que aplicou um questionário sobre ventilação mecânica a 806 indivíduos compostos por estudantes de medicina, médicos emergencistas e residentes, obteve resultado similar, corroborando com os resultados desta pesquisa, o qual 89% dos participantes relataram terem recebidos durante sua graduação informações deficientes sobre essa temática (TALLO et al., 2017).

No que tange a assertiva que interroga a respeito da manipulação de um ventilador artificial durante o treinamento médico, 11 (55%) dos estudantes referiram não ter feito o manuseio desse aparelho.

Em concordância com esses dados, um estudo constatou por meio da aplicação de um questionário a 554 estudantes de onze faculdades de medicina brasileira, que quase a totalidade desses alunos (83%) não tiveram um curso sobre ventilação mecânica durante sua graduação médica e conseqüentemente, não tiveram a oportunidade de manusear um ventilador artificial durante seu curso, corroborando com o dado de que de alguma forma esse conhecimento não é disseminado suficientemente para operacionalização da ventilação mecânica (TALLO et al., 2019).

Apenas 2 (10%) dos discentes participantes da pesquisa não teriam dificuldade em funcionar/executar a ventilação mecânica, enquanto 18 (90%) afirmou a existência de dificuldades caso fosse imposto a essa situação. O que revela que mesmo que a disciplina de Urgência e Emergência faça parte da grade curricular da Instituição de Ensino Superior onde os participantes da pesquisa fazem parte, ainda assim existem problemáticas e dificuldades quanto a exercício da ventilação mecânica.

Para avaliar a segurança dos discentes em relação a utilização da ventilação mecânica invasiva, foi aplicada a seguinte assertiva “Você temeria pela segurança do paciente que você está cuidando, se a ventilação mecânica invasiva fosse indicada?”. O percentual de participantes que se mostraram inseguros e preocupados com o estado de seus pacientes caso houvesse indicação de VMI totalizou 14 participantes (70%), enquanto apenas 6 (30%) demonstraram confiança com a situação imposta.

Da mesma forma, um estudo realizado em vários hospitais públicos de Fortaleza com 53 internos do curso de medicina, mostrou através da aplicação de um questionário online, que a maior parte dos internos se julgam inseguros para oferecer suporte ventilatório aos seus pacientes, variando apenas o nível de insegurança, em que 20,8% relataram ser “muito inseguros”, 22,6% “pouco inseguros” e 49,1% afirmaram ser “um pouco seguro” na manipulação da ventilação mecânica (VIEIRA et al., 2018). No entanto, a insegurança é muito relacionada a pouca prática na realização do procedimento e o fato do mesmo ser pouco demonstrado na graduação infere tal reação.

(cont.)

(cont.)

Quanto a capacidade de iniciar a intervenção em um paciente necessitando de ventilação mecânica não invasiva, 12 (60%) dos discentes responderam ser capazes de dar início a essa abordagem e 8 (40%) não se consideram aptos a prover esse suporte. Um estudo desenvolvido no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, com residentes de Clínica Médica do 2º ano, submeteu-os a um estágio de 30 dias em UTI respiratória, aplicando um teste ao início e ao final do estágio para avaliar o conhecimento e o nível de confiança adquiridos, assim evidenciou-se que após o estágio o nível de confiança em aplicar VNI manteve-se inalterada, apresentando alta confiabilidade para sua realização, enquanto que o nível de confiança a respeito de todos os outros parâmetros relacionados a ventilação mecânica aumentou consideravelmente após o estágio (HAYASHI et al., 2020).

Conclusão

Pode-se concluir que foi possível avaliar o conhecimento dos discentes do curso de medicina do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ) e que a maior parte dos discentes não apresentaram um grau de conhecimento capaz de lhes conferir segurança para atuar com pacientes dependentes da ventilação mecânica. Visto os achados encontrados nessa pesquisa, realizou-se uma nota técnica sugerindo recomendações e propondo a realização de cursos que abordem sobre ventilação mecânica, que podem ser vinculados as horas complementares dos alunos, na forma de atividades extracurriculares e/ou no formato de cursos de férias, a fim de proporcionar aos discentes, habilidades e conhecimentos necessários para o exercício da prática médica.

Agradecimentos

Agradecimento, em especial, aos alunos participantes da pesquisa que foram os maiores responsáveis pela efetivação do presente estudo e a UNIFAMAZ por proporcionar os recursos necessários para a sua realização.

Referências

HAYASHI, Fátima Kiyoko et al. Impacto de um estágio em UTI respiratória no conhecimento e confiança no manejo da ventilação mecânica entre residentes. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, São Paulo, v. 46, n. 5, 15 jun. 2020. DOI 10.36416/1806 3756/e20190108. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-37132020000500202&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 9 nov. 2020.

MELO, A. S.; ALMEIDA, R. M. S.; OLIVEIRA, C. D. A mecânica da ventilação mecânica. *Revista Médica de Minas Gerais*, [s. l.], v. 24, p. 43-48, 2014. DOI 10.5935/2238-3182.20140126. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/0d42/0debce4b2ef0ff209ab89bd84add7ef157cd.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

NAUE, W. S. et al. Comparação entre técnicas de higiene brônquica em pacientes mecanicamente ventilados: ensaio clínico randomizado. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, São Paulo, v. 31, n. 1 p. 39-46, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0103-507X.20190005>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

ROCHA, E; OLIVEIRA, E. P. F.; LEMES, G. E. Assincronia durante a ventilação mecânica invasiva: uma revisão na literatura. *Revista Inspirar*, [s. l.], v. 18, n. 4, ed. 48, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://www.inspirar.com.br/wpcontent/uploads/2018/12/ASSINCRONIA-.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

RODRIGUES, Y.C. S. J. et al. Ventilação mecânica: evidências para o cuidado de enfermagem. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, out./dez. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-81452012000400021>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

(cont.)

(cont.)

TALLO, Fernando Sabia et al. Evaluation of self-perception of mechanical ventilation knowledge among Brazilian final-year medical students, residents and emergency physicians. *Clinics*, [s. l.], v. 72, n. 2, fev. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-59322017000200065. Acesso em: 2 nov. 2020.

VIEIRA, L. G. B. et al. Importância e domínio do conhecimento sobre ventilação mecânica por futuros egressos do curso de medicina: XXVII Encontro de iniciação à docência. *Encontros universitários da UFC, Fortaleza*, v. 3, n. 1, p. 3198, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/36392>. Acesso em: 13 nov. 2020.

A RELAÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO DE MEDICINA, ESTRESSE E TRANSTORNOS DE HUMOR: uma revisão da literatura

Thamyres Victória de Almeida Bastos¹; João Victor Martins Pinto¹; Paulo Robert Andrade Lima¹; Giordanna Abdon Collares¹; Érica Serra Lage¹; Leonardo Deyvid de Lima Veras¹
¹Graduandos em Medicina pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia

Introdução

Durante o curso de medicina, os estudantes da graduação vivenciam estressores intensos, como pressão psicológica, sobrecarga de estudo, altos níveis de competitividade, além da responsabilidade inerente em contribuir com o bem-estar e com o conforto daqueles que estão em sofrimento psíquico e físico (SANTOS, 2022; JESUS, 2022). Esses fatores causam alteração na saúde física e mental dos estudantes, culminando no desenvolvimento de transtornos como o Transtorno Depressivo Maior (TDM), o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) e a Síndrome de Burnout (PAULA, 2017; MOURA, 2021).

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da 5ª edição (DSM-V), os transtornos mentais se caracterizam por alterações somáticas e cognitivas, modificando a capacidade julgamento e funcionamento psíquico da pessoa. Nesse viés, vistos por meio de mudanças comportamentais, da labilidade emocional, da tensão emocional crônica e ao cansaço irreparável, culminando nas disfunções pessoais e laborais (MOURA, 2021).

Essas modificações múltiplas causas – biológicas, sociais, ambientais – e, por isso, devem ser manejadas por equipes multiprofissionais, que contém vários profissionais, dentre eles os psicólogos, psiquiatras, fisioterapeutas, educadores físicos, etc (ALMEIDA, 2018; COSTA, 2022). Associadas, essas intervenções são fundamentais para a redução do estresse psíquico, dos sintomas depressivos e da ansiedade patológica (ASSUNÇÃO, 2020). No entanto, a sobrecarga de atividades e falta de tempo para atividades de lazer e cuidado pessoal, leva à baixa frequência em psicoterapias e atividades físicas, causando sedentarismo, obesidade e redução na qualidade do sono, e agravando sintomas de irritação, desânimo, anedonia e, até mesmo, de dificuldade de aprendizado e memorização (GUIMARÃES et al, 2020; MENDES, 2021).

Nesse contexto, esse resumo tem como objetivo expor a relação entre os fatores de estresse citados e o desenvolvimento de transtornos mentais em estudantes de medicina, elucidando a redução de rendimento por desfavorecer outras práticas mais saudáveis de cuidado pessoal e laboral pelo tempo restrito, como praticar exercícios físicos, ter qualidade nos tempos de lazer, de sono e para outras terapias anti-estresse.

Material e métodos

O presente estudo é do tipo qualitativo, exploratório, descritivo e bibliográfico, com uma revisão integrativa de dados presentes em artigos previamente selecionados. Sendo assim, foi utilizado como base de dados o Google Academics, tendo como descritores estresse, transtornos mentais, exercício físico, qualidade de vida e estudantes de medicina. Foram inclusos 15 artigos, selecionados também pelo tempo de publicação - últimos 5 anos. O tema principal é o desenvolvimento do TAG, do TDM e da Síndrome de Burnout no âmbito acadêmico de medicina, além da influência da prática de atividades físicas sobre saúde mental e física. A partir deles, foi construída uma tabela que vincula cada autor à sua respectiva ideia relacionada ao tema.

Resultados e discussão

Foram analisados 15 artigos, dentre os quais 11 abordam a temática dos transtornos mentais (cont.)

(cont.) em alunos de medicina e os 4 restantes mostram a importância da equipe multidisciplinar no tratamento e prevenção deles, cujo enfoque mostra a prática de exercícios físicos como alternativa para manejar o estresse excessivo. Essa relação propõe que apesar de ter maior incidência entre as mulheres, todos os alunos de medicina podem desenvolver esses transtornos, sobretudo aqueles que não fazem qualquer tipo de atividade física (AQUINO, 2022; SANTOS, 2022).

AUTORES / TÍTULO / RELAÇÃO ESTRESSE X SAÚDE MENTAL X EXERCÍCIO FÍSICO X ESTUDANTES DE MEDICINA

AQUINO, D. et al (2022) - Sintomas de depressão em universitários de medicina: Os períodos iniciais do curso de medicina apresentaram maior incidência de sintomas depressivos, com maior prevalência no público feminino.

COSTA, F. et al(2022) - Os benefícios da desospitalização para o tratamento dos portadores de transtorno mental: A reforma psiquiátrica promoveu o melhor manejo dos transtornos mentais, com maior humanização nesse cuidado. A criação dos CAPS, que são compostos por equipes multiprofissionais e atuam de forma interdisciplinar, são um exemplo disso.

SANTOS; R. G. A. et al (2022) - Análise dos fatores de risco para depressão em estudantes de medicina: uma revisão sistemática da literatura: Analisa os fatores de risco relacionados aos casos de depressão entre estudantes de medicina, como: sexo feminino, carga horária de excessiva e a pior qualidade de sono, além do uso de substâncias, ser de etnia não branca e orientação sexual não heterossexual. Os fatores de proteção seriam maior religiosidade e apoio familiar.

JESUS; A. M. V. et al (2022) - Análise da qualidade de vida em estudantes de medicina: revisão sistemática: Avalia os aspectos da qualidade de vida dos estudantes de medicina, evidenciado o desgaste da saúde mental desses indivíduos durante a referida faculdade.

ARDISSON; G. M. C. et al(2021) - Saúde mental e qualidade de vida dos estudantes de faculdades de medicina brasileiras: uma revisão integrativa: Existem diversos fatores envolvidos na formação médica influenciam diretamente na saúde mental e qualidade de vida dos acadêmicos, cujas consequências podem evoluir e desenvolver transtornos de humor. Portanto, é importante estabelecer medidas e mecanismos de suporte para esse grupo.

SOUZA; A. L. et al (2021) - Prevalência de depressão em estudantes de medicina: uma revisão de escopo: Segundo os autores, a faculdade de medicina é um ambiente que apresenta uma elevada prevalência de estudantes com depressão, o que sugere que o curso médico exija uma demanda de suporte psíquico, econômica, disciplinar e social grande dos discentes.

ESTRELA, Y. C. A. et al (2021) - Estresse e correlatos com características de saúde e sociodemográficas de estudantes de medicina: Ao se analisar as fases do estresse e sua correlação com características de saúde, concluiu-se que a introdução de estratégias, como serviços de apoio psicológico, pode ajudar nos mecanismos individuais para a lidar com essa realidade de forma adaptativa.

MENDES, T. B. et al (2021) - Atividade física e sintomas de ansiedade e depressão entre estudantes de medicina: A redução da atividade física durante a COVID-19 foi associada aos possíveis problemas de saúde mental. Os estudantes de medicina que praticaram atividade física moderada ou vigorosa apresentaram menos sintomas de ansiedade e depressão durante o período.

MILANEIS, I. et al (2021) - A influência da prática de atividades físicas na saúde mental dos acadêmicos do curso de medicina: revisão de literatura: Revisa as influências da prática de exercícios físicos na saúde mental dos estudantes de medicina, com objetivo de diminuir os casos de depressão, ansiedade e ideação suicida.

MOURA, R. S. et al (2021) - Síndrome de Burnout em acadêmicos de medicina: uma revisão de literatura: A tensão emocional para realizar todas as demandas propostas pelo curso de medicina associada a sobrecarga de informação e carga horária intensa são fatores comuns entre os alunos (cont.)

(cont.) e desencadeantes para a síndrome.

ROCHA, M. F. et al (2021) - O desencadeamento da ansiedade e da depressão no âmbito acadêmica: revisão de literatura: Faz possíveis correlações entre a depressão e a ansiedade e fatores acadêmicos, já que eles vivem muitas mudanças ao entrar na faculdade e, por isso, necessitam da atuação de núcleos de acolhimentos psicológico para se adaptarem dentro das instituições de ensino.

ASSUNÇÃO, J.I; ASSUNÇÃO, J.R.(2020) - A importância do exercício físico no tratamento dos transtornos mentais: Analisa o que há na literatura sobre as repercussões das atividades físicas no tratamento dos transtornos mentais, concluindo que a prática regular melhora as capacidades fisiológicas, no combate ao sedentarismo e no relacionamento interpessoal, sendo indispensável no auxílio ao tratamento clínico.

GUIMARÃES T.T. et al, (2020) - Exercício físico, rendimento acadêmico e sintomas de overtraining em estudantes de medicina: A atividade física regular apresenta diversos benefícios, até o desenvolvimento do overtraining, que compromete o desempenho e a saúde. As pessoas insuficientemente ativas podem ser acometidas por sintomas característicos aqueles causados pelo estresse causado pelo excesso de exercício.

ALMEIDA, R. O.A; MOREIRA, D.G. (2018) - A educação física na equipe multiprofissional da área de psiquiatria: Objetivou analisar o papel do educador físico na intervenção multiprofissional, a sua contribuição para a melhora do paciente. A atividades propostas por esse profissional possuem papel fundamental na socialização, redução de estresse e promoção de momentos de lazer.

PAULA, F. M. et al. (2017) - Prevalência e fatores associados à depressão e ansiedade em estudantes de medicina: O resumo enumera diversos fatores estressantes relacionados à graduação de medicina, como a rotina intensa, cansaço e o contato rotineiro com sofrimento. A exposição frequente a eles seria motivo para o desenvolvimento de transtornos mentais.

As consequências advindas da sobrecarga de atividades, da falta de tempo para cuidado pessoal e do resultante sedentarismo são inúmeras, cuja contribuição para a redução da qualidade de vida tem a ver com a baixa estima, desânimo, cansaço frequente e sono desregulado. A somatória desses fatores leva ao desequilíbrio homeostático cerebral e físico, propiciando alterações de humor, pensamentos suicidas, mudanças comportamentais e dificuldade de autogerenciamento, culminando no baixo aprendizado e rendimento (ARDISSON, 2021; MILANEIS, 2021; SOUZA, 2021).

A prática de exercício físico contribui paralelamente com a socialização, aptidão e sensação de bem estar, causando melhora nas capacidades fisiológicas, na disposição, no condicionamento físico e nos sintomas psicológicos atrelados aos transtornos de humor. Além disso, a atividade física acarreta benefícios para a aprendizagem e memória, pois promove uma melhor vascularização cerebral e aumento nos fatores neurotróficos derivados do encéfalo no hipocampo. O efeito antidepressivo da atividade tem a ver com a liberação de endorfinas, além de remodelar a síntese e a degradação de neurotransmissores, como a serotonina, dopamina e noradrenalina (ASSUNÇÃO, 2020; MENDES, 2021) Por esse motivo, ressalta-se que o cuidado e a prevenção contra o desenvolvimento do TDM, TAG e Síndrome de Burnout – e outros transtornos de humor, passam pela abordagem multidisciplinar. O acompanhamento psicológico – externo e acadêmico, o tratamento farmacológico, a prática regular de exercícios físicos são fundamentais para o bom tratamento e prevenção, além de enfatizarem o papel dos fatores protetores, como autorregulação emocional, manutenção de bons hábitos, apoio familiar e identificação e boa convivência interpares. (ALMEIDA, 2018; ESTRELA, 2021; SANTOS, 2022).

(cont.)

(cont.)

Conclusão

Esse resumo enfatiza a importância da prática regular de exercícios físicos, sobretudo quando se está exposto a diversos estressores com potencial crônico, como ocorre com o acadêmico de medicina, o que pode levar ao desenvolvimento de transtornos mentais. Por esse motivo, os núcleos de acolhimento psicológico existentes nas instituições de ensino são importantes nesse cuidado com o aluno, além da promoção e valorização de atividades que engajem a prática de exercício físico, como ocorre com as associações atléticas. Por fim, horários elaborados com uma estratégia pedagógica que reconheça ainda mais a importância do tempo livre e de lazer para os cuidados pessoais do aluno, além de garantir o melhor rendimento e aprendizado, seriam essenciais para uma educação médica mais saudável física e mentalmente.

Referências

- ALMEIDA, R. O. A.; MOREIRA, D.G. A educação física na equipe multiprofissional da área de psiquiatria. VII Congresso de Ciências do Esporte, 2018.
- AQUINO, Daniele Ramos de; CARDOSO, Rodrigo Alves; PINHO, Lucinéia de. Sintomas de depressão em universitários de medicina. Bol. - Acad. Paul. Psicol., São Paulo , v. 39, n. 96, p. 81-95, jun. 2019.
- ARDISSON, G. M. C.; ANDRADER. DE O.; ANDRIÃO. V.; MAFRAA. C.; FONSECAM. C. K. L.; AMÂNCIOM. G.; MENAOT. L.; ALMEIDAM. J. G. G. Saúde mental e qualidade de vida dos estudantes de faculdades de medicina brasileiras: uma revisão integrativa. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 6, p. e6953, 29 jun. 2021.
- ASSUNÇÃO, J. I. C.; ASSUNÇÃO, J. R. A importância do exercício físico no tratamento dos transtornos mentais. Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva, v. 1, p. e9992, 17 dez. 2020.
- COSTA, F. da .; VASCONCELOS, M. R. da C. .; CRUZ, J. C. L. da .; COSTA, L. da .; MACHADO, Áulus da C. Os benefícios da desospitalização para o tratamento dos portadores de transtorno mental. Revista Multidisciplinar em Saúde, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 368, 2022. DOI: 10.51161/rem/3315.
- ESTRELA, Y. C.A et al. Estresse e correlatos com características de saúde e sociodemográficas de estudantes de medicina. CES Med. , Medellín, v. 32, n. 3, pág. 215-225, dezembro de 2018.
- GUIMARÃES, T. T.; BARONI, D.; SILVA, M. das N.; MARSILLAC, P. de; TOMÉ, O. . EXERCÍCIO FÍSICO, RENDIMENTO ACADÊMICO E SINTOMAS DE OVERTRAINING EM ESTUDANTES DE MEDICINA. SciELO Preprints, 2020.
- JESUS, AMV de; OLIVEIRA, HF; AZEVEDO, MRD de; SANTOS, RGA.; NOGUEIRA, HG Análise da qualidade de vida do estudante de medicina: uma revisão sistemática. Research, Society and Development , [S. l.] , v. 11, n. 8, pág. e1311830548, 2022.
- MENDES, T. B. et al. Physical activity and symptoms of anxiety and depression among medical students during a pandemic. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 27, p. 582– 587, 15 nov. 2021.
- MILANEIS, Isabela et al. A influência da prática de atividades físicas na saúde mental dos acadêmicos do curso de medicina. 20/11/2021. v. 1, 10 f. Tese (Doutorado) - Curso de medicina, ITPAC, Revista Científica do Tocantins, 06/12/2021.
- MOURA, R. S.; CRUZL. T. S.; RODRIGUESI. M.; SILVAC. M. A. E; FERREIRAV. L.; SIQUEIRAB. DA R.; MOURAG. S.; SILVAC.E. M. DA; REZENDEG. C.; MENDONÇAM. A. Síndrome de Burnout em acadêmicos de medicina: uma revisão de literatura. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 11, p. e9205, 27 nov. 2021.
- ROCHA, MF; JACINTO, P. M. S.; ROCHA, R.V.S.; BRAMBILLA, B.B. O desencadeamento da ansiedade e da depressão no âmbito acadêmico: uma revisão de literatura. Boletim de Conjuntura. Disponível em: . Acesso em: 11 set. 2022.

(cont.)

(cont.)

SANTOS, RGA; OLIVEIRA, HF; AZEVEDO, MRD de; JESUS, AMV de; NOGUEIRA, HG Análise de fatores de risco para depressão em estudantes de medicina: uma revisão sistemática da literatura. Research, Society and Development, [S. l.] , v. 11, n. 9, pág. e21311931859, 2022.

SOUZA, A. L. de.; CASTRO, F. V. de; FERRON, K.; RODRIGUES, A. L. Z. C.; CAU, A. C. .; MEIRELES, M. S.; PAULO, M. S. L. Prevalência de depressão em estudantes de medicina: uma revisão de escopo. Revista de Medicina, [S. l.], v. 100, n. 6, p. 578-585, 2021.

PAULA. FM.; SILVÉRIO, GB; MELO, LA; FELÍCIO, PVP; JORGE, RPC; SILVA, A.M.S. Vista do Prevalência e fatores associados à depressão e ansiedade em estudantes de medicina. 2017.

PNEUMONIA ADQUIRIDA NA COMUNIDADE COMPLICADA E SUAS REPERCUSSÕES EM PACIENTES PEDIÁTRICOS: uma revisão de literatura

Amanda Zahlouth Serique Gato¹; Camila Noronha de Pinho¹; Daniela Silva Leite¹; Lulyan Begot Lino¹; Mariana de Castro Castanheira¹; José Francisco Carvalho de Pinho²

¹Graduandas em Medicina pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ)

²Médico Pediatra pelo Hospital Municipal Doutor Cármino Caricchio (SBCJ)

Introdução

A Pneumonia Adquirida na Comunidade Complicada - PACC, é definida como a pneumonia que ocorre em crianças não hospitalizadas no último mês, ou seja, não estão colonizadas por germes do ambiente hospitalar, que progride para a forma grave mesmo com o uso de antibióticos, apresentando uma ou mais das seguintes complicações: Derrame Parapneumônico - DPP, Empiema Pleural - EP, Pneumonia Necrosante - PN e Abscesso Pulmonar - AB. É considerada uma doença grave que possui curso de complicações e hospitalizações longas, podendo gerar inúmeras desordens sistêmicas como bacteremia, infecção metastática, falência de múltiplos órgãos, síndrome do desconforto respiratório, coagulação intravascular disseminada e morte (SPB, 2021).

Por conseguinte, é válido ressaltar que as complicações mais frequentes são o DPP e EP, as quais são consideradas a mesma patologia, porém em diferentes estágios. O EP é a complicação do DPP devido presença de pus no espaço pleural, ocasionado pelo acúmulo de líquido na cavidade pleural (SPB, 2022).

Em vista disso, as medidas básicas de prevenção da doença atuam como os principais fatores de proteção e controle de sua disseminação. Obstante, mesmo com o encorajamento a mudança sobre aos fatores de risco modificáveis, como o incentivo a vacinação infantil e aleitamento materno, associados aos avanços relevantes em imunizações e tratamentos, os índices de hospitalização, morbidade e mortalidade nos pacientes pediátricos ainda são significativos. (SANTOS, 2018).

Desta forma, realizou-se esta revisão com o objetivo de elencar as principais repercussões da PACC em pacientes pediátricos e seus respectivos tratamentos, baseando-se na análise das melhores evidências científicas disponíveis, visto que o conhecimento desta temática é primordial para auxiliar na escolha adequada da antibioticoterapia, ponderando o tipo de complicação e seu agente etiológico; além disso, facilitar a criação de um planejamento de ações em saúde e estratégias de combate a essas complicações.

Material e métodos

Foram pesquisados os bancos de dados MEDLINE/PubMed e LILACS/SciELO para a busca das evidências. Utilizaram-se os seguintes descritores sobrepostos, em português e inglês: "Pneumonia Adquirida na Comunidade", "Complicações", "Sinais Clínicos" e "Pediatria". Inicialmente foram selecionados artigos com base em seus títulos e resumos e, quando relativo ao assunto, buscou-se o texto completo. Foram adotados os seguintes critérios de exclusão: (A) fuga da temática proposta; (B) existência de duplicidade nas bases de dados. Como critério de inclusão, foram selecionados os artigos que abordaram a temática estudada, contendo os dados relevantes congruentes com o objetivo proposto.

Resultados e discussão

Primordialmente, com os descritores utilizados, foram achados 200 artigos como resultado e após usar os critérios de inclusão e exclusão, descritos nos métodos, foram selecionados 44 artigos para análise; logo em seguida, uma segunda análise, foi feita, e dos 44 artigos selecionados foram escolhidos 5 para compor esta revisão. (cont.)

(cont.)

Primeiramente, de acordo com SANTOS (2018), ocorreu uma redução na taxa de mortalidade por pneumonia em crianças menores de 05 anos em todo o território nacional; todavia, esses números continuam relevantes para os pacientes pediátricos.

Sendo assim, fundamentado nos resultados obtidos, foi possível identificar que o perfil de agentes etiológicos na PACC é composto por Pneumococos, *Staphylococcus aureus* (sensíveis à meticilina, resistentes à meticilina (MRSA) e os MRSA adquiridos na comunidade (CA-MRSA), *Streptococcus* do grupo A e o *Haemophilus influenza* ou por coinfeções delas com vírus. (SPB, 2021).

Porém, na prática clínica, a detecção e o isolamento dos agentes responsáveis são procedimentos complexos pois, na maioria dos casos as culturas apresentam resultado negativo, como foi visto no estudo feito por BINI (2021) que também demonstrou que esses baixos números de exames positivos podem ser justificados pelo uso prévio de antimicrobianos e pela dificuldade em isolar o agente etiológico.

Além disso, o número de pacientes que evoluíram para PACC, em sua grande maioria, acabaram por apresentar falha terapêutica com a antibioticoterapia primária, mesmo que a escolha empírica tenha seguido os protocolos e diretrizes nacionais e internacionais. Todavia, segundo a pesquisa realizada pelo SBP (2022), certos fatores não apresentam correlação com a probabilidade de o paciente evoluir para complicações como: hospitalizações prévias, uso de antibióticos em até uma semana antes do início dos sintomas; saturação no momento da admissão; dias de febre anteriores a admissão hospitalar.

Somado a isso, de acordo com a SBP (2022), entre as complicações existentes, as mais recorrentes são DPP e EP, enquanto a NP e o AP, estão mais associadas a um maior tempo de internação. Logo, pensando nas complicações possíveis, constituiu-se um quadro com informações gerais sobre exemplos de esquemas de antibioticoterapia que podem ser usados em cada uma delas, conforme dados abaixo.

COMPLICAÇÕES / TRATAMENTO

Derrame parapneumônico: Penicilina cristalina (150.000-200.000 U/kg/dia 6/6h ou de 4/4h) ou Ampicilina (150-200mg/kg/ dia 8/8 ou 12/12h) endovenosa.

Empiema pleural: Penicilina cristalina (150.000-200.000 U/kg/dia 6/6h ou de 4/4h) ou Ampicilina (150-200mg/kg/ dia 8/8 ou 12/12h) endovenosa.

Pneumonia necrosante: Cefotaxima EV (200 mg/kg/dia a cada 6h) + Clindamicina EV (30 - 40 mg/kg/dia de a cada 6 a 8 h).

Abscesso pulmonar: Cefotaxima EV (200 mg/kg/dia a cada 6h) + Clindamicina EV (30 - 40 mg/kg/dia de a cada 6 a 8 h).

Outrossim, se mostra indispensável planejar e realizar ações que reduzam a possibilidade de os pacientes pediátricos evoluírem para PACC, uma vez que existem muitos fatores de risco modificáveis, como o estado nutricional da criança, a falta do aleitamento materno, imunização, baixo peso ao nascer, baixa idade materna, baixo nível educacional dos pais, pouco ganho de peso na gestação, presença de fumantes na casa e aglomeração, conforme constatado por SANTOS (2018).

Partindo dessa premissa, pode-se observar por meio do estudo de SHEN (2021), que devido às estratégias de imunização, como a administração a vacina pneumocócica conjugada 13-valente (VPC13), se constatou uma redução significativa na quantidade de crianças que evoluíram para PACC, evidenciou-se a redução de hospitalizações, internações em terapia intensiva e necessidade de procedimentos invasivos; logo, reforçando a importância da imunização como fator ativo de prevenção da doença e sua forma grave.

(cont.)

(cont.)

Conclusão

Dessarte, foi possível concluir que é imprescindível o conhecimento da PACC e suas complicações, bem como as alternativas adequadas de tratamento. Além disso, ficou evidente que mesmo tendo uma redução significativa no número de crianças que evoluem para PACC, ainda é necessário o aumento das estratégias para diminuição deste risco. Logo, é essencial que o profissional da saúde tenha ciência das formas de precaução, visto que poderá trabalhar ativamente na disseminação de informações, ajudando no processo saúde-doença e possibilitando a prevenção dessas possíveis complicações.

Referências

- BINI, Alessandra Cristina. PERFIL E EVOLUÇÃO DOS PACIENTES INTERNADOS POR PNEUMONIA COM DERRAME PLEURAL EM HOSPITAL DE REFERÊNCIA DO SUL DO BRASIL. 2021. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Medicina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- SANTOS, Denise Santana Silva dos. MORTALIDADE POR PNEUMONIA EM CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS NO BRASIL: BASE DE DADOS DATASUS. Revista Brasileira de Saúde Funcional: PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE AGRAVOS À SAÚDE EM DIVERSOS CONTEXTOS, Bahia, v. 5, n. 2, p. 18-29, set. 2018.
- SBP, Sociedade Brasileira de Pediatria. Pneumonias Adquiridas na Comunidade Complicadas. 2021. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/23053c-DC-Pneumonias_Acquiridas_Complicadas.pdf. Acesso em: 06 set. 2022.
- SBP, Sociedade Brasileira de Pediatria. COMPLICAÇÕES DA PNEUMONIA ADQUIRIDA NA COMUNIDADE EM CRIANÇAS: FATORES ASSOCIADOS E A ASSOCIAÇÃO COM FALHA TERAPÊUTICA. 2022. Residência Pediátrica, Curitiba, v. 1, n. 12, p. 1-4, 06 set. 2022.
- SHEN, Ching-Fen et al. "Decrease of Pneumococcal Community-Acquired Pneumonia Hospitalization and Associated Complications in Children after the Implementation of the 13-Valent Pneumococcal Conjugate Vaccine (PCV13) in Taiwan." Vaccines vol. 9,9 1043. 18 Sep. 2021, doi:10.3390/vaccines9091043.

REVISÃO SOBRE ACHADOS CLÍNICOS E DIAGNOSTICO DIFERENCIAL PARA MONKEYPOX

Isadora Helena Freitas da Silva¹; Manuel Edmundo Teles Neto¹; Wesley Wander Negrão Fonseca¹; João Victor Silva Pantoja¹

¹Graduandos em Medicina pelo Centro Universitário da Amazônia

Introdução

De acordo com Srivastava (2022), o vírus da varíola dos macacos (VPM) é conhecido desde o ano de 1970, com sua primeira manifestação catalogada originada da República Democrática do Congo. Este é uma zoonose viral, causada pelo vírus Monkeypox, do gênero Orthopoxvirus e família Poxviridae. Atualmente, convencionou-se o nome Monkeypox (MPX) a fim de evitar estigmas. Usualmente, sua transmissão ocorre pelo contato com animais, na forma de pequenos roedores infectados e suas secreções. A transmissão também pode ocorrer por meio de contato com fluídos contaminados ou gotículas contendo material viral. Os sintomas mais comuns se apresentam como dermatites com erupções cutâneas, febre e linfadenopatia. Sabe-se que a vacinação contra a varíola apenas é eficiente contra outras variações da doença, porém novas vacinas já estão sendo desenvolvidas para a MPX. Além disso, o uso de antivirais tem se mostrado eficiente em casos graves de MPX. O tratamento, no entanto, não está disponível gratuitamente. O prognóstico usual é bom, com baixos níveis de mortalidade, principalmente em países desenvolvidos. As orientações de isolamento, já bastante conhecidas em decorrência da recente pandemia de COVID-19, também se mostram essenciais para o controle deste novo surto (MARTÍN-DELGADO, 2022).

Devido ao aumento do número de casos vivenciado recentemente, este estudo traz grande relevância social e epidemiológica, uma vez que é necessário identificar e sintetizar as principais particularidades clínicas e o diagnóstico diferencial, para assim realizar a melhor conduta e possibilitar uma redução de seus agravos.

De acordo com John Rizk (2022), não há tratamento específico para essa doença, e os fatores mais importantes são a sua identificação, tratamento sintomático e prevenção, esta última por meio da vacinação. Desta forma, o objetivo deste estudo é revisar os diversos pontos da Monkeypox, de forma a elucidar seus diagnósticos diferenciais assim como seus aspectos clínicos, visando auxiliar com o manejo dessa patologia.

Material e métodos

O estudo realizado trata-se de uma revisão bibliográfica de literatura narrativa, com seleção total e randomizada, constituindo-se como uma abordagem de pesquisa qualitativa. A seleção dos artigos foi realizada por meio das bases de dados: Pub Med, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Scholar, utilizando como descritores as palavras “Monkeypox”, “clínica” e “diagnóstico”. Como critérios de inclusão, foram considerados todos os artigos em inglês, espanhol e português, pertencentes apenas ao ano de 2022 e que disponibilizassem acesso ao texto completo de forma gratuita. Já como critérios de exclusão, foram desconsiderados artigos que não permitissem acesso do texto de forma integral e gratuita, assim como escritos em outros idiomas não citados nos critérios de inclusão. Dos artigos levantados, foram selecionados de forma randomizada os 6 artigos com maior relevância para clínica e diagnóstico diferencial.

Resultados e discussão

Observa-se na apresentação clínica que a doença manifesta alguns sintomas principais como lesões cutâneas, febre, mialgia, fadiga, dor de garganta e linfadenopatia, dos tipos cervical (cont.)

(cont.) periauricular, inguinal e axilar, como evidenciado por Srivastava (2022) e Pampa-Espinoza (2022). No surto recente, além dos sintomas citados, pacientes apresentaram dor anorretal/proctite, faringite, odinofagia, assim como lesões nas mucosas oral e anogenital (SRIVASTAVA,2022 e WASHINGTON, 2022).

Quanto as lesões cutâneas, de acordo com os achados de Pampa-Espinoza (2022), Adler (2022) e Menezes (2022), se manifestar de formas variadas, podendo se apresentar como vesículas, pústula, úlceras ou crostas e podem surgir em diversas regiões do corpo, como na cabeça, membros, tórax, regiões genitais ou urogenitais.

Os achados de Menezes (2022) reportam que a maior parte das lesões ficam próximas dos sítios de inoculação, como observado nos estudos vigentes, isso atenta para o fato da disseminação das lesões terem relação com a gravidade da doença, pois, de acordo com a localidade e profundidade das mesmas, os sintomas mais variados podem surgir, como postulado por Adler (2022). Outro achado importante é a presença de linfadenopatia regional, sendo este um relevante sintoma para confirmação do Monkeypox, de acordo com Srivastava (2022).

O compilado dos artigos com os dados das manifestações clínicas encontradas em cada pesquisa se apresenta na Tabela 1, onde está evidenciado o padrão de sintomas já expostos neste estudo e o comparativo dos 6 artigos com suas determinadas variações.

Quanto ao diagnóstico diferencial, todos os achados foram unânimes ao considerar necessária uma investigação sobre as doenças varicela, sífilis secundária, doença da mão-pé-boca, mononucleose infecciosa e sarampo, devido à similaridade destas manifestações clínicas.

Tabela 1 – Achados Clínicos

ARTIGO	TITULO	MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS
MENEZES (2022)	Severe disseminated clinical presentation of monkeypox virus infection in an immunosuppressed patient: first death report in Brazil.	Lesões cutâneas, febre, mialgia, fadiga, linfadenopatia, dor anorretal, dispneia, faringite, obstrução e falha renal.
ADLER (2022)	Clinical features and management of human monkeypox: a retrospective observational study in the UK	Lesões pleimórficas (úlceras e erupções vesiculares), dor de garganta, febre, mal-estar, cefaleia, linfadenopatia inguinal e faringite.
MARTIN-DELGADO (2022)	Monkeypox in humans: a new outbreak	Pústulas, febre, mal-estar generalizado, cefaleia, linfadenopatia, Proctite e faringite.
SRIVASTAVA (2022)	Human monkeypox disease.	Dermatite, febre e linfadenopatia: cervical, periauricular, inguinal e axilar. Dor anorretal/proctite, faringite e lesões nas mucosas.
PAMPA-ESPINOZA (2022)	Características de los primeros casos reportados como sospechosos de Monkeypox en el Perú	Lesões: vesiculares, pústulas, úlceras e crostas. Febre, Odinofagia, linfadenopatia (inguinal, cervical e axilar).
WASHINGTON (2022)	Orientaciones sobre la sospecha clínica y el diagnóstico diferencial de la viruela símica	Lesões mucosas, febre, linfadenopatias, Odinofagia, lesiones cutâneas e anogenital.

Fonte: Dados da pesquisa

Conclusão

Para o bom manejo da Monkeypox, o profissional da saúde deve estar sempre atento aos achados clínicos daquele paciente. Ser capaz de identificar e caracterizar os sintomas gerais como febre, mialgia, fadiga é de suma importância para o diagnóstico. A doença em questão pode cursar com acometimentos dermatológicos, logo é importante realizar os diversos diagnósticos diferenciais com quaisquer doenças que se assemelhem com dermatites, lesões vesiculares, erupções etc. (cont.)

(cont.) Saber caracterizar os achados clínicos e identificar os diagnósticos diferenciais é a base para o bom tratamento e a cura da doença.

Referências

ADLER, Hugh; GOULD, Susan; HINE, Paul; SNELL, Luke; et al. Clinical features and management of human monkeypox: a retrospective observational study in the UK. *Lancet Infectious Diseases*. Published Online. V. 22, Issue 8, p.1153-1162, August, 2022.

MARTÍN-DELGADO, Mari Cruz; SÁNCHEZ, Francisco Javier Martín; MARTÍNEZ-SELLÉS, Manuel; GARCÍA, José María Molero; et al. Monkeypox in humans: a new outbreak. *Revista Española de Quimioterapia*, p. 0214-3429, July, 2022.

MENEZES, Yargos Rodrigues; MIRANDA, Alexandre Braga de. Severe disseminated clinical presentation of monkeypox virus infection in an immunosuppressed patient: first death report in Brazil. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. Publicação online. V. 55, 2022.

PAMPA-ESPINOZA, Luis; MEZA, Kely; VARGAS-HUAPAYA, María; BORGONO, Natalia. Características de los primeros casos reportados como sospechosos de monkeypox en el Perú. *An Fac med*. V. 3, p. 83, Agosto, 2022.

RIZK, John; LIPPI, Giuseppe; HENRY, Brandon; FORTHAL, Donald; RIZK, Youssef. Prevention and treatment of monkeypox. *Drugs*. Published Online. V. 82, p. 957–963, 2022.

SRIVASTAVA, Gautam; SRIVASTAVA, Govind. Human monkeypox disease. *Clinics in dermatology*. Monkeypox: Important Updates and Developments, p. 3-45, September, 2022.

WASHINGTON, D.C. Orientaciones sobre la sospecha clínica y el diagnóstico diferencial de la viruela símica. Organización panamericana de la salud. Junio, 2022.

USO DE ANTIPSICÓTICOS NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS E A OCORRÊNCIA DE SINTOMAS EXTRAPIRAMIDAIS

Carla Beatriz Jales da Silva¹; Flávia Alessandra Mendes Barbosa¹; Juliana da Costa Lima¹; Moniky Ellen Sales Sampaio¹

¹Graduanda em medicina pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia

Introdução

Os antipsicóticos são medicamentos utilizados no tratamento de diversas psicoses, dentre elas a esquizofrenia. Os primeiros foram descobertos em 1950 e receberam a denominação de primeira geração ou típicos, sendo que na época foram muito importantes para pacientes com transtornos psiquiátricos, por possibilitarem o tratamento domiciliar ao invés do hospitalar. Já a partir de 1990 surgiram os antipsicóticos de segunda geração ou atípicos, considerados mais eficazes que os anteriores e com menos efeitos extrapiramidais, além de propiciarem menos internações hospitalares relacionadas ao seu uso nos pacientes. (MORH, et al., 2020)

Nesse sentido, os antipsicóticos típicos são eficazes em tratamentos de longo prazo e os atípicos têm indicação de uso em casos especiais, como, por exemplo, intolerância ao tratamento convencional. Nesse contexto, ambos tratam os sintomas da esquizofrenia, mas não levam à cura, tendo como sua principal ação o efeito sedativo ou tranquilizante. (NASCIMENTO e MOURE, 2018)

Por conta dos efeitos desses medicamentos antipsicóticos existe uma associação intrínseca dessas medicações à reação extrapiramidal. Logo, pacientes que desenvolvem a síndrome extrapiramidal medicamentosa apresentam desordens como ansiedade, depressão, síndrome de Tourette e síndrome das pernas inquietas. Os sintomas extrapiramidais, como acatisia, distonia, pseudoparkinsonismo e discinesia, também são efeitos secundários de medicamentos em que o mecanismo de ação baseia-se no bloqueio de dopamina. (ALEIXO, et al., 2016)

Atualmente, já é descrito que muitas outras classes de fármacos, como os antieméticos, também causam estas reações indesejadas. Por isso, o diagnóstico precoce da síndrome extrapiramidal é importante, mas é bastante complexo, ocasionando muitas vezes a diagnósticos tardios e/ou incorretos por parte dos profissionais da saúde. (LAVOR, et al., 2020)

Mediante o exposto, objetivou-se com o estudo, descrever a ocorrência de sintomas extrapiramidais associados ao uso de medicamentos antipsicóticos. Dessa forma, ao levantar dados sobre o assunto, pretende-se auxiliar pacientes e profissionais na escolha do manejo terapêutico e também a reconhecerem a ocorrência dos efeitos adversos, propiciando o manejo precoce deles.

Material e métodos

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura cujo objetivo é descrever a ocorrência de sintomas extrapiramidais associados ao uso de medicamentos antipsicóticos. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e PubMed, utilizando-se os Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): transtornos extrapiramidais, antipsicóticos, efeitos adversos e síndrome parkinsoniana, combinados com o operador booleano AND para integrar os termos de busca e OR para utilizar sinônimos. Os critérios de inclusão utilizados foram artigos referentes ao estudo proposto nas línguas inglesa, portuguesa e espanhola e com publicação nos últimos 5 anos. Os critérios de exclusão utilizados foram artigos não originais, com período de publicação superior a 5 anos e incompletos. Após aplicação dos critérios e análise dos artigos, foram selecionados 11 para compor o estudo.

(cont.)

(cont.)

Resultados e discussão

A partir do levantamento bibliográfico, foram encontrados 446 artigos e, após o uso de critérios de inclusão e exclusão, restaram 35, os quais foram selecionados 11 para compor o estudo.

Em relação aos antipsicóticos, podemos afirmar que são medicamentos utilizados com o intuito de reduzir os sintomas e aliviar a desorganização mental nos pacientes com doenças que cursam com transtornos psicóticos, como a esquizofrenia e o transtorno bipolar. (QUEIRÓS, et al., 2019).

Esses fármacos são divididos em de primeira geração, que atuam principalmente no bloqueio de receptores dopaminérgicos (D2), enquanto os de segunda geração - ou atípicos, bloqueiam os receptores serotoninérgicos 5-HT_{2A}. A sua eficácia terapêutica e também efeitos adversos extrapiramidais estão correlacionados à afinidade desses fármacos pelos receptores D2 (FAKFOURI, et al., 2019).

Efeitos extrapiramidais são caracterizados por perturbações na via nigrostriatal do sistema nervoso que cursam com sintomas como acatisia, bradicinesia, discinesia tardia, distonia aguda e síndrome parkinsoniana, sendo um dos efeitos colaterais mais prevalentes de medicamentos cujo mecanismo de ação consiste no bloqueio de dopamina. (NASCIMENTO, et al., 2018; PIETERS, et al., 2018).

Nesse contexto, evidencia-se que os antipsicóticos de primeira geração - ou típicos, se caracterizam como a classe que mais prevalece sob efeitos colaterais que cursam com alterações motoras e de linguagem, tendo em vista que eles têm maior afinidade com os receptores D2 da via nigrostriatal (POYUROSKY; WEIZMAN, 2020).

Dessa forma, demonstrou-se que há uma prevalência de síndrome parkinsoniana em 29% dos pacientes em tratamento com esse tipo de fármaco, sendo o aparecimento de acatisia revelado em 16,4% dos tratados e distonia em 15%, além da discinesia tardia em 1,9% (LOUGHLIN A et al., 2019). Além disso, evidenciou-se que a incidência da enfermidade descrita aumenta de 3% a 5% por ano de tratamento, com isso, o risco é aumentado com a maior duração do tratamento e/ou maior dose total de medicação usada (SUÁREZ, 2021).

Por fim, os antipsicóticos típicos têm sido progressivamente substituídos por outros fármacos com menos riscos de promover a síndrome extrapiramidal -como os antipsicóticos de segunda geração-, visto que esse efeito colateral é um fator determinante na adesão do tratamento e também prognóstico do paciente (LENCZ T e MALHOTRA AK, 2022).

Conclusão

Conclui-se que os antipsicóticos típicos têm maior risco de causar efeitos extrapiramidais nos pacientes, sendo comum a sua substituição por outros fármacos como os antipsicóticos segunda geração. Logo, infere-se que os profissionais da área da saúde precisam realizar um plano terapêutico que avalie os benefícios e possíveis malefícios de cada medicamento antipsicótico. Esses profissionais devem reconhecer a ocorrência dos efeitos adversos, propiciando o manejo precoce deles, e, além disso, também devem comunicar aos pacientes sobre tais efeitos adversos.

Agradecimentos

Agradecemos a Instituição, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ) pela oportunidade de desenvolvimento acadêmico através da pesquisa científica.

(cont.)

(cont.)

Referências

ALEIXO, Larissa Gaeta et al. Diagnóstico diferencial de síndrome extrapiramidal e transtornos psiquiátricos: uma revisão sistemática de literatura. Revista eletrônica Centro Universitário de Várzea Grande, n. 15, p. 34-44, 2016. ISSN 1980-7341. Disponível em: doi: 10.18312/connectionline.v0i15.344. Acesso em: 04 set 2022

DO NASCIMENTO, Alessandro Nassar et al. Discinesia tardia induzida por neuroléptico em paciente com esquizofrenia: um relato de caso com acompanhamento. Revista Uningá, v. 55, n. S2, p. 64-75, 2018. ISSN 2318-0579. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uninga/article/view/2598>. Acesso em: 9 agosto 2022.

FAKHFOURI, Gohar et al. 5-HT₃ receptor antagonists in neurologic and neuropsychiatric disorders: the iceberg still lies beneath the surface. Pharmacological Reviews, 2019; 71 (3): 383-412. Acesso em: 15 julho de 2022.

LAVOR, Mattheus de Luma Seixas Soares et al. Efeito extrapiramidal induzido por metaclopramida e outros antidopaminérgicos e antipsicóticos e uso de biperideno na reversão do quadro. Brazilian Journal of Health Review. Rev Curitiba, v. 3, n. 6, p. 15792-15802, nov./dez. 2020. ISSN 2595-6825. Disponível em: doi: 10.34119/bjhrv3n6-014. Acesso em 10 agosto de. 2022.

LENCZ, Todd; MALHOTRA, Anil Kumari. Pharmacogenetics of antipsychotic-induced side effects. Dialogues in Clinical Neuroscience, 2022. Acesso em: 8 agosto de 2022.

LOUGHLIN, Anita et al. Tardive dyskinesia among patients using antipsychotic medications in customary clinical care in the United States. PLoS One. 2019;14(6): e0216044. Acesso em 7 agosto de 2022.

PIETERS, Lydia et al. Asymmetric Drug-Induced Parkinsonism and Psychopathology: A Prospective Naturalistic Study in Long-Stay Psychiatric Patients. Front, Psychiatry, 2018; 9:18. Acesso em: 9 julho de 2022.

POYUROSKY, Michael; WEIZMAN, Abraham. Treatment of Antipsychotic-Induced Akathisia: Role of Serotonin. Drugs, 2020; 871-882. Acesso em: 15 julho de 2022.

QUEIRÓS, Tiago Pinto et al. Schizophrenia: What Non-Psychiatrist Physicians Need to Know. Acta Médica Portuguesa, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 70-77, fev. 2019. ISSN 1646-0758. Disponível em:doi:<http://dx.doi.org/10.20344/amp.10768> . Acesso em: 08 julho 2022.

SUÁREZ, Fernández; NOEMÍ, Ronsel. Prevalencia de síntomas extrapiramidais en pacientes con esquizofrenia en fase crónica institucionalizados de longa estancia. Minerva, repositório da USC, 2021. Acesso em: 15 julho de 2022.

TOMA, Walber; SOUSA, Juliana Andrade. Revisão: Esquizofrenia e seus aspectos na adesão ao tratamento farmacológico. Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação, n. VIII ENPG, vol. 3, p. 58-62, 2019. ISSN 2594-6153. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0047-20852012000400008>. Acesso em: 15 agosto de 2022.

REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A FISIOLOGIA DO SISTEMA ENDOCANABINOIDE, ELECANDO SUAS PRINCIPAIS FUNÇÕES E LOCALIZAÇÃO DE ATUAÇÃO

Leonardo Deyvid L. Veras¹; Barbara de Souza Maia do Nascimento¹; Maria Gabriela da Rocha Florêncio¹; Giovanna May Nogami¹; Leonardo Sales Corrêa do Nascimento¹; Alicia Pinheiro¹

¹Graduandos de Medicina no Centro Universitário Metropolitano da Amazônia

Introdução

O sistema de endocanabinóide (Ecs) é um sistema biológico descoberto pela primeira vez no final dos anos 80 e início dos anos 90, embora muito permaneça desconhecido sobre o sistema hoje. É amplamente composto por endocanabinoides, receptores e enzimas que acredita-se ajudar e atuar em diferentes tecidos e órgãos regular uma variedades de funções no corpo humano, modulando as respostas imunológicas, a comunicação neural, a sinalização celular, entre muitos outros processos biológicos. Além disso, ele desempenha papel importante no sistema nervoso central (SNC), na plasticidade sináptica e na resposta a danos endógenos e ambientais (CASTILLO et al., 2012). Ele compreende uma vasta rede de sinais químicos e receptores celulares que estão em todo nosso cérebro e corpo. Os 3 principais componentes do sistema endocabinoide são: os receptores canabinoides(encontrados na superfície da célula); os endocanabinoides(pequenas moléculas que ativam os receptores canabinoides) e enzimas metabólicas(quebram os endocanabinoides após serem usados). O sistema endocanabinoide é composto pelos receptores CB (canabinoides) presentes em todo o organismo, como, por exemplo, no sistema imunológico, porém, sua maior parte é encontrada no cérebro. Esses receptores controlam os níveis e a atividade da maioria dos outros neurotransmissores, justamente por neuromodular a continuação e a formação de sinapses e potenciais de ação na célula pós-sináptica (HALL, 2019).

Outrossim, uma das funções desse sistema é manter o equilíbrio interno do organismo, conhecido como homeostase (conceito de que a maioria dos sistemas biológicos são regulados ativamente para manter as condições dentro de uma faixa estreita- nosso corpo não quer uma temperatura nem muito quente nem muito fria, os níveis de açúcar nem muito baixo nem muito alto, as condições precisam ser perfeitas para que nossas células mantenham o desempenho ideal) – O sistema de endocanabiose do corpo(ECS) é um sistema molecular vital para ajudar a manter a homeostase. Por estar envolvido na regulação de inúmeros processos do organismo humano, esse sistema tem sido amplamente estudado por demonstrar sinais promissores na prevenção e tratamento de diversas doenças, como por exemplo, na depressão, ansiedade, fibromialgia e outras dores crônicas, síndrome do intestino irritado, condições dermatológicas, entre outras (TORRALBA, 2019). Além disso, ele também interage com o sistema nervoso, o que explica os efeitos da cannabis sobre o humor e comportamento. Os receptores CB presentes no sistema endocanabinoide são ativados pelos canabinoides , substâncias presentes nas plantas do gênero Cannabis (LÓSS et al, 2019; LOWE et al, 2021).

Além disso, devido as crescentes pesquisas e tratamentos a base de compostos presentes na cannabis, na qual atuam, principalmente, com os componentes do sistema endocanabinoide, o tema foi escolhido e proposto por ver essa necessidade de esclarecer como o sistema atua normalmente no corpo e, posteriormente, dar base para poder entender os específicos nuances desses tratamentos. Desse modo, o objetivo do trabalho é fazer uma análise da fisiologia do sistema endocanabinoide e, com isso, elencar suas principais funções e locais de atuação.

Material e métodos

O vigente estudo é do tipo qualitativo, descritivo, exploratório e bibliográfico, com uma revisão de dados presentes em artigos selecionados anteriormente. (cont.)

(cont.) Desse modo, foi utilizado como base de dados o PUBMED e o SCIELO. Assim, foram escolhidos artigos dos últimos 10 anos que possuem como assunto principal: sistema endocanabinoide, principalmente, relacionado à sinalização, controle da dor, terapêutica, receptores, enzimas; cannabis sativa L, THC, CBD, uso medicinal e recreativo da maconha historicamente. Sendo assim, foram selecionados 6 artigos, no qual, a partir deles será construído uma tabela que relacione as principais funções do sistema endocanabinoide de acordo com cada autor.

Resultados e discussão

Nos artigos revisados, observamos como o sistema da endocanabinoide atua no corpo humano sendo introduzido através de medicamentos, como os receptores do sistema nervoso agiriam sob essa nova substância e seus efeitos. A importância desses estudos para o conhecimento do funcionamento da cannabis e dos seus princípios ativos, é uma forma de achar o tratamento para doenças raras que atingem o sistema nervoso e para a melhora da dor, fazendo com o que o preconceito sobre o uso medicinal dessa droga seja rompido pelos seus impactos positivos na medicina e farmacologia.

Autores / Título / Endocanabinoide X efeito no sistema nervoso

Castillo et al. (2012) - Sinalização endocanabinoide e função sináptica: Os autores descrevem o funcionamento do sistema endocanabinoide, a partir do momento em que entra em contato com o corpo humano. Eles focam na parte bioquímica e na reação do sistema nervoso à substância em contato.

Lóss et al (2019) - Sistema endocanabinoide e suas perspectivas terapêuticas: O texto considera as perspectivas positivas e negativas do uso da Cannabis sativa, tendo como principal objetivo o entendimento da funcionalidade dessa droga ilícita com o sistema canabinoide.

João Hall; (2019) - O papel do sistema endocanabinoide no controle da dor neuropática: Segundo o autor, compreende-se a importância do avanço nos estudos sobre a atuação do sistema endocanabinoide, sem descartar a necessidade de realizar ensaios clínicos para comprovar sua eficácia antes de ser introduzido, efetivamente, no mercado.

Flávio Costa; (2020) - Cannabis Medicinal. O passado, o presente e o futuro: O artigo foca no estudo atual da Cannabis e de seu sistema endocanabinoide, relatando os avanços dos estudos clínicos com seu uso, de doenças com distúrbios neurológicos.

Chen-Lu et al. (2020) - Revisão do sistema endocanabinoide: Nessa revisão sobre o ECS, é discutido todos os componentes que atuam no seu funcionamento, além, de suas interações, com o foco para o possível desempenho no tratamento de doenças psiquiátricas.

Lowe et al. (2021) - O sistema endocanabinoide: Um alvo potencial para o tratamento de várias doenças: De acordo com o texto e as tabelas, resultados promissores foram descobertos a partir do estudo aprofundado acerca do ECS. Até então, o desempenho com cuidados paliativos já é notório, havendo a necessidade de mais testes e geração de dados para aprovação pela Agência Federal do Departamento de Saúde e Direitos humanos dos EUA.

Logo, notou-se que a principal função sistema é manter e restaurar a estabilidade das funções fisiológicas, ou seja, manter a homeostase corporal. E isso acontece justamente, por conta do nosso organismo produzir os endocanabinoides, liberados por um neurônio pós-sináptico, na qual atua modulando a atividade sináptica de um neurônio pré-sináptico, ou seja, ou estimulando ou inibindo essa ação.

(cont.)

(cont.)

Conclusão

Portanto, visto que, o objetivo do trabalho foi trazer pontos que esclareçam a funcionalidade da fisiologia do sistema endocanabinoide, observamos a importância de todo o processo desse mecanismo para a importância e manutenção da homeostase corporal. Ademais, o estudo foi esclarecedor nos nuances necessários para o entendimento de futuros ou os presentes estudos feitos atualmente, no que tange a atuação dos canabinoides frente ao seu próprio sistema de atuação. Dessa forma, é importante destacar, mais uma vez, a importância de se entender o funcionamento do sistema, justamente por esse ser um modulador de muitas funções neuronais e, também, do sistema imunológico.

Referencias

CASTILLO, P. E. et al. Endocannabinoid Signaling and Synaptic Function. *Neuron*, v. 76, n. 1, p. 70–81, 2012.

LOWE, H. et al. The endocannabinoid system: A potential target for the treatment of various diseases. *International Journal of Molecular Sciences*, v. 22, n. 17, 2021.

LU, H. C.; MACKIE, K. Review of the Endocannabinoid System. *Biological Psychiatry: Cognitive Neuroscience and Neuroimaging*, v. 6, n. 6, p. 607–615, 2021.

PACHECO-TORGAL, F.; JALALI, S. O passado, o presente e o futuro. *C-TAC - Artigos em Revistas Nacionais*, v. 1, n. outubro, p. 14–15, 2009.

HALL; J. M. B; O papel do Sistema endocanabinoide no controle da dor neuropática; 2019; Universidade Fernando Pessoa.

LÓSS; A. C. M; FURLAN jr; MACHADO; J. A.; Endocannabinoid system and its therapeutic perspectives; 2019.

SEPSE E COVID- 19: a relação entre a sepse e a COVID-19

Davi Silveira de Siqueira¹; Gabriel Nicolas Nunes Lemos¹; Leticia Sousa Jatene¹; Tiago Araújo de Sousa¹; Thainá Bentes Celso¹

¹Graduandos em Medicina pelo Centro Universitário da Amazônia

Introdução

A sepse é uma doença sistêmica com risco de vida associada a uma resposta desregulada do hospedeiro devido à invasão da corrente sanguínea por patógeno(s), como bactérias, vírus, fungos ou parasitas (OLWAL, et al., 2021). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 49 milhões de pessoas são afetadas pela sepse, contribuindo potencialmente para 11 milhões de mortes anualmente. Todavia, essa doença continua sendo uma das principais causas de mortes evitáveis em todas as faixas etárias e gênero (OLWAL, et al., 2021). Assim, a sepse é considerada uma prioridade de saúde pela OMS, que forneceu recomendações sobre como melhorar a prevenção, diagnóstico e manejo dessa mazela (OLWAL, et al., 2021).

Além disso, de acordo com pesquisas recentes, há uma forte relação entre a sepse e a Covid-19, uma vez que os sintomas causados pela sepse podem ser semelhantes aos ocasionados pelos casos graves de Covid. Um estudo realizado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo) mostra que alguns medidores responsáveis por lesões nos pulmões e coração, denominados de NETs (Neutrophil Extracellular Traps) estão presentes em ambas enfermidades. Essa disfunção faz com que o sistema circulatório não consiga suprir as necessidades sanguíneas de órgãos e tecidos, levando a uma condição eminentemente fatal.

À vista disso, esse resumo tem como objetivo expor a relação entre a sepse e a Covid-19, especialmente associando à mortalidade e buscando meios para reverter essa problemática. Nesse contexto, é necessário que os profissionais tenham sensibilidade na detecção precoce dos sinais no paciente para uma rápida atuação. Somando-se a isso, a disseminação de informação, a divulgação de medidas preventivas, de tratamento e de cuidados que contribuam para reduzir os índices de letalidade, é fundamental.

Material e métodos

O presente estudo tem caráter observacional e analítico e tenta traçar um paralelo entre Sepse e Covid-19 por meio de artigos que definem e possibilitam a relação entre as duas condições. Mormente, como base de dados foram utilizados, primordialmente, o PUBMED e o Google Acadêmico. Dessa maneira, a forma como a sepse, choque séptico e sepse relacionada ao Covid-19 se dão foram os pontos de partida para a análise. De início, as palavras “Sepse”, “Covid-19” e “SARS-COV-2” foram as fontes de pesquisa nas bases de dados. Em seguida, foram selecionados, de início, 10 artigos que esclareciam especificamente a alta incidência de mortalidade por Sepse, por conta da necessidade da relação da sepse com casos graves de Covid-19 - doença que surgiu no final de 2019 - apenas 5 artigos foram utilizados, todos produzidos nos anos de 2020 e 2021. Foram priorizados artigos que incluíam a indução séptica pelo vírus e as formas de manejo da sepse como tratamentos potenciais para combater o vírus. A partir dos 5 artigos selecionados, e para fins práticos da análise, uma tabela que relaciona as autorias dos artigos com suas principais contribuições será elaborada, a fim de estabelecer adequadamente o paralelo entre o acometimento pelo SARS-CoV-2 e a sepse.

Resultados e discussão

Mediante as análises feitas a resposta imune, demonstra uma associação direta com os níveis de citocina pró-inflamatórias durante a infecção por coronavírus, afetando severamente seus níveis. (cont.)

(cont.) Pacientes com infecções graves por Covid-19 mostram inflamação excessiva e tempestades de citocinas as quais, de acordo com vários estudos, tal inflamação é limitada ao período inicial da doença. Um estudo comparativo de pacientes com quadros graves e leves a covid -19 demonstrou que todas as citocinas, exceto IL-6 e IL-10, atingiram seus níveis séricos de pico 3-6 dias após o início da doença. Os níveis de IL-6 começaram a cair aproximadamente 16 dias depois, e os níveis de IL-10 estavam em seu menor 13 dias após o início da doença. Interessantemente, os níveis de citocinas atingiram pontos semelhantes a todos pacientes com doença grave e leve 16 dias após o início da doença. Forte evidência de uma inflamação sistêmica no COVID-19 grave é o misterioso declínio nos linfócitos e a grave atrofia nos órgãos linfáticos. De acordo com o entendimento atual, a resposta inflamatória é um dos mais importantes mecanismos de apoptose de linfócitos através da membrana e das vias mitocondriais, o que explica a correlação inversa entre a quantidade de linfócitos e o tempo de reaparecimento de sintomas, levando à exaustão do sistema imunológico durante o processo de infecção.

Muito se discute sobre qual a melhor abordagem para o tratamento, o artigo Immunotherapies for COVID-19: lessons learned from sepsis, propõe tratamento anti-inflamatório - importante salientar anti-inflamatórios e imunoestimulantes usados sem evidência concreta: corticosteroides, Ulinastatina(UTI) e Ta1 pra tratamento grave de covid- 19 no início do curso da doença - juntamente com terapias antivirais, como o remdesivir, no entanto, ninguém obteve um suporte sólido sobre anti- inflamatórios e imunoestimulantes por evidências suficientes e para ser aceito por unanimidade pelos médicos. Independentemente das drogas adotadas para a imunoterapia, deve-se enfatizar o princípio básico de que a terapia anti- inflamatória deve causar o menor dano possível à função imunológica e a terapia de aprimoramento imunológico deve evitar ao máximo o rebote inflamatório.

AUTORES / TÍTULO / RELAÇÃO ENTRE SEPSE E COVID-19

REMYT et al (2020) - Immunotherapies for COVID-19: lessons learned from sepsis: O texto aponta a influência de terapias anti-inflamatórias para reduzir a tempestade de citocinas causada pelo conjunto sepsis e COVID-19.

TANG et al (2021) - Prediction of Sepsis in COVID-19 Using Laboratory Indicators: Segundo o texto, ocorre anormalidade da função de coagulação relacionada à ocorrência de sepsis em pacientes com COVID-19, pois ela está associada à ativação endógena de coagulação e fibrinólise.

LÓPEZ-COLAZZO et al (2020) - Immune Response and COVID-19: A mirror image of Sepsis: De acordo com o texto, o estudo do sistema imunológico e da coagulação durante a infecção por COVID-19 oferece subsídios para espelhar com os efeitos da sepsis no organismo.

LIN, HONG-YUAN (2020) - The severe COVID-19: A sepsis induced by viral infection? And its immunomodulatory therapy: O texto expõe sobre a essência da COVID-19 grave ser uma sepsis induzida pela infecção viral. Dessa forma, é razoável adotar a estratégia de tratamento semelhante à da sepsis, especialmente, o tratamento imunomodulador.

OWAL et al (2021) - Parallels in Sepsis and COVID-19 Conditions: Implications for Managing Severe COVID-19: A partir do texto, depreende-se que sepsis e o acometimento pelo vírus SARS-CoV-2 se assemelham no que diz respeito à imunopatogênese e à fisiopatologia.

Conclusão

Portanto, a partir dos dados apresentados, é perceptível a correlação da sepsis a COVID-19, especialmente em casos graves da doença, ocasionada pela liberação da tempestade de citocinas em resposta ao processo inflamatório ocorrido nos primeiros dias de infecção. Além disso, foi observada a importância do tratamento imunomodulador e de anti-inflamatórios como estratégia para (cont.)

(cont.) o controle da sepse, evitando, assim a exaustão do sistema imunológico.

Agradecimentos

O grupo científico filiado à IFMSA-UNIFAMAZ agradece ao CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DA AMAZÔNIA – UNIFAMAZ pelo incentivo ao trabalho científico e pelo fornecimento da estrutura necessária para construção deste resumo expandido, bem como a todos que participaram, direta ou indiretamente, do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa e que enriqueceram o nosso aprendizado e, por fim, a cada colega integrante da equipe que mostrou empenho e dedicação ao longo do desenvolvimento do projeto.

Referências

BOUCK, Emma G. et al. COVID-19 and sepsis are associated with different abnormalities in plasma procoagulant and fibrinolytic activity. *Arteriosclerosis, thrombosis, and vascular biology*, v. 41, n. 1, p. 401-414, 2021.

EVANS, Laura et al. Surviving sepsis campaign: international guidelines for management of sepsis and septic shock 2021. *Intensive care medicine*, v. 47, n. 11, p. 1181-1247, 2021.

LIN, Hong-Yuan. The severe COVID-19: A sepsis induced by viral infection? And its immunomodulatory therapy. *Chinese Journal of Traumatology*, v. 23, n. 04, p. 190-195, 2020.

LÓPEZ-COLLAZO, Eduardo et al. Immune Response and COVID-19: A mirror image of Sepsis. *International journal of biological sciences*, v. 16, n. 14, p. 2479, 2020.

OLWAL, Charles Ochieng' et al. Parallels in sepsis and COVID-19 conditions: implications for managing severe COVID-19. *Frontiers in immunology*, v. 12, p. 602848, 2021.

TANG, Guoxing et al. Prediction of sepsis in COVID-19 using laboratory indicators. *Frontiers in cellular and infection microbiology*, v. 10, p. 586054, 2021.

RIPAMONTI, Chiara et al. HDAC Inhibition as Potential Therapeutic Strategy to Restore the Deregulated Immune Response in Severe COVID-19. *Frontiers in Immunology*, v. 13, 2022.

REMY, Kenneth E. et al. Immunotherapies for COVID-19: lessons learned from sepsis. *The Lancet Respiratory Medicine*, v. 8, n. 10, p. 946-949, 2020.



RESUMOS EXPANDIDOS: ODONTOLOGIA

CANDIDÍASE ORAL EM PACIENTES PEDIÁTRICOS: condutas terapêuticas

Leticia Emanuely Batista Pereira¹; Laura Stefanie Salgueiro Botelho¹; Fabiana Silva Barros¹; Valéria Anunciação Lourenço¹; Sissy Maria dos Anjos Mendes²

¹Graduandas em Odontologia pelo Centro Universitário da Amazônia

²Professora Graduação Curso de Odontologia UNIFAMAZ, Doutora em Genética e Mestre em Odontologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Introdução

Na infância muitos bebês ou crianças são acometidos por uma infecção fúngica, popularmente conhecida por “sapinho”, que se dá a partir da proliferação de microrganismo de espécies *Candida* spp.; sendo a mais frequente *Candida albicans*. Tal microrganismo está presente na flora microbiana da pele, do trato gastrointestinal e geniturinário de indivíduos saudáveis. (FREIRE, 2016).

A candidíase oral que mais ocorre na infância é a pseudomembranosa, e na maioria das vezes se apresenta como placas esbranquiçadas ou nódulos com uma consistência gelatinosa de coloração branco-amarelado podendo ser removidos facilmente com uma gaze embebida de soro fisiológico, essas lesões podem aparecer na região de língua, palato, mucosa jugal ou em qualquer outra área dentro da boca. Geralmente são assintomáticas, porém em alguns casos em que há presença de ulcerações, podem ocorrer dor e ardência (JEAN et al., 2018).

De acordo com Neville (2016) a candidíase pseudomembranosa pode ser desencadeada pela exposição do paciente a antibióticos de amplo espectro (eliminando assim as bactérias concomitantes) ou pelo comprometimento do sistema imune do paciente principalmente em pacientes que estão sob tratamento oncológico devido a imunossupressão. Os bebês são geralmente ostensivamente afetados devido ao seu sistema imune pouco desenvolvido.

Por este motivo, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma revisão de literatura acerca das principais características clínicas da candidíase oral na primeira infância, abrangendo a etiologia e possíveis causas, assim como enfatizar nas diretrizes gerais tratamento da mesma, tendo em vista a importância do cirurgião-dentista na abordagem das diferentes condutas terapêuticas odontopediátricas.

Material e métodos

Foi realizada uma revisão de literatura na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) que engloba os portais Lilacs e Medline além da base de dados Pubmed utilizando os descritores no modo pesquisa avançada “Candidíase Bucal” e “Odontopediatria” e “Criança” e em inglês “Oral Candidiasis” and “Pediatric Dentistry” and “Child”. E como critério de inclusão selecionou-se os periódicos disponíveis nos idiomas em português e inglês, publicados no período entre 2016 e 2022. Foram excluídos os estudos relacionados às manifestações bucais da candidíase em pacientes adultos e possíveis estudos laboratoriais. (cont.)

(cont.)

Resultados e discussão

Na busca inicial das bases de dados, foram encontrados 20 artigos científicos que retratavam sobre candidíase oral em pacientes pediátricos, assim como o papel do cirurgião-dentista diante desses casos. Após submissão dos critérios de inclusão e exclusão, finalizamos a revisão com 8 artigos, que englobavam a problemática desse trabalho e tais periódicos foram analisados quanto à consistência dos dados e, principalmente quanto possíveis condutas terapêuticas da candidíase em crianças, foco do presente trabalho.

Uma das observações dos estudos foi da necessidade de definir corretamente o diagnóstico da candidíase disseminada como um dos pontos de maior importância para o sucesso terapêutico. O diagnóstico da candidíase oral é prioritariamente clínico e permite a identificação da maioria das manifestações clínicas da infecção fúngica e aliada à observação de hifas/pseudohifas na citologia esfoliativa ou ao grande crescimento de espécies de *Candida* em meios de cultura com raspados de mucosa oral para identificação do agente etiológico. O diagnóstico diferencial deve ser feito com a leucoplasia pilosa, líquen plano, mordedura crônica e leucoderma (LOPES, 2020).

A terapia para a candidíase oral é indicada para prevenir sintomas que incluem dor, sensação de ardência e ulceração na criança. A alcalinização do pH bucal e uso de medicamentos antifúngicos são condutas efetivas adotadas no tratamento e controle da afecção. O tratamento para candidíase pode ser tópico (nistatina, anfotericina B, miconazol) ou sistêmico (cetoconazol, fluconazol, itraconazol). Quando a terapia tópica não produz resultado, indica-se a terapia sistêmica ou em alguns casos a associação de ambas (XIAO et al., 2018).

O tratamento de candidíase pseudomembranosa em neonatos prioritariamente compreende a utilização de Nistatina ou Micostantin 1mL-100000 UI, sendo este o fármaco de primeira escolha por apresentar ação fungicida e fungistática, por não ser absorvido pelo trato gastrointestinal, além da ausência efeitos colaterais graves e por ser um agente local. A posologia pediátrica é de 1 a 6 ml, quatro vezes ao dia, quando é em forma de suspensão deve-se bochechar e logo em seguida deglutir, ou quatro pastilhas por dia, se for em forma de pastilhas, com período de uma a duas semanas (RODRIGUEZ et al., 2016).

Em seu trabalho, Gama et al., (2018) relataram que o neonato tratado no caso clínico em questão estava com dificuldade de ingestão de alimento pela presença das lesões. Este dado corrobora com a literatura quando reporta que as limitações de amamentação podem estar relacionadas a problemas locais da mucosa bucal, como por exemplo, a candidíase, que por apresentar dor e desconforto leva o lactante a recusa alimentar, paradas repetidas durante a amamentação e conseqüentemente a diminuição de ingestão de alimento.

Na maior parte dos casos, o tratamento da Candidíase é realizado através da prescrição de antifúngicos. A Nistatina e Miconazol aparecem como agentes tópicos mais utilizados. Quanto aos agentes sistêmicos, Itraconazol e Fluconazol são os fármacos de primeira escolha devido à segurança e não apresentarem efeitos secundários. Para as mães lactantes é prescrito a higienização da mama antes e depois da amamentação, além do uso de soro fisiológico e fralda fato corroborado por Rosa et al., (2021).

Conclusão

Tendo em vista a revisão bibliográfica realizada, pode-se concluir que a infecção por *Candida albicans* é uma infecção oportunista que se manifesta quando há comprometimento ou pouco desenvolvimento do sistema imunológico do hospedeiro. (cont.)

(cont.)

As principais manifestações clínicas da patologia se expressam por meio placas ou nódulos branco-amarelados, de consistência mole à gelatinosa, na mucosa bucal, no palato, na orofaringe ou na língua, que são facilmente removidas, revelando uma mucosa eritematosa e não ulcerada sob as placas. No que diz respeito ao tratamento em pacientes pediátricos, medicamentos tópicos, como a Nistatina 100 000 UI, ocasionam uma resposta terapêutica favorável por duas semanas em média.

Contudo, o conhecimento da candidíase oral mais recorrentes em neonatos por parte do cirurgião-dentista ajuda na realização de um correto diagnóstico e, conseqüentemente, facilita a opção por uma terapêutica mais adequada.

Referências

- FREIRE, N. D. A. et al. Oral mucosal avaliation through clinical and cytopathological exams to identify candidiasis. *Revista Brasileira de Odontologia*, Rio de Janeiro, v. 76, n. 1, p. 1-7, jan./2019.
- GAMA, M. R. D. et al. Candidíase pseudomembranosa oral em neonato: relato de caso. *ACBO, Alagoas*, v. 27, n. 1, p. 116-120, jan./2018.
- JEAN, J. et al. Retrospective analysis of Candida-related conditions in infancy and early childhood caries. *Pediatric Dentistry*, v. 40, n. 2, p. 131-135, march./2018.
- LOPES, S. B. A. Efeito da higienização bucal em recém-nascidos sobre a colonização por cândida e ocorrência de candidíase bucal: um ensaio clínico randomizado. 2020. 88 f. Dissertação (Mestrado em Odontologia) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina. 2020.
- NEVILLE, B. et al. *Patologia Oral e Maxilofacial*. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- PINTO, G. C, A. *Odontopediatria*. 9 ed. Rio de Janeiro: Santos, 2017.
- RODRIGUEZ, B. F. et al. Oral care in a neonatal intensive care unit. *The Journal of Maternal-Fetal & Neonatal Medicine*, England, v. 30, n. 8, p. 953-957, jan./2016.
- ROSA, C. D. et al. Candidíase bucal: aspecto clínico e tratamento. *FAIPE, Mato Grosso*, v. 11, n. 1, p. 155-163, jan./2021.
- XIAO, J. et al. Association between Oral Candida and Bacteriome in Children with Severe ECC. *Journal of dental research*, vol. 97, n. 13, p. 1468-1476, jul. 2018.

TRATAMENTO MEDICAMENTOSO PARA CANDIDÍASE ORAL EM PACIENTES PORTADORES DE PRÓTESES DENTÁRIAS

Alison Valente Moraes¹; Ana Beatriz Figueiredo Ferreira Santos¹; Giovanna Christine Cordeiro de Sousa¹; Ketlyn Meireles Rotsburg¹; João Victor Campos Silva¹; Fabiola Pontes Azevedo²

¹Acadêmicos de Odontologia do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia

²Doutorado em Ciências Odontológicas Aplicadas, área de concentração Reabilitação Oral, disciplina de Prótese, pela Faculdade de Odontologia de Bauru - Universidade de São Paulo

Introdução

A candidíase é uma infecção fúngica de caráter agudo ou crônico causada pelo fungo do gênero *Candida* spp., sendo a espécie *C. albicans* a mais associada ao aparecimento de candidíase na cavidade oral. Essa espécie é considerada comensal por estar presente normalmente na mucosa oral. Entretanto, alguns fatores sistêmicos como pacientes imunodeprimidos e fatores locais, como próteses dentárias associadas a uma má-higiene, podem permitir que esse microrganismo se prolifere gerando um desequilíbrio na microbiota levando ao aparecimento da candidíase oral (DA ROSA et al., 2021; PLAS, 2016).

Bergamo et al. (2018), mencionou um estudo transversal realizado com 91 pacientes em que a presença de espécies de *Candida* spp. foi significativamente maior em usuários de próteses dentárias, sendo *C. albicans* o agente etiológico mais comumente encontrado. Essa maior proliferação em usuários de próteses dentárias se deve a diversos fatores como: o mal-uso do componente protético, higiene oral deficiente, má adaptação, não remoção durante a noite e o tipo de material utilizado para confecção da prótese, podendo gerar uma aderência das espécies de *Candida* spp. (TEIXEIRA, 2017)

Devido ao uso de próteses dentárias associadas a diversos fatores locais que resultam no aparecimento da candidíase oral, torna-se relevante a discussão sobre o tema, sendo de suma importância que o Cirurgião-Dentista tenha conhecimento e saiba como realizar o manejo terapêutico da candidíase. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma revisão de literatura narrativa acerca do protocolo terapêutico medicamentoso utilizado no tratamento desta patologia.

Material e métodos

Para esta revisão de literatura narrativa foram selecionados 6 documentos das bases de dados Pubmed e Scielo, nas línguas portuguesa e inglesa, publicados nos anos de 2016 a 2021 e 2 livros publicados no ano de 2014. Foram utilizadas as seguintes palavras chaves: candidíase bucal, antifúngicos, conduta do tratamento medicamentoso e prótese dentária, todas disponíveis no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde).

Como critérios de inclusão foram utilizados os documentos em formato de revisão de literatura sistemática e não sistemática, capítulos de livros, dissertações e meta-análises que abordassem o tratamento medicamentoso para candidíase oral, eficácia dos medicamentos administrados para esta patologia além de métodos para controle do biofilme em pacientes portadores de próteses dentárias.

Como critérios de exclusão foram utilizados os seguintes parâmetros: relatos de caso, documentos em que apenas o resumo se encontrava disponível e documentos que não se enquadravam nos temas supracitados.

Resultados e discussão

A principal forma de tratamento para a candidíase oral é a administração de medicamentos antifúngicos, os quais são classificados como agentes poliênicos (nistatina e anfotericina B), (cont.)

(cont.) agentes imidazólicos (Cetoconazol e Miconazol) e os agentes triazólicos (Fluconazol e Itraconazol) (FANG, HUANG, DING, 2020). É importante ressaltar que a prescrição do antifúngico deve ser avaliada para cada caso, assim como a sua correta posologia (Quadro 1) para o efeito desejado.

O protocolo medicamentoso dos antifúngicos tópicos representados pelos agentes poliênicos – a nistatina (Miconstatin) é o medicamento tópico padrão. Para reduzir o risco de recidiva, o tratamento deve ser continuado pelo menos durante 48 horas após o desaparecimento de todos os sinais e sintomas associados à infecção (PLAS, 2016).

Dentre os medicamentos de uso sistêmico, destaca-se o grupo dos triazólicos. O fluconazol (Diflucan) é o de primeira escolha a ser prescrito, atualmente. Além disso, deve ser associado a bochechos com clorexidina 0,12% (PLAS, 2016). Em casos que o fluconazol não faça efeito, está indicado o uso do itraconazol (Sporanox) via oral (MARTINS, GOTIJO, 2017).

Sobre o tratamento para candidíase importantes orientações dizem respeito à higienização adequada do meio bucal, assim como a redução ou eliminação do hábito de fumar (ANDRADE, 2014). Nas instruções de higiene, é importante a recomendação de um agente com propriedades antifúngicas para limpeza das próteses, como hipoclorito 1% ou clorexidina 2%, além da remoção da prótese no período da noite (TOMMASI, 2014).

Quadro 1- Posologia antifúngicos

Medicamento	Formas Farmacêutica	Posologia
Nistatina (MICOSTATIN)	Suspensão Oral	100.00 UI/ml 4 vezes ao dia por 2 semanas.
Fluconazol (Diflucan)	Via Oral (Comprimido)	1 comprimido de 50mg por dia em período de 15 dias.
Itraconazol (Sporanox)	Via oral (Comprimido)	1 comprimido de 100mg por dia durante 18 dias.

Fonte: Dados da pesquisa

Neste cenário, a nistatina é considerada a primeira escolha para o tratamento local de candidíases orais em pacientes portadores de prótese, pelo fato de não ser absorvida pelo trato gastrointestinal, o que confere um bom perfil de segurança. Entretanto, seu sabor desagradável estimula a secreção salivar, que rapidamente dilui e remove o antifúngico do local. Dentre os medicamentos tópicos, a anfotericina B tem sido raramente utilizada devido ao seu forte efeito (FANG, HUANG, DING, 2020).

Sobre os antifúngicos sistêmicos, eles devem ser utilizados quando a terapia tópica não se mostra efetiva e/ou em pacientes imunocomprometidos (TOMMASI, 2014). Neste quesito, os agentes azólicos como o cetoconazol, o fluconazol e o itraconazol possuem maior eficácia por serem bem absorvidos pela mucosa intestinal. Sobre isso, o Fluconazol destaca-se devido ao seu efeito potencializado, uma vez que é excretado na saliva em níveis equivalentes aos obtidos no sangue, sendo empregado em quase todas as formas de candidíase oral contendo poucos efeitos adversos e contraindicações (ANDRADE et al., 2014).

Conclusão

A candidíase oral apresenta maior prevalência em pacientes usuários de próteses dentárias, devendo o cirurgião-dentista orientar corretamente o seu paciente sobre o adequado uso do componente protético. Além disso, é dever do CD saber conduzir o tratamento adequado para candidíase. O tratamento consiste na remoção dos fatores locais que contribuem para o surgimento da candidíase em associação com os antifúngicos, utilizados de forma local ou sistêmica, dependendo da gravidade das manifestações da doença e do quadro de saúde do paciente.

A nistatina tem sido o antifúngico local mais utilizado e o fluconazol se destaca como o principal antifúngico sistêmico, devendo o cirurgião-dentista prescrever corretamente esses (cont.)

(cont.) medicamentos, avaliando a necessidade do uso, minimizando os riscos de efeitos adversos para o paciente.

Referências

- ANDRADE, E. D. Terapêutica medicamentosa em odontologia. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2014.
- BERGAMO, et al. Novas tendências de combate ao biofilme de *Candida* em próteses dentárias. *Clinical and Biomed Research*, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 155-166, 2018.
- DA ROSA, C. et al. Candidíase bucal: aspecto clínico e tratamento. *Revista FAIPE*, Mato Grosso, v. 11, n. 1, p. 155-163, jan./jun. 2021.
- FANG, J.; HUANG, B.; DING, Z. Efficacy of antifungal drugs in the treatment of oral candidiasis: A Bayesian network meta-analysis. *The Journal of Prosthetic Dentistry*, Shenzhen, v. 125, n. 2, p. 257-265, 2021.
- MARTINS, K. V.; GOTINJO, S. M. L. Treatment of denture stomatitis: literature review. *Revista Brasileira de Odontologia*, Minas Gerais, v. 74, n. 3, p. 215-220, 2017.
- PLAS, R. V. D. Candidíase oral: manifestações clínicas e tratamento. 2016. 61 f. Dissertação (Mestrado em Medicina dentária) - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2016.
- TEIXEIRA, S. P. C. Prevalência de estomatite protética numa população portadora de prótese total. 2017. 40 f. Dissertação (Mestrado em Medicina dentária) - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2017.
- TOMMASI, A. F. Diagnóstico em Patologia Bucal. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

INSTRUMENTAÇÃO ENDODÔNTICA MANUAL TRADICIONAL vs CONTEMPORÂNEA: em que momento os instrumentais clássicos devem entrar em desuso?

Karinny Amador Kzam¹; Marcella de Almeida Canto²

¹Graduanda em odontologia pelo Centro Universitário da Amazônia

²Mestre em Endodontia pela SLM Campinas/SP

Introdução

O tratamento endodôntico tem o objetivo de remover dor, edema e infecção advindos de um ou mais elementos dentários. Para realizá-lo, segue-se um rigoroso protocolo de desinfecção e modelagem, entre eles, um preparo químico-mecânico, baseado em técnicas de instrumentação dos canais radiculares juntamente com irrigação constante para extirpar o nervo (polpa dentária) e reduzir tecido contaminado, prevenindo recontaminação e proliferação das bactérias (YOUNG, 2007).

A endodontia e seus equipamentos e instrumentais foram sofrendo constante evolução para melhor adaptação aos condutos sem desgaste desnecessário de estrutura dentária, remoção de tecidos contaminados dos canais radiculares com menor índice de intercorrências iatrogênicas, uso de menor número de instrumentos e, portanto, menor tempo operacional. Assim, foram introduzidas limas manuais e mecanizadas com designs diferentes, tratamento de superfície térmico nas ligas de Níquel-Titânio (NiTi), limas super elásticas (SE) e movimentos novos de instrumentação (GAVINI, 2018).

Atualmente, a técnica de instrumentação endodôntica mais comumente utilizada na graduação é a instrumentação manual com limas padrão ISO, de aço inoxidável. Contudo, de acordo com uma pesquisa realizada por Davey (2015), os alunos de graduação em Odontologia que foram selecionados para o estudo responderam a um questionário sobre o tratamento endodôntico, o qual obteve como resultado a falta de confiança desses alunos para a realização dos procedimentos, descrevendo a falta de experiência clínica e a dificuldade prática. Além disso, um estudo avaliativo da qualidade do tratamento endodôntico realizado por alunos de graduação, demonstrou que as complicações durante o tratamento estão sob influência do uso de limas de aço inoxidável, sendo preferido o uso de limas de Níquel-Titânio (NiTi) devido às suas vantagens operacionais (ALRAHABI, 2017).

Portanto, o objetivo do presente trabalho, é realizar uma revisão da literatura que visa demonstrar a relação comparativa entre a instrumentação com o sistema ISO e um sistema de instrumentação moderno, ainda manual, visando analisar qual técnica ofereceria mais facilidade de aprendizado e manejo a nível de graduação, bem como a relação ensino-aprendizagem, simplicidade do tratamento, tempo operacional, qualidade e sucesso do tratamento endodôntico, além do custo dos instrumentais.

Material e métodos

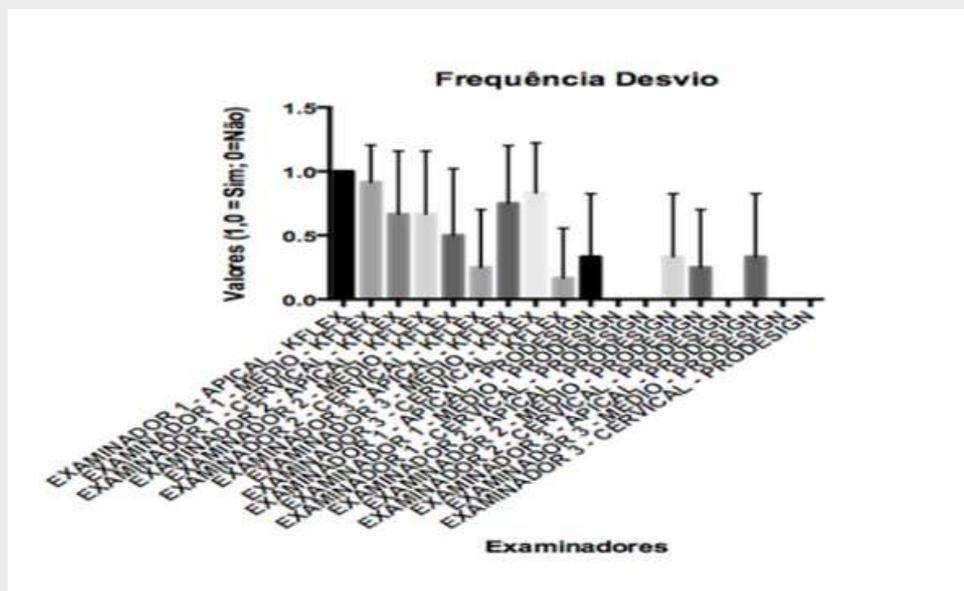
Para a elaboração do presente resumo expandido, foram realizadas pesquisas nas bases de dados PubMed, Google Acadêmico, Scielo por meio dos Decs: treatment, endodontics, graduate, dental students, instruments. Além disso, buscas de artigos publicados pela empresa de equipamentos odontológicos Easy Equipamentos, visando exemplificar os materiais utilizados na instrumentação endodôntica.

Resultados e discussão

Sabe-se que o terço apical é a área de instrumentação com maior dificuldade de modelagem e patência, devido às curvaturas e às variações anatômicas, levando a um maior número de iatrogenias durante a modelagem (MELO, 2010). De acordo com Fernandes (2020), ao realizar simulações de instrumentação em blocos de resina epóxi acrílica e avaliar por especialistas, notou-se que na modelagem a nível apical houve mais desvios com a instrumentação ISO (limas K-flex) em comparação às limas de NiTi. (cont.)

(cont.)

Gráfico 1 - Análise comparativa de examinadores sobre a frequência de desvios entre limas ISO e limas de NiTi



Fonte: Fernandes (2020, s/p).

Os alunos de graduação podem apresentar maior taxa de insucesso, devido à falta de experiência clínica, o que também se deve à ainda escassa adesão de algumas universidades à materiais mais modernos em aulas ou em treinamentos adicionais. No estudo realizado com alunos de graduação do 3º, 4º e 5º semestre da Universidade de Cardiff, no Reino Unido, 49% dos alunos participantes não se sentiram competentes para realizar o tratamento endodôntico de raiz única, enquanto 74% não sentem confiança em realizar em dentes multirradiculares (DAVEY, 2015).

A tecnologia para instrumentação endodôntica evoluiu: de limas de aço para limas de níquel-titânio, com tratamento térmico CM (Controlled Memory), ou seja, com maior flexibilidade, o que visa preservar a anatomia interna do dente e evitar iatrogenias relacionadas à modelagem do canal (ALRAHABI, 2017). Fernandes (2020), elaborou um estudo comparativo sobre a qualidade de instrumentação, com limas K-flexofile e limas ProDesing M (PDM). Os resultados demonstraram maior eficiência quando é utilizado o sistema PDM - de NiTi - devido sua tecnologia, possibilitando acompanhamento da trajetória do conduto. Ademais, os materiais PDM tem a vantagem na facilidade no ensino-aprendizagem e na execução da técnica, demonstrando mais conforto ao paciente e ao aluno executor (SILVA, 2021).

A exemplo de sistema de níquel-titânio manual, pode-se destacar as limas do sistema "M" da Easy Equipamentos Odontológicos do Brasil, fabricadas em alto padrão de usinagem, com cabo anatômico para melhor "pinçamento" e rotação, Tratamento Térmico CM (controlled memory) e ponta arredondada inativa, o que possibilita preparos radiculares mais centralizados e anatomizados, evitando desvios e deslizamentos indesejáveis. O sistema apresenta limas Orifice Shaper para preparo cervical e limas de preparo radicular do Tip #15 ao #70, variando o Taper .03 e .05, que serão selecionadas pelo profissional de acordo com o diâmetro e comprimento de trabalho do(s) conduto(s), necessitando de poucas trocas de limas para esvaziar e modelar, o que propicia menor investimento na quantidade de instrumentais. De acordo com o fabricante, o sistema é versátil e o profissional pode selecionar a forma de uso mais adaptável, além de exemplos de instrumentação a serem seguidos.

(cont.)

(cont.) Sendo assim, é notório que os instrumentais mais modernos são mais seguros para o tratamento e propiciam melhores condições para alunos da graduação, pois comprovadamente há maior facilidade de entendimento da técnica aplicada, de execução e de obturação, além de um tratamento com maior qualidade, menor tempo operacional e custo. Tais afirmações podem ser observadas através do estudo observacional transversal da Faculdade Sul-Americana – FASAM, em que 285 (duzentos e oitenta e cinco) discentes responderam um questionário a respeito da implementação das limas de NiTi no atendimento clínico e qual a diferença entre a técnica anterior ensinada e a nova (SILVA, 2021) cujos resultados comprovaram a melhoria do ensino e desenvolvimento do tratamento.

Conclusão

Diante dos resultados revisados, é possível verificar que os instrumentais atuais e modernos manuais apresentam diversas vantagens operacionais e maiores benefícios para o ensino aprendizagem dos alunos de graduação, além de maior longevidade do tratamento de canal realizado em clínicas-escolas em relação às limas do tipo ISO.

Agradecimentos

Agradeço inicialmente à instituição de ensino Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ) pela oportunidade de desenvolvimento técnico-científico e submissão de resumos expandidos para o VI UNIFAMAZCIÊNCIA, colaborando para a formação dos discentes em um futuro profissional. Agradeço à Reitora Adriana Letícia dos Santos Gorayeb, pelo planejamento e organização de atividades de cunho científico que engrandecem o conhecimento dos alunos da instituição.

Referências

- ALRAHABI, MK. et al. Evaluation of complications of root canal treatment performed by undergraduate dental students. *Libyan J Med.* 2017;12(1):1345582. doi:10.1080/19932820.2017.1345582
- DAVEY, J.; BRYANT, ST.; DUMMER, PM. The confidence of undergraduate dental students when performing root canal treatment and their perception of the quality of endodontic education. *Eur J Dent Educ.* 2015 Nov;19(4):229-34. doi: 10.1111/eje.12130. Epub 2014 Dec 9. PMID: 25490882.
- FERNANDES, C. et al. Análise comparativa da qualidade da instrumentação de limas manuais em canais simulados: K-flexofile e ProDesign M. *Brazilian Journal of health Review.* Braz. J. Hea. Rev, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 18854-18863 nov./dez. 2020. ISSN 2595-6825
- GAVINI, G et al. Nickel–titanium instruments in endodontics: a concise review of the state of the art. *Brazilian Oral Research* [online]. 2018, v. 32, suppl 1, e67. Available from: <<https://doi.org/10.1590/1807-3107bor-2018.vol32.0067>>. Epub 18 Oct 2018. ISSN 1807-3107. <https://doi.org/10.1590/1807-3107bor-2018.vol32.0067>.
- MACHADO, R. Endodontia: Princípios Biológicos e Técnicos. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. Cap 13. p 241. 9788527738811. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527738811/>.
- MELO, T. et al. Análise da influência do grau de curvatura na ocorrência de desvios apicais após o preparo oscilatório em canais simulados. *Revista Sul-Brasileira de Odontologia*, [s.l], v.3, n.7, p.312-319, 2010.
- SILVA, P. L. A et al. O impacto dos instrumentos endodônticos Prodesing M no ensino de graduação. Disponível em: <<https://easyequipamentos.com.br/o-impacto-dos-instrumentos-endodonticos-prodesing-m-no-ensino-de-graduacao/>>. Data de Submissão: Friday, April 23, 2021
- YOUNG, GR; MESSER, HH; PARASHOS, P. The principles of techniques for cleaning root canals. *Australian Dental Journal Supplement* 2007;52:(1 Suppl):S52-S63

FOTOBIMODULAÇÃO NO TRATAMENTO DA MUCOSITE ORAL EM PACIENTES ONCOLÓGICOS: uma revisão de literatura

July Lohanna da Silva Sousa¹; Maria Eduarda Sousa Brandão de Oliveira²

¹Graduanda em Odontologia pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia

²Daniel Cavallero Colares Uchôa Mestre em Estomatopatologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP).

Introdução

A mucosite oral (MO) consiste em um processo inflamatório recorrente em pacientes oncológicos, a qual causa lesões no epitélio oral, principalmente nas regiões de assoalho da boca, ventre e borda lateral da língua, fundo de vestibulo labial e palato mole. Essa injúria é causada pela citotoxicidade da quimioterapia ou pelo tratamento radioterápico em pacientes acometidos por neoplasias malignas na região de cabeça e pescoço (AHMED et al., 2013).

De acordo com o estudo de Figueiredo et al. (2019) sobre métodos de prevenção e principalmente de tratamento da MO em pacientes oncológicos, muitas terapias propostas não apresentam resultados eficientes. A literatura aponta para resultados satisfatórios com a terapia de fotobiomodulação a laser de baixa intensidade (FLBI) auxiliando na prevenção, bem como no tratamento da MO. Desse modo, estão sendo aplicados novos procedimentos odontológicos para o tratamento dessas lesões, sendo um dos principais incluídos na rotina do cirurgião-dentista a terapia de FLBI, que promove bioestimulação e biomodulação tecidual somada a ações anti-inflamatórias e analgésicas, que possibilitam a diminuição e prevenção dessas lesões na cavidade oral (MARÍN-CONDE et al., 2019). À vista disso, o objetivo do estudo é descrever a importância da utilização desse método nos cuidados de pacientes oncológicos portadores de MO.

Material e métodos

O estudo trata-se de uma revisão de literatura, a qual para ser realizada foram selecionados 13 artigos científicos entre os anos de 2015 a 2020, nas bases de dados Scielo, Pubmed e Google acadêmico, envolvendo os seguintes descritores buscados na plataforma Mesh e Decs: laserterapia, fotobiomodulação, mucosite oral e pacientes oncológicos. Foram excluídos sete artigos que não apresentavam como forma de tratamento a laserterapia para MO, totalizando seis artigos para análise dos resultados e discussão.

Resultados e discussão

Durante o tratamento de neoplasias malignas muitos pacientes precisam interromper as terapias devido ao surgimento da MO, que é considerada um efeito colateral resultante da citotoxicidade da quimioterapia e do efeito da radioterapia em região de cabeça e pescoço, como consequência disso, a mucosite oral causa no indivíduo erosões no epitélio bucal associadas a presença de dor intensa, disfagia, perda de peso e alterações no paladar. Portanto, o paciente manifesta várias perdas e disfunções no aparelho estomatognático como fala, alimentação, mastigação, paladar, salivação e deglutição, podendo apresentar elevado risco de infecções sistêmicas, dependendo do grau de severidade, diminuindo assim a qualidade de vida do paciente (SOUZA; FORTES, 2012).

Para Oliveira et al. (2019) a MO pode acometer até 80% dos pacientes que recebem quimioterapia em altas doses e em até 100% dos pacientes que são tratados com radioterapia para câncer de cabeça e pescoço, além de aproximadamente 20 a 40% daqueles que recebem quimioterapia convencional. Desta maneira, para reverter esse quadro em pacientes oncológicos e dar continuidade aos procedimentos necessários, utiliza-se a terapia de FLPI, além de outros métodos terapêuticos.

(cont.)

(cont.)

FLPI é realizada pelo laser de baixa intensidade, propagado por uma luz centralizada em um ponto único, que possui oscilações no comprimento de sua onda e apresenta resultados de acordo com a sua intensidade, alcançando diferentes profundidades e assim, propondo uma reação celular fotoquímica, que possui efeitos positivos da terapêutica, sendo eles analgésicos, reparadores, anti-inflamatórios e preventivos (AHMED et al., 2013).

À vista disso, Marín-Conde et al. (2019) realizou um estudo com o intuito de avaliar os efeitos da fotobiomodulação com LBL em 26 indivíduos submetidos a tratamento contra o câncer. A amostra foi dividida em grupo controle (15 indivíduos) e grupo laser (11 indivíduos), na quinta semana de tratamento, 72,7% do grupo laser apresentaram mucosite grau 0, enquanto 20% do grupo controle, apresentaram mucosite grau 0, e 40% apresentaram mucosite grau 2. Por outro lado, foi proposto por AHMED e colaboradores (2015) que o uso do laser de baixa intensidade aplicado de forma preventiva se torna mais eficaz que empregado em situações curativas.

Ademais, foi comprovado por Figueiredo et al. (2019) que a associação dessa terapia promove muitos benefícios, principalmente a reparação tecidual, que resulta no crescimento do tecido de granulação, novos vasos sanguíneos, regeneração de vasos linfáticos, multiplicação dos fibroblastos, aumento na produção de colágeno e melhora o processo de cicatrização, somado a isso, promove ação anti-inflamatória, efeito analgésico e cicatrizante. Em relação aos sintomas de dor, estudos têm demonstrado que FTBL pode reduzir a magnitude da dor aguda e crônica, proporcionando alívio imediato e temporário da dor, agindo como medida preventiva e reduzindo a gravidade da mucosite oral.

Conclusão

Diante dos fatos supracitados, conclui-se que a fotobiomodulação a laser de baixa intensidade é de suma importância para o tratamento da MO em indivíduos submetidos a radioterapia e quimioterapia, pois, consiste em um tratamento que apresenta resultados favoráveis e satisfatórios de acordo com a literatura supracitada nesta revisão, tanto como medida preventiva quanto curativa para mucosite oral. Portanto, é possível atingir uma recuperação significativa desses pacientes, pois, os efeitos colaterais e sintomatologia dolorosa são reduzidos, promovendo assim, a diminuição do uso de fármacos e melhora na qualidade de vida dos pacientes oncológicos.

Agradecimentos

Gostaríamos de prestar o nosso agradecimento ao Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ), em especial a reitora Adriana Letícia dos Santos Gorayeb por nos proporcionar a oportunidade de participar desse projeto de extensão, o qual nos motiva a adentrar no universo da pesquisa científica, bem como, contribui de forma significativa no processo de formação acadêmica que estamos vivenciando.

Referências

AHMED, K. M. et al. Evaluation of low level laser therapy in the management of chemotherapy-induced oral mucositis in pediatric and young cancer patients: a randomized clinical trial. *European Scientific Journal* September, v. 11, n. 27, p. 209-222. 2015.

AHMED, S.; BEWSH, G.; BHAT, S. Low Level Laser Therapy: healing at the speed of Light. *Journal of Evolution of Medical and Dental Sciences*, v. 39, n. 2, p. 7441-7463. 2013.

FIGUEIREDO, A. L. P. et al. Laser terapia no controle da mucosite oral: um estudo de metanálise. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 59, n. 5, p. 467-474. 2019.

(cont.)

(cont.)

MARÍN-CONDE, F. et al. Photobiomodulation with low-level laser therapy reduces oral mucositis caused by head and neck radio- -chemotherapy: prospective randomized controlled trial. *Int Journal Oral Maxillofacial Surgery.*, v. 48, n. 7, p. 917-923. 2019.

OLIVEIRA, J. J. M. et al. Eficácia da terapia de fotobiomodulação na prevenção e tratamento da mucosite oral em pacientes oncológicos. *Salusvita, Bauru*, v. 39, n. 2, p. 479-491, 2020.

SOUZA, J. A. FORTES, R. C. Qualidade de Vida de Pacientes Oncológicos: Um Estudo Baseado em Evidências. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*, v. 1, n. 2, p. 183-192. 2012.

ATIVIDADE PILOTO PROIC – PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA AVALIAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS OCLUSAIS EM PACIENTES INFANTIS DE 4 A 12 ANOS: relato de experiência na promoção de educação e saúde bucal

Libia Daniella Castro Carnaúba¹; Geovana Mercês Amorim¹; Renan Teixeira Queiroz¹; Jullya Duarte Mendonça¹; Dactaiany Costa¹; Sissy Maria dos Anjos Mendes²

¹Graduandos em Bacharelado de Odontologia pelo Centro Universitário da Amazônia

²Doutora em Genética pela Universidade Federal do Pará

Introdução

Alterações e modificações na oclusão dentária, habitualmente, se iniciam na infância, podendo aumentar de intensidade e prevalência de acordo com as condições do ambiente bucal de cada hospedeiro e o meio social em que a criança está inserida. Em decorrência disso, as maloclusões em geral podem modular as alterações nos tecidos dentais e alterar o desenvolvimento dos maxilares. Como resultado, ocasiona alterações funcionais, estéticas e psicossociais, podendo afetar a curto e longo prazo a qualidade de vida das crianças acometidas e de seus responsáveis (MARTINS JUNIOR et al., 2013).

A presença da mal oclusão varia de acordo com diversos fatores, dentre eles, os de caráter endógeno do hospedeiro, exemplo, fluxo e capacidade tampão da saliva, e a presença de imunoglobulinas salivares. Além de fatores intrínsecos, outros fatores extrínsecos irão determinar o estabelecimento da mal oclusão dentária, como a dieta e higiene bucal precária. Para a prevenção dessa doença, é necessário conhecer sua etiologia e os fatores de risco para o seu desenvolvimento. As oclusopatias se destacam por representar a terceira causa mais prevalente de complicações de saúde bucal na população, sucedendo apenas a cárie dentária e a doença periodontal. De caráter multifatorial, os desvios morfológicos do aparelho mastigatório, estão relacionados com anomalias de erupção dos dentes, hereditariedade e até mesmo práticas cotidianas, as quais são danosas ao desenvolvimento da dentição (TOUGER DECKER; VAN LOVEREN, 2003).

Nesse sentido, os problemas relacionados à oclusão têm sido associados a diferentes fatores, tais como: déficit antropométrico, hábitos deletérios (sucção de chupeta ou digital), distúrbios da erupção dentária e a outros agravos bucais, como o traumatismo dentário e cárie dentária. A presença da má oclusão na infância tem sido associada ao impacto negativo na qualidade de vida das crianças e de seus familiares. Estes achados têm sido oriundos de estudos de base populacional, contribuindo para o entendimento deste problema em pré-escolares (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

Dessa forma, a seleção da temática abordada, se deu a partir da percepção dos discentes de odontologia, sobre os recorrentes quadros de má oclusão entre crianças de 4 a 12 anos contempladas pelo tratamento odontológico da Clínica-escola de Odontologia do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – UNIFAMAZ. Portanto, o presente estudo, objetiva relatar uma experiência, sobre o desenvolvimento e prática da coleta de dados realizada em uma Ação de Educação em Saúde Bucal, na Comunidade Cristo Alegria, município de Belém do Pará. Com a identificação dos fatores associados à presença da má oclusão nas crianças, com base no protocolo de coleta de dados padrão produzido pelo Projeto de Iniciação Científica, juntamente com o apoio docente do Curso de Bacharelado de Odontologia, para assim, analisar os índices de saúde bucal e estabelecer relações com as maloclusões dentárias.

Material e métodos

Trata-se de uma descrição de um relato de experiência, sobre uma vivência no Projeto de Iniciação Científica da avaliação de características oclusais em pacientes infantis de 4 a 12 anos, (cont.)

(cont.)

A má oclusão foi diagnosticada segundo o Índice de Foster e Hamilton que é composto por quatro medidas: chave de caninos, sobressalência, sobremordida e mordida cruzada posterior. A medição (em milímetros) foi realizada com os dentes em oclusão e a sonda paralelamente ao plano oclusal. A criança que apresentou pelo menos uma dessas anormalidades foi caracterizada com “má oclusão”, caso contrário, com “oclusão normal”. No presente estudo adotou-se como variável dependente (desfecho) a presença de má oclusão.

Figura 2- Ficha de Mapeamento Infantil sobre as Oclusopatias

FICHA DE COLETAS DE DADOS

Avaliação da má oclusão: Índice de Foster e Hamilton que é composto por quatro medidas:

- chave de caninos, ()
- sobressalência, ()
- sobremordida, ()
- mordida cruzada posterior, ()
- Medição (em milímetros com os dentes em oclusão e a sonda paralelamente ao plano oclusal)

Criança que apresentou pelo menos uma dessas anormalidades foi caracterizada:

Arco Tipo: () I de Baume () II de Baume

Relação molar: () Classe I () Classe II () Classe III

Relação canino: () Classe I () Classe II () Classe III

() Mordida aberta () Sobressalência () Sobremordida () Atresia Maxila () Mordida cruzada () Post () Ant

() Apinhamento () Rotações/ Inclinações anormais

Fonte: Dados do Projeto de Iniciação Científica da avaliação de características oclusais em pacientes infantis de 4 a 12 anos, 2022.

Conclusão

No Brasil, essa realidade das maloclusões dentárias, ainda é uma problemática recorrente entre as crianças, o que faz com que essa temática seja merecedora de uma atenção especial pelos profissionais do meio odontológico. O relato em questão, constitui-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa e qualitativa do Projeto de Iniciação Científica, visando a identificação dos fatores de risco e a análise de forma assistencial para fomentar estudos sobre a má oclusão. Nessa análise, aspectos como, promoção de saúde, práticas preventivas, ensino, pesquisa e extensão estimularão a aprendizagem no campo da saúde, facilitando a realização de ações focadas nas necessidades da população infantil.

Agradecimentos

Ao Centro Universitário Metropolitano da Amazônia, em especial à coordenação de Odontologia, nossos sinceros agradecimentos pelo fornecimento dos escovódromos portáteis e pelos fantoches e macromodelo utilizados no teatro. Gratidão à ABOPED – Belém/PA pelo fornecimento dos kits de higiene oral que foi entregue para as crianças no dia da ação e pela parceria dos profissionais da Associação que nos prestigiaram no dia. Agradecemos aos professores/preceptores da Clínica-escola que se disponibilizaram em estar presente nesse momento de muito aprendizado e troca de conhecimentos.

(cont.)

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto SB Brasil 2003: Condições de saúde bucal da população brasileira 2002-2003: resultados principais. Ministério da Saúde: Brasília, 2004.

MARTINS JUNIOR, P.A. et al. Impact of early childhood caries on the oral health-related quality of life of preschool children and their parents. *Caries Res.*, Alemanha, v.47, n.3, p.211-218, 2013.

TOUGER DECKER, R.; VAN LOVEREN, C. Sugars and dental caries. *Am J Clin Nutr.*, Oxônia, v.78, n.4, p.881-892, out, 2003.

RESUMOS EXPANDIDOS: PSICOLOGIA



EXPOSIÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS E SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Michelle Conceição Guimarães Silva¹; Monise Garcez Arthur¹; Daniela Quaresma Fonseca Fernandes¹; Leonardo Fabiano Sousa Malcher²

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

²Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Introdução

Considerando que o mundo e a economia global na atualidade têm como sua nova racionalidade o neoliberalismo, é notório que, neste contexto a subjetivação seja guiada por novas perspectivas, novas formas de ser e estar no mundo, sendo assim, esta discussão é o foco principal deste trabalho. O filósofo sul coreano Byung-Chul Han, em “Sociedade da transparência” (2017), tem a compreensão de que dita Transparência não significa necessariamente verdade, e sim trata-se da pressão em acelerar os processos de desconstrução da negatividade. Han (2017) afirma que a destruição da alteridade ocorre por meio do que ele chama de abismo infernal do igual, eliminando o outro ou o estranho. Ademais, tal nitidez também é pregada com o viés da liberdade de informação, na medida em que mais conhecimento e mais comunicação geram mais produtividade, aceleração e crescimento ao sistema neoliberal (HAN, 2018).

O surgimento das mídias sociais altera a forma de coerção do neoliberalismo, assim, Han (2018) revela que atualmente vive-se uma espécie de “pan-óptico digital”. Esse tipo de vigilância se dá por uma vontade interna de entregar os próprios dados pessoais de forma pública, tornando aos poucos obsoleta a proteção de dados, a qual os próprios vigilantes são eles mesmos no tempo que dão aos outros o poder de analisar as suas vidas em ângulos ilimitados. De certa forma, a publicização do mundo privado nos meios digitais passa a dar significado ao smartphone, o transformando em um confessionalário móvel.

Outrossim, Campos et al (2019) falam sobre a Revolução da Internet que reinaugura uma nova estruturação acerca da subjetividade, isto é, o século XXI passa a ter como realidade o espaço digital fazendo parte do dia a dia do indivíduo contemporâneo. Com isso, os comportamentos, afetos, emoções, autoimagem, trabalho, ideal de felicidade, entre outros aspectos da vida passam a ter novos significados. As discussões trazidas pelos autores aqui utilizados demonstram que existe uma nova concepção de existência, e portanto, outra questão parece relevante no que tange a saúde mental: Quais as consequências da exibição em mídias sociais na formação da singularidade humana? Portanto, o objetivo desse trabalho é discutir a relação entre a exposição nas mídias sociais e a composição da subjetividade no contexto neoliberal.

(cont.)

(cont.)

Material e métodos

Para a realização desse trabalho foi necessário recorrer à literatura base que impulsionou a discussão, portanto, três obras de Byung-Chul Han foram escolhidas: *Sociedade do cansaço* (2015); *Sociedade da transparência* (2017) e *Psicopolítica* (2018). A partir disso, fomentou-se uma questão norteadora que deu subsídios para uma discussão mais específica: *Quais os efeitos da exposição em mídias sociais na construção da subjetividade humana?*

Ademais, uma pesquisa mais atual em base de dados virtuais que possuem credibilidade e pesquisas atuais sobre a temática foram necessárias, bem como a busca de dados estatísticos que serviram como suporte para a discussão, tendo em vista atender o objetivo principal da pesquisa e a escrita dos demais pontos desse resumo.

Resultados e discussão

Em consonância com a entrega de dados “a partir de uma necessidade interna” que Han (2018, pág.19) descreve ao falar sobre publicização do mundo privado, o último censo de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca do uso de Internet, televisão e celular no Brasil informa percentuais sobre o perfil e finalidade dos usuários do âmbito digital comprovando o aumento do uso das mídias sociais na vida do sujeito. O maior público envolvido na Internet está na faixa etária entre 14 e 39 anos, ou seja, grande parte de jovens brasileiros. Os resultados da pesquisa demonstraram que as principais finalidades do uso das mídias são, em primeiro lugar o envio e recebimento de mensagens de textos, voz ou imagens; seguidos de conversa e chamada de voz e vídeo; assistir vídeos, programas, séries e filmes; e enviar ou receber e-mails.

Sendo assim, o que se vive é um mundo cada vez mais conectado em algum tipo de rede social. Sobre este tema Rocha e Souza (2019) chamam de comportamentos compulsivos os atos como postar fotos, status e localização constantemente. Esses vínculos com as redes criam fantasias da vida privada e exigem uma enorme aprovação dos outros, já que “o valor expositivo depende sobretudo da bela aparência” (HAN, 2017, pág. 23). É também nesse sentido que Campos et al (2019) discorrem sobre a construção da subjetividade e possíveis adoecimentos psíquicos referentes à autoestima/autoimagem pela exposição no Instagram, sendo assim, a subjetividade humana estaria pautada em uma cena social a qual o “eu” deve ser objeto de desejo do “outro”. Dessa forma, a preocupação excessiva pela estética pode acarretar distúrbios ligados à distorção de imagem e um ideal de si fundamentados nos padrões de beleza midiáticos.

Além da questão estética, outras questões também parecem pertinentes nesse debate. No livro “A sociedade do cansaço” (2015), é representado um mundo em que em decorrência das tecnologias de informação desenvolvidas no contexto do neoliberalismo, faz com que pessoas percebam o tempo de forma diferente, de maneira acelerada, refletindo nas relações sociais e no cotidiano de tais indivíduos. Sendo assim, é notório o crescimento de atualizações nas mídias sociais que promovem agilidade na comunicação, aumentando o fluxo de informações, como por exemplo a função de ouvir áudios de forma mais rápida no aplicativo WhatsApp. Em concordância, a psiquiatra norte americana Anna Lembck em sua obra “*Nação Dopamina: Por que o excesso de prazer está nos deixando infelizes e o que podemos fazer para mudar*” (2022), discute a relação do hormônio dopamina com a sensação de satisfação e felicidade, liberado após o organismo ser estimulado. Lembck (2022) busca demonstrar que a exacerbada liberação da dopamina acontece também com o frequente uso das redes sociais, pois cada postagem, vídeo ou curtida, causa no corpo um prazer imediato, o qual necessitará de estímulos cada vez mais elevados. Assim, o ambiente tecnológico torna-se uma necessidade coletiva não só pelo

(cont.)

(cont.) entretenimento proposto, mas também devido a uma tendência biológica, contribuindo com a massiva troca e publicação de dados por meio digital, que expõe a subjetividade a uma intensa e deturpada agilidade na noção de tempo, e dessa forma reestruturando a relação eu-mundo.

No que se refere à técnica de multitarefas, Han (2015) revela que não representa nenhum progresso civilizatório, já que o animal em seu estado selvagem precisa dividir sua atenção nas inúmeras atividades diárias, deixando de lado o aproveitamento contemplativo. Dessa forma, entende-se que a percepção de um mundo acelerado culmina em uma busca por dopamina imediata nos meios digitais, tendo como resultado a exposição ao excesso de informação, abrindo lacunas para conhecimentos não fidedignos adentrarem a mente da população e conseqüentemente afetar na relação: ser humano x tela. Ademais, durante a pandemia de Covid-19, o fenômeno chamado de infodemia deixou notório o perigo que as informações excedentes podem causar durante esse evento histórico. Nesse sentido, Domingues (2021) mostra a ameaça à saúde pública que a falta de cuidado nas novas formas de comunicar riscos apresenta, deixando o interlocutor cada vez mais angustiado e ansioso, em que seu nível de estresse aumenta e por muitas vezes ele tem acesso a notícias não verdadeiras que o desempodera, fazendo com que aos poucos vá perdendo sua autonomia.

Conclusão

Entende-se, portanto, que com a nova racionalidade do capitalismo e a chamada Revolução da Internet, as pessoas passaram a construir sua singularidade psicológica de uma forma muito peculiar, visto que, com a exposição nas mídias a realidade digital se tornou mais presente no dia a dia. Dito isso, os efeitos no que tange o aspecto subjetivo dos sujeitos parece girar em torno não apenas da noção de si, mas de aspectos mais complexos da vida como a noção de tempo, aceleração, excesso de informações e descargas hormonais. Vale ressaltar, que a realidade contemporânea está imersa no pan-óptico digital que o sistema vigente tem se utilizado, para tanto é chegado o entendimento que as novas formas de ser e existir tem passado por mudanças, e conseqüentemente a formação da subjetividade humana tem sido resultado dessas inúmeras modificações, corroborando com o baixo aproveitamento de si mesmo, deixando de lado o processo criativo que aos poucos transforma o indivíduo em escravo do sistema neoliberal, contribuindo com o sentimento de angústia e aumento de comportamentos ansiosos.

Referências

- CAMPOS, G. R.; FARIA, H. M. C.; SARTORI, I. D. Cultura da Estética: O Impacto do Instagram na Subjetividade Feminina. Caderno de Psicologia 01 (2): 310-334, Juiz de Fora – MG, 2019.
- DOMINGUES, Larissa. Infodemia: Uma ameaça à saúde pública global durante e após a pandemia de Covid-19. Reciiis: Revista Eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 12-17, 2021. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2237>. Acesso em 25 de agosto de 2022.
- HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. 1. ed. Belo Horizonte: Âyné, 2018.
- HAN, Byung-Chul. Sociedade da transparência. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2017.

(cont.)

(cont.)

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Uso de Internet, televisão e celular no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

LEMBKE, Anna. Nação dopamina: Por que o excesso de prazer está nos deixando infelizes e o que podemos fazer para mudar?. 1. ed. Belo Horizonte: Vestígio, 2022.

ROCHA, Camila Bernardino; SOUZA, Pricila Pesqueira de. Uma visão psicanalítica sobre o excesso de exposição nas redes sociais. Psicologia.pt, Dourados, 2019. Disponível em: https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:2gSHNtTlrlIJ:scholar.google.com/+UMA+VIS%C3%83O+PSICANAL%C3%8DTICA+SOBRE+O+EXCESSO+DE+EXPOSIC%C3%87%C3%83O+NAS+REDES+SOCIAIS&hl=pt-BR&as_sdt=0,5 . Acesso em 23 de agosto de 2022.

SEXUALIDADE E SAÚDE MENTAL: debates da saúde coletiva com usuários do CAPS

Izandra Cardoso Reis¹; Michelle Conceição Guimarães Silva¹ ; Lucas de Almeida Modesto²

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

²Mestrando no Programa de Pós Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução

A Portaria N° 336, de 19 de fevereiro de 2002, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e reformula o modelo assistencial em saúde mental. É por meio dessa Portaria que são estabelecidos os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), constituídos em três modalidades de serviços (CAPS I, CAPS II e CAPS III), se distinguindo pelo Artigo 3º, mas que cumprem a mesma função no atendimento público em saúde mental.

Os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) são espaços serviços de atenção diária em saúde mental que substituem os hospitais psiquiátricos e que compreendem o princípio da integralidade, assistindo os seus usuários nas diversas áreas do ser humano (MIELK et al., 2009). Vale lembrar que um desses aspectos da integralidade corresponde a sexualidade, que por sua vez, ainda detêm muitos tabus, sendo relacionada unicamente ao ato coito, pois parte de um discurso sustentado pela lógica médica, jurídica e religiosa (CECCARELLI; ANDRADE, 2018).

Para além de noções essencialistas e normatizadoras, Detomini e Raserá (2018) discutem a complexidade e importância da temática para a área de saúde mental, a qual entende a sexualidade a partir dos sentidos que as pessoas atribuem a essa esfera da vida. Quando as vivências da sexualidade são atravessadas pelas vivências como usuários de um CAPS, os estigmas e preconceitos sociais são maiores, o qual só reafirmam as experiências de violação no exercício de direitos (DETOMINI; RASERA, 2018). O objetivo desse trabalho é discutir os diversos sentidos de sexualidade com usuários do CAPS.

Material e métodos

Para melhor discutir a temática da sexualidade e saúde mental no CAPS, foi realizada uma pesquisa qualitativa com usuários desse serviço, considerando os critérios de bem-estar integral (físico, psicológico e social) do indivíduo. O público envolvido foram 11 usuários de um CAPS II da Região Metropolitana de Belém, com idades entre 17 e 66 anos, sendo a maioria do público composto por mulheres. Para a investigação qualitativa e coleta de dados, foi utilizado um material no formato de folder contendo informações sobre a sexualidade, os quais puderam subsidiar o início da atividade. Com isso, o procedimento realizado com os usuários teve como característica uma roda de conversa mediada por um psicólogo, duas estudantes de psicologia e um pedagogo. A roda de conversa ocorreu pela troca de informações; relato das vivências dos usuários; respostas para dúvidas recorrentes; bem como encaminhamentos para outros setores da saúde.

Resultados e discussão

Notou-se o interesse na temática na maioria dos usuários do CAPS, sobretudo, pela incidência de dúvidas a respeito da sexualidade como elemento constitutivo da saúde mental. Ademais, outras questões envolvendo conhecimentos de outras áreas da saúde foram pertinentes, sendo necessário o encaminhamento do psicólogo para outros profissionais, a fim de resolver as demandas trazidas pelos usuários. A partir dessas múltiplas questões foram formuladas as discussões sobre o sentido da sexualidade e saúde mental.

(cont.)

(cont.)

Em consonância ao que se entende como saúde mental em um nível mais integral e complexo, a pertinência da discussão dos atravessamentos da sexualidade como elemento importante para o bem-estar das pessoas remete a ratificação de que esta temática precisa ser melhor discutida. Assim, os debates de Detomini e Rasera (2018) são retomados, demonstrando que a sexualidade é atribuída de sentido particular, conforme a vivência de cada pessoa. Na discussão, os usuários do CAPS demonstraram compreender a sexualidade de modo distinto um dos outros, e por vezes essa sexualidade era relacionada ao ato sexual, as suas relações interpessoais, cuidados com o corpo, entre outros sentidos. Dessa forma, entende-se a sexualidade e saúde mental como elementos fortemente subjetivos e únicos de cada usuário.

A experiência vivida no CAPS reflete uma condição mais profunda da sexualidade, uma vez que ela repercute em noções básicas de autocuidado, autoconhecimento e qualidade de vida, pois caracteriza os vários entendimentos sobre sexualidade desse público. Além disso, a importância do trabalho interdisciplinar com esses usuários foi de suma relevância, já que a constituição biopsicossocial está sendo atravessada a todo momento, especialmente, àqueles que necessitam de tratamento psicofarmacológicos e psicoterápicos.

Conclusão

Diante das portarias que estabelecem os CAPS como serviços de saúde mental, é válido entender sua contribuição para o bem-estar dos seus usuários. Além disso, é necessário compreender que o conceito de saúde mental discutido trata-se de algo mais amplo e complexo, portanto, deve ser entendido de modo integral. O trabalho exposto abordou a relação entre a saúde mental e a sexualidade com os usuários de um CAPS, visto descrever os sentidos atribuídos por essas pessoas. Para tanto, a atividade realizada fomentou discussões pertinentes sobre as vivências e necessidades de cada usuário frente a temática, de modo a reafirmar a importância de um trabalho interdisciplinar nesses espaços, bem como a abertura ao diálogo.

Referências

- CECCARELLI, Paulo Roberto e Andrade, Eduardo Lucas. O sexual, a sexualidade e suas apresentações na atualidade. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental* [online]. 2018, v. 21, n. 2 [Acessado 6 Setembro 2022] , pp. 229-250. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1415-4714.2018v21n2p229.2>>. ISSN 1984-0381. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2018v21n2p229.2>.
- DEDOMINI, Vitor Corrêa; RASERA, Emerson Fernando. Sexualidade e saúde mental: Construindo sentidos com pessoas usuárias de um CAPS. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal , v. 23, n. 3, p. 306-316, set. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000300010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 set.2022.<http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180029>.
- MIELK, Fernanda Barreto et al. O cuidado em saúde mental no CAPS no entendimento dos profissionais. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2009, v. 14, n. 1 [Acessado 6 Setembro 2022] , pp. 159-164. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100021>>. Pub. 20 Jan 2009. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100021>.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 10.216, de 19 de fevereiro de 2002. PORTARIA Nº 336, de 19 de fevereiro 2002. [S. l.], 19 fev. 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acesso em: 6 set. 2022.

SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO DE VÍNCULOS TRABALHISTAS: uma pesquisa bibliográfica

Renato Ladislau da Costa¹; Michelle Conceição Guimarães Silva¹; Michele Torres dos Santos de Melo²

¹Graduanda(o) em Psicologia pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ)

²Doutoranda e Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução

O avanço do neoliberalismo vem ganhando contornos jamais vistos, alavancado pela globalização e suas tecnologias que propiciam novas formas de trabalho, substancialmente pautadas no aumento da informalidade, degradação dos direitos sociais e dos vínculos trabalhistas, em uma “lógica destrutiva do capital” (ANTUNES, 2018, p. 30).

Nesse sentido, autores como Araújo (2020) e Rocha; Pistolato e Diniz (2021) expõem as situações insalubres vivenciadas pelos brasileiros em uma condição de desemprego iminente, como instabilidade contratual e salarial. Além disso, conforme Figueiredo e Klautau (2019), a flexibilização do trabalho instaura um cenário de enorme insegurança, culminando em uma sensação de desamparo e isolamento, com o individualismo tomando conta das relações trabalhistas.

Portanto, com o modelo neoliberal submetendo as pessoas às condições precárias de trabalho, subjugando-as a partir da institucionalização das precariedades e enfraquecimento dos vínculos trabalhistas, objetiva-se aqui, partindo de uma pesquisa bibliográfica, pôr em evidência a relação entre as condições estruturais instituídas pela precarização do trabalho e o adoecimento psicológico das pessoas em nossa sociedade.

Material e métodos

De acordo com Pizzani et al (2012) a busca de informações na literatura é essencial para a pesquisa. Dessa forma, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, de natureza básica e explicativa que pretende elucidar questões referentes a saúde mental e precarização no trabalho.

Foram escolhidas duas bases de dados científicas, considerando a confiabilidade das publicações: SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). Os descritores foram “Trabalho”, “Precarização” e “Saúde mental”, aplicados junto ao operador booleano “AND”, visto que há relação entre tais temas na atual conjuntura neoliberal. No mais, optou-se pela seleção das produções publicadas a partir do ano de 2018, obedecendo a contemporaneidade do tema, e que estavam na língua portuguesa do Brasil, por ser o contexto alvo de interesse aqui.

Resultados e discussão

Os resultados evidenciaram um grande número de publicações sobre o contexto do trabalho (SciELO: 82 publicações e PePSIC: 72 publicações). Entretanto, apenas oito artigos foram selecionados por atenderem claramente aos critérios já mencionados.

A partir desse referencial, pode-se observar que a dinâmica neoliberal capitalista necessita de mecanismos de regulação, dentre eles, a flexibilização e terceirização, que surgem como percussoras das precariedades institucionalizadas no trabalho (ARAUJO, 2020). Concomitante a isso, Brandolt et al (2021) afirmam que a vulnerabilidade gerada por tal flexibilização acarreta em diversas inseguranças na vida dos trabalhadores, desencadeando sentimentos de desvalorização, esvaziamento e desamparo, além de expor essa população à baixa remuneração e sobrecarga de trabalho, fatores que foram acentuados após a institucionalização da Reforma Trabalhista de 2017 (ARAUJO, 2020) e, especificamente no ramo da estética, com a Lei do Salão Parceiro (SOUZA; BORGES, 2020).

(cont.)

(cont.)

Durante a pesquisa, observou-se uma relação intrínseca entre a flexibilização e o enfraquecimento do bem-estar da existência humana, pois, assim como na situação de algumas professoras que passaram a lidar com esgotamento e frustração em suas jornadas exaustivas de trabalho advindas da flexibilização (FACCI et al, 2018), as pessoas que trabalham em salões de beleza, após a Lei Salão Parceiro, tiveram suas remunerações diminuídas e jornadas maiores de trabalho, mesmo não sendo contratadas como CLTs pelos salões (SOUZA; BORGES, 2020). Outro exemplo são as pessoas que trabalham através de aplicativos, que não possuem nenhum vínculo ou suporte trabalhista (ROCHA; PISTOLATO; DINIZ, 2021). Situação semelhante é a dos operários autônomos, que são contratados de forma displicente e lidam com as incertezas proporcionadas pelo do total desamparo do contratante, mesmo quando sofrem algum acidente de trabalho (PEREIRA, 2018).

Ora, todos esses grupos destacados durante a pesquisa compartilham as mazelas vindas de uma mesma lógica desenvolvida pelo neoliberalismo, a qual submete as pessoas a situações precárias no trabalho, em prol da conquista e acúmulo do capital para as empresas (ANTUNES, 2018, p.30). Em concordância, Rocha; Pistolato e Diniz (2021) discorrem sobre a flexibilização e a transferência de reponsabilidade proporcionada por ela, visto que, nesta modalidade, o trabalhador torna-se o principal responsável por suas condições de trabalho. Nesse contexto, o trabalhador tem que lidar com baixa remuneração e jornadas exaustivas advindas da desvinculação trabalhista, corroborando com seu adoecimento físico e psíquico, na medida em que há um movimento de diminuição da sociabilidade do trabalhador, com o trabalho ocupando tempo e espaços destinados a outras instâncias importantes da existência, como o lazer, por exemplo (SOUZA; BORGES, 2020).

Conclusão

Por fim, fica evidente que as recentes políticas reformistas no Brasil têm contribuído para um retrocesso trabalhista, prova disso são leis já mencionadas, como a Reforma Trabalhista de 2017 e a Lei do Salão Parceiro. Tais leis, desestabilizaram a empregabilidade no país, pois propiciam situações precárias, instáveis e o rompimento dos vínculos empregatícios, ou seja, a perda de direitos básicos, bem como em nada diminuíram o desemprego, o que reforça a compreensão de que a atual legislação trabalhista atende interesses unilaterais e não representam melhora alguma para a classe trabalhadora. Portanto, compete às instituições de Assistência à Saúde e Social servirem de suporte para as pessoas que sofrem com essa nova realidade trabalhista, promovendo a manutenção do direito integral à saúde, a qual perpassa pelas diversas instâncias da vivência humana, dentre elas, o trabalho, que tem se tornado inóspito com o avanço do neoliberalismo, cabendo também às instituições questionarem esse modelo de gestão trabalhista.

No mais, apesar da logica neoliberal, a nova classe trabalhadora já tem dado sinais de união, destacando-se, dentre os estudos levantados aqui, as paralisações realizadas pelos entregadores de aplicativos desde 2020, afim de reivindicarem melhores condições de trabalho. Tais paralisações demonstram que, mesmo dentro de uma ideologia individual que desmantela sindicatos, a cooperação ainda pode emergir nas novas formas de trabalho, indicando um caminho possível e já conhecido na luta pela promoção dos direitos trabalhistas.

Referências

ANTUNES, Ricardo. A Explosão Do Novo Proletariado De Serviços. In: ANTUNES, Ricardo. O Privilégio Da Servidão. São Paulo: Boitempo, 2018. p. (30)-(75).

(cont.)

(cont.)

ARAUJO, José Newton Garcia de. Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. (79)-(93), jun. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v23n1/a07v23n1.pdf> Acesso em: 06 set. 2022.

BRANDOLT, Carheline Rubim et al. Condições de trabalho de psicólogas(os) resultantes do processo de terceirização na assistência social. *Psicologia e Sociedade*, v. 33, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33229301> Acesso em: 06 set. 2022.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias, URT, Sonia da Cunha; BARROS, Ana Teresa Fernandes. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. *Psicologia Escolar e Educacional [online]*. 2018, v. 22, n. 2, p. (281)-(290). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539201802175546>>. Acesso em: 07 set. 2022.

FIGUEIREDO, Franciana; KLAUTAU, Perla. O sujeito à mercê do mercado: Desemprego e precarização das relações de trabalho. *Trivium: Estudos interdisciplinares*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, ed. 2, p. (146)-(155), 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v11n2/v11n2a03.pdf> Acesso em: 06 set. 2022.

PEREIRA, Maristela de Souza. Os processos de precarização do trabalho e seus reflexos no adoecimento de trabalhadores brasileiros: um estudo de caso. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. (208)-(220), 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v11n2/03.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. da; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. (53)-(66), 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 06 set. 2022.

ROCHA, Raoni; PISTOLATO, Leonardo; DINIZ, Eugênio Paceli Hatem. Precarização do trabalho travestida de modernidade: uma análise da tarefa de entregadores de mercadorias. *Rev. Psicol., Organ. Trab.*, Brasília, v. 21, n. 4, p. (1681)-(1689), dez. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572021000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 set. 2022.

SOUZA, Mariana Machado; BORGES, Livia de Oliveira. Salão Parceiro na Prática: Submissão ou Autonomia. *Psicologia & Sociedade.*, Belo Horizonte, MG, v. 32, p. (1)-(16), 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32218817> . Acesso em: 06 set. 2022.

TRABALHO DOMÉSTICO E SAÚDE MENTAL DA MULHER: uma revisão integrativa da literatura

Camila Acácio Moura¹; Dayana Alves Soares¹; Laura Silva Nunes¹; Michelle Conceição Guimarães Silva¹; Suyá Carneiro Lóssio¹; Ana Carolina Secco de Andrade Mélou²

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

²Doutoranda e Mestra em Psicologia (UFPA)

Introdução

Gênero é uma construção social, um produto cultural que não advém diretamente do sexo biológico. A partir do século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo, os homens foram direcionados às atividades no espaço público, ao mundo, ao âmbito político, e as mulheres destinadas à esfera privada, à casa, à família e, assim, à invisibilidade (Butler, 2003).

A inserção das mulheres no mercado econômico formal não as poupou do tempo gasto com trabalho doméstico e os filhos – as funções foram acumuladas (SILVEIRA; TITO, 2008). A associação entre trabalho doméstico e saúde mental resulta em mulheres com alta sobrecarga doméstica, as quais têm maior prevalência de transtornos mentais comuns se comparadas a mulheres com baixa carga, dedicadas ao mesmo trabalho. Esta sobrecarga se intensifica em mulheres casadas, negras, com baixa escolaridade e com filhos(as). Frisa-se que no caso de mulheres casadas, apesar da união de dois adultos, há sobrecarga de atividades domésticas para as mulheres (PINHO; ARAÚJO, 2012).

A Psicologia Social é um campo de estudo que se preocupa em entender o indivíduo por meio dos seus múltiplos atravessamentos (gênero, raça, classe e cultura, por exemplo), portanto, de suma relevância ao analisar o contexto vivido pelas mulheres. O presente trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa de literatura (RIL), quais as implicações do trabalho doméstico na saúde mental das mulheres, sob a ótica da psicologia social.

Material e métodos

A partir do objetivo, houve a busca de artigos para compor esta RIL, que atendessem os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados entre 2011 e 2021; artigos escritos na língua portuguesa; produções relacionadas ao tema e materiais disponibilizados na íntegra. Os artigos que não se enquadraram nos critérios descritos, bem como artigos configurados como revisão de literatura, foram excluídos. Fez-se a busca nas seguintes bases de dados virtuais, considerando qualidade e credibilidade científica: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Biblioteca Virtual em Saúde – Ministério da Saúde (BVS – MS) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Foram utilizados os descritores “efeitos”; “saúde mental”; “mulher” e “psicologia social” combinados cada um em dupla com o descritor “trabalho doméstico”.

Resultados e discussão

Dentre os 131 artigos encontrados, 10 foram selecionados de acordo com os critérios de inclusão, os quais foram analisados e discutidos. Na tabela 1, está evidenciado o total de artigos, encontrados nas bases de dados, que responderam às estratégias de buscas aplicadas.

Tabela 1- Total de artigos encontrados x artigos selecionados, por base de dados

	SciELO	LILACS	PePSIC	BVS
Encontrados	26	21	1	83
Selecionados	2	3	0	5

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica.

(cont.)

(cont.)

Abordar o conceito de gênero faz-se mister para discutir a naturalização da divisão de espaços ocupados por homens e mulheres. Gênero pode ser conceituado como um elemento constitutivo das relações sociais, que se baseia nas diferenças percebidas entre os sexos, bem como um fundamento para significar as relações de poder na sociedade, ou seja, o gênero é entendido como uma criação inteiramente social das identidades subjetivas de homens e mulheres (SCOTT, 1995).

Desta forma, aos homens foram aliados adjetivos como “racional”, “viril” e “produtivo”, e às mulheres foram relacionados adjetivos como “cuidadosa”, “afetuosa”, “atenciosa” e “emotiva”, sem esquecer de mencionar que o ideal da maternidade foi forjado como símbolo maior do feminino. Silva e colaboradores (2012) indicam que há uma diferenciação expressiva do que socialmente é função da mulher, especialmente dentro da esfera privada (doméstica), na qual prevalece o cuidado com os(as) filhos(as) e os afazeres da casa.

Butler (2003) afirma que esta temática é necessária para gerar a visão de que as mulheres são escancaradamente, em um paradoxo “invisível”, destinadas à domesticidade e afastadas de suas realizações pessoais e profissionais. O comportamento social descrito reflete diretamente na saúde mental das mulheres, pois, inúmeras vezes, ao serem inferiorizadas, elas adoecem e assumem uma postura de culpa por não concretizarem as inúmeras demandas a elas destinadas. Deste modo, a complexidade da vida doméstica, que é essencial para a sobrevivência humana, recai de forma desigual sobre as mulheres, refletindo em seu adoecimento (Jablonski e Silva, 2011).

O trabalho doméstico tem reverberações diretas na saúde mental da mulher, sendo sua invisibilidade social e a gratificação quase nula algumas das condições que propiciam o desenvolvimento do adoecimento psíquico. Sintomas de ansiedade e depressão são consideravelmente maiores em mulheres, pois a rotinização de responsabilidades e a desvalorização do trabalho realizado na esfera doméstica são condições presentes e constantes no contexto de vida das mulheres (PINHO; ARAÚJO, 2012).

É cada vez maior o número de transtornos mentais no público feminino. Cerca de 34,3% das mulheres estudadas por Pinho e Araújo (2012) foram diagnosticadas com transtornos que variaram de níveis leves a moderados. Dentre os transtornos identificados, estão em maior prevalência a ansiedade, o transtorno obsessivo compulsivo e a depressão. Os autores apontam também que o índice de transtornos mentais em mulheres que vivem a dupla jornada de trabalho difere conforme sua classe social: mulheres pretas de vinte a trinta anos, que vivem com seus companheiros e filhos, que possuem uma escolaridade de nível médio e que vivem com até dois salários-mínimos, são as mais acometidas, apresentando um índice de 39,0%.

Sobre a situação exposta acima, a Psicologia Social considera que todos os fatores comentados reverberam na constituição integral da mulher. A função do trabalho doméstico destinada de forma desigual para esse gênero é reflexo de um ideal normatizador, e que se trata de uma questão social ainda instaurada na sociedade. Hamann, Barcinski e Pizzinato (2018) defendem que o trabalho doméstico deve ser entendido como qualquer outro trabalho e que regulamentações e honorários, bem como a elaboração de políticas públicas, precisam garantir o exercício dessa atividade, para que as consequências na saúde mental não sejam tão graves.

Conclusão

A pesquisa realizada foi capaz de destacar que a divisão do trabalho atravessa questões não somente sociais e econômicas, mas também de gênero. Esse recorte impacta na distribuição do trabalho doméstico dentro dos lares, destinando às mulheres afazeres básicos como cozinhar, limpar, lavar, organizar e zelar pela casa e filhos. A discussão levantada na RIL constatou os prejuízos (cont.)

(cont.) gerados pelo trabalho doméstico na saúde mental das mulheres, levando em conta os aspectos sociais envolvidos nesse contexto.

Com a revisão dos estudos selecionados, identificou-se que a invisibilidade do trabalho doméstico acentua desigualdades sociais de gênero, classe e raça. Também foi identificado que a sobrecarga doméstica acarreta o surgimento de patologias como ansiedade e depressão, Síndrome de Burnout e Transtornos Mentais Comuns, tais como fadiga, esquecimento, insônia, irritabilidade, dificuldade de concentração, dores de cabeça e queixas psicossomáticas. Além do debate público, enfatiza-se ainda a necessidade de políticas públicas que protejam as mulheres de situações de violência social, psíquica e física associadas ao desgaste trazido pelo acúmulo de tarefas e pela ausência de reconhecimento dos trabalhos realizados.

Agradecimentos

Agradecemos a todas as mulheres que nos cercam nas nossas vidas: mães, irmãs, tias, professoras e amigas que nos incentivam, no cotidiano, a produzir ciência de mulheres para mulheres.

Referências

- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HAMANN, C.; BARCINSKI, M.; PIZZINATO, A. Regulamentação do trabalho doméstico remunerado: implicações psicossociais para trabalhadoras no Brasil. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 51, p. 248-268, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1016838>>. Acesso: 21 set. 2021.
- JABLONSKI, B.; SILVA, M. D(e)scolar de casa: dilemas contemporâneos dos casais de aeronautas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 196-210, ago. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 de set. de 2021.
- PINHO, P.; ARAÚJO, T. Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, Feira de Santana, v. 15, n. 3, p. 560-572, set. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/dxHcftTBL5b8P5YcXmwFwGG/?lang=pt>>. Acesso em: 21 de set. de 2021.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 21 de set. de 2021.
- SILVA, M. et al. Trabalho familiar: distribuição desejada do trabalho doméstico e cuidados dos filhos entre cônjuges. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 124-131, jul. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1983-14472012000100017>>. Acesso em: 21 de set. de 2021.
- SILVEIRA, Maria Lúcia da; TITO, Neuza (org.). Trabalho doméstico e de cuidados: outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

A SUBJETIVIDADE E O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NO COTIDIANO DAS MULHERES

Ana Cleane Souza Gomes¹; Ana Paula Souza Silva¹; Mateus Afonso da Luz Pinheiro¹; Sabrina Nayana de Brito Kim¹; Leonardo Fabiano de Souza Malcher²

¹Graduandos em Psicologia pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

²Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Introdução

O advento da quarta revolução industrial, marcada pela evolução tecnológica e científica, modificou as formas de interação social do sujeito, com o meio digital no âmbito social e laboral. Nesse cenário, as redes sociais passaram a integrar o contexto social, fomentando as questões relativas à comparação e a busca por desempenho na sociedade, sem assim levar em consideração os aspectos da subjetividade humana o qual considera às necessidades e limitações de cada um; nesse plano, as vivências relacionadas ao trabalho passaram a ser delimitadas por padrões estabelecidos pelo aporte digital, em benefício do capital. O impacto das redes sociais na vida humana se aprofunda no cotidiano das mulheres, que, historicamente são impactadas pelos estereótipos impostos socialmente, que envolvem o trabalho doméstico, o materno e o de cuidadora; tarefas que, em muitos cenários, são impostas às mulheres enquanto deveres naturais. Nesse sentido, as atividades realizadas pelas mulheres que, historicamente, vão além das atividades não remuneradas, passam a seguir padrões expostos nas redes sociais; o que corrobora com o acúmulo de tarefas já exercidas pelas mulheres que, em sua maioria, conciliam tarefas domésticas e atividade remunerada. No que diz respeito ao aporte digital, a mídia desenvolve a função de um partido de oposição, que está inteiramente ligado à formação ideológica, atacada por meio de propagandas, notícias e informações preconceituosas sobre questões raciais, financeiras, e sobretudo, de gênero; a mulher é exposta como um objeto de desejo e de fácil utilização. Ademais, é notório ressaltar que a exposição do cotidiano inalcançável tornou-se comum a partir do advento das redes sociais, ferramentas que passaram a ser utilizadas como veículo de comunicação rápida e compartilhamento de informações sobre a rotina, vida social e laboral.

Sendo assim, é válido ressaltar o poderio enorme que as mídias possuem perante a construção e até mesmo ao comprometimento da subjetividade de seus consumidores; observam-se indivíduos que são influenciados e até mesmo alienados por tudo o que leem, ouvem e reproduzem; a busca incessante por informações tem sido o pilar central do desenvolvimento intelectual do consumidor, e, cabe a ele definir o que é útil ou não para si. Porém, com o aumento à exposição de informações, o sentimento de invalidez e impotência diante da impossibilidade de realizar tarefas tanto quanto o que é compartilhado por diversos digitais *influencers* em suas redes tornou-se cada vez mais comum. Diante disso, no que diz respeito a subjetividade feminina o sentimento de incapacidade e de sobrecarga causado pela comparação é cada vez mais recorrente.

Nos comerciais de cerveja as mulheres aparecem de biquíni fio dental exibindo seus belos corpos para o público; corpos esses que não possuem língua, uma vez que essas mulheres não dizem uma palavra; as propagandas de detergente, sabão em pó ou outros produtos de limpeza também são direcionadas às mulheres, já que são elas as responsáveis pelas tarefas domésticas e pela cozinha, são as “rainhas do lar”. Raramente se vê divulgações a respeito do empoderamento feminino, da luta da categoria por melhores condições de trabalho, pelo fim do feminicídio, de relações machistas e abusivas, já que as empresas lavam as mãos perante a equidade de gênero, e que, seu único objetivo é o de promover a sua marca.

(cont.)

(cont.)

Prega-se muito pela igualdade, mas uma igualdade que pouquíssimas mulheres alcançam; a disputa nas redes sociais se dá mediante a quantidade de seguidores que determinada influencer digital possui, o valor estimado do seu patrimônio, qual tem o melhor corpo, o melhor carro e a melhor vida; ainda assim, diariamente, são vítimas de piadas machistas e preconceituosas, e quando se manifestam contrárias a essas atitudes, são fortemente atacadas, através de discursos alegando que estas “querem aparecer”, ou que “não tem o que fazer”, discurso este antigo, que, infelizmente perpetua-se na sociedade. No entanto, levando em consideração a seguinte problemática, pergunta-se: qual a relação entre subjetividade e o aporte digital no cotidiano das mulheres?

Dessa maneira, a fim de contribuir com o campo de estudo da evolução do meio digital e a sua relação com a construção da subjetividade feminina no que diz respeito às vivências das atividades laborais em geral, considerando a significativa quantidade de atividades que, atualmente, por questões de gênero, são exercidas de maneira majoritária por mulheres como: afazeres doméstico, cuidados integrais para a manutenção do bem estar da casa e dos filhos dentre outros; o presente trabalho tem como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica de viés qualitativo com aporte necessário para aprofundar os estudos capazes de evidenciar as mudanças em relação a esfera subjetiva feminina, que envolvem a inserção e evolução das redes sociais e seus impactos na sobrecarga por acúmulo de múltiplas tarefas que acometem a mulher contemporânea.

Material e métodos

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, uma vez que engloba a compilação de artigos científicos voltados para o desenvolvimento do tema em questão, dessa forma a pesquisa utiliza-se da abordagem qualitativa, que reuni materiais de cunho científico que tem por objetivo a análise coletiva ou individual, de aspectos presentes ou ausentes de determinado contexto, como forma de estudar as experiências vividas acerca do determinado tema (BARDIN,2011). Dessa maneira, a abordagem qualitativa corresponde a um método de investigação acadêmico que se diferencia da abordagem quantitativa, pois não busca metrificar o fenômeno estudado, mas sim compreender seus aspectos tanto objetivos quanto subjetivos (CRESWELL, 2021). Nesse sentido, a pesquisa foi desenvolvida, por meio de buscas nas plataformas digitais, como a SciELO e o CAPES, com o intuito de buscar temáticas, assim como livros que apresentassem discursões acerca da relação envolvida entre as mulheres e as redes sociais na contemporaneidade, para isso foi realizado a seleção e a organização dos materiais encontrados, por intermédio do software Microsoft Office Word 2010, e anotações manuais para o desenvolvimento do aporte teórico.

A partir do objetivo, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados entre 2015 e 2022, artigos escritos na língua portuguesa, artigos e demais produções literárias com textos integralmente disponíveis; como critérios de exclusão: artigos e/ou livros em língua inglesa ou outros idiomas estrangeiros, artigos incompletos, artigos que não tange a temática proposta, artigos anteriores ao ano de 2015. Nesse sentido, os artigos e materiais que não se enquadraram nos critérios de inclusão foram excluídos. Posteriormente, fez-se uma busca exclusivamente na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Resultados e discussão

Ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, notou-se que, por volta de 1808, na imprensa, embora houvesse o predomínio masculino, também surgiam publicações de moda e literatura direcionadas ao público feminino, além de conteúdos voltados para os afazeres domésticos, voltados para o público feminino exclusivamente, pois nelas eram depositadas expectativas relacionadas ao comportamento e a sua beleza, no contexto social. (cont.)

(cont.) Com isso, na imprensa feminina predominavam dois tipos de direções, que eram: 1) a imprensa tradicional, excluía a liberdade de práticas fora do contexto do lar, engrandecendo a magnitude do trabalho doméstico da época, desempenhado exclusivamente por mulheres e 2) a imprensa progressista, onde os direitos das mulheres eram defendidos, destacando-se a educação nesse contexto. Além disso, no século XIX, umas das principais pautas da mídia alternativa da época era a de discutir a respeito da participação das mulheres na política, além da quebra de costumes (COSTA; PIRANI, 2021).

Han (2015) foi bem enfático ao retratar que as redes sociais alteram o modo de como os indivíduos se comunicam e se relacionam; no entanto, as mídias digitais acabam por representar uma significativa influência na vida das mulheres em especial no jeito ideal de trabalho dos sonhos, que é propagado pelos meios de informação, enquanto uma atuação laboral humanamente irreal, uma vez que, a realidade de cada mulher, atualmente, está bem aquém dos rótulos que a sociedade impõe. Some-se a isso, as mulheres da sociedade atual lutam não somente pela quebra de pensamentos e de relações machistas, mas também, por suas próprias vidas. Conforme apontou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019, no Brasil, semanalmente, as mulheres dedicaram quase o dobro do tempo (21,4 horas) nos afazeres domésticos ou aos cuidados de pessoas, em se tratando dos homens (11,0 horas), o que reforça que as mulheres ainda são vistas como cuidadoras dos lares, dos filhos, etc. A análise feita por Hirata; Kergoat (2007) também nos remete que, em pleno século XXI, ainda se pensa que a mulher só pode desempenhar as atividades do lar, e que, não há possibilidades de inserção desta em outros ambientes de trabalho, como em grandes empresas, por exemplo, além disso, mesmo as mulheres que ascenderam socialmente ainda acabam delegando as atividades domésticas para outras mulheres, na maioria dos casos. Hodiernamente, ainda se instaura na sociedade a gravidade dessa problemática, relacionada à inserção da mulher nas atividades laborais, para além das atividades domésticas, relevando-se somente à percepção da importância da mulher na sociedade, sob a óptica dos estereótipos e paradigmas que prevalecem até os dias atuais no mundo, não bastando apenas mudar as leis, o governo e afins, mas, mudar todo um contexto, pensamento, sejam eles objetivos ou subjetivos por de trás desses indivíduos.

Atualmente, no Brasil, entende-se que as mulheres que são vítimas de violência no contexto social e no âmbito laboral sofrem por um fenômeno que é de cunho estrutural, no qual, englobam-se diversos tipos de relações, não estando ligada somente às mulheres, mas abarcando toda a sociedade; sendo assim, tendo em mente que o impasse envolve a sociedade de modo geral, é imprescindível, portanto, a intervenção política, com o intuito de medir esforços para a quebra de determinados padrões e paradigmas predominantes na vivência das praticantes de tais ações, uma vez que a predominância da violência atrelada dos às mulheres está diretamente ligada ao avanço do uso das mídias sociais, pois, a internet é capaz de alterar a rotina e até mesmo a forma de se relacionar na atualidade, uma vez que, a facilidade de comunicar-se globalmente a partir do compartilhamento de informações tem sido fundamental para as interações sociais tanto por pares e grupos quanto por instituições no âmbito digital. (SILVA et al, 2016).

Conclusão

A presente pesquisa destaca que o construto subjetivo feminino é fortalecido a partir de um processo histórico-social que transforma as interações sociais estabelecidas dentro e fora no universo digital. Este último, obtendo cada vez mais notoriedade como reflexo do uso crescente das mídias digitais, além do predomínio feminino como usuárias dessas tecnologias, e a qual é destinada a maioria dos serviços, produtos e entretenimentos ofertados nas mídias sociais.

(cont.)

(cont.)

Mais do que destacar os atravessamentos digitais nas diferentes esferas do cotidiano das mulheres, é fundamental pontuar a invisibilidade dos vetores como gênero, classe e raça dentro do universo da mulher que são pautados de forma pouco evidente nas mídias, mas que perpassam desde conciliação e delegação do trabalho doméstico, imaterial, os agravos das distinção de classe e raça às contribuições para novas formas de violências implícitas as quais as mulheres são vítimas, e algumas vezes, autoras dentro de um gênero que as unem e a classe que as separam. Portanto, enfatiza-se a importância da continuidade de estudos futuros que além de analisar, evidenciem construtos acerca da “semiótica tecnológica” inserida na intersubjetividade feminina que reflete na realidade de diferentes mulheres. Isto é, das representações e significados que os signos produzidos e reproduzidos (verbal ou não verbal) no âmbito mídias digitais exercem no cotidiano feminino, bem como, os reflexos heterônomos socioeconômicos que as envolvem.

Referências

- BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. Acesso em: 09 de setembro, de 2022.
- COSTA, Mayara Lopes; PIRANI, Matheus Catalano. A Evolução da Imprensa Feminina Brasileira: A inserção do Movimento Feminista na escrita e na Mídia Digital. Disponível em: <https://revistaibericadodireito.pt/index.php/capa/article/view/43>. Acesso em 08 de setembro, de 2022.
- CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Penso Editora, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581334192/pages/recent>. Acesso em: 09 de setembro, de 2022.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Violência contra mulheres em 2021. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 11 de setembro, de 2022.
- Han, Byung-Chul. Sociedade do Cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015. Acesso em 23 de agosto, de 2022.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de pesquisa, v. 37, p. 595-609, 2007. Disponível em: SciELO - Brasil - Novas configurações da divisão sexual do trabalho Novas configurações da divisão sexual do trabalho Acesso em: 23 de agosto, de 2022.
- IBGE educa. INDICADORES SOCIAIS DAS MULHERES NO BRASIL. sd, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21241-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 10 de setembro, de 2022.
- SILVA, Camila Britano; KETTERMANN, Beatriz John; CERETTA, Sabrina; NIELSSON, Joice Graciele. Violência de gênero e mídia digital: uma complexa e conturbada relação. Disponível em: [file:///C:/Users/Chriss/Downloads/7351-Texto%20do%20artigo-31714-1-10-20160923%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Chriss/Downloads/7351-Texto%20do%20artigo-31714-1-10-20160923%20(1).pdf). Acesso em 08 de setembro, de 2022.

AS IMPLICAÇÕES DA UBERIZAÇÃO NO QUE TANGE O INDIVÍDUO EMPREENDEDOR

Evelin Cristine Santos Paixão¹; Leonardo Fabiano de Sousa Malcher²

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

²Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Introdução

O Neoliberalismo é um sistema econômico e político que surgiu por volta das décadas de 70-80 do século XX e tem entre suas principais características a intervenção mínima do estado e a máxima liberdade de mercado incentivando a iniciativa privada. Sobre isso, o sociólogo Ricardo Antunes relata a variabilidade que o mundo do negócio percorreu, iniciando na industrialização perpetuando até os dias atuais, onde o novo fenômeno econômico que vigora é o empreendedorismo. Por isso que, sob a atual fase do capitalismo, o domínio do trabalho é, mais do que nunca, domínio do tempo de trabalho (ANTUNES, 2010)

É neste mesmo contexto do neoliberalismo que surge o processo de uberização. A Uberização é um novo conceito do mundo dos negócios desenvolvido para caracterizar a forma flexível no qual o sujeito empreendedor escolhe seu horário de serviço, opta pela quantidade de horas que irá desempenhar sua atividade e estando sem vínculo empregatício, levando o empreendedor a abrir mão de seus direitos profissionais. É relevante investigar como o neoliberalismo influencia diretamente o sujeito no sentido da lógica do empreendedorismo, em que está relacionado ao processo de autoexploração e a falsa liberdade que o sistema econômico proporciona, modo que possam ser investigados quais são as consequências para o indivíduo empreendedor que se submete a cargas horárias extensivas de serviço, ausente de direitos trabalhistas com a fomentação das técnicas de poder neoliberais sutis existentes. (HAN, 2015)

O presente estudo busca demonstrar como se dá a submissão do sujeito dentro da lógica da uberização e do empreendedorismo que é submetido. Por isso, faz-se necessário analisar quais as implicações na saúde do sujeito empreendedor que vive da economia uberizada?

Material e Método

O presente estudo configura-se como um artigo de revisão, com a utilização de artigos publicados entre 2018 e 2022, utilizado duas bases de dados, sendo 3 retirados do CAPES e 2 retirados do SCIELO, utilizando os descritores uberização, economia, saúde; com exceção ao livro de Byung Chul Han, no qual será utilizado como base para as discussões relacionadas ao neoliberalismo e as novas técnicas de poder do mundo do trabalho. A pesquisa foi baseada em estudos de autores como Ricardo Antunes e Byung Chul Han, que são profissionais que tiveram muito como contribuir quando se trata do que foi proposto nos objetivos.

Resultados e Discussão

“Empreendedorismo é um processo de criar algo diferente e com valor, dedicando tempo e esforços necessários” (HIRSCH, 2009, p. 30). Partindo desse ponto, pode-se concluir que o empreendedor é o sujeito que tem como interesse utilizar de sua criatividade e esforço para desenvolver maneiras de empregar no mercado de trabalho e obter um retorno financeiro. O número de empreendedores brasileiros aumentou em 2021, registrando um número de 35% de novos empreendedores no mercado (SEBRAE, 2021), é um dado de grande relevância quando trata-se da influência significativa da ótica neoliberal, com a contribuição das mídias para um ideal de liberdade, propondo aos indivíduos a suposta liberdade de horário, de local, sem a necessidade de estar presente um membro hierárquico superior, fatores que são vistos de forma positiva para os indivíduos.

(cont.)

(cont.)

Entretanto, essa perspectiva neoliberal em que leva os sujeitos a acreditarem na falsa liberdade que lhes é proposta, na verdade os coloca a agir como servos da política neoliberal, “ A liberdade individual é uma servidão na medida em que é tomada pelo capital, assim o capital explora a liberdade do indivíduo para se reproduzir” (HAN, 2000, p. 13), destacando a ideia de que o sujeito quanto mais produz por horas extensas de trabalho, sem horário de descanso, por se sentir livre, maior é a sua servidão a reprodução do sistema.

Nesse sentido, configura-se uma nova forma de trabalho, o modelo da uberização, que foi desenvolvido em 2014 caracterizando os indivíduos que empreendem como parceiros para organizações, que não tenham patrimônios ou renda mensal fixa, encontram essa nova forma de utilizar de seu tempo para ter um retorno financeiro. Entretanto, é considerável as condições precárias de trabalho exercidas por esses empreendedores por terem um retorno monetário pequeno, necessitam passar horas extensas de trabalho sem direito a descanso, seguro de vida quanto a acidentes, desgaste físico e mental e aluguel de ferramentas de trabalhos que são custeados pelo próprio trabalhador. Em relação ao proposto, foi realizado uma pesquisa que salienta que 54% dos trabalhadores que vivem sob o sistema da uberização trabalham por mais de 10 horas diárias (ALIANÇA BIKE, 2019),

Conclusão

Diante da revisão integrada de literatura, foi perceptível a influência do sistema neoliberal para o sujeito empreendedor, que através dessa ótica, procura maneiras de exercer no mercado de trabalho através do fenômeno da uberização, que é caracterizada pela precarização do trabalho e ausência de uma regularização do trabalho em aplicativos. Demonstrando que, através dessa falta de regularização de direitos trabalhistas, os sujeitos que empreendem neste ramo são acometidos por horas extensas de trabalho e desgaste físico e mental, podendo ser ocasionando em transtornos como burnout.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. Trabalho, educação e saúde, v. 1, p. 229-237, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/jGSb8jWJPtWKnTjcHw8B7Cn/?format=pdf&lang>>. Acesso em: 22/08/2022.
- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. Psicoperspectivas, Campinas, v. 18, n° 13, p. 1-3, novembro de 2019. Disponível em <<https://www.scielo.cl/pdf/psicop/v18n3/0718-6924-psicop-18-03-41.pdf>>. Acesso em: 07/09/2022.
- HISRICH, Roberto D. et al. Empreendedorismo. Porto Alegre: Brookman, p. 30, 2009.
- HARVEY, David. O neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Loyola, p. 3-4, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/827027/mod_resource/content/1/HARVEY.%20%20Neoliberalismo%20%28pp.%2011-47%29.pdf>. Acesso em: 22/08/2022.
- HAN, Byung Chul. Psicopolítica- O Neoliberalismo e as Novas Técnicas de Poder. Áyiné, p. 9-27, 2014.
- PESQUISA de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo. Aliança Bike, 2019. Disponível em: <relatorio_s2.pdf (aliancabike.org.br)>. Acesso em: 22/08/2022.

ENCONTRO COM OUTRO EM UM CAPS III DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: um relato de experiência do estágio básico em saúde

Thaiany Feitosa Torres¹; Eduarda Gabriela Rosário Vila Nova¹; Alane Amara Lima da Silva¹; Ana Gabrielly Silva Machado¹; Adryenne Alayne Lobo Costa¹

¹Graduandas em Psicologia pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ)

Introdução

A Atenção Primária à Saúde no Brasil, onde o cuidado a saúde mental se integra, constitui-se como a porta de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como atributo a acessibilidade, longitudinalidade e integralidade do cuidado, por meio de ações de saúde à níveis individuais e coletivas que envolve a promoção, prevenção e manutenção de saúde (TESSER; NORMAN; VIDAL, 2018). Isto posto, a Saúde Mental (SM) é um campo teórico-prático repleto de possibilidades estratégicas para a (re)construção subjetiva do bem-estar e de vínculos significativos entre os sujeitos envolvidos, propiciando escuta e acolhimento como ferramentas de enfrentamento ao adoecimento psíquico (ALARCON, 2017).

Dessa forma, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) configura-se como um serviço de saúde comunitário com um caráter afetivo, social e político, considerando o sujeito em sua relação com o mundo. Essencialmente, esses modos de cuidados devem ser subsidiados em saberes e práticas sociais baseadas na humanização e no compromisso ético e político, como também, a partir de um olhar sensibilizado sobre atos humanos que potencializem o florescimento subjetivo desses sujeitos dentro dos seus territórios (TORRE; AMARANTE, 2001).

O presente estudo tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas de estagiárias de Psicologia no estágio básico em um CAPS III adulto da Região Metropolitana de Belém, onde foram realizadas atividades em sala de espera e em grupos terapêuticos com o intuito de possibilitar um espaço de acolhimento, escuta, informações e fomentar o protagonismo dos usuários e seus acompanhantes em seu processo de cuidado. Além disso, as estagiárias observaram os atendimentos psicológicos conduzidos pelos(as) psicólogos(as) do CAPS III, com a finalidade de ampliar o olhar clínico ao se aproximar das narrativas dos usuários do serviço de saúde mental.

Material e Método

Trata-se de um relato de experiência, onde foram realizadas atividades em sala de espera, utilizou-se panfletos informativos confeccionados pelo CAPS III acerca das temáticas de prevenção ao suicídio, prevenção ao câncer de próstata e prevenção ao HIV/AIDS, e folders sobre autocuidado e prevenção ao câncer de mama confeccionado pelas estagiárias. As atividades em sala de espera ocorreram nos eventos em alusão e conscientização ao setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul e dezembro vermelho, organizados e conduzidos pelas psicólogas do CAPS e consistia na distribuição de panfletos sobre as temáticas mencionada e elucidá-los para os/as usuários/as presentes no evento. Ao final da atividade, era propiciado um espaço para sanar dúvidas e trocar experiências entre usuários, funcionários e estagiárias.

Quanto a observação dos atendimentos psicológicos individuais, as estagiárias eram divididas em duplas pela preceptora e direcionadas para os consultórios, onde puderam realizar anamneses e atendimento psicoterápico, sendo os casos discutidos posteriormente com a equipe multiprofissional do CAPS. Ademais, os grupos terapêuticos eram conduzidos, em formato de roda de conversa, por uma das psicólogas com a participação das usuárias, escolhido previamente pela profissional uma temática relacionada a saúde mental.

(cont.)

(cont.)

A análise foi realizada por uma perspectiva qualitativa, visto que, esse método de análise compreende os sentidos e significados da realidade subjetiva que envolve as relações humanas dentro de um contexto político e social, pois, visa entender integralmente os fenômenos que ocorrem nas relações e interações entre sujeitos (MINAYO, 2009). Para tal análise, foram utilizadas informações e percepções registradas nos diários de campo das estagiárias, sendo este um instrumento muito utilizado para anotar dados pontuais, observações e reflexões da prática cotidiana (DE LIMA; MIOTO; DAL PRÁ, 2007).

Resultados e discussão

A experiência de estágio no CAPS III adulto foi permeada de atravessamentos, potencialidades e fragilidades no encontro com o outro que está vivenciando um sofrimento psíquico grave e sua rede de apoio, pois, possibilitou que as estagiárias conhecessem, para além da sintomatologia, aquele usuário que estava em busca do alívio de seu sofrimento, compreendendo o seu mundo particular e o sofrimento apresentado por esse sujeito. Logo, considerando a observação de 13 atendimentos psicológicos individuais, é possível afirmar que houve maior prevalência de alguns transtornos em comparação a outros, como os casos de esquizofrenia e ansiedade, por exemplo. Demandas de violência sexual e suicídio também foram prevalentes nesses atendimentos.

No que se refere ao grupo terapêutico existente no local, o qual possuía em média 8 participantes, em sua maioria mulheres negras e na terceira idade, evidenciaram-se relatos de violência doméstica, sexual e psicológica, bem como, as repercussões dessas violências na saúde mental das usuárias do serviço. A cada encontro o grupo possui uma dinâmica diferente, mas todos eles com uma finalidade terapêutica, tornando-se um espaço em que essas mulheres compartilhavam, refletiam e validavam suas experiências e histórias de vida uma com as outras. Segundo Heberle e Oliveira (2016), o desenvolvimento de metodologias terapêuticas, principalmente em grupo, promove a reabilitação do indivíduo através de dispositivos como o acolhimento pelas equipes, o vínculo entre o grupo e a autonomia que as atividades grupais proporcionam. Torna-se importante metodologia para a efetividade da assistência à saúde mental.

Ao decorrer da prática do estágio, foi possível perceber uma grande receptividade e interesse dos usuários em participar das atividades propostas, além disso, notou-se um grande número de usuários que necessitam de acompanhantes, salientando o papel fundamental que a família exerce no cuidado e acompanhamento do sujeito que vivência adoecimento psíquico grave e persistente, que além do acompanhamento das consultas e atividades no CAPS III, este também monitora a evolução e adesão do tratamento, supervisiona medicação e informa a equipe técnica possíveis mudanças no comportamento e adaptação da medicação (RHEINHEIMER; KOCH, 2016).

Este cuidado transpassa os portões da instituição, pois, é um exercício de dedicação diária, onde as famílias vão (re)criando estratégias diante as dificuldades que surgem no decorrer do processo terapêutico, e o usuário sente-se acolhido e amparado, para que seu tratamento tenha êxito e este possa desenvolver sua melhora e autonomia (RHEINHEIMER; KOCH, 2016). Logo, o acolhimento das demandas deste familiar se torna necessário para a garantia da qualidade de vida, mantendo o vínculo e elo de usuário e equipe técnica CAPS.

Quanto as fragilidades encontradas no campo de estágio, evidenciaram-se discursos religiosos entre os profissionais de Psicologia e Assistência Social direcionados aos usuários do serviço, operando em uma lógica de julgamento moral. Devido esses tipos de condutas, o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) orienta que serviços de Psicologia devem ser realizados com base em técnicas fundamentadas na ciência psicológica e na ética, e não em princípios religiosos (CFP, 2012). Logo, ao exercerem a profissão e declarar suas crenças, esses profissionais acabam impondo ao seu público suas crenças religiosas, ferindo o direito constitucional de liberdade de consciência e de crença. Mediante a isto, os discursos religiosos dentro do CAPS III tornam-se uma problemática. (cont.)

(cont.)

Destarte, deparar-se com a complexidade do sofrimento psíquico dos usuários do CAPS III, provocou inquietações que emergiram da escuta de relatos de adoecimento psíquico por vivências de abusos sexuais e pela exposição a situações de vulnerabilidade social que os usuários revelavam nos atendimentos, trazendo à tona nas estagiárias, sentimento de insegurança e despreparo que repercutiram pela pouca experiência prática e pela compreensão de que a formação acadêmica não é suficiente diante das demandas sociais vigentes. Além disso, presenciar condutas antiéticas de profissionais do CAPS III, nos convocou a (re)pensar a nossa práxis ainda enquanto estudantes de Psicologia, para uma atuação implicada, crítica e atenta as singularidades na compreensão da experiência subjetiva de cada pessoa.

Conclusão

Diante das experiências vivenciadas, conclui-se que o CAPS III é um dispositivo de cuidado que possibilita o desenvolvimento das potencialidades e autonomia dos sujeitos, bem como, o fortalecimento de laços afetivos e sociais entre os usuários, sua rede de apoio e os profissionais que atuam ali. Dessa forma, independente do sofrimento psíquico vivido por cada pessoa que usufrui desse serviço de saúde mental, pode-se perceber em alguns usuários, uma maior apropriação de sua história, da sua experiência de sofrimento e das estratégias que encontravam para lidar com esse sentir diante do cotidiano.

Portanto, a prática de estágio no CAPS III foi de extrema importância para a formação em Psicologia, pois, a partir dos sentimentos, indagações, reflexões e implicações experimentadas durante a nossa atuação, foi possível pensar sobre modos de cuidar e produzir saúde, de forma contextualizada, ética e sobretudo humanizada.

Referências

- ALARCON, Sergio. Saúde Pública, Saúde Mental e a Lógica Ampliada da Redução de Danos. In: SOALHEIRO, Nina Isabel. Saúde Mental para a atenção básica. In: Saúde mental para a atenção básica. 2017.
- CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de ética profissional do psicólogo. Brasília, 2005.
- CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota pública sobre psicologia e religiosidade no exercício profissional. Brasília, 13.03.12. Disponível em: Acesso em: setembro/2022.
- DE LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações. 2007.
- HEBERLE, Andréia Yess; OLIVEIRA, LA de. Grupos terapêuticos em saúde mental: Uma modalidade na prática dos serviços de atenção à saúde mental. Trabalho de Conclusão de Especialização em Saúde Coletiva: Estratégia Saúde da Família, Joaçaba, UNOESC, 2016.
- MINAYO, M. C. S. (2009). O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo, S. F. Deslandes, & R. Gomes. (Orgs.), Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes.
- RHEINHEIMER, Isabel Lermen; KOCH, Sabrina. O papel da família no cuidado com a pessoa portadora de transtorno mental. Revista Psicologia em Foco, v. 8, n. 11, p. 49-61, 2016. acerca do diário de campo. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 6, n. 1, p. 93-104, 2007.
- TESSER, Charles Dalcanale; NORMAN, Armando Henrique; VIDAL, Tiago Barra. Acesso ao cuidado na Atenção Primária à Saúde brasileira: situação, problemas e estratégias de superação. Saúde em Debate, v. 42, p. 361-378, 2018.
- TORRE, Eduardo Henrique Guimarães; AMARANTE, Paulo. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. Ciência & Saúde Coletiva, v. 6, p. 73-85, 2001.



RESUMOS EXPANDIDOS: RADIOLOGIA

O PAPEL DO DIAGNÓSTICO POR IMAGEM NO ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS

Gabrielly Campelo Pinheiro¹; Laina Cristina Vieira de Araújo¹; Michele Ferreira Castro¹; Ana Gracinda Ignácio da Silva²; Diene Conceição Poiares Aranha³

¹Graduanda do Curso Superior Tecnologia em Radiologia pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia

² Profa. Dra. do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia

³Orientadora e Profa. do Do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia

Introdução

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, foram relatados alguns casos de infecção pulmonar que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), caracteriza-se por uma doença causada por um novo coronavírus (SARS-CoV-2). Devido a disseminação global e as grandes complicações no setor da saúde, foi decretada pela OMS como pandemia, passando a ser necessário a utilização de algumas medidas e técnicas de contenção, como o uso de máscaras, os testes sorológicos e moleculares (MEIRELLES, 2020).

Contudo, esses testes não servem para averiguar o comprometimento que esse vírus causa em alguns órgãos, por isso, a radiologia desenvolve um papel de fundamental devido a capacidade de identificar os danos e os achados provocados pelo vírus através da Tomografia Computadorizada (TC) e das Radiografias. Logo, este trabalho enfatiza a importância que os exames por imagem tiveram no cenário de pandemia, apontando a maneira em que esse diagnóstico por imagem colaborou no enfrentamento da Covid-19, e como auxiliou no tratamento de pessoas com casos confirmados (MEIRELLES, 2020).

Material e métodos

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura de caráter narrativo, mediante análise nas bases de dados Google acadêmico, sob utilização dos termos: Diagnóstico por imagem; Radiologia; Covid-19. Os critérios para inclusão nessa revisão foram artigos de revisão completos e gratuitos relacionados ao tema proposto publicados no ano de 2020 a 2021; na língua portuguesa do Brasil. Para a exclusão, se enquadram os artigos incompletos que não façam parte do tema; artigos repetidos e que não tenham linguagem clara e objetiva. Na execução inicial da seleção, foram encontrados 2.620 artigos na base de dados do Google Acadêmico. Depois da aplicação dos critérios de inclusão, restaram 116 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados seis (6) artigos que mais respondiam à questão de pesquisa do tema sugerido.

Resultados e discussão

Os dados obtidos através dos estudos de como os exames por imagem auxiliaram no enfrentamento da COVID-19, desenvolveu um papel fundamental no diagnóstico e tratamento de pacientes vítimas do novo coronavírus. (cont.)

(cont.) Em relação aos artigos analisados para a construção deste trabalho, constatou-se que a tomografia computadorizada foi o meio mais eficaz em comparação com as outras técnicas radiológicas, como o de raio-x de tórax, servindo tanto para o diagnóstico como também para o acompanhamento no tratamento, pois possui um detalhamento aprofundado nos achados radiológicos. Embora não fizessem parte do protocolo oficial do diagnóstico desse vírus, foram considerados complementares e fundamentais para alguns casos, principalmente em casos moderados e graves, e poderiam ser solicitados juntamente com os exames oficiais para auxiliar e comprovar com evidência os resultados obtidos (PITTA et al., 2021).

Os testes laboratoriais são uma importante ferramenta no diagnóstico do SARS-CoV-2. Os testes moleculares, em especial o RT-PCR, é considerado padrão ouro na elucidação. No entanto, por se tratar de um vírus com acometimento e sintomatologias muito parecidos com os demais vírus respiratórios, há a necessidade de uma maior atenção nas apresentações clínicas do paciente e na associação com outras técnicas, como os recursos do diagnóstico por imagem que exprimem anormalidades e possíveis lesões, resultando em uma investigação fidedigna (LIMA et al., 2021).

Esses exames são necessários para acompanhar a evolução da doença em pacientes internados ou em recuperação, visto que eles são necessários para observar os efeitos do vírus SARS-CoV-2 no pulmão, e o quanto ele está acometendo e de que maneira isso está ocorrendo. De acordo com o manual do Ministério da Saúde, o raio-x e a tomografia só podem ser solicitados em casos moderados e graves da doença, em pacientes com sintomas leves só devem ser solicitados se houver a progressão dos sintomas (MEIRELLES, 2020).

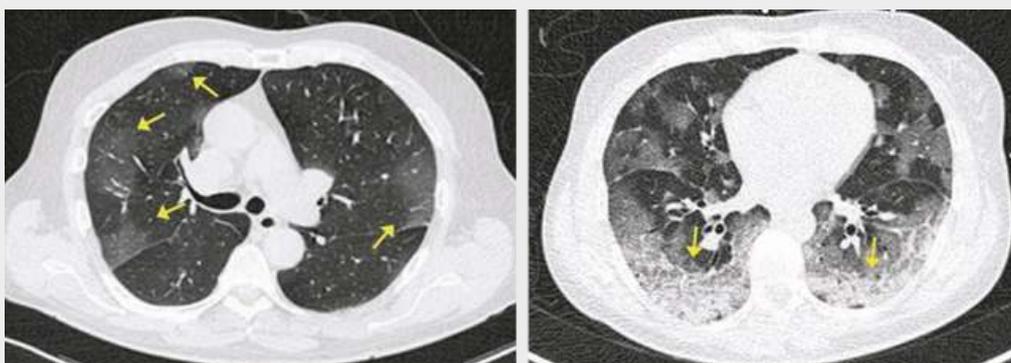
A tomografia se tornou o meio mais eficaz nas visualizações mais detalhadas e localizada das alterações, confirmando assim o diagnóstico rapidamente e auxiliando no melhor tratamento (LOUREIRO et al., 2021).

Com relação as características das lesões, a maioria dos casos, mostraram resultados tomográficos semelhantes, principalmente alterações alveolares, opacidade em vidro fosco, consolidação focal e opacidade mista, geralmente acompanhada por opacidade bilateral e múltipla (FARIAS et al., 2020).

A radiografia de tórax possui um papel muito relevante também para o tratamento, além de ser mais simples, prático e barato de ser realizado, é bastante útil em pacientes acamados e em situações específica, como nos hospitais de campanha (MEIRELLES, 2020).

Após 3 a 7 dias do início dos sintomas, há o aparecimento de alterações. Alguns achados mais comuns são: infiltrados focais dispersos, os quais podem se tornar difusos, focos de pneumonia do espaço alveolar únicos ou múltiplos, predominando nas bases pulmonares e estendendo-se, em alguns casos, para as áreas médias e poupando os lobos superiores, por fim, áreas de consolidação parenquimatosa (LOUREIRO et al., 2021).

Figura 1: Achados da TC em pacientes infectados pelo Sars-CoV-2

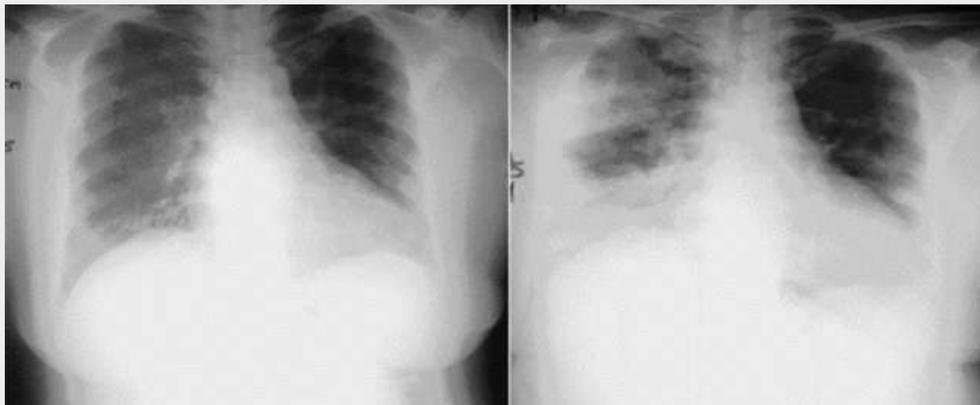


Fonte: Rosa et al (2020)

(cont.)

(cont.)

Figura 2: Achados da Radiografia em pacientes infectados pelo Sars-CoV-2



Fonte: Loureiro et al (2021).

Figura 1. a- Tomografia computadorizada mostrando opacidades em vidro fosco periféricas nos lobos superiores. São os achados mais comum e mais precoce (cerca de zero a 4 dias após o início dos sintomas) nos pacientes com COVID-19, sendo encontradas mais comumente com distribuição bilateral, periférica e subpleural nos lobos inferiores (ROSA et al., 2020).

Figura 1. b- Tomografia computadorizada mostrando opacidades em vidro fosco difusas, associadas a consolidações periféricas nos lobos pulmonares inferiores. É a segunda alteração mais comumente encontrada na pneumonia causada pela COVID-19, e tende a predominar em fases mais tardias da infecção (ROSA et al., 2020).

Figura 2- Radiografia de tórax (PA) evidenciando evolução de paciente com acometimento predominante de pulmão esquerdo (LOUREIRO et al., 2021).

Conclusão

Conclui-se que o diagnóstico por imagem foi importante e ainda é no enfrentamento dessa pandemia, pois por se tratar de um vírus novo, os profissionais da saúde precisaram se reinventar para oferecer um serviço eficiente e prático de acordo com as diretrizes, principalmente na solicitação dos exames por imagem. Para tanto, os estudos baseados nos achados radiológicos, tanto na tomografia, como no raio-x, são cruciais para o tratamento, diagnóstico, prognóstico e estudos nessas áreas.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradecemos a Deus por ter nos dado paciência e inspiração ao decorrer desse trabalho. A cada integrante do grupo pelo esforço, dedicação e ao grande conhecimento que foi se desenvolvendo. E também ao Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ) por nos proporcionar o acesso ao ramo científico na construção do mesmo, sempre acreditando em nossa capacidade, nos incentivando a ser melhores alunos até chegarmos ao objetivo final.

Referências

FARIAS, L. de P. G. de; STRABELLI, D. G.; FONSECA, E. K. U. N. et al. Alterações tomográficas torácicas em pacientes sintomáticos respiratórios com a COVID-19. *Radiologia Brasileira*, v.53, n. 4, p. 255-261, 2020.

(cont.)

(cont.)

LIMA, L. H. de A.; NETO, J. S. M.; NASCIMENTO, W. da C. et al. Alterações radiológicas presentes no sistema respiratório de pacientes com COVID-19: Uma revisão sistemática de literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 8, p. e57010817502-e57010817502, 2021.

LOUREIRO, J. C.; DE BRITO, A. M.; BORGES, I. C. et al. Análise comparativa sobre as alterações radiológicas ocasionadas pelos vírus SARS-CoV e SARS-CoV-2: uma revisão de literatura. *Rev Med (São Paulo)*, v. 100, n. 4, p. 380-90, 2021.

MEIRELLES, Gustavo de Souza Portes. COVID-19: uma breve atualização para radiologistas. *Radiologia Brasileira*, v. 53, n. 5, p. 320-328, 2020.

PITTA, L. S. da C.; HIPÓLITO, R. L.; ROCHA, L. C. dos S. et al. Alterações tomográficas pulmonares no COVID-19: revisão integrativa da literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 13, p. e308101321194-e308101321194, 2021.

ROSA, M. E. E.; DE MATOS, M. J. R.; FURTADO, R. S. O. De P. et al. Achados da COVID-19 identificados na tomografia computadorizada de tórax: ensaio pictórico. *Einstein (São Paulo)*, v. 18, 2020.

RESUMOS EXPANDIDOS: SERVIÇO SOCIAL



POLÍTICAS SOBRE ASSÉDIO: a importância delas para as instituições de ensino superior, em ares de decolonialidades

Eli do Socorro Gonçalves Pinheiro¹

¹Doutora pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução

O Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ) com o fito de estimular discussões que articule a temática do assédio junto a esta comunidade institucional, a partir da Comissão de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação, como parte integrante do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais e Direitos Humanos, cujos/as participantes compõem esses dois aportes estruturais acadêmicos, sendo a representação composta por docentes, discentes e pelo setor administrativo, demonstrando assim, as representatividades às categorias existentes na instituição, bem como outras expressões de diversidades que podem ser entendidas como aspectos explorados por estudos decoloniais, de acordo com Barragán, Lang et al, (2020).

Este é um ato de investimento numa política que vem a contribuir para a diminuição de possíveis atitudes preconceituosas, discriminatórias e assediadoras que seguem, ainda, por caminho visto como “natural” a um certo número de pessoas em meio às relações institucionais, considerando que as bases estruturais da sociedade estão alicerçadas por racismo, machismo, sexismo, capacitismo, etarismo, dentre outras, herança de nossa colonização, que impôs e segue mantendo o modelo eurocêntrico, cabendo a (re)visão de tais práticas e pensamentos a partir das decolonialidades, conforme aponta Curiel (2020). Refletindo acerca desses aspectos e compondo a Comissão de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação, meu objetivo com esta produção é o de demarcar a importância dela dentro de uma Instituição de Ensino Superior (IES) não pública e seus possíveis rebatimentos diante da sociedade, envolta por direitos humanos e dialogando com as decolonialidades.

Materiais e métodos

Neste resumo procuro dialogar com o estado da arte, ou seja, a partir de levantamento bibliográfico junto a autoras/es que estimulam a mostrar como a Comissão, aqui percorrida, apresenta em sua essência características decoloniais quando visa abranger discussões em torno da desconstrução de percepções e atitudes que possam gerar desconforto e humilhação. Procurando entender, cientificamente, certas construções sociais existentes em nossa sociedade percebo como o passado, através da colonização, impôs costumes e ideias as quais reverberam nos dias atuais fixando suas ideologias, o “eurocentrismo”, que se trata de:

“[...] uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo” (QUIJANO, 2005, 126).

(cont.)

(cont.)

Buscando romper com esse modelo centrado, estudos decoloniais ou pós-coloniais passaram a contrapor, com destaque uma indiana doutora em literatura, Gayatri Chakravorty Spivak, vinda de base marxista cujos estudos se voltam ao feminismo contemporâneo, ao pós-estruturalismo, ao desconstrucionismo, ao multiculturalismo e à globalização (SPIVAK, 2010). Lendo sua obra “Pode o subalterno falar?”, fez-me refletir acerca de limitações de acessos, invisibilidade e não reconhecimento a certos grupos de pessoas, por conta de relações de poder estruturalmente estabelecidas, a partir de “diferenças” normatizadas e como a criação de políticas para enfrentar essas relações se tornam importantes, em espaços públicos ou privados, aqui especialmente tratado pelas IES.

Resultados e discussão

Efetivando pesquisa pela internet[1] acerca de IES que desenvolvem alguma política voltada para enfrentar assédios encontrei o seguinte: 1) Universidade de São Paulo (USP) criou o Escritório USP Mulheres, 2016. 2) Universidade Nacional de Brasília (UNB), possui uma parceria do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e o Ministério Público do Distrito Federal, resultando na Coordenadoria da Mulher, 2016. 3) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) instituiu o Comitê Gaúcho, 2017. 4) Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) instalou a Comissão de Prevenção à Violência, 2015; em seguida a Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, 2021. 5) Universidade de Campinas (UNICAMP) fundou o Serviço de Atenção à Violência Sexual, 2019. 6) Universidade Federal do ABC (UFABC), estão discutindo e traçando a criação de um grupo com representações discentes, docentes e técnico-administrativos para discutir políticas de combate à violência e ao assédio sexual.

É explícito que só há, até então, meia dúzia de IES públicas com esta iniciativa em todo o país, não sendo localizado nenhuma não pública. Contudo, instituída recentemente, em 13.05.2022, pela Portaria CONSUP nº 020/2022, a Comissão de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação do UNIFAMAZ, contemplou a efetivação do Ato Edital Nº 007/2022, de 04/04//2022, se tornando vanguarda em sua categoria, na região norte e no Brasil, propiciando com sua proposta educativa refletir acerca de temáticas pertinentes, utilizando didáticas e metodologias que venham a abranger sua comunidade institucional. Com tal política, acaba promovendo debates que possibilitam agregar valores éticos ao corpo de discentes em suas graduações, como parte de formações profissionais, além de servir como possível embasamento a turmas que virão a prestar provas, como Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Vale enfatizar que tal Comissão não possui qualquer caráter punitivo, cabendo a casos de possível infração por assédio ou discriminação serem esses devidamente avaliados, seja pela Ouvidora e Comissão de Ética, bem como podem ser acompanhados pelo Núcleo de Atendimento ao Docente e Discente (NADD) e pela Clínica de Psicologia, observando as especificidades de ambos os espaços, tudo isso em âmbito interno.

Conclusão

Com este trabalho é pretendido promover a importância do ato desta Instituição, considerando não haver registros na região norte, entre públicas e privadas, que tenham uma política deste porte e que isso possa vir a reverberar para que outros espaços passem a implantar mais ações deste tipo, vindo a suprir a lacuna de dados referente a casos que ocorrem nas IES em geral.

[1] Cf. <https://revistapesquisa.fapesp.br/antidotos-contr-o-assedio/>. Acesso: 11 ago. 2022.

cont.)

(cont.)

“Um dos principais resultados da falta de políticas e fluxos adequados de processamento das queixas é o deserto de dados que se forma em relação à incidência desse problema nas instituições. Em 2015, um levantamento feito pelo Instituto Avon com 1.823 estudantes de graduação e pós-graduação do Brasil jogou um pouco de luz sobre isso: 56% das mulheres relataram ter sofrido assédio sexual na universidade [...]” (ANDRADE, 2022).

Como ainda é um começo bem recente, considerando a data de sua criação 13/05/2022, ainda há de ser construído o fluxo de funcionamento da Comissão, pois apesar de não possuir caráter punitivo esta deve acolher, a partir de seus membros, quando buscada como referência para o relato de possível caso de abuso e/ou discriminação, devendo ser encaminhado ao setor competente para as averiguações e providências. Por fim, sua instalação pode trazer certa segurança à comunidade do UNIFAMAZ e, só por isso, já pode ser vista como algo positivo, vindo a superar as lacunas em relação a um problema há muito existente.

Referências

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Políticas Públicas. Edição 312, fev. 2022. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/antidotos-contr-o-assedio>. Acesso em 11 ago 2022.

BARRAGÁN, Alba Margarita A; Lang, Miriam et al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 217-239, 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 121-138, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es>. Acesso em 25 ago. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES SOBRE GÊNERO: uma experiência de iniciação científica, em 2018, pelo curso de bacharelado em serviço social do UNIFAMAZ

Eli do Socorro Gonçalves Pinheiro¹

¹Doutora pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução

Como docente do curso de bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), escrevi um Projeto de Iniciação Científica no ano de 2018 que visou inicialmente mapear, a partir de pesquisa bibliográfica, o que existia em termos de produções acadêmicas em Programas de Pós-Graduação, de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, apesar de ser pensado em incluir as privadas, mas o tempo não daria conta, sobre a temática de gênero existentes na Amazônia, referente a um período demarcado de 2003 a 2019.

Convém destacar que tais estudos além de serem do interesse de alguns/algumas docentes como eu, por entender a importância em conhecer e respeitar as diversidades, acaba coadunando com um espaço criado em conformidade com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, a então Faculdade Metropolitana da Amazônia (atualmente Centro Universitário Metropolitano da Amazônia), em 2017, instituiu o Núcleo de Estudos Étnicos Raciais e Direitos Humanos, que dentre seus objetivos está o fomento de projetos de iniciação científica e a divulgação dessas pesquisas.

Este projeto que coordenei, Pesquisa sobre gêneros na Amazônia: uma revisão sistemática da literatura teve início em 27/12/2018 e finalizou em 27/12/2019, contando com uma discente/bolsista, Sabrina de Alencar Santiago que fez o levantamento em vários repositórios disponibilizados em Programas de Pós-Graduação de cursos diversificados pela região norte, teve/tem como objetivo servir de subsídio a quem desejasse/deseje conhecer sobre tais produções para buscá-las como referências, inclusive, para algum estudo. Durante os horários de formação teórica com a discente, alguns/algumas autores e autoras foram estudados/as, como: Joan Scott (1990); Michel Foucault (1988); Peter Fry e Edward Mac Rae (1985), marcando a importância do teórico e o prático nesse processo de aprendizagem e pesquisa.

Material e métodos

Joan Scott (1990) juntamente com Michel Foucault (1988), Peter Fry e Edward Mac Rae (1985) além de provocarem, na década de 1980, novos pensamentos em torno do entendimento dessas identidades, conseguem mostrar que gênero, assim como a sexualidade, são formações sócio culturais e que em cada sociedade têm um determinado peso e/ou valor. Em suma, demonstram que não são as genitálias trazidas por cada ser humano, ao nascer, que irá determinar qual gênero cada pessoa se identifica, ou até sem se identificar como masculino ou feminino, como é o caso de pessoas não binárias. Não posso, também, deixar à parte duas autoras do Serviço Social as quais motivam, a (re)pensar a práxis profissional apontando que vivemos numa sociedade capitalista formada por bases que herdaram do colonialismo europeu:

Yolanda Guerra (1995) com sua obra instiga acerca da instrumentalidade da profissão, as quais assistentes sociais necessitam entender, envolvendo o ato de pensar e intervir sobre a realidade, em que a dialética societária deve ser o que move, por pesquisar aquilo que instiga e que precisa ser modificado, caso contrário seria apenas passar pelos vários momentos, sem protagonizar o que seja desejado como justiça social. (cont.)

(cont.) Fazendo a interface com a autora acima Selma Schons (2015) provoca, ratificando a necessidade presente de uma intervenção pautada, claro, pela relação “simbiótica”[1] entre teoria e prática, a fim de que possibilidades de acessos a direitos sejam intermediados por uma comprometida ação interventiva de assistentes sociais. E, como educadora, formada em Serviço Social, sinto-me com esta responsabilidade em desconstruir conceitos esquadrihados há tempos, promovendo a interdisciplinaridade e, ainda, trazendo o feminismo junto, para a ratificação de justiça e inclusão.

Tomando por base as leituras para os estudos de gênero junto com as especificidades do Serviço Social, acaba sendo estimulado o (re)pensar de que produzir obras, com estas temáticas, contribuem para desconstruir paradigmas e buscar pela equidade. A discente foi orientada a utilizar um diário de campo, um instrumental comum para o Serviço Social adotado a partir da Antropologia, para anotações que julgasse relevante e que pudesse evitar algum equívoco diante da pesquisa realizada, tomando apenas a região norte como parâmetro, sendo o marcador gênero o conceito relevante para ser considerado a compor os arquivos descritos quantitativamente no item a seguir, seguido por qualquer outro que compusesse a produção científica produzida.

Vale ressaltar que o levantamento foi feito a partir de repositórios de Programas de Pós-Graduação disponibilizados, sendo o período de 2003 a 2019 demarcado para a pesquisa, ou seja, 17 anos de referência, contudo foi observado que esses repositórios variavam o ano em que iniciaram o depósito dos trabalhos de dissertações e teses, sendo que existem alguns em que constavam os títulos dos trabalhos, porém quando acessados não constavam os respectivos arquivos. Há Programas que possuem suas revistas as quais aparecem nos dados quantitativos expostos neste trabalho. Foram geradas pastas para as produções digitalizadas, cujos arquivos abriram e foram baixados, poucas são as que não constam nessas pastas, organizadas por ano, cursos e categorias conseguidos, separadas pelas devidas naturezas indicadas em suas catalogações.

Resultado e discussão

Ao todo, foi possível levantar oitenta e cinco (85) produções envolvendo gêneros e/ou sexualidade. Há de ser ressaltado que outros marcadores para o entendimento do feminismo constam nessas produções; além de que alguns títulos não mencionam o marcador “gênero” e, mesmo mencionando, foi necessário ler os resumos de cada trabalho, mas permanecendo a dúvida foi determinante poder ler algumas páginas de alguns deles, a fim de ser confirmado o demarcador aqui apresentado como essencial, no caso o gênero.

Dos vinte e um (21) artigos encontrados em consulta on-line referentes à temática enfatizada, dezoito (18) deles têm tradução para a língua inglesa e um (01) para a língua espanhola, sendo que em seus resumos apontam:

Cinco (05) sobre sexualidades, gêneros e violência sexual contra crianças e adolescentes.

Cinco (05) sobre violência doméstica contra mulheres e a Lei Maria da Penha.

Três (03) sobre a inclusão da mulher na sociedade e empoderamento feminino.

Três (03) sobre relações de raça.

Dois (02) sobre relacionados ao machismo e patriarcado.

Um (01) sobre o feminismo negro.

Um (01) sobre a representação sexual masculina.

Um (01) sobre pessoas transgêneras.

(cont.)

(cont.)

Este projeto de pesquisa desenvolvido a partir do ano de 2018 pode ser destacado como importante, dentre outras coisas, pelo fato de este levantamento mostrar a visualização, em termos quantitativos aqui, sobre as produções que discutem gênero; de como houve um certo aumento para este campo de estudo, talvez porque a sociedade seja dinâmica e a academia não pode se eximir de estudos que venham a contribuir para o (re)pensar decolonizado, conforme Spivak (2010) nos faz refletir.

Conclusão

O produto do projeto de pesquisa exposto aqui poderá vir subsidiar quem dele precise lançar mão como referências a novas construções acadêmicas, explorando não somente suas leituras, mas pesquisando as bibliografias usadas nos conteúdos existentes, que poderão até ser disponibilizadas à biblioteca desta Instituição, se for de interesse.

Finalizando, penso que seguir pelos caminhos dos estudos de gênero e afins é uma maneira de reverter a ordem colonizatória que venha a romper o senso comum, além de pensamentos preconceituosos que se materializam através de atitudes discriminatórias, fazendo com que o feminismo se fortaleça e não se acomode diante do desrespeito por questão de classe social, de misoginia, de LGBTfobia, de racismo, de todas as atitudes “comuns” vindas do patriarcado, sendo as IES os espaços qualificados para essas discussões por promover o conhecimento científico e, o curso de bacharelado em Serviço Social não poderia fazer o oposto, pela peculiaridade histórica de sua construção.

Referências

- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRY, P.; MAC RAE, E. O que é homossexualidade? São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. São Paulo: Cortez, 1995.
- SCHONS, Selma Maria. Assistência social entre a ordem e a “des-ordem”: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2015
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista educação e atualidade. Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 71-98, jul.- dez., 1990.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

NÚCLEO DE ENSINO, PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO (NUPEX)

COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PROIC)

O Centro Universitário Metropolitano da Amazônia enquadra-se no modelo de instituição de ensino superior dedicada à formação de capital intelectual qualificado, integrados com a geração, a apropriação e a difusão de conhecimento. Isso se torna possível através da existência de uma atividade de ensino integrada com a pesquisa/iniciação científica e a extensão. A atividade de pesquisa/iniciação científica, no UNIFAMAZ, pode ocorrer no âmbito dos cursos de graduação e de pós-graduação oferecidos, assim como nos núcleos de pesquisa existentes, assim como naqueles que ainda serão criados.

A política de pesquisa/iniciação científica do UNIFAMAZ se desenvolve a partir dos pressupostos estabelecidos no documento norteador intitulado Programa de Pesquisa/Iniciação científica (PROIC), homologado, primeiramente, pelo Conselho Superior por meio da Resolução COSUP UNIFAMAZ nº 08/2018, que tem como pressuposto a concepção de pesquisa como um princípio educativo e científico, que deve estar em permanente diálogo com a realidade, para assegurar a qualidade educativa do PDI.

A iniciação científica/pesquisa e a produção científica no UNIFAMAZ buscam a ampliação da produção do saber e a veiculação dos conhecimentos a serviço da comunidade, como forma de assegurar a análise, a compreensão e a intervenção na realidade, voltadas para uma formação profissional conectada com os problemas que emergem desta realidade e as demandas do progresso científico e tecnológico. Essas atividades estão comprometidas com a melhoria qualitativa do ensino implantado nas diferentes áreas do saber.

O NUPEX oferece a colaboração e o apoio necessários para estimular os(as) docentes no desenvolvimento de trabalhos de pesquisas com os(as) discentes dos cursos de graduação e de pós-graduação ofertados pelo UNIFAMAZ, igualmente com a divulgação (publicações, participação em eventos científicos, trabalhos de conclusão de curso, entre outros) de resultados.

O NUPEX fica localizado no térreo do Bloco 1 do UNIFAMAZ.



ENDEREÇO E CONTATO



**Av. Visconde Souza Franco, nº 72
Bairro Reduto (Doca)**

Call Center: 4020 7525

ISBN nº.
978-65-80144-32-7